

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
RAMO DE ESTUDOS LOCAIS E REGIONAIS — CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

A Juventude Operária Católica em Amarante **Contributos para o estudo da sua organização e ação** **(1950-1967)**

José Luís Coelho Lopes Gonçalves

M

2025



José Luís Coelho Lopes Gonçalves

A Juventude Operária Católica em Amarante

Contributos para o estudo da sua organização e ação

(1950-1967)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pela Professora Doutora Inês Amorim e pela Doutora Sara Pinto.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

Ao meu avô materno Vitorino, alfaiate.

Sumário

Declaração de honra	8
Agradecimentos	9
Resumo.....	11
Abstract	12
Índice de Figuras	13
Índice de Tabelas.....	14
Índice de Gráficos.....	15
Lista de abreviaturas e siglas.....	16
Introdução.....	17
i. Objeto de estudo. O seu espaço e o seu tempo.....	17
ii. Objetivos e Justificação	20
iii. Fontes de informação e metodologia de tratamento de dados	21
a) Fontes Orais – Questionários e Entrevistas	21
b) A fotografia e o espólio fotográfico de Eduardo Teixeira Pinto	31
c) Os periódicos e o Arquivo Municipal de Amarante / Biblioteca Municipal Albano Sardoeira	33
d) A correspondência e “as caixas” do Arquivo da JOC da Diocese do Porto	36
iv. Bibliografia Consultada.....	41
v. Estrutura	46
1. Ação Católica Portuguesa e Juventude Operária Católica – a construção de um percurso	47
1.1. Alvoradas de um caminho – o <i>Manual de Ação Católica</i>	47
1.2. As Cartas Encíclicas: discurso global, ação local	50
1.3. A Ação Católica: passos europeus, passos portugueses, passos amarantinos	54
1.4. As Organizações e os Organismos Especializados da Ação Católica Portuguesa: corpo e vida orgânica	63
1.5. A Juventude Operária Católica: diálogo internacional de jovens operários	68
1.6. Tensões, conflitos e crises: consciência e ação	71
2. A Vila de Amarante nos anos 50 – o território, as gentes e as atividades socioeconómicas ..	79

2.1. Nem só de S. Gonçalo vive Amarante – marcas da religiosidade popular	79
2.2. Uma unidade territorial: administração, população.....	82
2.3. A organização paroquial – uma malha dinâmica	85
2.4. População e economia	90
3.A Juventude Operária Católica em Amarante: grupos e ações.....	100
3.1. A Ação Católica em Amarante – a “fundação”	100
3.2. As Jocistas Amarantinas – da (in)visibilidade	110
3.3. O grupo de ex-jocistas da Secção de S. Gonçalo – uma reconstituição de memórias	115
3.4. Os Dirigentes da JOC/JOCF: percurso e ação	124
3.5. Funcionamento e Gestão da Secção	133
3.6. Dinâmicas, Atividades e Vivências - <i>Agir</i>	139
3.6.1. Ensino Público e Dignidade do Operariado – discursos e práticas	163
Considerações Finais	176
Fontes de informação	180
Referências Bibliográficas	184
Anexos.....	191
Anexo 1 – Ficha de inscrição da JOCF	191
Anexo 2 – Ficha de inscrição da Pré-JOCF.....	192
Anexo 3 - Livro JOC Internacional	193
Anexo 4 – Inauguração da Ação Católica em Vila Caiz (Amarante)	194
Anexo 5 – Livro “A Mensagem de Fátima” (1961)	195
Anexo 6 – Sede da JOC e da JOCF de S. Gonçalo (Amarante)	196
Anexo 7 – Cartões de Dirigente da JOC.....	197
Anexo 8 – Pagela Jocista	198
Anexo 9 – Preces Jocistas.....	199
Anexo 10 – Guias de revalidação da JOC e da LOC	200
Anexo 11 – Calendário Jocista de 1965.....	201
Anexo 12 – Hino do XXV.º Aniversário da JOC	202
Anexo 13 – Bilhete de comboio e cartão de alojamento.....	203
Anexo 14 – Inquérito da Secção de S. Gonçalo da JOC.....	204
Anexo 15 – A Escola Técnica de Amarante e os fiscais nas fábricas	205
Anexo 16 – Capa do disco “Notícias d’Abril” de Adriano Correia de Oliveira.....	206
Anexo 17 – Bilhete de Identidade da JOC de Albino Pinto da Costa.....	207

Anexo 18 – Guia de Revalidação de Aníbal Pereira Lírio e de Anselmo Pinto Luiz	208
Anexo 19 – Postal do XIV Convívio da JOC/LOC de Amarante	209
Anexo 20 – Fotografias dos XIV e XV Convívio da JOC/LOC de Amarante	210
Anexo 21 – Carta de Luísa Pimenta para Laura [manuscrito]	211
Anexo 22 – Carta de Antónia Maria Silva para Presidente Diocesana [datilografado].....	212
Anexo 23 – Mapas mentais da Sede da JOC	213
Anexo 24 – Transcrição de entrevista de Albino Pinto da Costa	215
Anexo 25 – Transcrição de entrevista de Luísa Pimenta.....	241
Anexo 26 – Transcrição de entrevista de Vitorino Gonçalves.....	261
Anexo 27 – Transcrição de entrevista de António Pereira.....	275
Anexo 28 – Declaração de autorização de uso de fotografias de Eduardo Teixeira Pinto	284
Anexo 29 – Declaração de autorização de uso de fotografias de documentos do Arquivo da JOC da Diocese do Porto	286
Apêndices	287
Apêndice 1 – Questionário preparatório de entrevista	287

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada/o previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da/o presente dissertação, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo ao trabalho.

Porto, 30 de setembro de 2025

José Luís Coelho Lopes Gonçalves

Agradecimentos

Ao meu avô Vitorino (Vitorino Lima Coelho Gonçalves), alfaiate, pela partilha do seu testemunho e por me ter apresentado a Juventude Operária Católica.

Aos meus pais e irmã, pela compreensão e apoio.

À minha prima Márcia Guimarães, pela escuta, sinceridade e motivação ao longo do caminho.

Às ex-jocistas Alda Macedo Patrício Santiago, Eva Maria Sousa Neto, Maria Augusta Pereira Pacheco, Maria Conceição Costa Sousa e Castro, Maria da Conceição Teixeira Andrade, Maria de Lurdes de Carvalho Coelho, Maria Fernanda Carvalho Monteiro Guedes, Maria Hortência Oliveira Moura Silva, Maria José Lima Coelho Gonçalves Cardoso, Maximiana Jesus Ferreira, Luísa da Graça Pimenta da Costa Carmo dos Santos.

Aos ex-jocistas Agostinho Silva, Albino Pinto da Costa, Aníbal Pereira Lírio, Aparício Pereira Cardoso Castanheira, Artur Correia, Fernando Manuel Maia da Silva, Manuel Armando Pereira Teixeira, Manuel Ilídio Magalhães Pinto Ribeiro, Joaquim Ferreira Pereira, José Leopoldo da Silva Cardoso, José Sardoeira da Silva.

Aos ex-pré-jocistas António Ribeiro Pereira, Francisco Monteiro da Silva, Vítor Fernando Maia da Silva.

À ex-locista Rosa do Carmo.

À ex-jecista Regina Maria do Carmo da Silva Vasconcelos.

À Paróquia de S. Gonçalo, na pessoa do Senhor Padre José Manuel Miranda Ferreira.

Ao Senhor Padre José Sousa e Castro.

Ao Francisco Ferreira Bastos, militante da Juventude Operária Católica de Lourosa, guardião de um Património Cultural importante e com ainda tanto por nos dizer, pela disponibilidade, apoio e partilha.

Ao Centro Paroquial de Lourosa.

À Associação para a Criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto, na pessoa da sua Presidente Verónica Teixeira Pinto, e de Cristina Teixeira Pinto, pela disponibilidade, generosidade e apoio.

À União das Freguesias de Amarante (S. Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão.

À Dra. Maria José Queirós Lopes, Bibliotecária da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira (Amarante).

À Dra. Ana Pereira, Arquivista do Arquivo Municipal de Amarante.

Aos técnicos da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira (Amarante) e do Arquivo Municipal de Amarante: Ana Paula Doutel, Beatriz Monteiro, Benjamim Teixeira, Conceição Pereira, Sandra Dias, Pedro Alves Pinto, Ricardo Pinto.

Ao João Pinheiro e ao Simão Costa pela amizade e pelo registo audiovisual destes documentos históricos da História de Amarante.

Ao Professor Doutor Paulo Fontes, ao Doutor Pedro Silva Rei, ao Doutor Leonardo Aboim Pires.

À Professora Inês Amorim pela orientação, pela motivação, pelos porquês e pela certeza de que este era o caminho.

À Doutora Sara Pinto pela orientação, pelas palavras certas nos momentos certos.

A todas as Professoras e Professores que, ao longo do primeiro ano de Curso, criaram um lugar de reflexão, de questionamento e de inconformismo.

Aos meus colegas de Curso, pelo caminho partilhado.

Resumo

Centrados na Juventude Operária Católica, organismo especializado da Ação Católica Portuguesa, analisamos as dinâmicas religiosas, culturais, recreativas e desportivas da Secção de S. Gonçalo (Amarante) da Juventude Operária Católica, masculina e feminina, entre os anos de 1950 e 1967. Partindo do contexto social, económico e político, analisamos as práticas do grupo jocista na ligação às linhas orientadoras da instituição e da Santa Sé, percebendo as redes de sociabilidade e reconstituiu-se o perfil desta elite católica, centrada na Paróquia de S. Gonçalo. Analisando a evolução do apostolado de leigos e a sua envolvência na questão social, orientados pela Igreja Católica e, após a institucionalização da Ação Católica Portuguesa, inseridos no Estado Novo, reconstituímos um caminho de tensões, conflitos e crises, mas também de uma militância envolvida na vontade de contribuir para o desenvolvimento do território de Amarante e as suas particularidades. Identificou-se a intervenção da Juventude Operária Católica na defesa da dignidade dos operários, pelo ensino público, pelo acesso à cultura, pelo futuro dos jovens. Ao analisarmos a diversidade das ações do grupo, mapeamos os lugares jocistas, centros nevrálgicos da militância e memória da Ação Católica Portuguesa em Amarante, (re)construindo as memórias dos elementos do apostolado de leigos que integraram o último grupo da JOC de S. Gonçalo, através da informação, menos conhecida, como a imprensa local escrita e a fotografia, elementos essenciais para dar voz a outras vozes, transformadoras da comunidade e da sua juventude.

Palavras-chave: Ação Católica Portuguesa, Amarante, Apostolado de Leigos, Doutrina Social da Igreja, Juventude Operária Católica.

Abstract

Focusing on the Catholic Workers' Youth, a specialised body of Portuguese Catholic Action, we analysed the religious, cultural, recreational and sporting dynamics of the S. Gonçalo (Amarante) Section of the Catholic Workers' Youth, both male and female, between 1950 and 1967. Starting from the social, economic and political context, we analysed the practices of the Catholic Workers' Youth group in relation to the guidelines of the institution and the Holy See, understanding the networks of sociability and reconstructing the profile of this Catholic elite, centred on the Parish of S. Gonçalo. Analysing the evolution of the lay apostolate and its involvement in social issues, guided by the Catholic Church and, after the institutionalisation of Portuguese Catholic Action, inserted in the Estado Novo, we reconstructed a path of tensions, conflicts and crises, but also of militancy involved in the desire to contribute to the development of the territory of Amarante and its particularities. The intervention of the Catholic Workers' Youth in defending the dignity of workers, public education, access to culture and the future of young people was identified. By analysing the diversity of the group's actions, we mapped the places associated with the JOC, the nerve centres of militancy and memory of Portuguese Catholic Action in Amarante, (re)constructing the memories of the members of the lay apostolate who were part of the last group of the JOC of S. Gonçalo, through lesser-known information, such as the local press and photography, essential elements for giving voice to other voices, transforming the community and its youth.

Key-words: Amarante, Catholic Social Teaching, Lay Apostolate, Portuguese Catholic Action, Portuguese Catholic Youth.

Índice de Figuras

FIGURA 1 - JORNAL <i>VOZ DA FÁTIMA</i>	60
FIGURA 2 - ORGANIGRAMA DA AÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA.....	64
FIGURA 3 - ORGANIGRAMA DA JUNTA CENTRAL DA AÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA	66
FIGURA 4 - MAPA DE AMARANTE ANTES DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE 2013.....	85
FIGURA 5 - FICHA DA JOCF DESTINADA À DIREÇÃO DIOCESANA	111
FIGURA 6 - FOTOGRAFIA DO IV CONVÍVIO DA JOC/LOC DE AMARANTE	116
FIGURA 7 - ASSOCIADOS DA AÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA	127
FIGURA 8 - BILHETE DE IDENTIDADE DA JOCF DE LUÍSA PIMENTA	129
FIGURA 9 - GRUPO DA PRÉ-JOC E DA JOC DA SECÇÃO DE S. GONÇALO	131
FIGURA 10 - EMBLEMAS DA JOC.....	136
FIGURA 11 - JOCISTAS NA SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS EM FÁTIMA	144
FIGURA 12 - INAUGURAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE AMARANTE E DO PALÁCIO DA JUSTIÇA	148
FIGURA 13 - COMUNHÃO PASCAL DA JOC E DA JOCF	149
FIGURA 14 - CASAMENTO DE VITORINO GONÇALVES.....	150
FIGURA 15 - INTERPRETAÇÃO DE VITORINO GONÇALVES NO TEATRO DA JOC	156
FIGURA 16 - CONCURSO DE PRESÉPIOS DA JOC DE S. GONÇALO	159
FIGURA 17 - JOCISTAS NA SEDE DA JOC DE S. GONÇALO A JOGAR <i>PING-PONG</i>	161
FIGURA 18 - INTERVENÇÃO DE ALBINO PINTO DA COSTA.....	168

Índice de Tabelas

TABELA 1 - SECÇÕES DA AÇÃO CATÓLICA NO CONCELHO DE AMARANTE	102
TABELA 2 - PROFISSÕES E OCUPAÇÕES DAS JOCISTAS DA SECÇÃO DE S. GONÇALO	112
TABELA 3 - ADMISSÕES NA JOCF E PRÉ-JOCF NA SECÇÃO DE S. GONÇALO.....	113
TABELA 4 - PROFISSÕES E OCUPAÇÕES DOS JOCISTAS DA SECÇÃO DE S. GONÇALO	117
TABELA 5 - PROBLEMAS DOS JOVENS NA VILA DE AMARANTE	121
TABELA 6 - AÇÕES JOCISTAS NA VILA DE AMARANTE	140

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE DE AMARANTE: 1940, 1950 E 1960 (1940 A 1960).....	92
GRÁFICO 2 - POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE DA FREGUESIA DE S. GONÇALO: 1940, 1950, 1960 (1940 A 1960)	93

Lista de abreviaturas e siglas

AC	AÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA
DSI	DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA
JAC	JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA
JACF	JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA FEMININA
JEC	JUVENTUDE ESCOLAR CATÓLICA
JECF	JUVENTUDE ESCOLAR CATÓLICA FEMININA
JIC	JUVENTUDE INDEPENDENTE CATÓLICA
JICF	JUVENTUDE INDEPENDENTE CATÓLICA FEMININA
JOC	JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA
JOCF	JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA FEMININA
JUC	JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA
JUCF	JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA FEMININA
LAC	LIGA AGRÁRIA CATÓLICA
LACF	LIGA AGRÁRIA CATÓLICA FEMININA
LEC	LIGA ESCOLAR CATÓLICA
LECF	LIGA ESCOLAR CATÓLICA FEMININA
LIC	LIGA INDEPENDENTE CATÓLICA
LICF	LIGA INDEPENDENTE CATÓLICA FEMININA
LOC	LIGA OPERÁRIA CATÓLICA
LOCF	LIGA OPERÁRIA CATÓLICA FEMININA
LUC	LIGA UNIVERSITÁRIA CATÓLICA
LUCF	LIGA UNIVERSITÁRIA CATÓLICA FEMININA
PIDE	POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO

Introdução

A justificação para o estudo da Juventude Operária Católica de Amarante decorre de um contexto familiar, da descoberta de nós próprios, das nossas heranças. De uma memória individual, partimos para o estudo de um grupo mais amplo, que faz parte da visão alargada das transformações sociais no Portugal dos anos 40 a 60. Afinal, o tema ganha uma escala que não se limita ao local, nem ao regional e procura dar a conhecer a dinâmica de pessoas que são a razão de ser de todos nós.

i. Objeto de estudo. O seu espaço e o seu tempo

O nosso objeto de estudo é a ação da Juventude Operária Católica, na vila de Amarante, entre 1950 e 1967. O primeiro contacto com o tema deu-se aquando de uma conversa com um familiar sobre as vivências dos jovens na vila de Amarante durante o Estado Novo. A proximidade recorrente, porque meu familiar, Vitorino Lima Coelho Gonçalves, ex-jocista amarantino, e as conversas e partilhas levaram-nos a identificar, com maior precisão, o nosso objeto de estudo¹.

Vitorino Gonçalves confirmou a existência de outros ex-jocistas que, anualmente, ainda se juntam e partilham, num momento de convívio, relembando os tempos da JOC/JOCF de Amarante. O objeto de estudo foi-se centrando numa das Secções, organizada a nível paroquial: a Secção de S. Gonçalo. Espoletado pela conversa prévia com aquele militante, tivemos contacto com o último grupo de filiados desta Secção, o que nos permitiu, com os seus protagonistas e pelas próprias vozes, contribuir para a (re)construção das memórias jocistas.

¹ Confirmamos, nas nossas fontes, a existência, no concelho de Amarante, de Secções da Juventude Agrária Católica (JAC), da Juventude Escolar Católica (JEC) e da Juventude Independente Católica (JIC), assim como outras Secções da Juventude Operária Católica.

As questões colocadas ao interlocutor, acerca do que nos ia revelando, levou-nos a iniciar um percurso de pesquisa, tendo consciência de que aquelas memórias pessoais se cruzavam com a História Local, num período de desenvolvimento da vila de Amarante, no contexto mais alargado do Regime liderado por Salazar, assim como das relações estabelecidas com a Igreja e as suas Reformas.

Definido o nosso percurso (re)construtivo, restringimos a nossa cronologia ao período entre os anos de 1950 e 1967, dado que 1950 é o ano mais distante em que um dos membros do grupo de ex-jocistas integrou a Secção, sendo 1967 a data da última filiação jocista na Secção que encerrou, também, em 1967. Este *terminus* é confirmado por outras informações, nomeadamente o apagamento de notícias nos jornais locais², pela documentação relativa a esta Secção³, assim como informação oral, por os ex-jocistas associarem o fim dos anos 60 e o início da década de 70 do século XX à descontinuidade e inatividade da Secção⁴.

Dentro da nossa cronologia, vários momentos da vida da ACP podem-nos guiar e ajudar a compreender os caminhos encetados. Destacamos a posição do Bispo do

² O jornal *Flor do Tâmega*, apesar de menos exemplares disponíveis entre 1967 e 1969, apenas divulga, em 1969, a Secção da LOC na Madalena e, neste período, refere o Grupo Coral de S. Gonçalo na Festa de S. Pedro *Ad Vincula* e na *Festa e Primeira Romaria do Ano a S. Gonçalo*, mas sem referência direta à JOC/JOCF. Ainda em 1968, em julho, no *Flor do Tâmega* é publicado um convite para a Procissão de S. Pedro. Salientamos a inexistência de um convite direcionado aos organismos da Ação Católica, sendo este para as autoridades civis e militares de Amarante, Mocidade Portuguesa, Ordem Terceira de São Domingos, Associações do Apostolado da Oração (Coração Sagrado de Jesus), da Doutrina Cristã (Associação de S. José), a Liga Eucarística dos Homens, a Cruzada Eucarística das Crianças e as Confrarias do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Rosário, Corporação dos Bombeiros Voluntários de Amarante, assim como demais associações de beneficência, recreio e desporto.

³ No Arquivo da JOC da Diocese do Porto, identificamos, relacionada com Amarante, correspondência manuscrita e datilografada nos seguintes anos: 1956, 1958, 1959, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967. As cartas produzidas pela Secção da JOCF de S. Gonçalo situam-se nesta cronologia, com maior incidência entre 1962 e 1966, cessando, a correspondência, em 1967.

⁴ Nas conversas que tivemos com uma jecista, Regina Maria do Carmo da Silva Vasconcelos, integrante da JECF do Colégio de S. Gonçalo, surgiu o nome do Padre José Sousa e Castro (n. 1944), atualmente sem paróquia atribuída. Entramos em contacto com o Padre Castro, como é conhecido, a 19 de julho de 2025, de forma a aferir se teria informação relevante sobre a ACP e a JOC em Amarante. Referiu que, aquando da entrega das paróquias da Lomba e de Salvador do Monte, em 1970, “já não havia atividade da Ação Católica, já não se faziam reuniões”. O Padre Castro foi ainda pároco de Carvalho de Rei, a partir de 2010, tendo sido homenageado quando celebrou as Bodas de Ouro Sacerdotais. Ver <https://www.vozportugalense.pt/2019/11/03/as-bodas-de-ouro-sacerdotais-do-padre-jose-sousa-e-castro/> e <https://www.expressodeamarante.pt/salvador-do-monte-prestou-homenagem-ao-padre-jose-castro/>. Consultado a 27 de setembro de 2025.

Porto, D. António Ferreira Gomes, e a candidatura de Humberto Delgado, em 1959, à Presidência da República Portuguesa, que podem ser consequência ou causa de mudanças sociais, com reflexos na vida da Igreja e do Estado. Momentos que teremos em consideração no sentido de avaliar as tensões e a crise da ACP.

Outros momentos justificam a pertinência das balizas cronológicas e a possibilidade de terem impacto na orgânica e dinâmica da ACP: a realização do *I Congresso das Juventudes Operárias Católicas*, em 1955, precedida, em 10 anos, pela publicação do *Estatuto da Juventude Trabalhadora*, em 1945, o *Grande Encontro em Fátima*, em 1958, a *Comemoração do XXV Aniversário da JOC Portugal* e a *II Semana Nacional de Estudos*, em Fátima, em 1960.

Importante articular com os possíveis impactos do ambiente gerado com a realização do *Concílio Vaticano II* (1962-1965), como um marco importante no olhar e na reflexão sobre a ação da Igreja junto dos leigos e a importância destes para a recristianização da sociedade. Este Concílio insere-se e reforça a nossa cronologia de investigação, tendo em consideração o expectável impacto e importância do mesmo para a Igreja de *Cristo Operário*, nome atribuído pelos jocistas a Jesus Cristo, constando nas suas publicações e correspondência⁵.

O contexto local também deverá ser tomado em consideração, dada a afirmação industrial na vila de Amarante, que, sendo rural, se insere, igualmente, no mapa industrial de maior fôlego. Salienta-se a *Abreu & Companhia, Lda.*, fundada em 1929, com as suas fábricas Tabopan, antiga serração, cujo legado e importância no tecido industrial e laboral em Amarante é ainda tão presente⁶. Este exemplo terá que

⁵ Podemos encontrar a atribuição de *Cristo Operário* a Jesus Cristo em algumas cartas manuscritas que analisamos do Arquivo da JOC da Diocese do Porto, enviadas pela Secção da JOCF de S. Gonçalo (a 18 de fevereiro de 1964, assinada por Maria Adelaide da Costa Peixe e a 5 de julho de 1964, escrita por Maria da Conceição dos Anjos), assim como no boletim *Estatuto da Juventude Trabalhadora*, produzido pela Direção Geral da JOC, em 1945 (com um carimbo da Direção Diocesana da LOC do Porto, no frontispício), também consultado no Arquivo da JOC da Diocese do Porto. A designação aparece no fim das cartas, nas palavras de despedida das remetentes (“abraça-a a amiga em *Cristo Operário*”, “Fica a muito amiga e irmã em *Cristo-Operário*”).

⁶ Foi atribuída a Medalha de Honra de Amarante, postumamente, a 8 de julho de 2021, a José Gonçalves de Abreu, industrial amarantino, no âmbito do 36.º Aniversário da Elevação de Amarante a cidade. Cf.

ser tomado em consideração, dado que estamos a estudar uma associação que se identifica como operária – Secção de S. Gonçalo da JOC/JOCP.

ii. Objetivos e Justificação

No decorrer das nossas leituras, os objetivos foram sendo burilados e ajustados à realidade do que se nos apresentava como potenciais caminhos de investigação a partir de uma questão, *quem são estas pessoas?*, que nos remete para a individualidade e percurso de construção de uma identidade – uma associação. A resposta exige: a identificação e análise da organização da JOC em Amarante, quer a masculina, quer a feminina, enfatizando a Secção de S. Gonçalo, caracterizar o perfil do jocista amarantino e reconstituir as suas potenciais redes de sociabilidade locais.

Desta forma, é, também, nosso objetivo, identificar e analisar as dinâmicas associadas ao mundo operário, ao universo espiritual e religioso (dada a sua natureza fundacional – católica), assim como as que cimentam a sociabilidade, como as desportivas, culturais e recreativas, que podem contribuir para a coesão e atividade do grupo, no âmbito mais lato do trabalho, educação, administração e outros vetores da sociedade local.

Aquando dos primeiros passos na pesquisa de documentos e informação acerca do trabalho e da ação da Juventude Operária Católica em Amarante, deparamo-nos com limitada informação, sem um estudo prévio, eventualmente inexistente pela não disponibilização, localmente, de qualquer acervo que localizasse um fundo específico da Ação Católica Portuguesa em Amarante⁷.

Esta lacuna de informação e de documentação sobre a ação jocista foi uma motivação para a nossa investigação, justificando um olhar mais apurado face à

proposta apresentada na Ata <https://www.cm-amarante.pt/wp-content/uploads/2023/02/ata-n-15-de-29-de-junho-de-2021.pdf>. Consultado a 11 de julho de 2025.

⁷ Cf. SOUSA, Fernando de [et al.] - *O Arquivo Municipal de Amarante*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 1998. 200 p. [s/ISBN].

historiografia que, como escreveram alguns investigadores, ainda são poucos os estudos levados a cabo sobre a Acção Católica Portuguesa, ainda mais quando nos referimos a organismos especializados como é a JOC⁸.

iii. Fontes de informação e metodologia de tratamento de dados

De acordo com os objetivos definidos, tratando-se de um estudo local da JOC/JOCP, acentuando a importância de uma análise micro, recorreu-se a uma panóplia de fontes de informação, com relevo para as fontes orais, levando à (re)construção de memórias dos protagonistas de uma comunidade, a dos jocistas, na sua militância diária, entre a teoria e as práticas, junto dos jovens e da comunidade amarantina, em geral. Além destas, foi essencial cruzar e validar os discursos e leituras por nós ouvidos e lidos com outras fontes de informação, nomeadamente jornais, correspondência, fotografias, etc., cuja pertinência e condições de produção serão apresentadas.

a) Fontes Orais – Questionários e Entrevistas

O nosso contacto, como já indicámos, e fonte de informação, foi o meu avô materno, Vitorino Lima Coelho Gonçalves⁹, ponto inicial para muitas outras e repetidas conversas e orientador do nosso percurso metodológico de reconstituição de contactos. Para além da informação relativa às dinâmicas do movimento na vila, por ter sido dinamizador de peças de teatro para a comunidade, membro ativo e catalisador, partilhou um álbum de fotografias, sendo várias alusivas a momentos de

⁸ Paulo Fontes (2011) diz-nos que “se muito referida, até hoje ela não foi objecto de estudos desenvolvidos, pese embora a existência de alguns trabalhos parcelares e de sugestivas sínteses globais” (Fontes, 2011, p. 13). Algo que também é acentuado por Maria Inácia Rezola (1999) que salienta a falta de outros olhares sobre a história da Igreja. Outros investigadores, com trabalhos mais recentes, como é o caso de Carina Raquel Gomes Ferreira (2018), que centrou o seu estudo nos movimentos católicos femininos de Braga, sublinhou as lacunas e a falta de trabalhos sobre a Acção Católica Portuguesa e todos os seus organismos, tendo reorientado o seu trabalho no decorrer da investigação, devido à falta de fontes e o pouco tratamento de arquivos relativos ao tema em estudo.

⁹ Nascido a 21 de janeiro de 1941, na vila de Amarante, na freguesia de S. Gonçalo, na Rua Nova (Campo da Feira), alfaiate de profissão.

vivências jocistas na vila de Amarante. Nelas, indicou ex-jocistas ainda vivos, que continuam a reunir-se anualmente, por hábito, em novembro ou dezembro. Decidimos integrar o Convívio da JOC/LOC a 8 de dezembro de 2023, o XIV Convívio, acompanhando-o.

O contacto e a aproximação permitiram criar confiança. Alguns elementos do grupo indicaram, informalmente, que possuíam documentos, fotografias e/ou objetos que provavam o seu envolvimento na dinâmica jocista em Amarante. O meu avô foi indicando elementos identitários do grupo, com paradeiro incerto, como a bandeira da JOC de Amarante e um livro de atas manuscrito. As dúvidas alimentaram conversas posteriores e tanto a bandeira como o livro de atas da Secção de S. Gonçalo não apareceram, mas testemunhas, várias, confirmaram que existiram¹⁰.

Neste contacto presencial com o grupo de ex-jocistas da Secção de S. Gonçalo, constatamos que alguns dos elementos, já na sua maturidade de adultos, tinham também ingressado na Liga Operária Católica (LOC), pelo que, o encontro reunia quer militantes da JOC, masculina e feminina, quer da LOC, também de ambos os sexos.

Estas conversas espontâneas permitiram-nos alargar o estudo sobre o perfil do jocista amarantino para as camadas pré-juvenis e aferir e analisar a relação com a JOC e a LOC da mesma Secção¹¹. Contudo, colocadas as questões, na senda das partilhas de cada ex-jocista, percebeu-se que este XIV Convívio tinha reunido um número inferior de pessoas, 14 pessoas, relativamente a outros Convívios, nomeadamente o encontro de 2011 (doze anos antes)¹², decorrido no Centro Pastoral de Amarante, comprovadamente maior, face às fotografias de grupo a que tivemos acesso.

¹⁰ A explicação para o seu desaparecimento pode dever-se ao fim da atividade do grupo e da reutilização do espaço onde estavam sediados, uma das salas do edifício da Igreja de Nosso Senhor dos Aflitos, também designada como Igreja de S. Domingos, no centro de Amarante, ladeada pela Igreja de S. Gonçalo, e que hoje recebe o *Museu Paroquial de Arte Sacra Dr. Luís Coutinho*. Ver <https://www.rotadoromanico.com/pt/experiencias/o-que-ver-e-fazer/igreja-de-sao-domingos-museu-de-arte-sacra/>. Consultado a 29 de agosto de 2025.

¹¹ Nos dois convívios em que participamos, em 2023 e 2024, o Pároco marcou presença no almoço com os ex-jocistas. José Manuel Miranda Ferreira é Pároco de S. Gonçalo e de S. Veríssimo desde 2008.

¹² A fotografia do Convívio da JOC/LOC de Amarante de 2011 foi a primeira fotografia a que tivemos acesso, pela mão de Vitorino Gonçalves, e onde iniciamos a identificação dos elementos do grupo, com a sua ajuda e a de outros ex-jocistas.

A existência de fotografias, que fazem parte dos seus Arquivos Pessoais, foram referidas e imediatamente prometido o acesso. As conversas convergiram na identificação do autor da maior parte das fotografias, de um Espólio particular, do fotógrafo amarantino Eduardo Teixeira Pinto (1933-2009)¹³, consagrado e premiado, tendo sido militante jocista na mesma Secção.

O trabalho de compilação foi-se desenvolvendo, cruzando as coleções privadas dos ex-jocistas, onde, para além de fotografias da autoria de Eduardo Teixeira Pinto e de outros autores, encontramos as captadas em vários Convívios da JOC/LOC de Amarante, conseguindo identificar outros elementos e documentos importantes e com um simbolismo evidente para o grupo¹⁴:

- Bilhetes de Identidade da Juventude Operária Católica e da Liga Operária Católica, quer dos próprios militantes, quer de outros que integraram a Secção;
- cartões de dirigente da JOC da Secção de S. Gonçalo;
- guias de revalidação da JOC, com os devidos selos colados, atestando o pagamento das quotas definidas para o jocista;
- cartão de alojamento, no âmbito de ações da Ação Católica Portuguesa em localidades que não Amarante e que nos remete para dinâmicas do movimento numa escala nacional e internacional;
- bilhete de transporte, mais especificamente da *Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses*, utilizado para deslocação para os momentos de partilha jocista;
- *pins* alusivos ao Convívio anual da JOC/LOC de Amarante;
- autocolantes, também referentes aos Convívios;

¹³ Ver <https://amarantetourism.com/poi/eduardo-teixeira-pinto/>. Consultado a 21 de julho de 2025.

¹⁴ Foi-nos também permitido criar uma coleção própria, da qual constam o *pin* da JOC/LOC; fotografias dos convívios jocistas em que participamos e fotografamos; postais e autocolantes desses momentos de partilha entre jocistas e familiares destes e alguns elementos audiovisuais que derivam do confronto de fontes analisadas e que levaram à criação de outras para o nosso trabalho. O objetivo é criar um Inventário Participativo. Quanto aos Arquivos Pessoais, digitalizamos o que nos foi autorizado.

- publicação produzida pela Diocese do Porto, no âmbito da JOC Internacional, entre outros.

No nosso segundo encontro com o grupo, no XV Convívio da JOC/LOC Amarante, a 24 de novembro de 2024, tendo estado presentes 15 ex-jocistas, assim como alguns amigos e familiares que os acompanhavam, apresentamos publicamente mais informações sobre o nosso estudo junto do grupo, os nossos objetivos académicos, evidenciando a importância do testemunho de cada um, da sua vivência jocista, para o nosso trabalho. Todos se disponibilizaram para colaborar no necessário, mais especificamente no preenchimento de um questionário e na gravação de entrevistas¹⁵.

As conversas prévias, individuais e de grupo, foram fundamentais para se definir um conjunto de 31 perguntas que desse corpo a um questionário adaptável à situação de cada pessoa e do seu grau de envolvimento na JOC/JOCF. Para além disso, tendo nós conhecimento de que alguns integraram a Pré-JOC/JOCF e a LOC/LOCF, as perguntas teriam de se enquadrar nesta ligação anterior e posterior à JOC/JOCF.

Para quantificar o número de jocistas passíveis de responder às perguntas plasmadas no questionário, foi importante identificar, nas fotografias dos sucessivos Convívios, as pessoas que ainda estavam vivas e mantinham contacto entre si, uma vez que, atualmente, nem todas participam nesses momentos de grupo, pelos mais diversos motivos. Entretanto, outros nomes foram referidos aquando do preenchimento do questionário, à medida que se iam recordando de outras pessoas que nunca estiveram presentes ou que estiveram pontualmente, mas somente nos primeiros Convívios.

Para esta identificação, apenas conseguimos ter acesso às fotografias relativas aos Convívios da JOC/LOC de Amarante dos anos 2011, 2012, 2014, 2023 e 2024, três anos na segunda década e outros dois na terceira década do século XXI.

¹⁵ Todos assinaram um *Termo de Consentimento Informado*, autorizando o uso da informação partilhada, assim como das fotografias e vídeos em que estivessem presentes. Ver transcrição de entrevistas e o questionário, em Anexos e Apêndices, respetivamente.

Constatamos que várias das pessoas que estão nas fotografias de grupo, nunca pertenceram à JOC/JOCF. Algumas são familiares de ex-jocistas que os acompanharam nesses momentos; algumas só militaram na Liga Operária Católica (LOC); outras foram militantes da Juventude Escolar Católica (JEC), tendo ligações familiares a militantes de outros organismos.

Após este trabalho de identificação e triagem, em diálogo com os ex-jocistas, antes e durante a aplicação do questionário, identificámos 57 pessoas vivas, que pertenceram à JOC e/ou Pré-JOC, somando uma que pertenceu somente à LOC e duas à JEC.

Destas, 23 ex-jocistas e 3 ex-pré-jocistas colaboraram connosco no preenchimento do questionário e demonstraram disponibilidade total e imediata para serem entrevistadas, caso necessário.

Os questionários foram preenchidos em diversos contextos. Damos prioridade à realização de pequenos encontros com um máximo de cinco pessoas, que decorreram na sede da União das Freguesias de Amarante (S. Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, articulação importante do corpo-lugar jocista. Nesses encontros, algumas das pessoas fizeram-se acompanhar de fotografias, o que nos permitiu identificar outros militantes jocistas e desenvolver algumas conversas em torno dos contextos em que foram tiradas. Foram momentos importantes para recolher mais informações sobre a JOC em Amarante, através de algumas perguntas que não constavam no questionário¹⁶, mas que, à medida que se iam desenvolvendo as conversas, permitiam a sua introdução. De notar que, pelo facto de estarem juntos, permeou a (re)reconstrução de algumas memórias coletivas e outras partilhadas entre alguns deles.

Outras pessoas preencheram individualmente, mantendo nós um diálogo à medida que iam preenchendo o questionário, uma vez que as questões propostas abriam novos caminhos de conversa, trazendo à memória outros elementos que fomos

¹⁶ As questões que surgiram referiam-se a pessoas de destaque em Amarante que contribuíram para as dinâmicas do grupo, os lugares onde estas se realizavam, entre outras.

anotando, a pensar em análise posterior. Outros, preencheram o questionário nas suas casas, devido a problemas de saúde e de mobilidade, sendo que os familiares e amigos próximos foram fundamentais para esta ligação, estando nós sempre disponíveis para qualquer dúvida que pudesse surgir.

A cada questionário foi atribuída uma letra, de forma a assegurar um tratamento de informação e o anonimato, aquando da sua transposição para este estudo.

O questionário é composto por vários campos, de acordo com os objetivos de cada pergunta e os indicadores a mensurar: *identificação, dados biográficos, entrada no organismo especializado, vida jocista, a vila e a JOC, símbolos e significados*.

Num primeiro momento, os ex-jocistas preencheram dados biográficos e de identificação que consideramos de relevo para tratamento futuro e de confronto com as fontes orais, em contexto de entrevista. Assim, centramos as nossas questões nos locais de nascimento e de residência à data da entrada na JOC, assim como outros dados relativos à escolaridade e profissão à data da aposentação. Sendo nosso objetivo mapear os lugares jocistas, a sua residência de então e local de nascimento, os restantes dados permitem aferir possíveis redes de sociabilidade e de afirmação social.

Seguidamente, orientamos o nosso foco para a altura em que tiveram contacto com a JOC, a sua entrada, aferindo o seu percurso: se militaram somente na JOC ou se deram continuidade e integraram a LOC e, ainda, se estiveram associados aos movimentos pré-juvenis no que era o percurso do Movimento Católico: Pequenos/as, Benjamins/minas e Pré-JOC/JOCF. Os dados recolhidos permitiram perceber as idades de entrada e saída de cada um, nos diversos momentos da vida jocista, assim como as suas motivações e ligações familiares ao movimento, a escolaridade, a profissão ou ocupação, dados relativos ao matrimónio e descendência, elementos que consideramos para analisar o momento e contexto em que cada um decidiu ou foi levado a integrar o movimento jocista na vila de Amarante.

Outra parte do questionário foi dedicada à vivência no seio da Ação Católica Portuguesa. Aqui, pretendemos aferir o grau de envolvimento de cada um na Secção de S. Gonçalo, através dos cargos desempenhados na Direção Paroquial ou noutra mais ampla e de maior responsabilidade, ou seja, o grau de responsabilidade na organização e no funcionamento da Secção.

No âmbito da militância jocista, consideramos importante perceber quem orientava e fazia o acompanhamento dos grupos e como é que as práticas e as ações, nomeadamente os momentos de reflexão em grupo, se enquadravam na aplicação do método *Ver-Julgar-Agir*¹⁷. A sua literacia, nomeadamente a sua formação escolar, os hábitos de leitura e a participação em associações ou grupos de carácter religioso, cultural, desportivo ou recreativo, permitem-nos perceber a dinâmica local, o pensar para além da JOC e as suas ligações com os diversos agentes de transformação local. Mesmo a participação na imprensa católica, quer na escrita ou distribuição das publicações, assim como na imprensa local, pode indicar evidências do grau de compromisso e de missão dos militantes em relação à Ação Católica Portuguesa e, mais concretamente, ao seu papel na divulgação e recrutamento e a integração de militantes para a Secção da JOC.

É ainda nesta parte do questionário que, com o objetivo futuro da criação de um Inventário Participativo que valorize a partilha de memórias, se confirmou a posse de elementos identificativos preservados, testemunhos da sua participação, úteis para o cruzamento com as entrevistas e o confronto com outras fontes de informação.

Estas perguntas, além da riqueza das respostas, serviram para avaliar quem deveria ser entrevistado, assim como orientar o guião das entrevistas. Os critérios de seleção dos entrevistados, homens e mulheres, prenderam-se com vários pontos: as funções desempenhadas e os conhecimentos dos procedimentos internos ao organismo; cargos assumidos na Direção da Secção de S. Gonçalo; representação da

¹⁷ Este método jocista, *Revisão da Vida* (RDV) com três momentos – *Ver, Julgar e Agir* – aplicado por Joseph Cardijn na Bélgica, é referido em várias publicações, aferindo a sua importância para a prática jocista no território: JOC: *Declaração de Princípios*, [s/d], p. 4, *Plano Básico de Formação Locista: 2.º Semestre*, [s/d], pp. I a IV, *Conclusões do Curso Geral de Militante*, publicado pela Direção Geral da JOCF, no ano social 1953/1954, p. 2. Consultamos as três publicações no Arquivo da JOC da Diocese do Porto.

Secção na vila e fora desta; participação mais ativa nas dinâmicas do grupo. Tivemos em conta, ainda, ex-jocistas que, não tendo preenchido o questionário, estiveram em iniciativas de carácter cultural, recreativo e desportivo (teatro e/ou desporto), ou que, não tendo militado na JOC, mas próximos, poderiam partilhar o seu olhar observador.

Apesar de um guião prévio, as entrevistas deixaram liberdade aos entrevistados, de acordo com a diversidade de olhares e o grau de dedicação e militância de cada um à Juventude Operária Católica. Entrevistamos quatro militantes. Um dos entrevistados foi Albino Pinto da Costa¹⁸, referido pela totalidade dos ex-jocistas, como sendo uma das figuras relevantes da dinâmica local da Secção. A entrevista foi direccionada para:

- a organização e o funcionamento da Secção da JOC e a relação com a Diocese do Porto e outros organismos e instituições de cariz religioso e de missão;

- as dinâmicas religiosas, culturais, recreativas e desportivas da JOC na vila de Amarante e noutros pontos do país em que tenham participado e representado a Secção de S. Gonçalo;

- as ações na comunidade que possam ter sido momentos de transformação social, cultural, laboral e/ou educativa;

- a teoria e a prática da Ação Católica Portuguesa e a aplicação do Método Jocista;

- os lugares de ação jocista e o seu simbolismo;

- a vila de Amarante e os problemas e caminhos da juventude;

- a imprensa católica e a imprensa local escrita.

No que diz respeito, concretamente, às dinâmicas religiosas, recreativas culturais e desportivas, tendo em conta que os entrevistados não estiveram tão envolvidos nestas duas últimas, decidimos entrevistar Vitorino Gonçalves (o meu avô),

¹⁸ Albino Pinto da Costa, nasceu em Baião, a 3 de março de 1939 e reside, atualmente, na Rua Mário Cal Brandão, em Amarante. À data da entrada na JOC, residia na Rua Cândido dos Reis, no centro da vila. À data da aposentação, a sua profissão era caixeiro. É uma das principais referências da JOC de Amarante.

por ter participado em várias dinâmicas jocistas, como apurámos em conversas prévias.

As questões tinham como objetivo:

- aferir a natureza das dinâmicas, nas quatro áreas de intervenção (religiosa, recreativa, cultural e desportiva), levadas a cabo pela Secção;
- perceber como se organizavam e materializavam as diversas atividades;
- aferir a importância dos lugares em que decorriam e o seu simbolismo para o pensamento e prática jocistas.

Quanto à Juventude Operária Católica Feminina (JOCF), inicialmente, a informação partilhada pelas ex-jocistas que militaram na Secção de S. Gonçalo não foi fluída. Mas percebemos que, algumas, em contexto de preenchimento do questionário, tal como aconteceu com alguns dos homens, foram recordando momentos vividos no tempo em que pertenceram à JOCF, o que foi espoletado pela presença de outras ex-jocistas nesse momento. Quanto a questões relacionadas com a organização e funcionamento da Secção, apenas uma das ex-jocistas se destacou, fazendo referência, quer à teoria, quer às práticas do movimento e na ligação com a comunidade. Falamos de Luísa Pimenta, que ocupou vários cargos, atualmente a residir na cidade do Porto.

As nossas questões para esta entrevista tinham como objetivos:

- perceber a organização e funcionamento da parte feminina da Secção da JOC de S. Gonçalo;
- aferir as dinâmicas realizadas pela Secção feminina;
- aferir as possíveis dinâmicas de Secção conjuntas da JOCF com a JOC;
- analisar o papel da mulher jocista na comunidade amarantina, através da sua ação concreta na ACP e como eram vistas pela comunidade.

Uma outra entrevista, somente centrada na atividade da Pré-JOC¹⁹, foi feita a António Ribeiro Pereira, na sede da JOC e da JOCF.

Quanto às questões pensadas para esta entrevista, tivemos em consideração:

- as dinâmicas da Pré-JOC na Secção;
- o modo como era feito o acompanhamento por parte da JOC à Secção pré-juvenil;
- a relação entre a Pré-JOC e a JOC;
- as motivações de entrada e de saída da Pré-JOC;
- o ambiente juvenil na vila de Amarante.

Todas as entrevistas foram gravadas em suporte vídeo e/ou áudio, em ambientes familiares a cada um dos ex-jocistas, de acordo com o seu local de residência e não descurando possíveis dificuldades de mobilidade ou optando pela sede da JOC/JOCF, para uma imersão no espaço, facilitando a (re)construção de memórias²⁰. Foram utilizados instrumentos, ao longo das entrevistas, que permearam essa (re)construção de memórias²¹:

¹⁹ Por identificação nas fotografias da autoria de Eduardo Teixeira Pinto e por alguns participarem nos Convívios até ao presente da JOC/LOC de Amarante, tornou-se evidente que alguns apenas participaram nas atividades da Pré-JOC.

²⁰ Foi nosso objetivo tornar o momento mais confortável a cada um dos entrevistados, tendo sido uma decisão conjunta. Desta forma, garantimos a fixação destas memórias, somando ao nosso Arquivo Jocista estes documentos com testemunhos orais na primeira pessoa, de quem militou e viveu o Jocismo na Secção de S. Gonçalo, na vila de Amarante.

²¹ O estudo feito por Ana María Sosa González e Daniela Vieira Goularte (2022) intitulado *Narrativas orais e fontes visuais: uma metodologia para conhecer relações fenomenológicas entre sujeitos e antigos lugares de trabalho*, foi importante para analisar a aplicação destes instrumentos no âmbito da História Oral, em que uma “metodologia baseada na alternância de narrativas (orais e visuais) se mostrou apropriada para abordar as questões de memória, ressignificações dos antigos espaços” (p. 197). Mesmo que com objetivos e contextos diferentes, consideramos possível de aplicar aos nossos, recorrendo à *foto/objeto elicitação*, fomentando o cruzamento de fontes e a consequente possibilidade de criar novos documentos que fixem o narrado oralmente, “formando um eficiente conjunto de narrativas orais que se complementam com fontes visuais” (González *et al.*, 2022, p. 197).

- *foto/objeto elicitação*, recorrendo a fotografias do Arquivo de Eduardo Teixeira Pinto e objetos partilhados pelos jogadores, que integram as suas coleções particulares;

- mapas mentais, recriando os lugares de ação jogador e de maior presença do movimento.

Este percurso metodológico teve em consideração o facto de que não podemos descurar a fragilidade da memória e das particularidades dos intervenientes em contexto de entrevista, pela possibilidade de seleção no discurso, do favorecer determinado momento em prol de outro, a sua sobreposição e significado próprio, nem sempre representativo do grupo. Por isso, estivemos atentos ao sentido do que é uma entrevista, “um ato delicado de escutar aqueles que nos emprestam a sua voz, as suas memórias, e que esperam de nós ouvidos atentos” (Rovai, 2015, p. 112), tendo o tempo como mecanismo de ligação e de compreensão entre entrevistador e entrevistado²². Com efeito, como defendido por Alessandro Portelli (1997), “a arte essencial do historiador oral é a arte de ouvir” (p. 22) e é esse lugar que promovemos quando em contexto de partilha e entrevista com os nossos ex-jogadores, tendo uma postura flexível no pensado para questões “a fim de incluir não só aquilo que acreditamos querer ouvir, mas também o que a outra pessoa considera importante dizer” (p. 22). Importante ainda salientar a necessidade de ter consciência dos limites da memória, das suas fraquezas, a sua “capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente, suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e para o mito” (Joutard, 2000, p. 34). Esse foi um dos nossos desafios, mas que a bibliografia consultada permitiu burilar e ajustar à nossa realidade.

b) A fotografia e o espólio fotográfico de Eduardo Teixeira Pinto

Sendo a maior parte das fotografias das coleções pessoais da autoria do fotógrafo Eduardo Teixeira Pinto, contactamos a família, de forma a perceber a

²² Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2015) fala de “uma prática que demanda de nós paciência na construção de certa «arte de perder tempo»” (p. 112).

possibilidade de acesso ao seu Espólio, salvaguardado pela família, que desde julho de 2013 criou a *Associação para a Criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto*, dinamizando, culturalmente, a Casa da Granja, em Amarante. Não estando o Espólio tratado e catalogado, a disponibilidade e generosidade da família foram importantes para a identificação de algumas das fotografias que nos remetem para os anos da ação jocista na vila de Amarante²³.

Da nossa parte, para facilitar a pesquisa no espólio fotográfico, indicamos alguns contextos em que a JOC/JOCF poderia estar presente, ou lugares que, de alguma forma, tinham relação com o grupo e com a sua ação na e com a comunidade, fruto das nossas leituras e conversas com os ex-jocistas²⁴.

Sendo a bandeira um elemento muito presente nas cerimónias e dinâmicas jocistas, ajudou a identificar parte das fotografias analisadas e a evidenciar algumas particularidades dos seus símbolos, confrontando com outras fontes.

Nas duas reuniões que realizamos na sede da *Associação* foram partilhadas algumas fotografias identificadas pela família, tendo esta cedido 37 fotografias²⁵ em formato digital e autorizando a publicação de 8 na nossa Dissertação²⁶. Como algumas das fotografias das coleções pessoais, da autoria de Eduardo Teixeira Pinto, com

²³ O nosso primeiro contacto com o Espólio Fotográfico de Eduardo Teixeira Pinto foi através das duas filhas do fotógrafo, Eng. Verónica Teixeira Pinto (Presidente da *Associação*) e Cristina Teixeira Pinto.

²⁴ Demos como referências: grupos de rapazes e raparigas, crianças e jovens, nos Claustros da Igreja de S. Gonçalo ou no Parque Florestal de Amarante, grupos de raparigas e rapazes em passeios em Amarante ou na cidade do Porto, Grupo Coral de S. Gonçalo, grupos no interior e exterior da Igreja de Nosso Senhor dos Aflitos e de espaços contíguos, atividades desportivas, em modalidades como o *Ping-Pong* ou o Futebol, exposições de bordados, missas e cerimónias religiosas onde estivessem presentes bandeiras transportadas por jovens, eventos festivos pelas ruas de Amarante e Procissões, casamentos onde estivesse presente a bandeira da JOC, Comunhão Pascal, peças de teatro no Colégio de S. Gonçalo, inauguração da Escola Técnica de Amarante e momentos de assembleia prévios, Cadeia de Amarante e ceias de Natal com os prisioneiros, jogos de futebol no Campo da Barroca, momentos partilhados entre a JOC e a Mocidade Portuguesa, construção do Tribunal de Amarante, inaugurações de obras públicas na vila e trabalhadores da Tabopan em momentos de descanso e refeição.

²⁵ Outras fotografias foram cedidas, após consulta ao espólio de Eduardo Teixeira Pinto, por parte dos familiares. Um dos temas foi a Mocidade Portuguesa, o qual pretendíamos aferir a relação desta com a Secção da JOC de S. Gonçalo, uma vez que as Sedes eram bastante próximas. Outras eram referentes a eventos dinamizados no Colégio de S. Gonçalo, também lugar da Ação Católica Portuguesa.

²⁶ A declaração de autorização e cedência neste âmbito, foi assinada por nós e pela Presidente da *Associação*, integrando os nossos Anexos.

evidentes marcas do tempo, tinham sido cortadas e adaptadas aos álbuns em que se encontravam dispostas, optamos pelas originais, respeitando o olhar do artista.

Para além do contacto direto com a *Associação*, consultamos as obras publicadas sob a sua tutela. O nosso objetivo foi verificar se, nessas publicações, constava alguma fotografia ou referência à Juventude Operária Católica ou à Ação Católica Portuguesa. Verificamos que apenas duas fotografias relacionadas com o nosso tema foram publicadas²⁷. Uma delas, data de 1953, no Parque Florestal, onde um grupo de jocistas e pré-jocistas, JOCF e Pré-JOCF, é fotografado no âmbito do Encontro da Juventude Operária Católica Feminina de Amarante (Pinto *et al.*, 2016, pp. 116-117), sendo a outra captada no ano de 1964, num desfile aquando da inauguração do Mercado Municipal de Amarante, com a presença do Ministro das Obras Públicas, Eduardo Arantes e Oliveira. Nesta fotografia, identificamos a bandeira da JOC da Secção de S. Gonçalo (Pinto *et al.*, 2016, p. 191).

A realidade do Arquivo Fotográfico de Eduardo Teixeira Pinto leva-nos a evidenciar a necessidade de o valorizar patrimonialmente, permeando a investigação científica e valorizar “o eixo fotografia-ciência-objeto” (Resende, 2020, p. 5), colocando-a num lugar central, ocupando um lugar de destaque na reflexão em torno do Património Cultural.

c) Os periódicos e o Arquivo Municipal de Amarante / Biblioteca Municipal Albano Sardoeira

Uma das fontes mais importantes para o nosso trabalho foi a imprensa local escrita, mais concretamente o jornal *Flor do Tâmega*. Este periódico semanal, de referência, encontra-se digitalizado no Arquivo Municipal de Amarante, mas não

²⁷ Falamos do livro *Parque Florestal de Amarante: uma obra centenária. Volume II: Olhares Intemporais de Eduardo Teixeira Pinto* (2016), uma edição da *Associação* e do Município de Amarante, em dois volumes, no âmbito do Centenário do Parque Florestal de Amarante, um local simbólico e importante na dinâmica jocista local.

online²⁸. Assim, consultámos os vários números em papel, encadernados em volumes, em Acesso Reservado, na Biblioteca Municipal Albano Sardoeira²⁹.

O *Flor do Tâmega* publicou o seu primeiro número a 1 de dezembro de 1886³⁰, com sede de redação e administração na Rua D. Luiz, pela iniciativa de António Teixeira Carneiro, cujo filho viria a nascer no Bairro da Graça, onde mais tarde viveria um dos nossos ex-jocistas, Vitorino Gonçalves, e onde instalaria a sua alfaaiataria³¹. Tendo em conta a nossa cronologia e sendo que nos era importante averiguar os possíveis antecedentes da ACP na vila de Amarante, prévios à ação do último grupo da JOC da Secção de S. Gonçalo, optamos por iniciar a consulta a partir do ano de 1933, permitindo analisar, em diálogo com as nossas fontes orais, a possibilidade da existência de outros organismos especializados da ACP em Amarante³².

Na leitura das edições do *Flor do Tâmega*, referentes ao ano civil de 1959, deparamo-nos com um texto assinado “C. A.” e numa segunda linha a informação complementar “Da *Juventude Católica*”, publicado a 13 de setembro de 1959, com o número 3.783, do ano de edição 74, intitulado “A Igreja na Questão Social”. Foi esta

²⁸ Algo que é uma realidade na página do Santuário de Fátima. Apesar de não ser um dos Arquivos que consideramos prioritários, foi importante o acesso à documentação que a página disponibiliza publicamente, no que diz respeito ao periódico *Voz da Fátima*, de forma a aferir alguma ligação à ACP. Ver <https://www.fatima.pt/pt/documentacao>. Consultado a 21 de julho de 2025.

²⁹ O jornal *Flor do Tâmega* pertence ao Fundo da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira. Existem os números publicados desde 1918 até 1997.

³⁰ Nem sempre o jornal manteve a mesma liderança, pois “durante 13 números – de 10 de Julho a 2 de Outubro de 1910 – o histórico proprietário e director Pedro Carneiro foi substituído por Casimiro Barreto Sacchetti que lhe atribuiu o subtítulo de Órgão do Partido Regenerador Liberal, (...) um corte com a sua habitual natureza de periódico sem filiação partidária” (p. 101), como referido por Maria da Conceição Meireles Pereira na sua comunicação ao *II Congresso Histórico de Amarante*, em 2008, publicada no Volume I, Tomo III (Política, Sociedade e Cultura) das Atas do Congresso, editadas em 2009.

³¹ Castanheira (2000) refere que, em 1872, “nascia no bairro da Graça, em S. Gonçalo, Amarante, António Teixeira Carneiro Junior, filho de António Teixeira Carneiro (fundador de *A Flor do Tâmega*) e de Francisca Rosa de Jesus, cuja vida e obra viriam a marcar indelevelmente o movimento da Renascença Portuguesa” (p. 185).

³² Consultamos 8 (oito) dos 29 (vinte e nove) volumes de jornais encadernados: volume de 21 de julho de 1918 a 8 de julho de 1934; volume de 13 de janeiro de 1935 a 21 de dezembro de 1941; volume de 9 de março de 1942 a 23 de dezembro de 1951; volume de 13 de janeiro de 1952 a 30 de dezembro de 1956; volume de 6 de janeiro de 1957 a 20 de dezembro de 1959; volume de 3 de janeiro de 1960 a 29 de dezembro de 1963; volume de 5 de janeiro de 1964 a 1 de junho de 1969; volume de 15 de junho de 1969 a 28 de dezembro de 1969.

memória que nos fez voltar ao Arquivo Municipal e iniciar uma pesquisa dentro da nossa cronologia e a fazer um levantamento exaustivo de todas as notícias, informações e opiniões relativas à Ação Católica Portuguesa no concelho de Amarante, entre 1933 e 1970 e cotejá-las com as fontes orais.

A consulta dos vários números do jornal evidenciou períodos mais fortes da ACP em Amarante, quer por notícias urdidas pela redação do periódico, quer por notas e informações estruturadas pela Direção da Secção de S. Gonçalo da JOC/JOCF e pelo contributo de correspondentes de algumas das aldeias das 40 freguesias do concelho de Amarante à altura. Em ambas, poderiam ser evidentes em reflexões, correspondência, notícia de funeral ou de casamento, inquérito e convites. Fomos mais além, de modo a enquadrar e ligar o nosso tema a outros que consideramos serem pertinentes, veiculados pelo jornal, como informação relativa à Religiosidade, Juventude, Política, Coletividades, Obras Sociais e à vila de Amarante, especificamente.

Nem sempre houve informação sobre a presença da ACP representativa de todas as freguesias, fosse dispersa por várias rubricas, fosse numa coluna que se intitulava “Pelo Concelho” e que passaria depois a chamar-se “A Voz das Aldeias”. Na verdade, nem todas as freguesias tinham correspondentes e nem todos os correspondentes falavam de alguma dinâmica da Ação Católica Portuguesa. Tal não significa que não houvesse a presença de algum organismo especializado da ACP nesse lugar, nem que não existisse dinâmica na sua paróquia relativa a este apostolado de leigos. No entanto, nos cerca de 4000 jornais consultados, conseguimos verificar a presença de vários organismos especializados da Ação Católica Portuguesa em território amarantino e as dinâmicas por si levadas a cabo numa escala local, regional e nacional, mesmo que, entre organismos, a dinâmica não se tenha verificado tão intensa.

A consulta e análise desta fonte permitiu confirmar a pertinência da cronologia da nossa investigação, evidenciando uma maior presença da Secção de S. Gonçalo da

JOC/JOCF entre 1958 e 1966³³. Nos jornais publicados nos anos 1968 e 1969, a presença de notícias, informações ou referências à JOC/JOCF é praticamente inexistente, com exceção de uma referência à LOC da Madalena e Cepelos³⁴.

d) A correspondência e “as caixas” do Arquivo da JOC da Diocese do Porto

Se o Arquivo Municipal de Amarante e a Biblioteca Municipal Albano Sardoeira justificam o nosso caminho pelo contexto de organização da ACP a nível local, paroquial, o Arquivo da JOC da Diocese do Porto foi-nos fundamental para a análise da ligação da Secção de S. Gonçalo com a Diocese do Porto.

O nosso primeiro contacto com a JOC, a nível institucional e de carácter nacional, deu-se através de *e-mail* e das redes sociais, que aceleraram a resposta ao solicitado. Fomos encaminhados para um dos dois grupos que ainda existem a nível nacional, com estatutos e ação diferentes de então, mas que mantêm a sua dinâmica junto das comunidades, em ligação com a respetiva Diocese.

Sediado em Lourosa, no concelho de Santa Maria da Feira, o Grupo *Sookies*, fruto da junção de dois grupos, os *JOCookies*, de Lourosa e os *Sorrisos*, de Fiães, mantêm a sua dinâmica. Estes nomes são atribuídos para uma melhor identificação dos grupos, com as suas particularidades locais, sendo integrantes da JOC³⁵.

Francisco Ferreira Bastos (n. 1999), militante da JOC desde 2013, foi Coordenador Diocesano do Porto entre 2019 e 2023, sendo Tesoureiro Nacional e Dirigente Livre da JOC, desde novembro de 2023, e cessará funções em outubro de 2026³⁶. Natural de Lourosa, é o responsável pela preservação do Arquivo da JOC da

³³ Esta afirmação decorre do levantamento exaustivo de todos os números disponíveis, desde a data de institucionalização da ACP, em 1933, até depois da sua extinção em Amarante.

³⁴ Esta referência tinha sido já avançada pelo padre José Sousa e Castro (n. 1944), como vimos atrás (ver nota 4).

³⁵ O grupo *Sookies* é constituído, atualmente, por um militante, o próprio Francisco Ferreira Bastos e por 3 simpatizantes.

³⁶ Ver o *Anuário Católico*, onde podemos confirmar os elementos que constituem a equipa nacional da JOC. Disponível em https://www.anuariocatolicoportugal.net/ficha_instituicao.asp?instituicaoid=82. Consultado a 20 de setembro de 2025.

Diocese do Porto, que se encontra depositado no Centro Paroquial de Lourosa, sito na Rua Central, número 2834, e foi o nosso contacto constante entre a Diocese, a JOC e o seu Arquivo.

A documentação e objetos deste Arquivo estão distribuídos em 46 caixas de cartão, não estando tratado arquivisticamente. Carece, urgentemente, de tratamento, para que seja conservado e preservado, de forma a salvaguardar este Património Cultural.

A urgência no seu tratamento e conservação é acentuada pelo seu historial e pelas condições em que se encontra atualmente. Após o falecimento da proprietária do espaço em que o Arquivo estava guardado, no Porto, em 2014, não foi autorizada a continuidade da permanência da JOC. Assim, o Arquivo foi recebido pela Paróquia de Lourosa, pela generosidade do Pároco José da Silva Alves Coelho, onde, até hoje, se mantém.

Quanto aos restantes documentos e objetos do Arquivo, não nos foi possível identificar a sua localização. Segundo o jocista Francisco Bastos, em conversa com antigos militantes da JOC, há a possibilidade desses documentos estarem guardados em casa de alguns ex-jocistas, recolhidos aquando da passagem do Arquivo do Porto para Lourosa³⁷.

As 46 caixas, segundo Francisco Bastos, nunca foram motivo de consulta por parte de académicos. O interesse e acesso aos documentos mantiveram-se dentro da esfera da Igreja Católica, da Diocese e da JOC. Desta forma, se, por um lado, foi uma oportunidade aceder ao seu conteúdo, por outro, a falta de tratamento arquivístico impediu um direccionamento mais preciso da pesquisa, não obstante tenha sido garantido que se encontrava tal como veio da sede da JOC no Porto, apenas abrindo-se

³⁷ Apesar desta partilha, Francisco Bastos salienta que a informação pode não ser fidedigna. No entanto, para nós é uma esperança de, no futuro, aprofundar a investigação, aferindo a veracidade desta informação sobre o possível paradeiro dos documentos em falta.

cada caixa e confirmando os nomes das pastas e de alguns documentos, fechando-as novamente³⁸.

Quanto aos conteúdos das caixas, percebemos que só existiam documentos relacionados com as Secções da Juventude Operária Católica Feminina, havendo apenas alguns relacionados com a parte masculina³⁹. Do que foi selecionado para consulta, encontramos várias tipologias de documentos: fichas de inscrição da Pré-JOCF e JOCF, folhas com dados de militantes da JOCF, correspondência entre a Direção Paroquial e a Direção Diocesana, publicações da ACP, livros de atas, relatórios, objetos ligados à dinâmica das Secções, documentos informativos e preparatórios de atividades e cerimónias.

Optamos por consultar alguns documentos que, não estando dentro da nossa cronologia, consideramos importantes para a compreensão e estudo da organização e funcionamento da JOC, através de fontes produzidas pela Junta Central da Ação Católica Portuguesa e da Juventude Operária Católica. Esta opção veio completar informação que não tinha sido dada pelas ex-jocistas. A correspondência consultada tornou-a uma fonte de informação crucial para o entendimento da dinâmica local da JOCF, assim como desta com a Diocese e com outras Secções, e ainda enriqueceu a construção dos guiões de entrevistas. Além do mais, na falta do livro de atas, a correspondência da JOCF permitiu localizar algumas das remetentes e destinatárias das palavras aí inscritas, uma vez que ainda estão vivas e fazem parte deste último grupo que dinamizou e integrou a Secção de S. Gonçalo.

³⁸ A lista foi concluída a 14 de setembro de 2024, o que nos permitiu ter acesso a esta e definir prioridades na consulta, nunca esquecendo que estávamos perante um Arquivo não tratado e não organizado.

³⁹ Quando do nosso contacto com o grupo, foi-nos informado que a documentação que estava dentro das caixas se encontrava a ser verificada para a elaboração de uma lista do conteúdo de cada caixa, tanto os documentos que se encontravam em pastas, como os que se encontravam soltos. Como critérios de pesquisa, perante a realidade do Arquivo, definimos: documentos que se enquadravam na nossa cronologia, com ênfase no tempo de ação jocista do último grupo da Secção da JOC de S. Gonçalo, inquéritos, objetos, fichas, relatórios, manuais, trabalhos dos militantes, circulares, minutas para atos de organização internos, edições da imprensa católica, questionários, guias, testemunhos, listas de despesas, cancionários, mapas de atividades, requisições, declarações, bandeiras, postais, cadernos, brochuras, documentos orientadores, estatutos, livros de atas e documentos que fizessem referência a Amarante e, em específico, à Secção de S. Gonçalo.

Num balanço breve, encontramos 187 cartas relacionadas com a Secção da JOCF de S. Gonçalo⁴⁰, produzidas pelas responsáveis desta Secção e pelas responsáveis da Direção Diocesana, entre os anos de 1958 e 1967, o que nos confirmou a pertinência da definição da cronologia de investigação⁴¹. Além da correspondência, tivemos acesso a fichas diocesanas da JOCF, entre as quais identificamos três pessoas ainda vivas, além de outras que as antecederam, indicadores da forte presença da JOCF em várias freguesias de Amarante, como é o caso da das freguesias da Madalena e de Padronelo⁴².

Quanto às fichas de inscrição consultadas, as quais permitem aferir o que se pretendia auscultar, por parte do movimento, da dinâmica local e das próprias raparigas, estes documentos foram sendo alterados ao longo do tempo, variando em alguns parâmetros.

A maior diferença é verificada na ficha preenchida nos anos 30, possivelmente a primeira versão desde a institucionalização da ACP, na qual a designação ainda era *sócia ativa*, e depois passou-se a chamar de *militante*, o que nos remete para a essência da militância, o seu carácter operacional, de prática no terreno, na comunidade. No verso da ficha, surge um questionário (Anexo 1) a ser preenchido pelas jocistas, que riscaria o que não fazia sentido para a sua realidade. É notória a

⁴⁰ No total, identificamos no Arquivo 249 cartas relacionadas com Amarante: 188 manuscritas e 61 datilografadas; 247 da JOCF e 2 da JOC, sendo que uma delas, apesar de não ser remetida nem recebida pela JOCF, faz referência a uma Secção e a uma atividade a decorrer em Amarante; remetidas/recebidas, 187 da Secção de S. Gonçalo, 63 da Secção da Madalena, 15 da Secção de Padronelo. Foram ainda produzidas cartas, tendo como remetentes ou destinatários os Ciclos (2 cartas) e as Escolas (6 cartas), as quais não conseguimos aferir a que freguesia dizem respeito. Quanto aos anos de produção: 1 em 1956, 3 em 1958, 1 em 1959, 11 em 1961, 52(+1?) em 1962, 34(+15?) em 1963, 60 (+1?) em 1964, 16 em 1965, 38 em 1966, 7 em 1967, 9 sem qualquer referência à data de produção, mas que consideramos, pela localização no Arquivo da JOC da Diocese do Porto e das suas remetentes, terem sido produzidas em 1964 ou 1965.

⁴¹ As várias cartas apresentavam-se quer manuscritas, quer datilografadas, em folhas de várias gramagens, cores, pautadas e lisas. Para além destas, e com menor legibilidade, encontramos várias folhas em papel *tipo fax* que evidenciavam ser o resultado da escrita manuscrita de uma carta, tendo para isso colocado papel químico para que guardassem no Arquivo do remetente uma cópia do despachado para a devida Secção ou para várias Secções, como foi o caso de alguns dos documentos verificados.

⁴² Tanto a bandeira como o livro de atas da Secção de S. Gonçalo da JOC não foram identificados nas 46 caixas do Arquivo da JOC da Diocese do Porto, não tendo nós qualquer outra referência relativa à sua possível localização, constatação partilhada com os então militantes da Secção.

amplitude de pontos a questionar por parte da ACP, em relação ao que era proposto à Pré-JOCF. Para além das obras da AC, as aptidões advindas da frequência de formações técnicas e a dedicação às artes e cultura eram interesses por parte do organismo especializado⁴³. Uma outra questão era colocada: *Pode andar sozinha?*⁴⁴.

Destacamos, ainda, algumas fichas preenchidas nos anos 40. Um novo dado era pedido: a *profissão do pai*⁴⁵. Nessa altura, à data de inscrição na Pré-JOCF, havia o interesse em recolher algumas informações sobre a vida e as competências das raparigas. O verso da ficha era, também, um questionário⁴⁶ (Anexo 2) a aplicar no ato da inscrição, com o objetivo de o remeter ao Secretariado Diocesano da JOCF que, com o tempo, foi sendo reduzido, até ao modelo apresentado na Figura 5.

Para além dos Arquivos aqui identificados como motivo da nossa consulta, contactamos, ainda, algumas pessoas ligadas ao polo de Lisboa do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), tentando aferir a realidade do Arquivo relacionado com a ACP, mais concretamente na orgânica central e na relação com as Dioceses e Paróquias, mas tal esforço não teve consequências até ao momento.

Finalmente, foi crucial a leitura de obras de referência integradas no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, editadas pela Ação Católica Portuguesa, em publicações da Junta Central da Ação Católica Portuguesa, da Juventude Operária Católica e da Juventude Operária Católica Feminina. Livros como *Manual de Acção Católica* (1936), *Guia da Acção Católica Portuguesa – Volume I* (1946), *A Igreja e o Apostolado dos*

⁴³ No ato de inscrição, estes pontos poderiam ser valorativos para potenciar o grupo de teatro e o grupo coral, caso já se encontrassem ativos. Caso não, poderia ser o início dessas atividades internas, recrutando elementos com novas competências e disponibilidade. A sua condição laboral e sindical era relevante, assim como a sua capacidade de desenvolver tarefas domésticas.

⁴⁴ Surge somente neste primeiro modelo de ficha. Demonstra o interesse em aferir a liberdade e confiança dos pais em relação às jovens e perceber, partindo desta constatação, em que se manifesta essa liberdade, para além dos tempos dedicados a afazeres domésticos ou educativos, dependendo do caso.

⁴⁵ A questão revela o papel do homem na família. Através desta informação é possível aferir o contexto em que a candidata se inseria, tentando ainda perceber o nível de vida através da relevância do trabalho do pai na comunidade, o seu estatuto e possíveis redes de sociabilidade, no seguimento dos contactos que a sua profissão exigisse.

⁴⁶ Destacamos o campo *endereço no verão*, salientando a importância da localização das raparigas para que a correspondência do organismo não seguisse para endereços que não dariam uma resposta rápida ao enviado ou a informação perdesse a sua atualidade, no caso de alguma solicitação ou convite.

Leigos (1957), *A Mensagem de Fátima* (1961), *Paróquia – Comunidade Missionária* (1951). Alguns dos documentos anexos às obras publicadas pela imprensa católica foram fundamentais aquando da utilização da *foto/objeto elicitação* em conversa e entrevistas com os ex-jocistas, permitindo verificar se utilizados ou não na Secção aquando da militância.

iv. Bibliografia Consultada

Numa fase inicial, tentando aferir o caminho percorrido por outros investigadores e as suas opções, consultamos algumas dissertações e teses. Destacamos *Os movimentos católicos femininos na Arquidiocese de Braga: a Liga Agrícola Católica Feminina e a Liga Operária Católica Feminina (anos 30 a 70 do século XX)* de Carina Raquel Gomes Ferreira (2018) e *A Receção do Concílio Vaticano II em Portugal, no caso da Acção Católica Rural (ACR)*, de Joana Rita Ferreira Veigas (2014).

Uma pela sua metodologia e as suas opções ao longo do percurso de investigação. A outra pelo foco num momento que se destaca pelas transformações da Igreja Católica em relação à sociedade e que acaba por estar presente na vida jocista, em diversos níveis da sua ação. Apesar de nenhuma ter como tema a Juventude Operária Católica e da sua ação a nível paroquial, no caso da dissertação de mestrado de Carina Ferreira foi importante pelo percurso que a investigadora percorreu. A análise de fichas de inscrição de militantes da ACP permitiu perceber a sua importância para desenhar um perfil das filiadas. Quanto à dissertação de Joana Rita Veigas, apesar de se centrar na ação do apostolado no meio rural, permitiu aferir o impacto do Concílio Vaticano II neste mesmo meio, o que nos alargou o entendimento sobre se no meio operário a relevância foi próxima.

No âmbito de obras de carácter geral, incontornáveis, o *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (2000) e a *História Religiosa de Portugal* (2000), pela sua diversidade conceptual, permitiram-nos uma síntese contextualizada de termos e conceitos relacionados com o nosso tema e objeto de estudo. Não obstante, destacam-se obras que revisitamos diversas vezes ao longo da investigação, de

interesse para refletir, confrontar e contextualizar conceitos de relevo para o nosso trabalho, como são, por exemplo, o de *Elites Católicas* (2000), *Apostolado de Leigos* (2000), *Catolicismo Social* (2000) e *Doutrina Social da Igreja* (2000). Algumas entradas no âmbito da organização eclesiástica foram determinantes para a contextualização do espaço em que o nosso objeto de estudo se enquadra.

A obra *Dicionário do Concílio Vaticano II* (2015) junta-se a este registo conceptual, permitindo-nos atentar sobre o olhar analítico de um momento de destaque da Igreja Católica e a sua relação com as comunidades e com o papel dos leigos, perceber textos que foram espoletados pela reflexão conciliar, repercutindo-se no pensamento e ação dos leigos, uma vez que garantiu, como referido por Kuzma (2015) “a dignidade de todos os membros e ao colocar a todos, enquanto comunidade peregrina, na ação missionária, num diálogo aberto e profícuo com o mundo atual” (p. 527).

Outros textos, publicados em revistas científicas e livros editados por chancelas que não da imprensa católica, alargaram a abordagem, da autoria de Maria Inácia Rezola (1994), José Barreto (1994), António Matos Ferreira (1987) e Manuel Braga da Cruz (1992). São nomes incontornáveis para qualquer estudo que se perfile no âmbito da Ação Católica Portuguesa e que, para além do contributo para aprofundar o estudo das elites católicas, no meio operário, no âmbito do Estado Novo, acentuaram o papel nuclear de algumas individualidades da Igreja Católica e o seu contexto. Falamos, por exemplo, do Padre Abel Varzim e as questões da justiça social, o que nos levou a outras fontes e bibliografia em torno destes temas.

No entanto, sublinhamos um estudo incontornável, que nos acompanhou ao longo da investigação, trazendo uma amplitude e desenho de caminhos que nos permitiram percorrer os nossos, nunca descurando o que a montante lemos. Paulo Fontes, com *Elites Católicas em Portugal: o papel da Ação Católica (1940-1961)* (2011), traz-nos uma análise que abarca não somente o organismo especializado do nosso estudo, mas o conceito de *elite católica* e da Ação Católica Portuguesa num todo, permitindo um olhar mais articulado e relacional dentro da sua orgânica e funcionamento. Apesar de centrar a sua investigação entre 1940 e 1961, permite uma

análise próxima de eventos e das dinâmicas desenvolvidas pelo nosso grupo, em várias escalas geográficas “sendo de destacar: reuniões de secção, conselhos e assembleias diocesanas; recolções e retiros espirituais; (...) congressos, jornadas e semanas de estudos; campanhas de ano, (...) inquérito” (Fontes, 2011, p. 365). Esta leitura encaminhou-nos para uma análise local, precisa, sobre as dinâmicas do nosso grupo, o que levou à estruturação do nosso trabalho, tendo em consideração o contexto histórico, de espaço e tempo, em Portugal e num quadro internacional, por ser apenas uma das células de ação do apostolado, que se integra numa instituição implementada internacionalmente.

Este livro, para além de uma cronologia da História da Ação Católica Portuguesa, da sua orgânica e funcionamento, e a importância do Concílio Vaticano II nela, abrange o tema da formação integral dos católicos e da relevância da imprensa católica na sua ação na comunidade, propagando a missão e a palavra, numa militância ativa e consequente. Face às fontes de informação que usou, levou-nos a focar a nossa atenção, quer na imprensa católica, quer na imprensa local, no nosso caso, a amarantina, ou seja, desenhou, também, o nosso caminho metodológico e estrutural. Em suma, num cruzamento de fontes, preparou a nossa atenção para uma análise atenta sobre a individualidade de cada um e a resposta no seio do grupo, potenciando a reflexão sobre o território e os respetivos lugares, combatendo a ideia de compartimentação da religião quando analisamos historicamente uma realidade, pois “antes se deve entendê-la como o universo simbólico através do qual, ou no qual, os indivíduos (enquanto agentes históricos) se relacionam com a sua realidade, a percebem, e fazem as escolhas com que intervêm nela” (Santos, 2002, p. 403).

Quanto a obras de contextualização geral, seguimos dois caminhos, nos quais o critério geográfico é preponderante. Por um lado, contextualizar o momento em que a vila de Amarante atravessa uma época de grande dinamismo industrial, igualmente relevante a nível nacional⁴⁷. Por outro, trabalhos apresentados no âmbito de

⁴⁷ Como exemplo, livros como a *História de Portugal* (1994) com a direção de José Mattoso, mais concretamente o volume dedicado ao Estado Novo e, dentro deste, sobre a Industrialização em Portugal. Salientar aqui, também, o *Dicionário do Estado Novo* (1996), com direção de Fernando Rosas e

Congressos Históricos, como os decorridos em Amarante em 1998 e 2008, cruciais para complementar o olhar macro que aqueles volumes promoviam. Destes, partimos para um estudo territorial local, focando-nos em espaços de sociabilidade e luta dos nossos jocistas, como foi o das fábricas Tabopan, evidenciando a ação no meio social operário, objetivo da Juventude Operária Católica.

Sobre Amarante, lemos textos de autores amarantinos que publicaram estudos e análise sobre História Local, em diálogo com outras obras de referência, como a *Etnografia Portuguesa*, de Leite de Vasconcelos e *O Minho Pitoresco – Volume II*, de José Augusto Vieira. Ambas permitiram trazer à análise um olhar externo, de cariz antropológico e etnográfico, sobre um mesmo território, evidenciando elementos sociais, humanos, religiosos e patrimoniais. Todas estas obras e textos foram nucleares para o contexto e análise de uma evolução da vila, dos seus limites e das suas circunstâncias.

Para o enquadramento no espaço, distribuímos a nossa análise pelo contexto administrativo e eclesiástico, compreendendo melhor o espaço de ação do nosso grupo, assim como evidenciar elementos socioeconómicos do território amarantino. Assim, destacamos o livro *Structures Socio-Economiques et liens de dependence dans un «concelho» du nord-ouest portugais*, da autoria de François Guichard (1980) e alguns textos de investigadores, como, por exemplo, os integrados no I Congresso Histórico de Amarante, decorrido no ano de 1998: *Amarante: de uma vila sem termo a um concelho de quarenta freguesias*, de Bernardo de Serpa Marques (2001) e *São Veríssimo de Amarante: uma freguesia extinta*, da coautoria de Bernardo de Serpa Marques e Francisco da Silva Costa (2001).

No âmbito da História Oral, foi essencial a leitura de artigos e livros que nos pudessem orientar neste caminho, uma vez que as nossas fontes orais seriam cruciais

de J. M. Brandão de Brito, que, tal como os dicionários no âmbito da História Religiosa, partilham abordagens e olhares sobre determinados temas e conceitos, neste caso, do regime de António de Oliveira Salazar.

para o nosso estudo e, neste, o cruzamento com as fontes escritas. Textos como *Desafios à História Oral do Século XXI* (2000), de Philippe Joutard, *A Contribuição da História Oral*, capítulo do livro *A Voz do Passado: História Oral* (1998), de Paul Thompson, assim como os de Alessandro Portelli, *O que faz a história oral diferente* (1997) e *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral* (2022), foram importantes para o contexto da História Oral, os seus caminhos de trabalho com as comunidades e o que considerar aquando da aplicação de instrumentos como as entrevistas, de relevância para o nosso estudo.

O livro *História Oral: como fazer, como pensar* (2015), de José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda e artigos de algumas edições da revista *História Oral*, da Associação Brasileira de História Oral, foram importantes para aprofundar olhares sobre o território e as pessoas, as narrativas orais, as identidades, o tempo, obstáculos e a utilização de alguns instrumentos, que aplicamos junto do nosso grupo, em contexto de entrevista. Recorrendo a instrumentos da História Oral para a (re)construção de memórias jocistas (questionário, entrevista, e, dentro desta, a *foto-objeto elicitação* e o *mapa mental*), não podemos descurar a informação que advém da nossa investigação no Arquivo da JOC da Diocese do Porto ou das leituras do jornal *Flor do Tâmega*, que aprofundarão a reflexão perante as fontes e enriquecerão esse diálogo.

Tendo nós trabalhado com objetos e documentos que pertencem a Arquivos Pessoais, a análise de Marc Guillaume (2003), no livro *A Política do Património*, permitiu-nos perceber a ligação destes objetos com a memória, entendendo os seus possíveis significados e simbolismos. Para isso, munimo-nos de conceitos que o autor desenvolve como o de *objeto de sutura*, ligando-o à memória e à nostalgia que o tempo vivido alimenta. Aplicando-os ao nosso contexto, orientou os caminhos que levaram à construção de entrevistas e a nossa posição perante os entrevistados.

v. Estrutura

No seguimento do exposto, e ante a informação que fomos recolhendo ao longo da nossa investigação, estruturamos a Dissertação tendo três pilares de trabalho que alicerçam os conteúdos que os alimentam e justificam.

Um primeiro capítulo, dedicado à Ação Católica Portuguesa, a uma breve cronologia e enquadramento teórico e funcional, evidenciando as suas geografias de ação: internacional, nacional, diocesana e paroquial, centrando-nos nesta última como forma de inserir o nosso objeto de estudo na sua célula de ação, na e com a comunidade. Aqui, decidimos centrar o nosso estudo na Juventude Operária Católica e Juventude Operária Católica Feminina e a sua implementação e funcionamento na orgânica da ACP, segundo as *Bases, Estatutos e Regulamento* desta.

O segundo capítulo permite um enquadramento no tempo e no espaço, num diálogo com as nossas fontes e referências bibliográficas. Com o nosso olhar na vila de Amarante, refletiremos sobre questões administrativas, eclesiásticas e socioeconómicas, percebendo o território em que o nosso objeto de estudo teorizou e praticou o seu apostolado.

O terceiro capítulo, de maior fulgor analítico, centrar-se-á numa análise da ação jocista na vila de Amarante. Através dos instrumentos utilizados (questionários, entrevistas, *foto/objeto elicitação* e mapas mentais), que dialogarão com as fontes escritas e visuais, analisaremos as dinâmicas religiosas, culturais, recreativas e desportivas da Secção de S. Gonçalo da JOC/JOCP, salientando momentos de maior impacto para a comunidade amarantina, em áreas estruturantes para o desenvolvimento local e para os operários da vila.

1. Ação Católica Portuguesa e Juventude Operária Católica – a construção de um percurso

Este capítulo organiza-se em seis partes, ao longo das quais percorremos o caminho de crescimento do apostolado, que vai acentuando a sua ação junto das comunidades, até chegar à realidade que aqui estudamos. Tem como objetivo perceber a importância desse percurso, ou seja, perceber como é que os leigos foram intervindo no seio da Igreja Católica e como algumas alvoradas espoletaram dinâmicas concretas na missão com que se comprometeram. Sendo um movimento mundial, apontaremos os momentos que o muscularam, até à institucionalização em Portugal, evidenciando eventos e personalidades de destaque da ACP, numa vida de tensões e conflitos. A Paróquia e a organização da ACP nesta célula de proximidade às comunidades são o nosso foco.

1.1. Alvoradas de um caminho – o *Manual de Ação Católica*

A proximidade, o diálogo, a inclusão e a intergeracionalidade, termos por nós utilizados atualmente, em diversas áreas de estudo, não são exclusivas do nosso tempo. Uma vez cultivados em solo fértil, outras vezes não passando de uma nota de intenções, mas sempre com o objetivo de considerar o Outro.

Um conjunto de textos mostram-se basilares na estruturação do que a Ação Católica Portuguesa deveria ser, fundamentam o seu caminho presente e futuro, apelando e fixando uma narrativa de um passado que sustenta o inscrito nas suas *Bases, Estatutos e Regulamento*, como forma de dar coesão e atribuir valor ao trabalho levado a cabo na militância deste apostolado. Tais instrumentos fazem parte de uma conceção integrada dos documentos e diretrizes do Papa Pio XI sobre a Ação Católica, sendo o *Manual de Ação Católica* (1936) um bom exemplo.

Destacamos algumas passagens deste *Manual de Acção Católica: Volume 2 – A Prática*, de Monsenhor Luís Civardi, publicado em Portugal em 1936, com tradução de Aires Ferreira. O autor percorre alguns momentos importantes do que ele considera “os primeiros germens do apostolado leigo no próprio Evangelho” (Civardi, 1936, p. 15). Segundo Civardi (1936), a chamada dos leigos à ação na Igreja e na partilha e divulgação do Evangelho e da palavra de Cristo é evidente nas ações nas comunidades, que decorrem da palavra dos Apóstolos. Em seu torno são chamadas outras pessoas, leigas, que contribuem com a sua vontade e a sua palavra para o apostolado. Esta entrega, comunhão, colaboração e dedicação do que podemos chamar de *operários da palavra*, crentes no Evangelho, é o objetivo do trabalho e das ações levadas a cabo pelos militantes da Ação Católica Portuguesa.

Apesar de alguns obstáculos, tensões, conflitos, perseguições, a palavra foi continuada, promovida e partilhada nas comunidades pelos cristãos leigos, antecipando a chegada dos Apóstolos a Jerusalém, como o autor nos refere, em que estes, ao ali chegarem, já a palavra de Cristo tinha sido amplamente difundida, “podendo na verdade dizer-se que as primeiras conquistas foram feitas por simples fiéis” (Civardi, 1936, p. 16), logo, pelo povo. O exemplo de S. Paulo é invocado, pelo facto da sua missão apostólica de propaganda das palavras do Evangelho ter contado com o apoio de leigos, tanto homens como mulheres, pedindo aos que destes estejam próximos que colaborem nesta mesma missão junto de quem a já promove na comunidade.

A força da palavra é aqui elevada, abraçada à vontade e à crença das pessoas, de tal forma que, apesar da dificuldade dos fiéis em partilhar as palavras de Jesus Cristo, “vai-se difundindo por toda a parte, penetra em todas as classes sociais, fazendo largas conquistas” (Civardi, 1936, p. 18). E quando, sem templos, fosse necessário um espaço para leituras e acolhimento, era espoletada uma dinâmica e ajuda interclassista, onde os mais ricos disponibilizavam o necessário para que os leigos pudessem dar continuidade à difusão das palavras do Evangelho. Evidencia-se aqui a importância da ação dos leigos perante as dificuldades que os sacerdotes sentiam na sua missão, tal como o esperado da Ação Católica Portuguesa, aquando da

sua institucionalização, sendo “o braço estendido da hierarquia de modo a chegar onde o clero não podia chegar” (Ferreira *et al.*, 2000, p. 9).

Ainda na Idade Antiga, o autor refere a ação dos Apóstolos, não somente centrada na questão religiosa, mas sim orientada para a questão social, mais concretamente na área da assistência e da caridade. Algo que será linha orientadora dos documentos que definem os caminhos da Ação Católica Portuguesa junto das comunidades, dos mais desfavorecidos e esquecidos.

No decorrer da Idade Média, Civardi (1936) salienta o papel social dos monges que cuidavam e davam atenção aos pobres, acolhendo peregrinos nos seus espaços, em que “as ricas dotações das suas abadias convertiam-se em património dos pobres” (p. 22), ligando-nos aqui a uma figura relevante ainda hoje na memória coletiva de Amarante – o Padre Américo (1887-1956) – e a sua obra juntos dos pobres, com ligação à Ação Católica em Amarante, através de diversas ações das Secções organizadas do apostolado na vila em prol do *Património dos Pobres*.

No âmbito das Ordens Religiosas, o autor opta por evidenciar o trabalho dos Mendicantes de Francisco de Assis, Patrono da Ação Católica em Itália, considerando-o um *apóstolo social* e um dos homens nas antípodas da Ação Católica.

Ainda na Idade Média, o autor refere a importância das Corporações de Artes e Ofícios e dos Montes Pios para o caminho que aqui amanhecia até à institucionalização da Ação Católica em Portugal e da preocupação e ação na esfera social. Com estas corporações, que eclodem no século XI, o foco passa a ser o do trabalhador, o do operário, orientado para a defesa da dignidade, dos seus direitos e das condições de trabalho. Dentro dos benefícios decorrentes de se ser associado das corporações, evidenciamos os relativos à *regulamentação dos salários e das horas de trabalho*, e à *assistência económica e moral*, através de subsídios no caso de doença, por exemplo. Termos que serão uma realidade na luta local do apostolado, em Amarante.

Na Idade Moderna, outros momentos são considerados pelo autor como precedentes históricos da Ação Católica: as Confrarias, as Instituições de Beneficência

e a Sociedade de S. Vicente de Paulo. Esta, fundada em 1833, centrada nos mais necessitados, tinha como missão prestar apoio a estes e, na ação juntos destes, melhorar a sua vida cristã, humanizando-se pela caridade e preocupação para com o Outro.

A Sociedade de S. Vicente de Paulo, considerada por Civardi (1936) como uma das precursoras da Ação Católica, mantém-se viva no espírito jocista, através de um ex-jocista amarantino, que a ela pertence, promovendo e prolongando o seu apostolado iniciado com a Juventude Operária Católica.

1.2. As Cartas Encíclicas: discurso global, ação local

Numa esfera social com consequências oriundas das “revoluções liberais e dos processos de industrialização e moderno desenvolvimento económico” (Fontes, 2000, p. 311) as comunidades reagiram e sentiram alterações nas suas vivências. A Igreja, atenta a estas questões, repensa a sua posição no seio daquelas, esquematizando a sua ação.

A 15 de maio de 1891, a Carta Encíclica *Rerum Novarum*, do Sumo Pontífice Papa Leão XIII, sobre a condição dos operários, introduz e aprofunda, numa intensa reflexão, alguns temas importantes para a compreensão da sociedade civil e da relação desta com a Igreja Católica, marcando passos para o que conhecemos como a Doutrina Social da Igreja (DSI). A relevância da DSI é tal, que vai permanecendo, até aos nossos dias, nos discursos e na ação católica junto das comunidades cristãs⁴⁸.

Com o Papa Leão XIII, a Igreja tomou uma posição firme e orientadora, propondo caminhos “para o mundo do trabalho e para a convivência entre os povos

⁴⁸ Note-se que esta mensagem se prolonga e volta a ter importância nas palavras da Santa Sé, com a eleição do Papa Leão XIV, a 8 de maio de 2025. <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2025-05/doutrina-social-igreja-rerum-novarum-pe-gerson-schmidt.html>. Consultado a 2 de julho de 2025.

que, a seu ver, nem o liberalismo, nem o socialismo eram capazes de oferecer no contexto da segunda revolução industrial” (Zamagna, 2015, p. 309).

Com as tensões e conflitos que foram surgindo no século XX – as duas guerras, as ditaduras, o armamentismo, o desrespeito pelos Direitos Humanos e a dignidade dos homens, mulheres e crianças – a Igreja Católica, no seguimento da DSI, orienta a sua ação abraçando o Catolicismo Social, musculando-o nas suas palavras e dinâmicas, no discurso e nas práticas, onde salientamos a importância da Ação Católica Portuguesa e, especificamente, da JOC.

Relativamente ao Catolicismo Social em Portugal, Paulo Fontes (2000) apresenta-nos uma periodização que o caracteriza, atribuindo a designação de *surtos*, que teremos em atenção na medida em que estrutura e insere a formação e ação da JOC. Um primeiro, no cerne de uma sociedade liberal, por meados do século XIX, permeando iniciativas, destacando os leigos nessas práticas e levando à criação de dois importantes movimentos eclesiais contemporâneos: a *Sociedade Católica*, em 1843, e a *Sociedade de S. Vicente de Paulo* (1859)⁴⁹; um segundo, onde as palavras de Leão XIII têm um peso nos cristãos e os orientam na ação, centrando-se nos anos 70, onde se verifica “o nascimento do movimento operário português, [com] uma maior conflituosidade social e a organização das correntes socialistas” (p. 312); e um terceiro, no virar do século, caracterizado pelas crescentes tensões sociais e políticas no país, a Primeira República, os Círculos Operários Católicos e os Centros Académicos de

⁴⁹ A partir da criação da *Sociedade Católica*, em 1843, vários movimentos se seguiram e levaram a uma experiência que amadureceu o movimento católico português até à institucionalização da Ação Católica Portuguesa (1933): a *Associação das Filhas de Maria Imaculada* (1859), o *Apostolado de Oração* (1864), a *Associação Católica do Porto* (1872), seguindo-se a de Braga e de Guimarães (1873) e a de Lisboa (1874), a *Juventude Antoniana* (1896), o *Círculo Católico de Operários do Porto* (1898), a *Associação dos Estudantes Católicos do Porto* (1898), a *Sociedade dos Amigos de Santo António* (1899), o *Centro Académico de Democracia Cristã de Coimbra* (1901), a *Associação Promotora de Instrução e Educação Popular* (1902), passando a *Liga de Ação Social Cristã* (1907), os *Círculos Católicos de Operários*, sendo o de Lisboa criado em 1904, os *Círculos Rurais Católicos Fé e Caridade* (1908), a *Associação da Doutrina Cristã* (1906), a *Juventude Católica de Lisboa* (1908), a *Obra dos Congressos* (1908), a *União Católica Portuguesa* (1913), a *Obra de Proteção às Raparigas* (1914), a *Associação dos Médicos Católicos Portugueses* (1915), a *Obra dos Soldados* (1916), a *Cruzada Eucarística das Crianças* (1921), o *Corpo de Scouts Católicos Portugueses* (1923), o *Centro Académico Feminino Católico* (1923), a *Juventude Católica Feminina* (1924).

Democracia Cristã, sendo ainda presentes outras iniciativas com o foco social por parte da Igreja Católica.

Ao longo destes três períodos, a Igreja desenvolve a sua ação, munida de forma crescente, de um apostolado de leigos, para intervir nas mais diversas áreas da vida das pessoas, abraçando um catolicismo integral, de forma a que o impacto da ação e dos discursos se sentisse na sua vida familiar, pessoal, social e laboral.

A Encíclica *Rerum Novarum* foi importante e o seu impacto em Portugal foi sentido, levando, ao longo do tempo, à reflexão interna, centrando a discussão em pontos de interesse e que levarão a um aprofundamento da DSI em Portugal, através das suas instituições e movimentos: “a denúncia da descristianização, a questão operária (...), a emigração (...), a pobreza (...), e as desigualdades sociais” (Fontes, 2000, p. 314)⁵⁰.

Consideramos ainda de relevo a posição da Igreja Católica, nas palavras de Leão XIII, no que diz respeito à relação entre classes, que a não vê como luta, “mas concórdia de classes”. Algo que, com o desenvolvimento das sociedades e as tensões e conflitos existentes, não permitirá seguir com firmeza o que a Encíclica propunha.

A Carta Encíclica *Rerum Novarum* será ainda motivo de reflexão e referida pelo Papa Pio XI na sua Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*, de 15 de maio de 1931, centrando-a na *Restauração e Aperfeiçoamento da Ordem Social*. Importante este facto pelo contexto internacional e nacional da Ação Católica, sendo escrita nos anos próximos da institucionalização da ACP.

⁵⁰ Nesta Encíclica surge uma crítica forte ao Socialismo e ao Comunismo, a defesa da propriedade privada, em que o trabalho é visto como salvação de uma postura de ociosidade na vida, o estreitar da relação entre operários e patrões, numa união harmoniosa, evidenciando os deveres dos pobres e dos operários, assim como o dos ricos e dos patrões, a dignidade no trabalho, nos horários de labuta e do salário, a importância da caridade, atenuando a emigração, o que se deve pedir ao Estado e aos Governantes e à classe operária nesta equação de dinâmica laboral, referindo os deveres dos Governantes e as limitações da ação do Estado. É ainda valorizado o repouso festivo dos trabalhadores, de fomento de ligação familiar e religiosa, uma posição contra a greve e a favor das corporações operárias.

Outras Encíclicas foram fulcrais, já nos anos 60, importantes na vida da ACP, como as que surgiram com o Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965⁵¹. Destacamos alguns documentos que dali surgiram, após momentos de intensa reflexão: a Constituição Dogmática *Lumen gentium* (1964), sobre a Igreja, que dedica um capítulo aos leigos, refletindo sobre o seu conceito, carácter, vocação, o apostolado e a sua relação com a hierarquia da Igreja Católica; o Decreto *Ad gentes* (1965), sobre a atividade missionária da Igreja, aludindo ao dever missionário dos leigos, e o seu papel fundamental na evangelização das comunidades e como mediadores do Evangelho; e o Decreto *Apostolicam actuositatem* (1965), centrado totalmente no apostolado dos leigos, refletindo sobre a sua importância para a Igreja, os seus fundamentos, os seus fins, formas e campos de atuação. É neste Decreto que surge uma das poucas referências à Ação Católica⁵².

Os pensamentos e as reflexões do tratado em contexto conciliar teve impacto em todo o mundo, sendo algumas Encíclicas⁵³ divulgadas a níveis próximos do apostolado. Foi, por exemplo, publicada no jornal local amarantino, *Flor do Tâmega*, em vários números, a Encíclica *Pacem in Terris*, do Papa João XXIII, aquando da sua morte, de forma a vincar e perdurar o seu pensamento e ensinamentos no caminho ainda a seguir nas diversas Secções da JOC da vila de Amarante⁵⁴.

⁵¹ Paulo Fontes (2002) refere que “o Concílio Vaticano II repercutiu-se no catolicismo português, gerando novo impulso reformador, em particular nos sectores mais envolvidos nas questões da transformação da sociedade, nomeadamente a justiça social, a paz e a liberdade” (p. 249). Algo que podemos verificar nas reflexões conciliares reunidas no livro *Documentos do Concílio Vaticano II: Constituições, Declarações e Decretos* (2014) com destaque para a ação e missão apostólica dos leigos.

⁵² Salientamos ainda a decisão do fim da utilização do latim nas missas. Dado que a língua é um elemento agregador e inclusivo, a aproximação às comunidades fez-se sentir. Do Evangelho, elemento aglutinador entre todos, herdaram uma “linguagem infinitamente mais acessível e valiosa: a linguagem do Amor” (M., 1963, p. 53).

⁵³ Todos os textos conciliares estão reunidos na publicação *Documentos do Concílio Vaticano II - Constituições, Declarações, Decretos* (2014). A análise crítica dos vários documentos está publicada no *Dicionário do Concílio Vaticano II* (2015), com o contributo de vários autores.

⁵⁴ Na *Tempo e Modo: Revista de Pensamento e Acção*, no seu primeiro número, datado de janeiro de 1963, é publicada uma crónica dedicada ao tema, assinada por M. M., afirmando-se que “muitos católicos aderem com simpatia a esta atenção da Igreja aos problemas de vida ou de morte para o nosso mundo” (p. 53), destacando assim o aprofundamento da preocupação da Igreja para a questão social e desnitrindo uma posição menos elástica que, no seio do Concílio, também teve as suas tensões e criou polarização de posicionamento de cardeais, apesar da normal abertura do Papa para estes mesmos

Se, por um lado, havia quem defendesse uma abertura ao Mundo, por outro, havia adeptos de uma posição menos elástica às mudanças e às influências da sociedade, do exterior à Hierarquia Eclesiástica. No *Dicionário do Concílio Vaticano II* (2015) são elencadas e descritas dez crises sentidas durante o Concílio, em que, segundo Fernando Altemeyer Junior, a palavra crise “para a fé cristã, (...) deve ser lida em chave positiva, em favor do discernimento” (p. 232), como que construtivo de um caminho, trabalhado com pensamentos diferentes, mas que, no fim, se conciliam, por um bem maior: a Verdade do Evangelho e a missão da Igreja Católica na sociedade e que serviram para “compreender as decisões possíveis e os avanços assumidos ou postergados” (p. 232). Uma desagregação orgânica que caminhou, como Paulo Fontes (2011) refere, para uma “mudança de fundo no modo da Igreja se situar na sociedade e dos católicos assumirem a sua cidadania, no quadro de uma sociedade marcada pela convergência dos processos de democratização e secularização” (p. 444)⁵⁵.

1.3. A Ação Católica: passos europeus, passos portugueses, passos amarantinos

A Ação Católica viu o seu nascimento e infância em alguns países da Europa até se institucionalizar em Portugal. São precisamente as experiências do apostolado nesses países que servirão de orientação para o modelo a implementar em Portugal.

assuntos fraturantes. Os vários números da revista *Tempo e Modo* estão disponíveis em <https://pt.revistasdeideias.net/pt-pt/o-tempo-e-o-modo>. Consultado a 20 de maio de 2025.

⁵⁵ Paulo Fontes (2002), na *História Religiosa de Portugal*, salienta que esta secundarização institucional foi sentida de várias formas, o que acabou por dividir os militantes da ACP, até mesmo descristianizá-los: “menor capacidade de recrutamento e empenhamento nos seus movimentos, traduzindo o facto de os católicos mais «activos» ou mais «espirituais» começarem a privilegiar outros movimentos sociopolíticos, culturais e eclesiais; rarefacção da presença de assistentes eclesiais, não só devido à escassez de clero, mas também à desvalorização pastoral da Acção Católica no interior das prioridades diocesanas; estímulo e apoio episcopal relativamente a outras formas de apostolado, no quadro de relançamento de novas pastorais especializadas, etc.” (p. 307).

Importante salientar que, na Europa, a Ação Católica viu-se amanhecer em 1848. Foram criados grupos organizados em vários países, todos com a bênção do Papa Pio XI. Falamos do *Piusverein* (Suíça), do *Katholischer Verein* (Alemanha), da *Union Catholique* (Bélgica), da *Catholic Union* (Inglaterra), da *Association de Católicos* (Espanha) e da *Ligue Catholique pour la Defense de l'Église* (França)⁵⁶.

O caso da Itália é relevante, uma vez que será modelo para a Ação Católica Portuguesa. Após o Congresso de Maline, realizado na Bélgica, em 1863, algumas ações foram colocadas em prática, tendo vários obstáculos à sua atividade na comunidade. Em 1865, foi criada a *Associação Católica para a Liberdade da Igreja na Itália*, a qual foi “combatida violentamente pelo anticlericalismo maçónico (...) e o governo italiano ordenou investigações severíssimas na sede da associação e a prisão de dirigentes” (Civardi, 1936, p. 44). Uma vez extinta, a resiliência dos católicos levou à criação, em 1868, da *Sociedade da Juventude Católica Italiana*⁵⁷.

Assim, antes de se institucionalizar em Portugal, outros países o fizeram: a Itália, em 1923, a Polónia, em 1925, a Espanha, em 1926, a Jugoslávia e a Checoslováquia, em 1927, e a Áustria, em 1928. A experiência do apostolado nesses países, encimados pelas orientações da Santa Sé, levou a uma reflexão do que seria o modelo a seguir no contexto português.

Em Portugal, até definido o modelo mais adequado, vários foram os momentos que serviram de âncora e que, de alguma forma, orientaram esse caminho. Nos Oitocentos, o Liberalismo “mostrara não a compreender [a multissecular vida religiosa] como ideia nem a aceitar como prática e presença social” (Clemente, 2002, p. 110), promovendo o desligamento ao Vaticano e às palavras do Papa, não lhe prestando qualquer obediência nem o vendo como orientador da ação dos católicos portugueses.

⁵⁶ Cf. *Manual de Acção Católica* (1936).

⁵⁷ Para além destas iniciativas constituintes, outras são referidas por Almeida (2015) no *Dicionário do Concílio Vaticano II* e que se colocam num lugar anterior à Ação Católica devidamente institucionalizada: “a *Federazione Universitaria Cattolica Italiana* (1892), a *Unione fra le donne cattoliche italiene* (1908), a *Gioventù femminile cattolica italiana* (1919) e a *Federazione italiana uomini cattolici* (1922)” (p. 2) e, na França, a *Associação Católica da Juventude Francesa*, em 1886, fundada pelo Conde de Mun.

Não obstante os obstáculos colocados no caminho, o catolicismo português foi dando os seus passos no que diz respeito ao associativismo, criando-se, em 1837, a *Associação da Propagação da Fé*, com objetivos missionários, extensão de uma obra francesa dos anos 20 e, em 1843, a *Sociedade Católica Promotora da Moral Evangélica em Toda a Monarquia Portuguesa*, que promovia a participação, quer de clérigos, quer de leigos. Com o agudizar das tensões internas e no âmbito do associativismo católico, a *Sociedade Católica* foi-se enfraquecendo até que foi desativada a partir de 1845, sendo o papel dos leigos neste desfecho um dos pontos de dissonância e de rutura.

Entre 1871 e 1910 inicia-se um novo período, que levou à criação de novas associações e à realização de congressos que permeou “um novo protagonismo católico, particularmente laical, com certa participação popular e operária” (Clemente, 2002, p. 123), sendo que, com a Implantação da República e a Lei da Separação do Estado da Igreja, a 20 de abril de 1911, o Episcopado Português reagiu e demonstrou a sua insatisfação com o novo enquadramento jurídico definido para a Igreja⁵⁸.

Perseguições a membros da hierarquia e de institutos religiosos, assim como a “extinção do ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e normais primárias, a legalização do divórcio, a publicação de nova lei da família, a par da abolição dos feriados religiosos” (Fontes, 2002, p. 137) e do registo civil de carácter obrigatório, colocaram a Igreja Católica numa posição de fragilidade que recebe novo impulso com momentos-âncora para a efetivação da ACP: o *Apelo do Episcopado aos Católicos Portugueses*, de 10 de julho de 1913, conhecido como o «apelo de Santarém», o Concílio Plenário Português, em 1926 e a reunião no Luso, em 1932.

Momentos envolvidos e direcionados pelas palavras de Leão XIII e de Pio XI, batizado como o *Papa da Ação Católica*, que condenou, por palavras publicadas em algumas das suas Encíclicas, os caminhos seguidos por alguns países que optaram pelo

⁵⁸ Publicou a *Pastoral Coletiva do Episcopado Português ao Clero e fiéis de Portugal*, datada de dezembro de 1910, o *Protesto Coletivo dos bispos portugueses contra o Decreto de 20 de Abril de 1911*, de 6 de maio de 1911 e a *Instrução Pastoral do Episcopado Português ao Clero e fiéis de Portugal*, de 22 de janeiro de 1917, posicionando-se contra uma “política laicizadora das principais instituições da sociedade, associada a uma propaganda vincadamente anticlerical” (Fontes, 2002, p. 137).

totalitarismo. Colocou a Igreja Católica numa posição vinculada contra “o fascismo, em Junho de 1931, depois, com alguns dias de intervalo, em 1937, o nazismo (14 de Março) e o comunismo ateu (19 de Março), sendo o bolchevismo um verdadeiro «pesadelo»” (Tourault, 1998, p. 301), tanto para Pio XI como para Pio XII. Este centrou a sua força numa posição anticomunista, aprovando “a decisão tomada em 1949 pelo Santo Ofício de excomungar os católicos que aderissem ao comunismo ou votassem a favor dele” (Tourault, 1998, p. 302).

Relativamente ao comunismo ateu, Pio XI dedica uma profunda reflexão, publicando a Carta Encíclica *Divinis Redemptoris*, a 19 de março de 1937, onde o considera um perigo para a comunidade cristã e para todos os povos que seguem o Evangelho e as palavras de Jesus Cristo, vendo-o como *contagioso*. Pio XI apresenta o caminho da Igreja como salvação e alcance da verdade, aludindo à importância da Doutrina Social da Igreja, lembrando Leão XIII, como já o tinha feito na sua Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*⁵⁹, de 15 de maio de 1931, apresentando um caminho que todos deviam seguir. Cada um, parte de um apostolado. tendo nas fileiras “valerosos soldados de Cristo”.

A mensagem papal chega a Portugal, ao mais alto nível, através da carta do Papa Pio XI enviada ao Cardeal Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa, de 10 de novembro de 1933. Uma missiva considerada a *Carta Magna* da Ação Católica Portuguesa, onde é elevada a essência católica do povo português, afirmando que “a Ação Católica é a que mais apta e eficazmente ocorre e remedeia as novas necessidades dos nossos tempos, tão afligidos pela mortífera influência do laicismo”

⁵⁹ Nesta Encíclica, comemorativa dos 40 anos da *Rerum Novarum*, Pio XI reforça a importância desta, enquadrando-a no contexto económico e industrial de então, elevando o papel do operário no seio da sua família e no seu local de trabalho, no sentido da sua dignidade e de missão no âmbito do apostolado de leigos em que se insere. Há um evidente reforço da importância dos leigos neste caminho, ladeado pelos clérigos, que os orientam. O trabalho e o salário são elementos de reflexão, afirmando a autoridade da Igreja no que diz respeito à questão social e económica, no caminho de uma efetiva Ordem Social, uma restauração social, apaziguadora e de cooperação, valorizando o papel da juventude nesse caminho, conscientes da sua condição operária, de trabalho, sendo importante a formação cirúrgica de operários e patrões para se cumprir o que a Encíclica eleva. O salário consta ainda, por exemplo, da Campanha Jocista de 1963-64, *Pela Valorização da Classe Trabalhadora à Construção de um Mundo Novo*, através de várias atividades e reflexões, atestando assim a sua realidade na prática jocista.

(Pio XI, 1936, p. 240). A terminologia utilizada pelo Santo Padre é, como já por nós identificado noutros documentos, bélica, militar, evidenciando a guerra que teriam pelo caminho, uma luta contra o que consideravam ser um obstáculo à reconquista cristã da sociedade. Expressões como “santa milícia de Jesus Cristo”, “exército de apóstolos”, ou “soldados de Cristo”, são chave na compreensão da perceção que a Igreja tinha da realidade social⁶⁰. Falando da importância da assistência aos operários, valoriza o trabalho dos leigos na ACP e dá orientações no sentido da organização da ACP, destacando as crianças, os jovens e os adultos e as respetivas funções e diretivas. É ainda nesta carta que mais uma vez apela à luta contra a *má imprensa*, opondo-lhe a *boa imprensa*. É neste contexto que, a 16 de novembro de 1933, são promulgadas as *Bases da Ação Católica Portuguesa* e, instituída pelo Episcopado Português, surge, organizada e implementada em território português, a Ação Católica, abrindo a primeira fase da ACP, referente à sua implementação e crescimento⁶¹, que se prolongará até 1945.

Outros documentos são nucleares ao longo da vida da ACP, como a *Concordata* e o *Acordo Missionário* entre Portugal e a Santa Sé, ambos assinados na Cidade do Vaticano, a 7 de maio de 1940, e que permitiram uma separação jurídica entre o Estado Novo e a Igreja Católica, acentuando uma relação entre ambos, garantindo a continuidade do trabalho de apostolado e intervindo na esfera própria.

⁶⁰ Podemos encontrar a mesma terminologia em algumas partes da carta que Pio XI remeteu ao Cardeal D. Sebastião Leme e ao Episcopado Brasileiro, a 27 de outubro de 1935, onde afirma que é essencial “a defesa e a propagação do reinado de Cristo (...) como aliás em todas as batalhas e exércitos, ordem, método e expediente” (Pio XI, 1937, p. 6), ou ainda expressões como “batalhões de valorosos soldados”. É possível ainda encontrar a expressão numa das respostas de Luísa Pimenta, ex-jocista amarantina, no questionário por nós aplicado. Referiu-se a um jocista como *um soldado sempre pronto a avançar para conquistar mais soldados para as fileiras de Cristo Rei*.

⁶¹ Segundo Ferreira *et al.* (2000), outras quatro fases podem ser identificadas na vida da ACP: uma segunda, de 1945 a 1959, marcada pelo seu “desenvolvimento enquanto movimento de renovação religiosa e activo protagonismo, no marco do catolicismo social”; uma terceira, entre 1959 e 1971, associada ao Concílio Vaticano II e às transformações na Igreja Católica que daí advieram, num limbo entre crise e renovação desta; uma quarta, de 1971 a 1988, com o I Congresso Nacional de Leigos e a dinâmica autónoma dos vários movimentos, desnitrindo a importância da Ação Católica Portuguesa enquanto corpo coeso e unitário; e, por fim, a quinta, no seio das várias mudanças da sociedade no âmbito religioso e cultural e que espoletou o “debate em torno da validade do paradigma de militância cristã que esteve na origem da própria ideia de acção católica” (p. 13).

No que diz respeito à *Concordata*, constituída por 31 Artigos, tinha como objetivo “regular por mútuo acordo e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a Paz e maior bem da Igreja e do Estado (...) e garanta a liberdade da Igreja e salvaguarde os legítimos interesses da Nação Portuguesa” (Concordata, 1943, p. 19). É assim reconhecida à Igreja Católica uma personalidade jurídica, agindo nos assuntos que diziam respeito ao governo da Igreja e que, nas palavras do Padre Miguel de Oliveira, em *Portugal e a Santa Sé – Concordata e Acordo Missionário de 7 de maio de 1940*⁶², “na ordem política, o que mais contribuiu para tornar possível a Concordata, parece-nos ter sido a Constituição de 1933” (p. 11)⁶³.

Com o objetivo de “regular mais completamente as relações entre a Igreja e o Estado no que diz respeito à vida religiosa no Ultramar Português” (Acordo Missionário, 1943, p. 33), assinou-se o *Acordo Missionário*, constituído por 21 Artigos, ampliando a esfera de ação da Igreja na sua atividade missionária⁶⁴.

Embora no discurso proferido na Assembleia Nacional, o Presidente do Conselho salientasse o quão importante foi “encontrar uma fórmula de respeito e colaboração entre um Estado moderno equilibrado e a Igreja Católica [e que] o Estado vai abster-se de fazer política com a Igreja, na certeza de que a Igreja se abstém de fazer política com o Estado” (Salazar, 1943, pp. 92-93)⁶⁵, a verdade é que, aquando das negociações da *Concordata* e do *Acordo Missionário*, a ACP foi alvo de discussão e conflito, organização que “Salazar aceitou reconhecer, embora não as suas actividades

⁶² A obra foi publicada em 1943. Uma edição do Secretariado da Propaganda Nacional. Inclui os textos integrais da *Concordata* e do *Acordo Missionário*, o discurso de Sua Excelência o Presidente do Conselho na Assembleia Nacional, reunida a 25 de maio de 1940 para ratificar os documentos, as palavras de Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, o Parecer da Câmara Corporativa sobre a *Concordata* e o *Acordo Missionário* e Legislação (Decreto-Lei n.º 30:615 e Decreto-Lei n.º 31:207).

⁶³ A Constituição de 1933 está acessível em www.parlamento.pt, na sua redação integral, para consulta em acesso aberto. O Título X é dedicado às “Relações do Estado com a Igreja Católica e demais cultos”, entre os artigos 45.º e 48.º.

⁶⁴ As Missões serão motivo de reflexão em várias Encíclicas. Destacamos a Carta Encíclica *Evangelii Praecones*, sobre o Fomento das Missões, de Pio XII, de 2 de junho de 1951 e a *Princeps Pastorum*, sobre as Missões Católicas, de João XXIII, de 28 de novembro de 1959.

⁶⁵ Publicado no *Diário das Sessões*, n.º 89, de 27 de maio de 1940.

auxiliares e seus fins extra-religiosos, como pretendia a Santa Sé” (Pimentel, 2014, p. 108)⁶⁶.

Como documento fundador e orientador da Ação Católica Portuguesa, surgem as *Bases da Ação Católica Portuguesa*, chegando a todos os fiéis e leigos, através do inscrito nelas, publicado em dois periódicos dos inúmeros que formam uma constelação ampla da imprensa católica. As *Bases* são publicadas na *Voz da Fátima*, na edição n.º 135, Ano XII, datada de 13 de dezembro de 1933 (Figura 1)⁶⁷.

Figura 1 - Jornal Voz da Fátima



Fonte: www.fatima.pt. Edição nº 135, ano XII, de 13 de dezembro de 1933. Consultado a 8 de julho de 2025.

O jornal, de periodicidade mensal, que inicia a sua publicação a 13 de outubro de 1922, já nos remete para a importância de Fátima na narrativa transposta para o apostolado, gravitando em torno da imagem de Nossa Senhora de Fátima, aliada a outros dois elementos do tríptico devocional: o Sagrado Coração de Jesus e o Cristo-

⁶⁶ O Cardeal Cerejeira manteve uma posição reservada em relação a este assunto.

⁶⁷ No ano de 1933, as *Bases da Ação Católica Portuguesa* são ainda publicadas no *Novidades* (16, XI) e na *Brotéria* (XVII).

Rei. É precisamente na Festa de Cristo-Rei que é celebrado o Dia da Ação Católica Portuguesa. Pio XI, em 1925, instituiu a Festa de Cristo-Rei⁶⁸ na sua Carta Encíclica *Qual Primas*, antecedida da Encíclica *Ubi Arcano Dei*, de 23 de dezembro de 1922, em que evidencia o reinado de Jesus Cristo, as funções do Episcopado e a importância da colaboração dos leigos no caminho da *Verdade*.

Em maio de 1934, as *Bases* são publicadas no *Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa*, no seu primeiro número, sendo uma publicação de grande importância para a ACP, vista aos olhos do Cardeal Patriarca como “o clarim de comando [que] transmitirá fielmente as ordens de serviço, estabelecerá o contacto entre todas as linhas de formação, manterá o moral nas forças de assalto, chamará a todos os soldados de Cristo ao bom combate” (p. 1).

O *Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa* é visto assim como “uma fonte primordial para a história eclesial, a par das várias dezenas de jornais e revistas publicados pelas suas várias organizações juvenis e adultas de ambos os sexos e organismos especializados por meio social” (Fontes, 2000, p. 427), logo, integrando a *boa imprensa*.

A passagem do termo *imprensa católica* para o de *boa imprensa* verificou-se na cronologia de documentos escritos pelo Papa Leão XIII e é vista como uma forma de reação ao que era considerado de *má imprensa*, que difundia uma posição anticlerical, laica, de ataque à Igreja Católica. É com Leão XIII que o tema imprensa surge com maior destaque, direcionando palavras a bispos e outros elementos da hierarquia da Igreja Católica por todo o mundo, de forma a uniformizar o seu pensamento e ação em cada um dos países destinatários dos seus textos, através, “durante os 25 anos do

⁶⁸ A 17 de maio de 1959, foi inaugurado o Monumento a Cristo-Rei, antecedido por uma campanha de angariação de fundos para a sua construção e motivo de peregrinação aquando da sua inauguração, sendo lugar de passagem e devoção por parte dos católicos nos anos que se seguiram. Este monumento, foi erguido em Almada “em cumprimento do voto solene feito pelo Episcopado Português [em 1940] junto da Senhora de Fátima, para que Portugal fosse «salvo da guerra»” (Fontes, 2007, p. 171). Em Amarante, esse peditório foi feito, tendo sido divulgado no jornal *Flor do Tâmega*. A freguesia de Vila Caiz é uma das que a Paróquia promoveu a ação. Cf. edição n.º 3.503, ano 69, de 11 de abril de 1954, p. 4.

pontificado de Leão XIII (...de) mais de sessenta documentos oficiais, desde Encíclicas, Cartas Apostólicas, Cartas aos Núncios, ou simples alocações” (Alves, 2012, p. 88)⁶⁹.

Segundo Paulo Bruno Pereira Paiva Alves (2012), “a boa imprensa era entendida como algo sobrenatural, isto é, como tendo interferência do alto dos céus, algo que era entendido como uma vontade suprema de Deus no caminho que, dia após dia, os homens trilhavam em defesa dos interesses da Igreja na Terra” (Alves, 2012, p. 106). Assim, “os partidários católicos mais empenhados constituíram a boa imprensa como a nova «máquina de guerra», isto é, uma arma de combate ao serviço da Igreja para ripostar contra a má imprensa” (Alves, 2012, pp. 86-87) e contra os que se opunham à Igreja e que pretendiam fragilizar o poder do Vaticano.

Também a imprensa escrita local mostrou-se um mediador crucial do trabalho, quer na Secção de S. Gonçalo da JOC, quer por várias aldeias da vila de Amarante, evidenciando aqui a importância da imprensa não católica para o trabalho levado a cabo por estes operários de Cristo nas suas comunidades, como se verá.

Finalmente, saliente-se o papel disseminador e envolvente das Semanas Sociais Portuguesas, que foram marcantes no caminho iniciado pela Igreja Católica com a institucionalização da ACP, tendo sido promovidas por esta, de forma a aprofundar a sua territorialização nas comunidades, pretendendo “conjugação a dimensão de estudo com a de acção social, a nível do catolicismo militante” (Fontes, 2002, p. 191). Foram quatro as Semanas Sociais realizadas em diferentes pontos do país (1940 a 1952)⁷⁰ que, partindo das suas preocupações, demonstraram a sua intervenção em questões sociais, em particular relativamente aos trabalhadores e às comunidades.

⁶⁹ Paulo Alves (2012) analisou cronologicamente os documentos que Leão XIII foi pensando e escrevendo, partilhando com vários elementos da Igreja Católica, no sentido da sua preocupação com a *má imprensa* e que caminho a Igreja deveria seguir fazendo uso do que definia como *boa imprensa*.

⁷⁰ O seu primeiro curso foi em Lisboa, entre 17 e 23 de junho de 1940, no ano em que se assinou a *Concordata* e o *Acordo Missionário*, alusivo ao tema “Aspectos gerais da doutrina social cristã”; o segundo em Coimbra, centrado nas “Bases Cristãs duma Nova Ordem”, entre 14 e 21 de março de 1943, tendo como conferencista o Padre Abel Varzim; o terceiro no Porto, de 2 a 8 de maio de 1949, centrado no tema “O problema do trabalho”; e, por fim, o último curso, em Braga, entre 27 de outubro a 2 de novembro de 1952, com reflexão partindo do tema “O problema da saúde”.

1.4. As Organizações e os Organismos Especializados da Ação Católica Portuguesa: corpo e vida orgânica

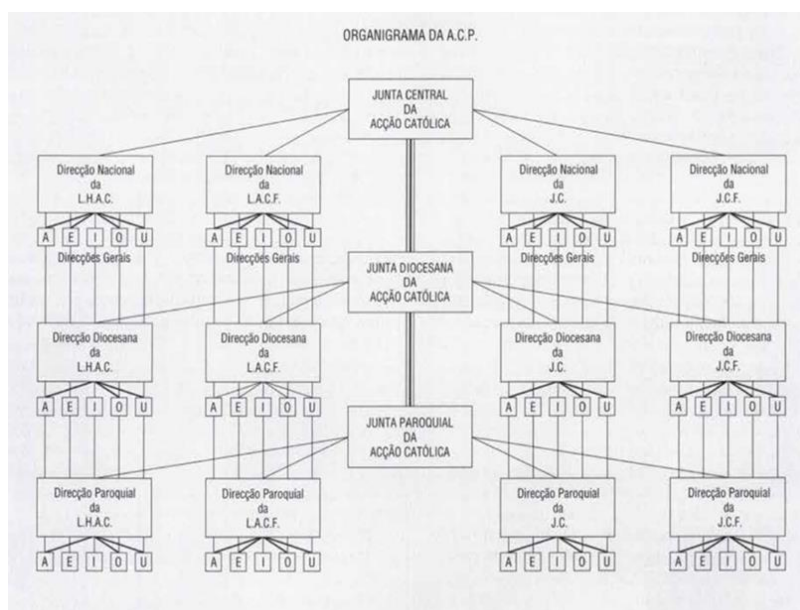
O modelo da ACP, instituída em 1933 pelo Episcopado Português, é um modelo misto. Se, por um lado, se defende, no seguimento do escrito por Pio XI, um tipo unitário, partindo do exemplo italiano, organizando-se em quatro setores – homens, mulheres, rapazes e raparigas – definindo-se através do sexo e da idade, por outro, com base na JOC belga, instituída em 1925 e pensada por Joseph Cardijn, integra-se uma componente especializada da AC, tendo em conta o meio social e profissional dos seus membros.

Para a nossa cronologia, a orgânica prevista no *Guia da Ação Católica Portuguesa*, publicado em 1946, apresenta “novas disposições estatutárias e regulamentares [que] são fruto da experiência de muitos anos de madura reflexão” (p. VI), colmatando e revendo pontos que foram considerados passíveis de melhoramento para uma eficaz ação do apostolado, vertidos nas *Bases*, nos *Estatutos* e no *Regulamento Geral*.

Quanto à orgânica da ACP (Figura 2), foram, então, criadas 4 organizações: a Liga dos Homens da Ação Católica (LHAC), a Liga da Ação Católica Feminina (LACF), a Juventude Católica (JC) e a Juventude Católica Feminina (JCF).

As Ligas eram destinadas aos adultos, considerando aqui a idade de 30 anos para se filiarem e as Juventudes integravam os jovens entre os 14 e os 30 anos de idade. Os seus associados dividiam-se em aspirantes, efetivos e militantes. Destes, eram eleitos e escolhidos os dirigentes.

Figura 2 - Organigrama da Ação Católica Portuguesa



Fonte: Ferreira *et al.* (2000) apud *Lusitania Sacra*, 6 (1994)

Com a necessidade de uniformizar a terminologia, as organizações direcionadas aos adultos passam a designar-se de Liga Católica (LC), Liga Católica Feminina (LCF), mantendo-se os nomes das dedicadas aos jovens. No que diz respeito aos vinte organismos especializados, subdivisões de cada uma das Ligas, surgem os Agrários (A), os Escolares (E), os Independentes (I), os Operários (O) e os Universitários (U).

Definem-se assim nos adultos: a Liga Agrária Católica (LAC) e a Liga Agrária Católica Feminina (LACF), a Liga Escolar Católica (LEC) e a Liga Escolar Católica Feminina (LECF), a Liga Independente Católica (LIC) e a Liga Independente Católica Feminina (LICF), a Liga Operária Católica (LOC) e a Liga Operária Católica Feminina (LOCF), a Liga Universitária Católica (LUC) e a Liga Universitária Católica Feminina (LUCF).

No caso dos jovens: a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Agrária Católica Feminina (JACF), a Juventude Escolar Católica (JEC) e a Juventude Escolar Católica Feminina (JECF), a Juventude Independente Católica (JIC) e a Juventude Independente Católica Feminina (JICF), a Juventude Operária Católica (JOC) e a

Juventude Operária Católica Feminina (JOCF), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF).

Também as crianças foram objeto de acompanhamento, instruindo-as, preparando-as para as etapas seguintes dentro da ACP. Assim, foram criadas organizações para crianças, orientadas pelos jovens: “os Pequenos, até aos 7 anos de idade; os Benjamins e Benjaminas, entre os 7 e os 10; e as Prés, até aos 14 anos” (Fontes, 2002, p. 179).

O modelo da ACP assentava numa distribuição da ação do apostolado de leigos em três planos diferentes: o nacional, o diocesano e o paroquial ou local.

A Direção Geral da ACP era assumida, por inerência, pelo Presidente do Episcopado Português, logo, pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira⁷¹, enquanto que a Junta Central da Ação Católica Portuguesa tinha como Presidente um Bispo e como Secretário-geral um elemento eclesiástico. Era considerada representante da “coletividade dos católicos portugueses organizados, tornando-se (...) o supremo órgão coordenador de todo o movimento católico” (Civardi, 1936, p. 55).

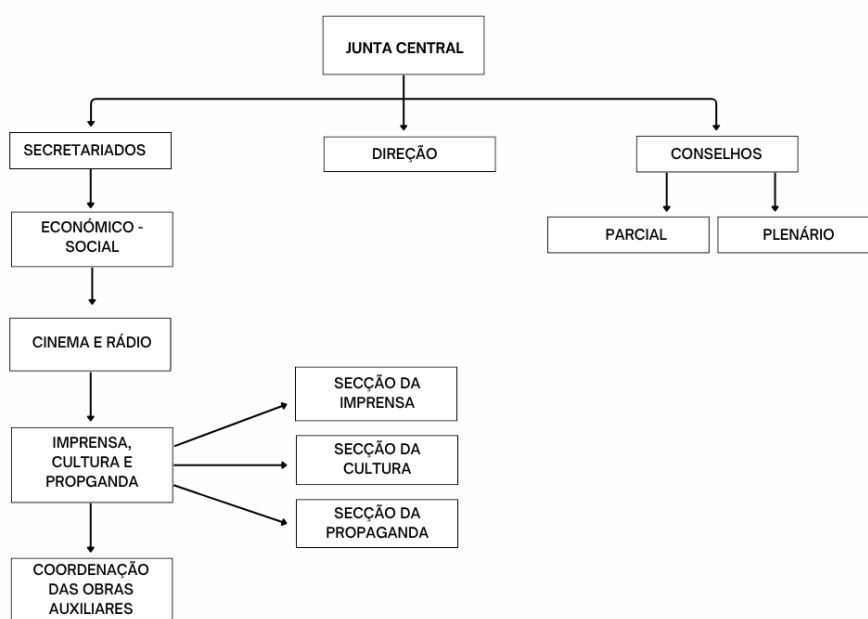
Além daquela, três órgãos de direção e coordenação asseguravam o funcionamento do movimento, através das suas organizações e organismos especializados, nos planos nacional, diocesano e paroquial: a Junta Central, a Junta Diocesana e a Junta Paroquial. Já as Direções Gerais, Diocesanas e de Secção surgiam como ligação a cada um dos organismos especializados, mas sempre em articulação orgânica com a Junta respetiva, como representado no Organigrama (ver Figura 2).

De salientar a existência de um Assistente Eclesiástico no terreno, nas comunidades, que, de acordo com o seu nível de ação, era atribuído a uma figura do seio da Igreja, representativo desse mesmo elemento territorial: a nível paroquial, seria o Pároco, a nível diocesano, um sacerdote e a nível central um Prelado, diretamente nomeado pelo Episcopado Português.

⁷¹ A partir de 1971, o cargo foi extinto da orgânica da Ação Católica Portuguesa.

No que diz respeito à Junta Central, representada na Figura 3, a sua sede era em Lisboa e representava, como indicado nas *Bases*, a “coletividade dos católicos portugueses organizados e coordenará as suas actividades” (p. 6)⁷².

Figura 3 - Organograma da Junta Central da Ação Católica Portuguesa



Fonte: Elaboração própria a partir do *Regulamento Geral da Ação Católica Portuguesa* (1946)

A Direção da Junta Central é constituída por um Presidente que proporá, posteriormente à sua nomeação, ao Episcopado Português, os outros membros da Junta. São funções desta, segundo o mesmo *Regulamento*, executar o instruído pelo Episcopado e pela Santa Sé, no que diz respeito à ACP, estimular a formação e desenvolvimento da ACP, promovendo novas Juntas Diocesanas, e incentivar e

⁷² Cf. *Regulamento Geral da Ação Católica Portuguesa*. Define, no seu Capítulo III, no seguimento do já inscrito nas Bases Orgânicas da ACP, a sua orgânica e funcionamento.

potenciar as campanhas nacionais, coordenando as organizações e os organismos especializados.

Tem ainda na sua orgânica dois Conselhos: um parcial e um plenário. O parcial, que reunia uma vez por mês, incorporava membros da Junta Central e Presidentes das Direções Gerais de cada um dos organismos especializados. O plenário, reunindo uma vez por ano, via na sua constituição os membros do Conselho parcial, os Presidentes das Juntas Diocesanas e outros que podiam ser somados por determinação do Diretor Nacional, mas sempre por proposta da Presidência da Junta Central.

Dentro da sua orgânica, a Junta Central tinha quatro Secretariados Especializados, como consta no Apêndice n.º 1 do *Regulamento Geral dos Secretariados da Junta Central*: o Económico-Social, de Coordenação das Obras Auxiliares, do Cinema e da Rádio, e de Imprensa, Cultura e Propaganda. Este último expandia a sua ação através de Secções específicas: da Imprensa, da Cultura e da Propaganda.

Cada Secretariado da Junta Central era dirigido por um Diretor, nomeado pela Junta Central e autorizado pelo Diretor Nacional da ACP. Para além do Diretor, poderiam ainda existir Conselhos Técnicos, que reuniam, no mínimo, uma vez por mês, e pessoal assalariado para assegurar os seus objetivos.

Todos os Secretariados orientavam-se e agiam segundo o inscrito no *Regulamento Geral dos Secretariados da Junta Central* e pelo *Regulamento Especial* respetivo, onde se inscreviam os objetivos específicos de acordo com a sua área de ação e intervenção.

Nestes *Regulamentos Especiais* há alusão às palavras de Pio XI para cada uma das áreas, plasmado nos seus textos e que são vistos como norteadores do movimento: a Carta enviada pelo Papa ao Cardeal Cerejeira, a 10 de novembro de 1933, e a Encíclica *Vigilanti Cura*, de 29 de junho de 1936⁷³.

⁷³ Destacamos ainda a Carta Encíclica *Miranda Prorsus*, do Papa Pio XII, de 8 de setembro de 1957, sobre a Cinematografia, a Rádio e a Televisão.

Quanto à orgânica do corpo diretivo no nível paroquial, existe uma Direção Paroquial da Secção de um organismo especializado da Ação Católica Portuguesa, que tem como órgão próximo coordenador a Junta Paroquial, em ligação com os demais órgãos de coordenação e direção a nível diocesano e nacional. É constituída por um Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e os Presidentes das organizações a nível paroquial. Caso este não exista, será ocupado pelo Presidente do organismo especializado da respetiva organização.

Cada Direção Paroquial é constituída por um Presidente e um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e, no caso de haver setor pré-juvenil, um ou mais vogais.

Para além destes, surge a figura do Assistente Eclesiástico⁷⁴, assim como a possibilidade de existir um Delegado Técnico, que não precisa estar integrado na Ação Católica Portuguesa e que terá como missão a formação e assistência técnica dos associados.

1.5. A Juventude Operária Católica: diálogo internacional de jovens operários

No pequeno livro intitulado *Peregrinação Nacional da Juventude Trabalhadora*⁷⁵, uma edição da JOC/JOCF, sobre um evento que se realizou no Santuário de Fátima, nos dias 16 e 17 de abril de 1955, podemos encontrar, para além das orientações para a realização do Congresso, com esta dimensão e carácter, uma resenha da história da JOC. O livro abre com um pequeno texto de Joseph Cardijn (1882-1967), Assistente Geral da JOC, em que, no âmbito do XX.º Aniversário da JOC Portuguesa, salienta a força da JOC no mundo, referindo que a mesma se encontra em 65 países e que, depois do encontro, incitando à ação: “com a bênção de Jesus e de

⁷⁴ Segundo o *Estatuto das Organizações e Organismos Especializados da Ação Católica Portuguesa* (1945), o Assistente Eclesiástico de uma Direção Paroquial é o pároco “salvo determinação em contrário do Ordinário Diocesano” (Título VI, artigo 97, 2.º).

⁷⁵ O livro encontra-se no Arquivo da JOC da Diocese do Porto.

Maria ide, voltai às vossas fábricas, aos vossos escritórios, para aí levar a mensagem de renovação do mundo do trabalho” (Cardijn, 1955, p. 7).

É Joseph Cardijn que, ainda jovem, com o objetivo de envolver a classe operária, desenvolve o seu trabalho ao longo de vários anos até amadurecer a ideia e fundar a JOC, o que aconteceu em abril de 1925, no primeiro congresso, em Bruxelas, onde foram eleitas a Direção Nacional, com o respetivo Presidente, Secretário e Tesoureiro. Foram assim votados, aprovados e aplicados os Estatutos e o Programa da JOC.

Dez anos depois, em 1935, ano em que a JOC surge em Portugal, surge o primeiro congresso de amplitude mundial, onde esteve presente, em representação de Portugal, o Cardeal Patriarca de Lisboa e alguns jovens operários, num total de 100 mil jocistas de todo o mundo⁷⁶.

A influência de Joseph Cardijn foi de tal profundidade que parte do seu pensamento foi pontuando vários dos documentos que saíram do Concílio Vaticano II, tendo sido, em 1963, “nomeado perito do Concílio por João XXIII (...) e, por gesto típico de Paulo VI, será nomeado cardeal e sagrado bispo no início de 1965 [colaborando] na elaboração da *Mater et Magistra* (1961) do amável João XXIII” (Josaphat, 2015, p. 76). A sua voz e pensamento, aliado à sua prática construtora e orientadora, ecoaram no Concílio Vaticano II ao ponto de o método jocista da Bélgica *Ver-Julgar-Agir* ser uma referência e ser utilizado no âmbito deste momento relevante para a História da Igreja Católica.

A participação dos jocistas a nível internacional faz-se sentir no âmbito da JOC Internacional, reunindo os militantes de todo o mundo, fomentando o diálogo e a solidariedade, partindo do conhecimento de outras realidades, nos mais diversos países, que alicerçam o compromisso dos jocistas perante a Juventude Operária Católica e a Ação Católica. A 25 de abril de 1954, numa publicação intitulada *Dia da*

⁷⁶ Referência ao início da atividade da JOC em Portugal: https://agencia.ecclesia.pt/portal/events/igreja-portugal-juventude-operaria-catolica-realiza-acampamento-nacional/?utm_source=chatgpt.com. Consultado a 17 de setembro de 2025; <https://www.cm-tvedras.pt/artigos/detalhes/joc-atividade-jocista>. Consultado a 23 de setembro de 2025.

*JOC Mundial*⁷⁷, esta é definida como “uma consequência da catolicidade da Igreja [e] uma exigência da caridade” (pp. 13-14), sendo o dia dedicado a todos os jocistas que saem dos seus países para ajudar outros operários de Cristo na construção da JOC, na sua implementação, organização e funcionamento.

Esta solidariedade de missão para com outros países promove uma interação e partilha de conhecimento que influenciará as Secções da JOC, também em Portugal, permeando o comparativo e a aplicação de boas práticas no seu próprio contexto e realidade. Consideramos que estas geografias levaram a uma consciência política, social e humana dos jocistas portugueses, fazendo com que a reflexão relativa ao contexto político e social em que se inseriam se aprofundasse e os incentivasse a posicionar-se na sua comunidade, perante as adversidades que o Estado promulgava através das suas diretivas para o país.

Se o impacto da JOC se fazia sentir a nível mundial, os jocistas amarantinos recebiam, a jusante, documentos que motivavam essa reflexão, conscientes do impacto da JOC a nível internacional, pois, já em 1947, a família jocista mundial estava distribuída em 47 nações com um total de 900 mil filiados. Dados inscritos no *Estatuto da Juventude Trabalhadora*, uma edição da Direção Geral da JOC, publicada em 1945⁷⁸. Um documento que acentua a importância da “dedicação, inteligência, sacrifício, acção, consciência, seriedade, influência, carácter, honradez, firmeza, virtude” (p. 1) dos jovens trabalhadores e defende a educação como um dever e um direito dos jovens, aliada a uma vocação profissional, matrimonial cristã e patriótica.

Em Amarante, no âmbito do contacto com os ex-jocistas, fomos identificando alguns documentos e objetos que estavam na sua posse, sinal do conhecimento de elementos formativos do seu percurso⁷⁹. É no contexto das Comemorações da JOC

⁷⁷ A publicação consta do Arquivo da JOC da Diocese do Porto que consultamos e surge no âmbito da Assembleia Geral comemorativa do *Dia da JOC Mundial*.

⁷⁸ Assinado por Manuel de Campos, Presidente Geral da JOC, o documento encontra-se no Arquivo da JOC do Porto, por nós consultado, tendo no frontispício o carimbo da Direção Diocesana do Porto da Liga Operária Católica.

⁷⁹ Um deles (ver Anexo 3), a única publicação da Diocese do Porto que se revestia da importância da JOC Internacional, estava na posse de Artur Correia, ex-jocista amarantino da Secção de S. Gonçalo. Quando interrogado sobre a origem do livro e o seu contexto, o mesmo não conseguiu identificar, uma vez que

Internacional, no Porto, entre 9 e 16 de agosto de 1964, onde esteve presente Joseph Cardijn, que a Secção da JOC de S. Gonçalo e da Madalena realizaram uma assembleia no Colégio de S. Gonçalo, apelando à participação dos jovens operários amarantinos, de forma a discutirem os problemas laborais e sociais, contribuindo ativamente para a melhoria das suas condições de vida e de trabalho⁸⁰. Nos Arquivos Pessoais dos ex-jocistas é possível confirmar a participação neste dia, partilhando memórias de felicidade sobre o encontro com os restantes militantes, orientados pela visão e palavras da figura internacional de Cardijn, tendo este sido pensado para Prémio Nobel da Paz pelo Bispo de Hull, Monsenhor Emílio Charboneau, motivando os jocistas a apoiar a candidatura⁸¹. Sublinhe-se que a partilha e o convívio nos dias dedicados à JOC Internacional podem ser vistas como laboratórios e oficinas de trabalho partilhado, de construção de caminhos conjuntos passíveis de serem aplicados nos seus países de origem, tanto mais que a JOC Internacional estava representada em vários organismos e instituições, como, por exemplo, a Organização Mundial do Trabalho, a Assembleia Mundial da Juventude, o Conselho da Europa, entre outros⁸².

1.6. Tensões, conflitos e crises: consciência e ação

De início, a Igreja Católica e a ACP alimentaram uma esperança em relação ao corporativismo do Estado Novo, na senda das palavras de Pio XI, aquando da promulgação da Constituição de 1933, em que esse mesmo corporativismo vinha formulado, elogiando-o, como atrás referimos. O alinhamento político, ao nível das

já não se lembrava de ambos. No entanto, demonstrou uma afeição ao documento, como âncora para a sua ligação à comunidade jocista a que pertenceu. O livro tem na capa uma assinatura de posse, com o nome de Artur Dias, escrito pelo mesmo.

⁸⁰ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 4.031, ano 80, de 9 de agosto de 1964. A edição publica ainda um texto intitulado “Refleti... ó jovens”, sobre as Comemorações do Dia da JOC Internacional, assim como uma resenha sobre a história da JOC na Bélgica e o Programa das Comemorações, incluindo o da Semana de Estudo.

⁸¹ Cf. *Juventude Operária*, n.º 225, de outubro de 1963.

⁸² Cf. *Juventude Operária*, n.º 223, de agosto de 1963.

hierarquias poderia ser previsível, até por uma questão diplomática. Contudo, os sinais de incómodo e não alinhamento, sobretudo nas bases, existiam.

Com efeito, o Padre Abel Varzim apareceu na história da ACP como defensor dos trabalhadores, dos operários e foi um dos elementos que questionou as políticas de Salazar, relativizando, numa fase inicial, alguns dos problemas que o corporativismo em si encarcerava, considerando ainda prematuro tirar conclusões da ação do Estado.

Duncan Simpson (2014) refere que a missão principal levada a cabo “pelos movimentos da ACP que lidavam com o mundo do trabalho (...) consistiu em «gerar e fomentar uma mentalidade corporativa», dependendo o sucesso do edifício corporativo de garantir que o capital e o trabalho cumpriam os seus respetivos deveres cristãos” (Simpson, 2014, p. 85). Segundo Maria Inácia Rezola, “a JOC, na sua primeira década de existência (...) abordou o edifício corporativo com «fé» e «entusiasmo»” (Simpson, 2014, p. 85), o que nos remete para uma primeira fase de crença em relação ao pensado por Oliveira Salazar, crendo nas palavras e nas intenções do mesmo em relação aos operários e ao mundo do trabalho e, por consequência, aos seus efeitos nas esferas pessoal, familiar e social.

Apesar do quadro de constante indefinição da JOC, as lutas da ACP surtiram efeitos positivos em vários pontos de implementação operária, no contexto da industrialização, que iam desenvolvendo em diálogo com outros países. O posicionamento de algumas das suas figuras de referência, dentro da ACP, testou a elasticidade da relação do Estado Novo com a Igreja Católica. Novas preocupações se verificaram, acentuando a ação do apostolado de leigos junto dos trabalhadores das indústrias nacionais. Os operários viram-se perante um conjunto de situações que levavam à precariedade no trabalho, passando a dignificação do trabalho e dos trabalhadores a ser um caminho de orientação para os organismos da ACP, como referido no capítulo «A Indústria Nacional» do volume dedicado ao Estado Novo da *História de Portugal* (1994). Aqui, elencam-se vários problemas associados aos operários, ao seu bem-estar e às condições de trabalho, que serão motivo de intervenção e reflexão por parte dos militantes das organizações e organismos especializados da ACP. Os salários, o desemprego, a precariedade dos postos de

trabalho, o tempo da jornada de trabalho, os apoios no âmbito da previdência social e o trabalho de menores e das mulheres, serão espoletas para a ação da ACP, levando ao agravar de tensões e conflitos com o poder político vigente, tendo em alguns casos levado a torturas e prisões (Rosas, 1994, pp. 94-99).

Barreto (1994) dá relevo, também, à figura incontornável e pilar fundamental da ACP, o padre Abel Varzim. Defensor do pensamento de Joseph Cardijn, fundador da JOC, “frequentou a Universidade de Lovaina, onde privou com o cónego Joseph Cardijn [e] contactou com a dura realidade da classe operária” (Nobre, 2020, p. 71). Ficou conhecido como um dos *padres de Lovaina*, associando-o assim ao fundador da JOC na Bélgica.

Acentua, ainda, o seu papel no oscilar dos conflitos entre os católicos e o poder político e o patronato, pela sua ação e pensamento em relação à realidade do meio operário, levando, posteriormente, ao seu “afastamento (...) de todos os cargos que exercia, incluindo o de assistente geral da LOC, sob pena de graves represálias” (Barreto, 1994, p. 573)⁸³.

Maria Inácia Rezola (1994), trazendo um exemplo concreto, o da Covilhã, salienta, também, a importância do padre Abel Varzim, assim como o do padre Manuel Rocha, e o quanto a imprensa católica, referindo aqui a publicação *O Trabalhador*, fundado em maio de 1934, contribuiu para a divulgação do pensamento daqueles junto dos operários, fomentando a reflexão das condições em que se encontravam, a inércia dos Sindicatos Nacionais e do poder político e os caminhos para que esse paradigma pudesse ser alterado⁸⁴.

Todos os problemas centrados no operariado, e motivo de preocupação de vários agentes da sociedade, não corresponderam às expectativas dos militantes da

⁸³ O padre Abel Varzim é transversal à reflexão de todos os que analisam este período da História da Igreja em Portugal e numa dimensão comparativa em relação a outros países, uma vez que, tal como o padre Manuel Rocha, estudou em Lovaina, lugar importante para Joseph Cardijn. Daí a relevância do pensamento deste na estruturação da ACP e da especialização por meio social.

⁸⁴ Este jornal é identificado pela autora como o responsável através do qual o movimento operário católico cresceu, sendo visto como o “«estandarte» da causa operária” (Rezola, 1994, p. 114) e divulgador do trabalho do apostolado de leigos, orientado pela Doutrina Social da Igreja.

ACP, aquando da sua implementação, em relação aos quadros políticos e ao próprio corporativismo. A inação na resolução dos problemas identificados, discutidos em reuniões e outros lugares de reflexão dos organismos da ACP, levou à destituição do padre Abel Varzim da Assembleia Nacional, onde integrou a II Legislatura, entre 1938 e 1942, assim como do cargo de Direção da ACP, ficando este período ainda marcado pelo silenciamento do jornal *O Trabalhador*, em 1948, censurando a voz dos operários, mediada pelo padre Abel Varzim⁸⁵.

A sua posição na Assembleia Nacional tinha ainda como objetivo ampliar a voz dos operários e fazê-la ouvir junto dos decisores políticos e ainda evidenciar “as fragilidades que presidem ao lançamento da ordem corporativa, marcadas pelas resistências do patronato e ineficácia das delegações do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência” (Ferreira, 2018, p. 7).

Ao longo da sua jornada junto das comunidades, a sua voz vincada na defesa dos operários foi observada e registada de perto pelo Estado, através da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). Facto evidenciado pelos vários relatórios escritos a que tivemos acesso, através da Coleção Documental Abel Varzim⁸⁶, resultado de um protocolo entre o Fórum Abel Varzim – Desenvolvimento e Solidariedade e o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), sendo este o parceiro que “organizou, descreveu e reacondicionou o acervo em oito unidades de instalação que contêm documentos pessoais de Abel Varzim, correspondência, textos produzidos no âmbito das suas funções eclesiais” (Gago, 2022, p. 133)⁸⁷.

⁸⁵ Destacou-se na defesa dos interesses dos trabalhadores, identificando os momentos mais importantes do seu percurso, salientando o seu discurso na Assembleia Nacional, em 1939, centrado nos problemas sindicais e nas injustiças perpetuadas na vida e no trabalho dos operários, lembrando que, nessa altura, “o P. Abel Varzim defendia que os católicos deviam dar a sua colaboração ao corporativismo, não só porque ele era doutrina da Igreja, mas também em nome da colaboração que os católicos deviam aos poderes legitimamente constituídos” (Cruz, 1992, 561). Posição que foi alterada, ao longo do seu trabalho na Ação Católica, debatendo-se com a realidade operária, como referido por Barreto (1994).

⁸⁶ Pode ser consultado em <https://papur.cehr.ft.ucp.pt/>. Consultado a 23 de maio de 2025.

⁸⁷ Para além destes documentos, outros podem ser consultados “resultantes da sua atividade cívica e política, enquanto deputado, opositor à ditadura de Salazar, ativista na integração social de prostitutas, assim como as suas publicações, sob a forma de monografias, em colunas regulares de jornais diários e em periódicos da Igreja Católica, e ainda estudos, memórias e homenagens sobre a sua figura e impacto

Exemplo disso é o relato de um informador da PIDE, que presenciou uma concentração da Juventude Operária Católica, em Ermesinde, a 2 de junho de 1947, na qual Abel Varzim foi orador. O informante destaca o ataque do padre ao Comunismo, defendendo um Socialismo Católico, apelando às palavras de Leão XIII e Pio XI nas Cartas Encíclicas e que os operários, associados nas suas fábricas, declarassem guerra ao Capitalismo⁸⁸.

Uma outra personalidade se destaca nas tensões vividas. D. António Ferreira Gomes (1906-1989), Bispo do Porto, que, num documento dirigido a Salazar, conhecido como *Carta a Salazar*⁸⁹, com data de 13 de julho de 1958, o questiona, sendo este “questionamento encarado pelo regime como oposição, traição” (Ferreira, 1987, p. 297). Este momento de crise situa-se no que António Matos Ferreira (1987) chama de terceiro período da evolução da ACP, que se insere cronologicamente entre 1955 e o 25.º aniversário da ACP, e no qual a problemática social se acentua com uma abertura ao exterior⁹⁰. Este documento, reeditado pelas *Edições do Tâmega* (1993),

assumido pela sua atuação pública” (Gago, 2022, p. 133). Salientamos o seu trabalho fundador na *Obra das Raparigas da Prostituição*, na paróquia da Encarnação, no Bairro Alto, em Lisboa, tendo ainda motivado, em 1954, na Amadora, a abertura do *Centro de Recuperação da Quinta do Bosque* que, fechando, abriu na cidade do Porto, e ainda a criação da *Liga Nacional Contra a Prostituição*. Esta ação social com foco nas mulheres é relevante devido ao partilhado pelos ex-jocistas no âmbito da prostituição na vila de Amarante e como ela era vista.

⁸⁸ Disponível em <https://papier.cehr.ft.ucp.pt>. Consultado a 13 de fevereiro de 2025. Documento com duas páginas. Entidade Detentora: Fórum Abel Varzim Desenvolvimento e Solidariedade; Coleção CDAV- Coleção Documental Abel Varzim, 1920-2019; Secção C – Atividade cívica e política, 1938-1965; Série 2 – Oposição ao Regime, 1940-1961; Código de Referência: PT FAV CDAV/C/02/015; Documento 015; Título: Relato de informador da PIDE, não identificado, acerca de uma concentração da Juventude Operária Católica; Produzida por autor não identificado, a 2 de junho de 1947.

⁸⁹ Este documento, apesar de ser conhecido como *Carta a Salazar*, nunca foi considerado como tal pelo seu autor. É Fernando Ferreira Gomes, familiar do Bispo do Porto que, em prefácio a uma edição do documento, publicada em 1993, pelas *Edições do Tâmega*, afirma que “não é uma carta, muito menos uma «carta aberta» [e] como sempre disse o bispo do Porto, trata-se de uma «pró-memória» para uma entrevista com o então Presidente do Conselho, em que se enumeram os temas a ser ventilados nesse encontro” (Gomes, 1993, p. 9), o qual não veio a realizar-se.

⁹⁰ Para além desta fase, segundo o autor, outras a antecedem: um primeiro período, que inicia com a institucionalização da ACP até 1939, marcado por duas preocupações: “o não envolvimento directo na política partidária (...) e a questão operária” (Ferreira, 1987, p. 295) e um segundo período, situado no tempo da guerra e o posicionamento de Portugal face a este episódio bélico, mas que se prolonga por uma linha temporal importante em que aparecem os congressos da ACP, em 1948, assim como de outras dinâmicas que seguiam as diretrizes de relevo no âmbito da formação das elites católicas, onde

que nos situa nas tensões inerentes à vida da ACP em relação ao Estado, abre brechas até então impensáveis. O corporativismo português é colocado em causa, visto como “um meio de espoliar os operários do seu direito natural de associação, de que o liberalismo, em 91, os provara, e que tinham reconquistado penosa e sangrentamente” (p. 45), posicionando-se em relação à criação de partidos políticos, ao sindicalismo livre, à greve, que Salazar considerava um *crime*, e que estava na base de lutas de operários pela redução de horas de trabalho, tendo para isso apontado o exemplo de Espanha. Fala, ainda, do paternalismo patronal e questiona o papel pedagógico do Estado.

Sentindo que “não estamos a caminhar, a não ser do avesso” (p. 40), questiona pontos do âmbito político, então vedado por Salazar, mas que importante para o Bispo do Porto, devido ao retrato social que refere no seu documento, evidenciando a sua aflição em relação ao “exclusivo privilégio português do mendigo, do pé-descalço, do maltrapilho, do farrapão, (...) o triste apanágio das mais altas médias de subalimentados, de crianças enxovalhadas e exangues e de rostos pálidos” (p. 31), questionando Salazar, num dos últimos parágrafos: “pode ou não pode o católico ter dimensão política? Deve ou não deve o católico ter dimensão política?” (p. 48).

A 25 de setembro de 1958⁹¹, Abel Varzim escreve a D. António Ferreira Gomes, no seguimento da pró-memória enviada a Salazar, em que demonstra a sua alegria perante o que ele considera um *cristão atrevimento* por parte do Bispo do Porto, salientando a acusação de alguns católicos a Padres e Bispos pelos ensinamentos do Evangelho, da forma como o estão a divulgar, aludindo à necessidade de o ensinar aos intelectuais que se dizem católicos.

comungavam eclesiásticos e leigos, o que a revisão das *Bases* da ACP, em 1953, contribuiu para o recentrar da ação dos organismos na sociedade.

⁹¹ Disponível em <https://papier.cehr.ft.ucp.pt>. Consultado a 13 de fevereiro de 2025. Uma cópia de um livro não identificado, com três páginas. Entidade Detentora: Fórum Abel Varzim Desenvolvimento e Solidariedade; Coleção CDAV-Coleção Documental Abel Varzim, 1920-2019; Secção C – Atividade cívica e política, 1938-1965; Série 2 – Oposição ao Regime, 1940-1961; Código de Referência: PT FAV CDAV/C/02/002; Documento 003; Título: Carta de Abel Varzim para D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto; Produzida por Abel Varzim a 25 de setembro de 1958.

Outro momento relevante que abriu brechas e permeou o pensamento, numa constelação de oposição que se fazia sentir ao Estado Novo, situa-se a nível político, com a candidatura de Humberto Delgado às Presidenciais de 1958, o qual, no âmbito da sua campanha, passou por Amarante, tendo sido o momento de receção e desfile pelas ruas da vila captado pelo ex-jocista e fotógrafo Eduardo Teixeira Pinto⁹². O tempo era de *lenta agonia do salazarismo*, como Rosas (1994) refere, na qual este evento se insere, assim como outros. Nos momentos que precedem as eleições “é a sucessão de Salazar que se começa a discutir seriamente” (Rosas, 1994, p. 503), em que o questionamento e as posições contra o Estado Novo são de natureza interna, surgindo a “ideia de transição, da evolução do regime, que polarizará todas as esperanças de mudança” (Rosas, 1994, p. 503).

Percorre-se, assim, um caminho de aprofundamento da crise até que, nos anos 70, numa tentativa de reforçar a ACP, através da aprovação de novos *Princípios Básicos*, a 24 de junho de 1971, pelo Episcopado Português, se “reforça a especialização por meios e a autonomia laical” (Rezola, 1996, p. 13) e em que a Ação Católica Portuguesa “perde o seu carácter unitário dando lugar a estruturas federativas de movimentos com grande autonomia” (Rezola, 1996, p. 13).

Não obstante o impacto do 25 de abril de 1974 e o período que se lhe segue no imediato, outros elementos podem ter levado às alterações e dinâmicas da ACP no sentido da sua desagregação orgânica como era conhecida, levando à suspensão, no que diz respeito à sua estrutura unitária, pela Conferência Episcopal Portuguesa, em 1976. A liberdade e a pluralidade passaram a estar presentes na reflexão e na ação dos católicos. A ACP não se conseguiu reformular no seio deste “pluralismo eclesial, religioso, cultural e político que ela ajudou a forjar” (Fontes, 2011, p. 445) e a amplitude que a liberdade permeou no sentido de “afirmação de outras alternativas eclesiais de formação e enquadramento católico” (Fontes, 2011, p. 444) foi dando

⁹² A visita, para além de noticiada no *Flor do Tâmega*, surge nas páginas da revista *Testemunhos*, n.º 1, publicada em 2008, num artigo de Pedro Alves Pinto intitulado “A visita do General Humberto Delgado a Amarante”, reforçando a entusiasta receção e referindo que “das 40 freguesias do concelho o candidato Humberto Delgado ganhou em S. Gonçalo: 208-191, Cepelos: 91-31, Chapa: 22-6, Freixo de Cima: 88-47, Lufrei: 67-34, Padronelo: 43-30 e Rebordelo: 27-21” (p. 41).

continuidade ao destaque dos leigos na relação da Igreja Católica com a sociedade, acentuado com a criação, em 1981, do *Conselho Nacional de Movimentos e Obras de Apostolado dos Leigos*, diversificando e aprofundando a dimensão teológica deste apostolado.

2. A Vila de Amarante nos anos 50 – o território, as gentes e as atividades socioeconómicas

Este capítulo procura mostrar a dinâmica da vila, o seu enquadramento administrativo e eclesiástico, assim como alguns elementos das suas vivências religiosas, sociais e económicas, analisando-os num contexto de desenvolvimento de Amarante, no qual se destacou o desenvolvimento industrial. Divide-se em quatro partes que nos centram no concelho, mais especificamente no centro da vila, o espaço de ação da Secção da JOC e da JOCF de S. Gonçalo. Os elementos e os contextos que caracterizam o território amarantino serão importantes para a análise das dinâmicas do apostolado de leigos.

2.1. Nem só de S. Gonçalo vive Amarante – marcas da religiosidade popular

Marcada pelo seu Património Cultural, Amarante é destino de milhares de peregrinos que prestam culto a S. Gonçalo, o *casamenteiro das velhas*, milagreiro ante as promessas dos crentes e a deposição de cravos junto ao seu túmulo e às suas imagens, na Igreja de S. Gonçalo. Vários autores olham para Amarante pela sua riqueza patrimonial, pela sua localização, pelo seu ímpeto lutador e de resistência. Momentos que se destacaram no decorrer do desenvolvimento da vila e dos obstáculos sentidos pela população, abrangidos por diversos contextos históricos, mas também vinculados pelas leituras etnográficas de figuras consagradas como Leite de Vasconcelos (1858-1941), que visitou Amarante e a descreve⁹³.

⁹³ Nos volumes IX e X da *Etnografia Portuguesa*, elenca o protagonismo da religiosidade popular e os patrimónios vivos e vividos da população amarantina.

S. Gonçalo está intrinsecamente ligado à história de Amarante e à História Religiosa de uma região muito devota. É a ele que é atribuída “a reconstrução da Ponte de Amarante, não a que hoje existe, mas uma outra toda ameiada e de três arcos que se desmoronou na noite de 10 de fevereiro de 1763” (Alves, 1993, p. 16), representada em várias esculturas, como no seu túmulo, e em gravuras presentes na Igreja de S. Gonçalo. Foi também evidenciado pelo Padre António Vieira, escrevendo o *Sermão de São Gonçalo*, onde percorreu a sua vida e a faseou⁹⁴.

Leite de Vasconcelos (1985) salienta o 10 de janeiro, dia desse padroeiro e a alteração da festa em sua honra para o primeiro domingo do mês de junho. A festividade maior da vila e da vivência religiosa e popular da comunidade. É referida aqui a doçaria local ligada ao culto a S. Gonçalo, onde se vendem “uns pãezinhos, de forma oblonga, que o povo denomina com o mesmo vulgar nome, com que se designam os órgãos geradores do sexo masculino” (Vieira, 1887, p. 406), cuja confeção persiste e alimenta a metade pagã da religiosidade de Amarante. O *ir ao junho*⁹⁵, como é dito pelos amarantinos e visitantes, era também feito por centenas de peregrinos, os romeiros que, ao longo das décadas, se deslocavam de outros concelhos para depositar os cravos e cumprir as suas promessas, pedindo para que lhes desaparecessem os cravos e verrugas do corpo⁹⁶.

Esta Romaria, como Vasconcelos (1985) observa “não é uma festa recreativa, mas, uma devoção religiosa, realizada com muita fé e respeito pelos romeiros” (p. 421), mas com o tempo, as dinâmicas da comunidade foram-se diversificando e trazendo outras tónicas à vivência das Festas do Junho, sendo que os leigos da ACP em

⁹⁴ O *Sermão de São Gonçalo* foi publicado na íntegra em 2014, pelo *Círculo de Leitores*, no Tomo II, Volume X (Sermões Hagiográficos I) da *Obra Completa Padre António Vieira*, com direção de José Eduardo Franco e de Pedro Calafate (pp. 452-484).

⁹⁵ Leite de Vasconcelos afirma que na região norte de Portugal é normal a pergunta “Vais à Junho à Amarante?” (Vasconcelos, 1985, p. 418), evidenciando aqui a oralidade e as suas marcas, para se referir à deslocação das pessoas às festas em honra a S. Gonçalo, à sua Romaria, onde se vende *bolos especiais*, que “tinham a forma de dois limões pegados” (Vasconcelos, 1985, p. 418), e “a que chamam testículos de S. Gonçalo” (Vasconcelos, 1988 p. 199). Fala ainda das músicas que ouviu, mas que optou por não as transcrever, devido à sua essência *lasciva*.

⁹⁶ Ainda hoje se beija, ritualmente, o túmulo de S. Gonçalo, em três partes – face, mãos e pés – sendo que, já na altura, Leite de Vasconcelos salientava o que hoje vemos como um risco associado a estas práticas: os danos nos bens patrimoniais.

Amarante, devotos a S. Gonçalo e cumpridores das suas responsabilidades, enquanto militantes do apostolado, faziam-se representar aquando desta festividade, assim como em outras cerimónias de índole religiosa⁹⁷.

N’*O Minho Pitoresco*, no seu tomo II, publicado em 1887, José Augusto Vieira (1856-1890) apresenta-nos Amarante com um olhar poliédrico, apontando características relacionadas com a origem, limites e circunscrições territoriais, construções, religiosidade popular, doçaria, a ligação entre o sagrado e o profano, as Invasões Francesas e o rio Tâmega. Num roteiro pelas várias freguesias e lugares do concelho, é do nosso interesse o relativo a S. Gonçalo e a S. Veríssimo, pois alguns desses espaços vieram a ser o que designamos de lugares jocistas.

Para além dos apontamentos e da sua reflexão em torno do visto e ouvido em território amarantino, dá-nos informação relativa à Indústria à época, salientando a fábrica de lanifícios, em Padronelo, a indústria agrícola, de tecelagem de algodão e a vinícola, num concelho estrategicamente bem situado (Vieira, 1887, pp. 432-439), porque “dominava já no fim do século XVIII a passagem para três províncias, o caminho para o Porto e Penafiel, a via Trás-os-Montes por Vila Real, o vale do Tâmega até Chaves, enfim as comunicações com Guimarães, Braga e Alto Minho” (Vasconcelos, 2001, p. 41).

Vieira (1887), num concelho que identifica como “mais agrícola que industrial” (p. 435), dá, também, relevância à rede ferroviária para o desenvolvimento do comércio, escoando os produtos ali produzidos. Centra ainda o seu olhar sobre o número de escolas primárias existentes (masculinas e femininas), e a realidade criminal, segundo os números da Comarca.

Muitos outros traços marcam a historiografia, numa construção que perdura, porque sublinha o carácter vencedor e resiliente de uma população que vence uma

⁹⁷ Sobre S. Gonçalo, ver CUNHA, Arlindo de Magalhães Ribeiro da – *São Gonçalo de Amarante: um vulto e um culto*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1997. 371 p. [s/ISBN].

força armada internacional, aquando das Invasões Francesas⁹⁸. Entre o imaginário e a realidade, poderemos considerar que estes elementos vincam uma capacidade de afirmação que encontramos na vida da JOC. Veremos.

2.2. Uma unidade territorial: administração, população

Amarante, concelho do distrito do Porto, foi elevada a cidade em 1985 e é, atualmente, constituída por 26 freguesias. Uma realidade desde a reorganização administrativa do território das freguesias, com a Lei n.º 11-A/2013, promulgada a 16 de janeiro de 2013⁹⁹. No entanto, várias foram as alterações na organização do território até chegar a este modelo e visão, fruto de momentos de rutura e de pensar o território de acordo com os diversos interesses. Ou seja, a JOC instalou-se e estendeu a sua ação muito antes desta urbanidade.

Identificamos o ano de 1836 como um marco importante na cronologia dessa evolução. O alargamento do concelho de Amarante dá-se por decreto, a 6 de novembro de 1836, com o Regime Liberal, e é “assinado por Passos Manuel, com a anexação quer de porções do concelho de Basto, quer dos extintos concelhos de Gouveia e de Gestaço, completado em 1855 com a extinção definitiva do município de Santa Cruz de Riba Tâmega” (Barreira *et al.*, 2008, p. 8), sendo assim afirmada a freguesia como “circunscrição administrativa de carácter civil” (Marques, 1990, p. 12),

⁹⁸ É ainda motivo de culto, em Amarante, um casal de diabos, perdurando no imaginário da população a luta pelo retorno destas estátuas à vila que um dia as viu partir para Londres. Os Diabos de Amarante, como são conhecidos e tratados pela população, tiveram destaque aquando das Invasões Francesas, em Amarante, tendo sido ridicularizados nas ruas da vila e depois queimados pelo exército de Napoleão. A réplica feita, a mando dos frades, em 1819, cruzou-se com Albert Sandeman, que as comprou e levou para Inglaterra. A devoção dos amarantinos e a indignação pela perda deste casal, levaram ao seu retorno, a 7 de julho de 1919, sendo recebidos em festa, na estação de comboios da vila, e levados pelo centro desta, em alegria, tendo integrado a programação da Romaria a S. Gonçalo.

⁹⁹ Publicada a 28 de janeiro, do mesmo ano, no *Diário da República* n.º 19/2013, 1º Suplemento, *Série I* de 2013-01-28, páginas 552-(2) a 552-(147). Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/11-a-2013-373798>. Consultado a 23 de maio de 2025. A Lei é constituída por 9 artigos e dois anexos, onde constam as alterações administrativas introduzidas pela mesma. As relativas a Amarante constam no Anexo I, na tabela das páginas 13 e 14, sendo 8 Uniões de Freguesias e 18 Freguesias.

após a delimitação dos distritos, em 1835, pelo decreto de 18 de julho, desnutrindo a divisão por províncias e comarcas, como defendido em 1833. Dá-se assim o destaque ao distrito, ficando Amarante no distrito do Porto e os concelhos passaram a ser a “única forma de poder municipal” (Marques, 2001, p. 52)¹⁰⁰.

Em 1836, o *corpus* concelhio de Amarante era constituído por 36 freguesias, sendo somadas à de São Gonçalo “13 de Gestaço, as 2 de Aboim e Codeçoso, as 2 de Ovelha do Marão, 3 provenientes da partilha do concelho de Gouveia, mais 10 retiradas ao concelho de Celorico de Basto, 1 ao de Felgueiras, 3 ao de Santa Cruz” (Marques, 2001, p. 52), sendo que Marques (2001) soma ainda a freguesia de Telões que considera estar, por lapso, nas *listas do decreto*. Em 1842, houve uma nova reorganização, com um novo código, plasmando novas listas definitivas do que tinha sido definido em 1836, ficando Amarante com apenas 28 freguesias, aqui com a introdução da de Fridão, resultante da divisão de Lufrei. Em 1853, Amarante recebe novas freguesias de outros concelhos e passa a ter 32 freguesias, crescendo para 41 freguesias em 1855, quando se concretiza a extinção do município de Santa Cruz de Riba Tâmega.

No século XX, o território sentiu algumas alterações, no que diz respeito à quantidade de freguesias, mas pouco acentuadas. Em 1934, o concelho de Amarante passou a ter 42 freguesias, número nunca superado, sendo 40 *autónomas e 2 anexadas*. Algo que é modificado, pouco tempo depois, com o Código Administrativo de 1936, no qual os nomes das freguesias anexadas deixam de se impor, alterando a designação e fixando o concelho de Amarante em 40 freguesias.

Destacamos aqui o caso de Amarante – S. Gonçalo e S. Veríssimo, que passa a designar-se Amarante – S. Gonçalo¹⁰¹ e onde a ação do nosso grupo da JOC se materializa. S. Veríssimo, apesar de deixar de ter relevância na organização

¹⁰⁰ Marques (1990) vai apontando algumas incongruências, lapsos e erros documentais no que diz respeito ao número de freguesias, que vai sendo alterado de acordo com as várias reorganizações territoriais. Não obstante, nessa identificação reflete ante vários dados e conclui acerca do número real de freguesias nessa evolução administrativa do território amarantino e concelhos limítrofes. Consultar o artigo de Bernardo de Serpa Marques, publicado na revista *Entremuros*, n.º 1 (1990).

¹⁰¹ Outras das freguesias anexadas, Vila Caiz e Passinhos, passa a denominar-se somente Vila Caiz.

administrativa enquanto freguesia, manteve a sua paróquia inalterada, logo, ativa e autónoma, e apesar de diversas paróquias e freguesias se sobreporem territorialmente, “na aplicação das suas atribuições próprias, Estado e Igreja foram introduzindo modificações de acordo com os seus interesses específicos, daí que os dois mapas, o das freguesias e o das paróquias, já não coincidirem em diversos locais” (Marques *et al.*, 2001, p. 57), sendo Amarante um exemplo dessa nova realidade. A paróquia de S. Veríssimo foi a primeira da vila de Amarante. Com o tempo foi perdendo a sua força territorial, sendo dividida e dando origem à Paróquia de S. Gonçalo que, pela força da imagem e do culto ao padroeiro, se vai impondo. Tal como a freguesia de S. Veríssimo que foi anexada e depois diluída numa, ficando o seu nome à sombra do de S. Gonçalo.

É natural que tais mudanças se devessem à própria distribuição das suas gentes. Aquando da passagem do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega para Amarante, por decreto de 6 de novembro de 1836, S. Veríssimo não era propriamente uma freguesia pequena¹⁰², o que revela a sua preponderância territorial e simbólica. A evolução da população da freguesia durante o século XIX, evidencia um crescimento acentuado para o dobro, no espaço de cem anos, e durante o século XX, até ao recenseamento de 1981, já tendo em conta a sua anexação, a 27 de março de 1896. Em 2013, na reorganização já referida, S. Gonçalo passará a integrar uma União de Freguesias, ampliando a sua área territorial, unificada, agregando a diversidade de cada uma das freguesias¹⁰³.

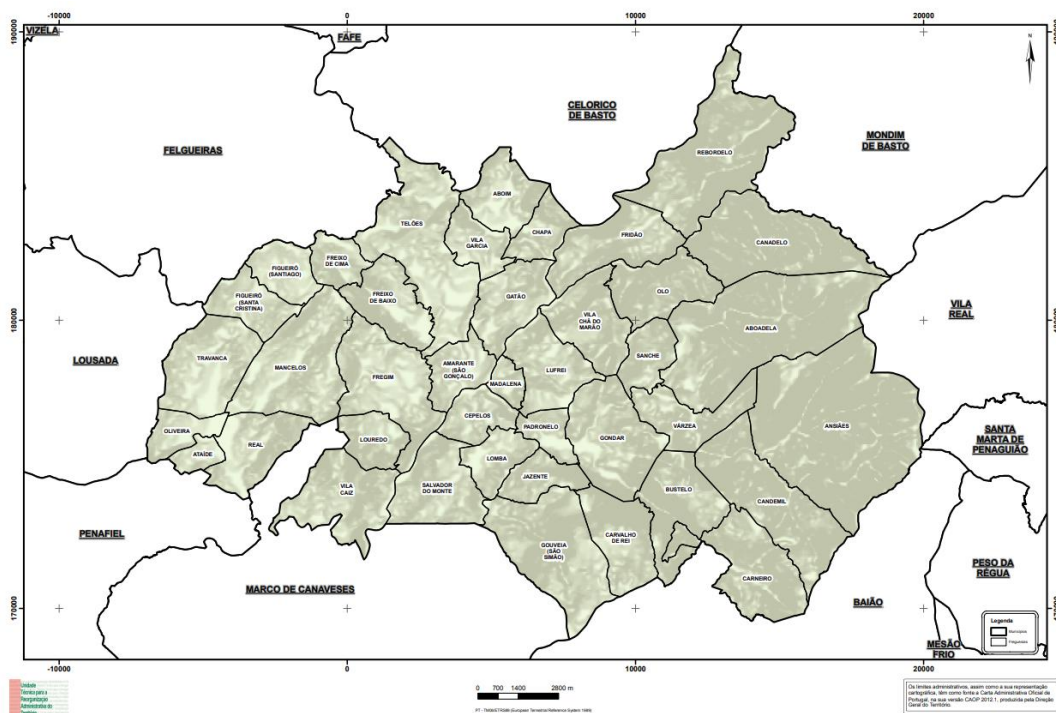
A estrutura administrativa pode observar-se no mapa produzido pela Unidade Técnica de Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) (Figura 4), que traduz a realidade de Amarante aquando da ação da Juventude Operária Católica¹⁰⁴.

¹⁰² Na *Memória Paroquial* de 1756, S. Veríssimo tinha 22 lugares, sendo o da Torre o mais numeroso e sendo o Assento a sede da freguesia.

¹⁰³ Cf. Mapa de Amarante, depois da reorganização administrativa de 2013, em www.cm-amarante.pt. Consultado a 12 de junho de 2025.

¹⁰⁴ A proposta da UTRAR, com os seus pareceres técnicos e conclusões sobre o território amarantino, está disponível em https://app.parlamento.pt/utrat/Municipios/Amarante/Amarante_Proposta.pdf. Consultado a 12 de junho de 2025.

Figura 4 - Mapa de Amarante antes da reorganização administrativa de 2013



Fonte: Freguesias situadas no território do Município de Amarante. www.parlamento.pt. Consultado a 12 de maio de 2025.

A organização administrativa é, assim, importante, influenciadora e determinante na dinâmica da JOC no território, absorvendo as suas características, analisando-as e agindo segundo as orientações da cúpula da Ação Católica Portuguesa.

2.3. A organização paroquial – uma malha dinâmica

As paróquias amarantinas pertencem à Diocese do Porto desde 1881, ano em que o Papa Leão XIII o decretou, através da Bula *Gravissimum Christi ecclesiarum regendi et gubernandi munus* (30 de setembro de 1881), levando a cabo uma reorganização eclesial. Até então, Amarante pertencia à Diocese de Braga. Assim como as restantes paróquias, a de S. Gonçalo, onde se foca o nosso estudo, foi reorganizada, havendo aqui ainda a presença da paróquia de S. Veríssimo que, apesar

de não estar agregada à de S. Gonçalo, funcionava e trabalhava em proximidade com esta. Passa assim a integrar uma Diocese com cerca de 2.000.000 habitantes, sendo uma das 477 paróquias, integrando em si 26 concelhos (17 do Porto, 8 de Aveiro, 1 de Braga), 4 regiões pastorais e 22 vigararias¹⁰⁵.

Esta realidade tem impacto na organização e funcionamento da própria Ação Católica em Amarante e, em concreto, na dinâmica local da Juventude Operária Católica, ampliando a sua área de ação. Relativamente à Diocese do Porto e à sua vida contemporânea, Carlos Azevedo (2001) refere a ação dos vários bispos e o percurso de cada um, salientando os momentos importantes para a articulação com as comunidades, com impactos no caminho do apostolado de leigos.

Pelo facto de terem sido bispos da Diocese do Porto durante o tempo de vida da Ação Católica, contribuindo para a sua missão, destacamos D. António Augusto de Castro Meireles (1885-1942), entre 1929 e 1942, D. Agostinho de Jesus e Sousa (1877-1952), entre 1942 e 1952 e D. António Ferreira Gomes (1906-1989), entre 1952 e 1982, que terá um maior destaque pela sua oposição às políticas do Estado Novo, como por nós já referido.

D. António Augusto de Castro Meireles acentuou o caminho da divulgação do Evangelho, nunca descurando o veículo imprensa para que a mensagem chegasse às populações e a todas as paróquias. O seu ministério é caracterizado também pela prioridade dada à catequese, a sua preocupação e alerta ante a dignidade e o trabalho dos operários e dos presos, algo que também será prática na ação jocista amarantina.

Preocupado com a paz no mundo, perante uma guerra e os seus efeitos nefastos para as pessoas, sensibilizava os fiéis para a oração. Não obstante, não conseguiu vingar perante críticas internas, tendo o pároco de Amarante, Manuel Pinto da Costa, optado pela “ofensa à dignidade moral de D. António Castro Meireles, (...) e o

¹⁰⁵ No site da Diocese do Porto, <https://www.diocese-porto.pt/> (consultado a 12 de maio de 2025), descreve os limites da Diocese, estando “situada ao Norte do País ao longo do litoral atlântico, prolonga-se em direcção ao interior pela margem esquerda do Rio Ave e Vizela até ao vale do Tâmega (inclusive), e é limitada a Sul pelo Vale do Rio Douro, que ultrapassa na faixa litoral e coincide em grande parte com a Província do «Douro Litoral»”.

processo que enviou para Roma, recorrendo à Congregação do Concílio em Outubro de 1934” (Azevedo, 2001, p. 24). Percebemos, assim, que nem sempre as relações entre a Diocese do Porto e Amarante foram harmoniosas. A personalidade vincada e que caracterizou cada ministério na Diocese determinou as tensões e a paz entre as duas formas de organização eclesial¹⁰⁶.

Após a morte de D. António Castro Meireles, em 1942, D. Agostinho de Jesus e Sousa assume a Diocese do Porto. Contribuindo com textos para os *Boletins* da Acção Católica, tendo sido seu diretor, e para o Concílio Plenário Português, destacou-se pela defesa da vivência das paróquias, classificando-as em 3 classes, reforçando a moral no âmbito das festividades e romarias e atento aos costumes, que pretendia recristianizar, no seguimento da ACP¹⁰⁷.

Com o seu falecimento é chamado ao dever diocesano D. António Ferreira Gomes, o bispo que ainda hoje é visto como uma das grandes vozes contra Salazar, tendo resignado ao cargo, a 18 de fevereiro de 1982, após um período de exílio, passando o testemunho a D. Júlio Tavares Rebimbas (1922-2010), que se manterá como Bispo do Porto até 1997.

No âmbito da organização eclesiástica, com ligação e funcionamento articulado com a Diocese, através dos seus Assistentes Eclesiásticos, no âmbito da orgânica da ACP, a Paróquia¹⁰⁸ é o centro nevrálgico do nosso estudo. É o espaço privilegiado das

¹⁰⁶ O caminho para o ministério de D. António Augusto de Castro Meireles foi caracterizado e marcado pelo seu antecessor, D. António Barbosa Leão (1860-1929), bispo do Porto entre 1919 e 1929, que adaptou a realidade diocesana ao inscrito no Código de Direito Canónico (1917), sendo ainda o impulsionador e fundador do *A Voz do Pastor* (1921), relevando aqui a importância da imprensa católica na divulgação do pensamento da Igreja junto das comunidades. Um jornal, com periodicidade semanal, que era vendido, também em Vila Caiz, Amarante, considerado *útil e bom*, como referido na coluna dos correspondentes das aldeias amarantinas no *Flor do Tâmega*, “A Voz das Aldeias”, de 18 de novembro de 1962, mostrando a longevidade da publicação e a sua leitura nas paróquias do interior do país.

¹⁰⁷ É ainda este bispo que dá importância à existência, manutenção e atualização de um *inventário dos bens eclesiásticos*.

¹⁰⁸ Concetualmente, Agenor Brighenti (2015) recria o percurso do termo paróquia, partindo da sua etimologia e a sua aplicação ao longo dos tempos e nos mais diversos contextos. Salienta a visão de Paulo sobre o tema, em que faz uso da palavra *ekklesia* (assembleia) para se referir à comunidade de cristãos, sendo esta, para ele, “uma realidade nova, uma fraternidade radical, em vista de uma sociedade nova” (p. 712). Esta ideia de assembleia, de escuta e de fala para uma consequente ação comunitária é forma de agir dos militantes da ACP.

dinâmicas e do compromisso do apostolado de leigos na e em relação à sua comunidade.

Algo que é destacado no livro *Paróquia: Comunidade Missionária*¹⁰⁹, publicado em 1951, pela Junta Central da Ação Católica Portuguesa, e que será orientador do trabalho e da missão dos jocistas na Secção da JOC de S. Gonçalo. Fernandes (1951), na introdução ao livro, refere algumas palavras proferidas por vários Papas sobre a Paróquia e a sua importância, evidenciando a preocupação da Santa Sé em relação a estas células de proximidade com as comunidades, vendo nelas um potencial agregador e de orientação dos fiéis e dos que destes se abeiram.

No cânone 216, do *Código de Direito Canónico*, promulgado pelo Papa Bento XV, a 27 de maio de 1917¹¹⁰, a Paróquia é referida como “uma parte territorial da diocese com igreja própria e população determinada, confiada especialmente a um reitor que a governa como pastor próprio, realizando a sempre necessária cura de almas” (Rocha, 2001, p. 377), acentuando o seu valor na relação direta com a Diocese. Algo que o Código promove e legisla, dividindo “os sectores da vida real em Dioceses e paróquias, (...) [facilitando] a inserção e a expansão do Reino de Deus entre os homens” (Fernandes, 1951, p. 41), denotando-se aqui a importância do fator território e da forma como neste se implementa a ação levada a cabo pelos cristãos.

O Concílio Plenário Português (1926) é outro momento importante na renovação paroquial. Traz um novo reforço e acentua a importância do papel da paróquia nas comunidades, reconfigurando-a, destacando-se “as funções dos párocos e dos seus coadjutores, a instrução catequética ou educação cristã dos fiéis e as missões populares, o culto divino e as confrarias” (Rocha, 2002, p. 378), que serão importantes na dinâmica da Ação Católica para a sua missão de recristianização da

¹⁰⁹ O livro é relevante pelo facto da sua publicação se inserir na nossa cronologia. Para além disso, trata vários pontos de interesse para a compreensão do caminho levado a cabo pelos jocistas em Amarante e quais os pontos que norteavam a sua conduta a nível local, uma vez que a paróquia era a célula de maior proximidade que se poderia ter no âmbito da ação comunitária na orgânica da Ação Católica Portuguesa.

¹¹⁰ O *Código de Direito Canónico* de 1917, está disponível em latim, francês e inglês nos recursos canónicos do site <https://www.iuscangreg.it/>. Consultado a 24 de julho de 2025.

sociedade. Fomentando e incentivando o espírito de comunidade, de entreaajuda e de escuta ativa à sua volta, era o braço estendido da Diocese nos lugares mais interiores, onde ela não conseguia chegar, fazendo da Paróquia uma “estrutura verdadeiramente eclesial, (...) constituída de uma rede de pequenas comunidades, constituindo-se numa comunidade de comunidades” (Brighenti, 2015, p. 716)¹¹¹.

Quanto à vida na Paróquia, tal como a reorganização administrativa do concelho de Amarante, a dinâmica territorial eclesial, a evolução e história das paróquias de S. Gonçalo e de S. Veríssimo são um elemento importante na identidade local. Antes de S. Gonçalo se autonomizar e se destacar como paróquia em relação à de S. Veríssimo, esta, durante muito tempo, foi considerada a *matriz de Amarante*, algo confirmado em registos paroquiais e de batismo¹¹². A referência ao pároco de S. Gonçalo surge em 1759 e 1772, mas com a referência a S. Veríssimo como matriz da vila de Amarante. Somente em 1858 “num livro de Actas da Confraria do Sagrado Coração de Maria, pode ler-se «Igreja Paroquial de São Gonçalo»”, como referido no *site* da Paróquia de S. Gonçalo e sendo o pároco associado a esta paróquia, em 1876.

Relativamente à Pastoral da paróquia de S. Gonçalo, atualmente é dividida em Conselhos, Evangelização, Liturgia, Apostolado, Cultura e Património. Relacionado com o nosso tema, destacamos o Apostolado, onde se insere a Conferência de S. Vicente de Paulo e o Voluntariado. Alguns dos ex-jocistas foram e outros ainda são voluntários nos espaços patrimoniais da Paróquia, como a Igreja de S. Pedro, a Igreja de S. Domingos e o *Museu Paroquial de Arte Sacra Dr. Luís Coutinho*, antiga sede da Juventude Operária Católica e da Juventude Operária Católica Feminina.

¹¹¹ Várias das atividades aqui referidas foram também sentidas na vila de Amarante, sendo reportadas pela imprensa local escrita, como o referente à catequese, aos atos litúrgicos e às obras de beneficência e misericórdia, envolvendo os militantes da Ação Católica de S. Gonçalo, sendo promovidas em diversos números, consecutivos também, do *Flor do Tâmega*, e ainda motivo de reflexão em vários textos de opinião. Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.680, ano 72, de 15 de setembro de 1957; n.º 3752, ano 74, de 8 de fevereiro de 1959.

¹¹² No *site* da Paróquia de S. Gonçalo (<https://saogoncalo-amarante.pt/>. Consultado a 12 de maio de 2025) é apresentada uma resenha cronológica relativamente a esta relação de relevância no território amarantino em relação às duas paróquias, apontando documentos que validam a posição de ambas: “no primeiro registo de baptismos de 1732 «em Igreja de Sam Gonçallo da villa de Amarante, vezinha desta freguesia de São Virissimo, matriz de Amarante»”, em 1753, registos paroquiais que identificam S. Veríssimo como “matriz da vila”, assim como num registo de 1770.

Quanto aos párocos de S. Gonçalo, há um que destacamos pelo seu envolvimento na implementação e dinâmica da Ação Católica: o Padre Álvaro de Moraes Ferreira, tendo sido antecedido pelo Padre Manuel Pinto da Costa e precedido pelo Padre José Ribeiro de Magalhães. O Padre Moraes, como era conhecido na paróquia, e hoje lembrado sempre que falamos com os ex-jocistas, foi uma das figuras centrais para a JOC em Amarante, como Assistente Eclesiástico, tendo como coadjuutores o Padre Canito e o Padre Meireles.

Outras figuras eclesásticas se destacaram durante a ação jocista em Amarante, como a do Padre Américo, já enunciado na Introdução, ampliando as redes de sociabilidade do grupo com essas, assim como com várias instituições, que trataremos no capítulo terceiro.

2.4. População e economia

A vila de Amarante, à entrada do século XX, é retratada na imprensa local, entre o elogio e a realidade do quotidiano.

Rui Miguel da Silva Teixeira (2000) fez uma retrospectiva geral¹¹³, valorizando o pulsar direto da população, sistematizando dados jornalísticos¹¹⁴. Por isso, dá relevância aos problemas sentidos em Amarante (assassinatos, doenças, ofensas, problemas sanitários, por exemplo) e, evidenciando as carências da população, salienta a dificuldade das famílias pelos baixos rendimentos e a falta de proteção dos

¹¹³ Teixeira (2000) foi um dos conferencistas do *I Congresso Histórico de Amarante*, tendo a sua comunicação, intitulada “Amarante: Marginalidade e más condições de vida na viragem do século (1900)”, sido publicada no Volume I, Tomo II das Atas desse Congresso. O volume é dedicado à *História, Política, Sociedade e Economia*. O autor, na introdução, refere que o jornal local “é apenas a visão parcial de uma comunidade que muito tem a oferecer à história nacional, e é assim que deve ser visto este pequeno trabalho: como uma visão parcial” (p. 923).

¹¹⁴ Apesar da cronologia analisada não se encontrar inserida na nossa, o tema e as informações tratados serão importantes, a seu tempo e no seu presente, para o olhar dos militantes da Juventude Operária Católica sobre os jovens e os seus problemas e questões de índole social, que será a sua matriz de ação na comunidade, tendo nós encontrado alguns dos pontos tratados neste texto no discurso de ex-jocistas, sendo determinantes para a análise da Secção da JOC de S. Gonçalo.

trabalhadores e do trabalho. Algo que, também, a JOC irá ter como estandarte de ação na vila. Acrescenta alguns dados estatísticos, sendo que a gripe e a tuberculose são as que afetam em maior percentagem, 56% e 25%, respetivamente (Teixeira, 2000, p. 929). Também o consumo de álcool que, no caso de 1900, levaria a situações problemáticas no interior das tabernas, visto como um problema social de alguns jovens e adultos, com consequências na sua prosperidade social e laboral e, para outros, problemas no seio familiar a que acresce o jogo (Teixeira, 2000, p. 934).

Os problemas sanitários e urbanísticos apontados, mesmo que superficialmente, coincidem com as ocorrências indicadas, nomeadamente as *questões profiláticas e higiénicas*, pelos ex-jocistas amarantinos, no que toca, por exemplo, à *prostituição pública*¹¹⁵ em Amarante e o alerta em relação à saúde pública e à moral do comportamento de quem optava por esses caminhos.

Estas questões estarão presentes na nossa cronologia, sendo que o grupo de ex-jocistas viveu o seu apostolado num período considerado de relevante desenvolvimento urbano e social em Amarante, o que demonstra o seu crescimento e preocupação constante em relação a estes problemas, inserido num processo de Industrialização do país, que Amarante viveu com destaque e projeção internacional no que diz respeito aos produtos exportados pelas suas indústrias.

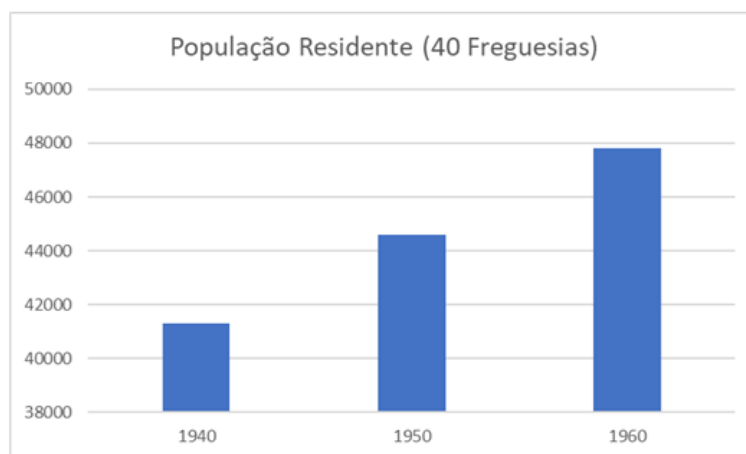
Especificamente, os dados estatísticos confirmam a tendência de crescimento. Os IX e X *Recenseamentos Gerais da População*¹¹⁶ permitem concluir que a população, no total das 40 freguesias que pertenciam ao concelho de Amarante, foi aumentando entre 1940 e 1960, passando dos 41 288 habitantes para 47 823, sendo em 1950, de 44 606 (Gráfico 1). No início da década de 70 o número era de 49 255 habitantes

¹¹⁵ O termo foi referido numa das nossas conversas prévias com ex-jocistas, opondo-se a uma ideia de *prostituição privada*. Apesar de não ser nosso objetivo o aprofundar deste tema, a sua referência é importante para a perceção do olhar dos elementos do apostolado de leigos em relação a um comportamento que consideravam impróprio e que tem sobre si questões de saúde pública e do comportamento individual no seio de um casamento e de um movimento eclesial.

¹¹⁶ Os dados podem ser consultados nos respetivos Recenseamentos disponíveis no *site* do Instituto Nacional de Estatística (www.ine.pt).

(Guichard, 1980, p. 19), um valor não muito distante do total de residentes no concelho de Amarante atualmente – 52 131 habitantes, segundo os Censos de 2021.

Gráfico 1 - População total residente de Amarante: 1940, 1950 e 1960 (1940 a 1960)

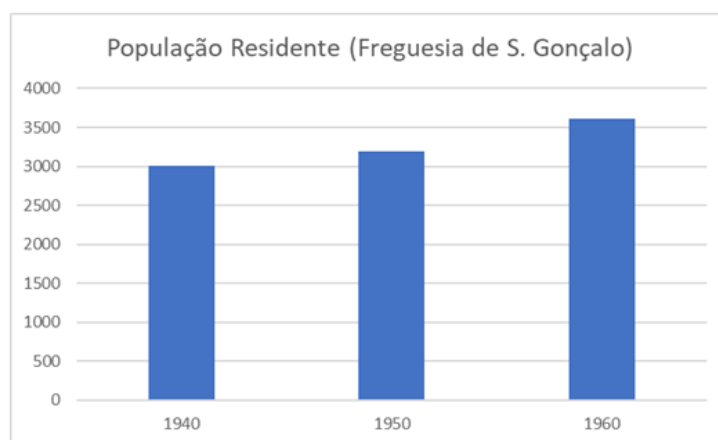


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (1960)

No que diz respeito à freguesia de S. Gonçalo¹¹⁷, o aumento da população residente não apresenta a mesma tendência. Em 1940 residiam, em S. Gonçalo, 3 006 habitantes, em 1950 eram 3 190, aumentando para 3 614 em 1960 (Gráfico 2).

¹¹⁷ Na página 172 do Tomo I, Volume 1.º do *X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes*, é referida, em nota, a anexação da Freguesia de S. Veríssimo à de S. Gonçalo, através do edital do Governo Civil do Porto, de 27 de março de 1896, constando nos Censos de 1911 a 1930 esta configuração. Informa ainda da extinção da Freguesia de S. Veríssimo e a sua incorporação na de S. Gonçalo, por Decreto-Lei (n.º 27 424, de 31 de dezembro de 1936).

Gráfico 2 - População total residente da freguesia de S. Gonçalo: 1940, 1950, 1960 (1940 a 1960)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (1960)

Quanto aos números de Prédios e Fogos, na totalidade do concelho de Amarante, é evidente o grande aumento de Prédios entre 1940 e 1950. Em 1940, os Prédios eram 10980, passando para 18466 em 1960, enquanto que os Fogos eram 10002 em 1940 e 12042 em 1960.

O registo confessional é espetável, em 1950. Com uma população residente de 44.606 pessoas, 43.914 eram católicos, correspondendo a 10.153 famílias. Da população residente, apenas 18.138 pessoas sabiam ler (10.404 homens e 7.734 mulheres), havendo 11 Convivências¹¹⁸, incluindo 163 pessoas, embora se ignore se inclui Comunidades Religiosas. Os agregados eram constituídos maioritariamente por 2 a 6 pessoas e residualmente acima de 10 pessoas¹¹⁹. Dos 7.984 casais do concelho, a maioria tinha entre 1 e 6 filhos (6 080 casais), tendo sido identificados, em menor

¹¹⁸ No IX Recenseamento Geral da População (1950), *Convivência* é definida como “todo o agrupamento de pessoas que, de modo permanente ou acidental, se encontrassem vivendo em comum sob a autoridade do mesmo chefe e por qualquer motivo que não fosse o da vida de família, quer tivesse ou não habitação” (p. 9). São identificados os seguintes tipos de Convivências: estabelecimentos de assistência, de educação, penais e prisionais, serviços militares, serviços de saúde, hotéis, pensões e similares, e outras Convivências.

¹¹⁹ Cf. IX Recenseamento Geral da População, Tomo I, pp. 298-299.

número, outros que tiveram de 7 a 13 filhos¹²⁰. São números que podem traduzir uma realidade regional, mas sabemos que se inserem na História da População, duvidando-se da influência da Igreja e do Estado no número de filhos, mesmo que estes fossem sinónimo de continuidade da labuta nos campos e da subsistência da família.

Relativamente à freguesia de S. Gonçalo¹²¹, era composta por 662 famílias e 4 Convivências, sendo a sua população residente de 3.190 pessoas e a população presente de 3.132, dos quais 1.699 sabiam ler e 3.128 eram católicos, o que nos coloca num território central do concelho com uma grande taxa de analfabetismo, a qual será um dos focos da ação jocista. O catolicismo assumido, no quadro político vigente e num concelho onde a religiosidade popular é muito acentuada e vivida, é permeável às dinâmicas e missão da Ação Católica Portuguesa.

Para um período posterior a 1960 Amarante está “em franco crescimento (...), ponto de convergência das diferentes regiões geográficas do concelho e das suas vias de comunicação, ao longo das quais ela tem tendência a estender-se a partir do primitivo sítio defensivo, acima da velha ponte de S. Gonçalo” (Guichard, 1980, p. 183).

Esta dinâmica populacional parece estar em consonância com as atividades socioeconómicas. A policultura tradicional intensiva, a exploração florestal, assim como as estruturas, como as agrárias, salientam o peso da agricultura, entre as quais a produção vinícola. A novidade são as indústrias Tabopan, referido como caso de sucesso na região, como bem assinala François Guichard (1980): “nas suas nove fábricas trabalham mais de 2000 pessoas provenientes de todos os arredores, um vai-e-vem de camiões liga o complexo com o porto de Leixões donde a exportação se faz para 56 países” (p. 189). Tal traduz-se nos dados que avalia, ou seja, em 1960 a população amarantina residente ativa, distribuía-se, face ao emprego, da seguinte forma: 49,9% com uma profissão, 48,9% com uma ocupação, 0,6% à procura do primeiro emprego, 0,2% desempregado e 0,4% no serviço militar.

¹²⁰ Cf. *IX Recenseamento Geral da População*, Tomo I, pp. 314-315.

¹²¹ Na lista das 40 freguesias do concelho de Amarante, em frente a cada uma é indicado, entre parêntesis, o seu padroeiro, salientando aqui a religiosidade presente no território e a importância da associação a cada um do seu santo protetor.

No que diz respeito às ocupações dessa fração da população, tendo uma ocupação, distribuem-se por: donas de casa, com pessoal doméstico (2%), donas de casa, sem pessoal doméstico (51,2%), outras mulheres ativas membros da família (30,5%), mulheres ocupadas simultaneamente entre o trabalho doméstico e o agrícola (11%), beneficiários (4,6%) e outros (0,7%) (Guichard, 1980, p. 68). Nestas duas últimas são considerados os homens. Quanto à decomposição da população residente ativa por setores socioprofissionais, com uma profissão, surge a seguinte distribuição: “56,1% pelo setor primário, 27,2% pelo setor secundário, e 16,7% pelo setor terciário” (Guichard, 1980, p. 69), laborando enquanto profissionais liberais e semelhantes (1,6%), quadros superiores e semelhantes (1,2%), empregados de mesa (1,3%), comerciantes e empregado do comércio (3,8%), agricultores, caçadores e silvicultores (54,7%), mineiros e pedreiros (1,4%), trabalhadores dos transportes e comunicações (1,7%), artesãos e ourives (27,2%), dos serviços, desportos e atividades recreativas (7,1%) e profissões mal definidas (0,06%) (Guichard, 1980, p. 69).

Assim, os rendimentos são um dado essencial, sobretudo o salário. É o garante da prosperidade individual e social, mas na conceção da política salarial durante o Estado Novo, e a nível de indústria, defender “estruturalmente [a] manutenção de baixos salários (...) (é) uma espécie de discurso acerca dos «benefícios morais» do «salário modesto», meio de evitar que o operário o gastasse, sem critério, na taberna ou «outras perversões» (Rosas, 1994, p. 94), aspeto que será um dos elementos de luta dos trabalhadores e mesmo por parte da Igreja Católica¹²².

¹²² Através das palavras do Papa Paulo VI, inscritas na Carta Encíclica *Populorum Progressio*, de 26 de março de 1967, sobre o desenvolvimento dos povos, no ponto intitulado “Industrialização”, referindo a importância desta para a sociedade e o seu progresso, visto como *senal e fator de desenvolvimento*, alerta-se para um sistema que se centra no lucro e no contínuo enriquecimento dos ricos, desvalorizando os mais pobres, sendo estes vítimas de um sistema capitalista *sem limite nem obrigações sociais correspondentes*, alertando ainda para o malefício de uma *industrialização precipitada* que poderá levar a um desmoronamento de *estruturas ainda necessárias, criar misérias sociais que seriam um retrocesso humano*. A Igreja defendia uma reforma o quanto antes, valorizando a alfabetização das populações, centrando aqui a preocupação nos mais desfavorecidos e afastados dos grandes núcleos urbanos que não têm o mesmo acesso ao ensino, quer pela falta de instituições de ensino, quer pelos baixos rendimentos e dedicação ao trabalho, seu único rendimento.

Rosas (1994) refere ainda alguns problemas que obstaculizavam a estabilidade dos operários e o seu bem-estar e das suas famílias: o desemprego na área industrial, a precariedade no trabalho, a duração de cada jornada de trabalho, as mulheres e os menores no trabalho e as limitações da previdência social (pp. 96-98). Problemas que serão motivo de reflexão por parte da Ação Católica, recorrendo a inquéritos para medir o pulso à realidade e tensões sociais e laborais em cada localidade em que agia junto dos operários.

Note-se que o nosso grupo de jocistas, na continuidade do que foi implementado e optado nos anos 30 e 40 pelo Regime, viveu as décadas onde surgem os Planos de Fomento¹²³ e o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967). Apesar da intenção, as linhas orientadoras desnutriam o ímpeto industrial, valorizando o setor agrícola, visto como *o segredo da nossa magnífica unidade moral*¹²⁴, na linha do conservadorismo ideológico de Oliveira Salazar, ladeadas por várias crises que iam acentuando uma falta de estratégia mais ampla onde as suas ações percorressem as etapas fundamentais para o desenvolvimento real da indústria.

Em Amarante, neste contexto, com o crescimento das indústrias locais, uma se irá destacar e evidenciará o potencial de produção local e a sua exportação, sendo uma das maiores referências internacionais: a Abreu & C^a e as suas indústrias Tabopan, lideradas pelo industrial José Joaquim Gonçalves de Abreu (1914-2002), Presidente da Câmara Municipal de Amarante, entre 1966 e 1974¹²⁵. Surgiu, em 1929, a Sociedade

¹²³ I Plano de Fomento (1953-1958), II Plano de Fomento (1959-1964), III Plano de Fomento (1968-1973).

¹²⁴ Palavras proferidas por Castro Fernandes, Ministro da Economia, entre 16 de outubro de 1948 e 2 de agosto de 1950, citadas por Rosas (1994), na página 453, do volume da *História de Portugal*, dedicado ao Estado Novo.

¹²⁵ O Comendador José Joaquim Gonçalves de Abreu, nascido a 18 de março de 1914, em Freixo de Cima, Amarante, detentor do Curso do Comércio e Relações Públicas, destacou-se no quadro industrial e político, tendo ainda sido Presidente do Grémio Nacional das Indústrias da Madeira. A nível parlamentar integrou a Comissão de Economia, pelo círculo do Porto na XI Legislatura, entre 1973 e 1974. Alguns dos tópicos desenvolvidos nas suas intervenções parlamentares estão disponíveis no *site* do Parlamento (<https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/>). Foi também eleito Presidente da Comissão Concelhia da Ação Nacional Popular de Amarante e Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional de Amarante, como é noticiado no *Flor do Tâmega*, no dia 12 de novembro de 1961 (ano 76, n.º 3.893, pp. 1-2), e onde é transcrito o seu discurso. Uma sessão onde estiveram, entre outros, o Presidente da Câmara Municipal de Amarante, Coronel Carvalho Lima, o Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, António Pedro Pinto de Mesquita e Candidatos a Deputados pelo distrito do Porto.

Abreu & Companhia com o industrial Agostinho Gonçalves de Abreu, que criou a empresa Abreu & Cia. com outros dois sócios¹²⁶. Com efeito, de empresa familiar que se expandiu para além-fronteiras, sendo que José de Abreu “comprometeu-se a trazer esta indústria para território português, e, conjuntamente com os seus irmãos, criar as indústrias Tabopan” (Mesquita, 2017, p. 99). A promessa foi cumprida e Amarante recebeu a primeira fábrica de painéis aglomerados da Península Ibérica, a 19 de março de 1958¹²⁷. A sua projeção foi tamanha que duas novas fábricas se seguiram: a Tabopan II (1960) e a Tabopan III (1965), sendo que nesta o produto acabou por se diversificar no que diz respeito à sua aplicabilidade. Foram sendo o destino de vários jovens que, terminando a sua escolaridade obrigatória, seguiam para as linhas de trabalho da Tabopan. Para além destes, muitos outros viam na *empresa dos Abreus* o caminho para a sua sustentabilidade e da sua família, com o garante de um salário, sem ter de sair da sua terra e de perto dos seus¹²⁸.

O espírito de proteção social está presente nos diferentes gestos em relação aos operários e a outras estruturas locais, quer na oferta de uma nova ambulância para os Bombeiros Voluntários de Amarante, quer no auxílio ao povo húngaro, com contributos dos operários, tendo enviado um cheque à Cáritas com o objetivo de auxiliar o povo húngaro, “vítima da brutalidade soviética”¹²⁹.

¹²⁶ Depois de uma pequena unidade fabril, devido a um incêndio, teve de se deslocar para outro local. Assim, foi construída uma unidade maior na zona de Telões, onde se manteve até ao seu encerramento. O crescimento da empresa e a necessidade de produzir mais, levaram à contratação de muitos trabalhadores, o que favoreceu o tecido social e económico local.

¹²⁷ A introdução das indústrias transformadoras de materiais lenhosos veio colmatar alguns problemas advindos da exploração florestal e das consequências ambientais, sendo o aglomerado de madeira “o resultado da evolução das indústrias transformadoras de material lenhoso, que procurava aproveitar ao máximo os recursos de que dispunham para criar novos materiais que oferecessem novas propriedades a que a madeira maciça não correspondia” (Mesquita, 2017, p. 89).

¹²⁸ José Gonçalves de Abreu, como cita Mesquita (2017) referiu, em 1971, no *Tabopan: Boletim Cultural e Informativo* (n.º 43-48, p. 17), um conjunto de dados que traduzem a força desta empresa, na região, no país e no mundo, no seguimento da sua implantação no território amarantino e sempre atento ao que se passava noutros países, sendo uma referência para muitos deles.

¹²⁹ Ver *Flor do Tâmega*, n.º 3.646, ano 72, de 13 de janeiro de 1957.

Outras indústrias e sociedades, para além da Tabopan¹³⁰, foram-se impondo e destacando em Amarante, apesar de não terem tido um grau de desenvolvimento e influência como aquela. Algo que conseguimos verificar em várias edições do *Flor do Tâmega*¹³¹, somando ainda alguns textos relacionados com a Indústria, quer produzidos pelos colaboradores do jornal, quer outros que são reproduções de textos de Oliveira Salazar, como o publicado a 5 de março de 1950, intitulado “Não discutimos o Trabalho”, aludindo à importância da *disciplina do trabalho*, em oposição à preguiça e à vivência da riqueza acumulada e referindo que este não pode ser discutido nem como direito nem como obrigação.

Entre 1930 e 1969, integravam esse ecossistema industrial: a Fábrica de Lanifícios de Padronelo, a Sociedade de Fabrico de Urnas Bastos & Silva Limitada, a Fábrica de Tecidos do Ladário, as Indústrias Reunidas do Tâmega, a Adega Cooperativa de Amarante, a Sociedade de Madeiras e Urnas, Lda. (Somadur), a Construtora do Tâmega, a Mota & C.^a, as Caves da Cerca, a Indústria Tipográfica e a José Vitorino da Silveira & Filhos, Lda., entre outras.

Os temas relacionados com a indústria e o trabalho operário, assim como alguns problemas¹³² deles decorrentes, são várias vezes motivo de notícia e de reflexão, nomeadamente a preocupação com a habitação dos operários. Destacamos o desejo da construção de um bairro operário na freguesia de Telões, como publicado no *Flor do Tâmega*, a 8 de fevereiro de 1948, ou a visita feita a um Bairro Operário, construído no lugar da Burgada, em S. Veríssimo, por parte de José de Moura Basto, industrial amarantino da área vinícola¹³³, noticiado a 4 de março de 1962.

¹³⁰ No âmbito cultural, recreativo e desportivo, a empresa também se destacou, valorizando o Património Cultural amarantino: com a publicação do *Boletim Cultural e Informativo*, com o *Grupo Folclórico da Tabopan*, o *Grupo Cénico da Tabopan* e o *Clube Desportivo Tabopan*, assim como as inúmeras atividades dinamizadas aquando do *Dia da Tabopan*.

¹³¹ O *Flor do Tâmega* chegou a ter uma coluna dedicada à Indústria amarantina, não se tendo prolongado por muito tempo, intitulada “Indústrias do Concelho”, como podemos verificar na edição n.º 4.277, ano 85, de 15 de junho de 1969.

¹³² Tivemos acesso a textos diversos: *Amarante e o seu valor industrial* (6 de junho de 1943), *Criação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT)* (11 de julho de 1943), *Valorização Industrial* (12 de janeiro de 1947).

¹³³ Ver <https://enoport.pt/pt/caves-moura-basto>. Consultado a 12 de maio de 2025.

No que concerne a uma visão de futuro para Amarante, é incontornável a importância do Coronel Francisco Monteiro de Carvalho Lima (1883-1962), enquanto Presidente da Câmara Municipal de Amarante, entre 1950 e 1962¹³⁴. Um período em que os jocistas amarantinos, munidos da sua militância católica, participaram de várias formas, quer em representação institucional, quer contribuindo para o bem-estar de quem trabalhou nas grandes obras ou através de uma reflexão junto da comunidade e, em especial, dos jovens, sobre as dinâmicas locais e os possíveis caminhos a seguir neste percurso de desenvolvimento que viu o seu advento na presidência de Carvalho Lima¹³⁵.

¹³⁴ Francisco Monteiro de Carvalho Lima, Tenente-Coronel de Infantaria, foi agraciado com a Ordem Militar de Avis, recebendo o Grau de Comendador, decretado a 18 de março de 1940 (<https://www.arquivo.presidencia.pt/details?id=37939>. Consultado a 12 de maio de 2025). Para maior conhecimento do percurso militar no Exército, que o capacitou de competências e práticas de gestão, liderança e carisma, o que lhe garantiu o respeito dos seus conterrâneos e até hoje ser visto como uma figura de proa do desenvolvimento de Amarante, sugerimos a consulta mais aprofundada dos documentos que integram o Arquivo Histórico Militar (<https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/>. Consultado a 12 de maio de 2025) e que nos remetem para uma caixa com os Boletins Individuais de Militares do Corpo Expedicionário Português (1914/1918), onde o seu se encontra.

¹³⁵ Para acentuar esse desenvolvimento contínuo, trazemos ao estudo Pedro Alvellos (1916-1985), num discurso proferido na sessão de homenagem da Câmara Municipal de Amarante ao Coronel Francisco Monteiro de Carvalho Lima, que elenca várias ações e políticas que se inseriram na visão desse Presidente da Câmara no decorrer das suas funções e que fortalecem a ideia de prosperidade de Amarante, nas mais diversas áreas municipais. Pedro Alvellos foi uma personalidade de destaque, conhecido pelas suas intervenções e posições políticas. Com obra publicada, ocupou alguns cargos de relevância política e territorial, como o de Presidente da Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão e de Vereador da Câmara Municipal de Amarante. Ver <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=9803>. Consultado a 12 de maio de 2025. A 1 de junho de 1958, escreve a *Carta Aberta à Ex.ma Comissão local de apoio à Candidatura do Ex.mo Senhor General Humberto Delgado*, publicada no *Notícias de Felgueiras*, a 2 de junho de 1958, onde se posiciona contra a candidatura do *General sem Medo*. Para leitura integral da carta ver ALVELLOS, Pedro – *Humberto Delgado em Amarante ou a Carta Aberta*. Amarante: Edição de Autor, 1984. [s/ISBN].

3. A Juventude Operária Católica em Amarante: grupos e ações

Este capítulo, dividido em seis partes, pretende evidenciar as marcas da Ação Católica Portuguesa no concelho de Amarante, numa breve referência à sua implementação nas freguesias, assim como os respetivos organismos especializados por meio social. Centrando o nosso estudo na célula Paróquia e no grupo específico de ex-jocistas da Secção de S. Gonçalo, são analisadas as suas dinâmicas religiosas, culturais, recreativas e desportivas, assim como o seu funcionamento e gestão internos, a partir da ação dos seus dirigentes. Neste capítulo trataremos a informação resultante da aplicação de questionários e entrevistas aos homens e mulheres que militaram na JOC/JOCP e na Pré-JOC/JOCP, aferindo o impacto da sua ação na comunidade amarantina.

3.1. A Ação Católica em Amarante – a “fundação”

A primeira referência à Ação Católica Portuguesa no *Flor do Tâmega* surge no ano de 1937, sem certezas relativamente à data da primeira pedra deste apostolado em Amarante, face às características da circulação da informação pelos seus correspondentes, como se referiu na Introdução. Um deles informa, na edição de 31 de outubro de 1937 (Anexo 4), que a Ação Católica ia ser *inaugurada* em Vila Caiz, no “próximo domingo”, o que nos remete para o Dia de Cristo-Rei, sendo também o Dia da Ação Católica¹³⁶, data em que se iniciava o ano social e tomava posse uma nova Direção da Secção, fazendo a promessa jurada de fidelidade e a imposição de

¹³⁶ Esta data é referida na Carta Encíclica *Quas Primas* (1925), em que Pio XI a institui, no *Decreto de Aprovação do Regulamento Geral da Ação Católica Portuguesa* (1946), no *Inventário do Arquivo do Santuário de Cristo Rei* e no jornal *Flor do Tâmega*, n.º 3.583, ano 70, de 30 de outubro de 1955, num texto intitulado “De vez em quando...”, assinado por M. R. Recomendamos a leitura do texto de Paulo Fontes (2007).

emblemas¹³⁷. Sendo “nova Direção” pode ter surgido anteriormente a esta data, naquela ou noutra localidade.

Nesse mesmo ano, nas freguesias de Padronelo e de Telões, o mesmo periódico faz referência a uma Secção da JACF em Padronelo e à realização de Conferências Católicas nas duas freguesias¹³⁸. Para além da JACF, podemos confirmar nas fichas de inscrição da JOCF e da Pré-JOCF, remetidas para a Direção Diocesana do Porto, duas jocistas de S. Gonçalo: Maria Augusta Monteiro, costureira, residente no Campo da Feira (S. Gonçalo), admitida a 30 de outubro de 1938 e Maria Aurelina Coimbra, costureira (2.º grau), residente no Lugar da Cruz (Padronelo), admitida na mesma data.

No entanto, outras Secções de outras organizações e organismos foram implementadas no território amarantino, pelo que nos foi possível verificar no *Flor do Tâmega*, destacando-se em quantidade de referências a JOC de S. Gonçalo e a JAC de Vila Caiz. Partindo da leitura desta fonte da imprensa local, construímos a Tabela 1.

¹³⁷ Cf. *Guia da Acção Portuguesa: Vol. 1, Bases, Estatutos e Regulamento Geral* (1946): o Cerimonial A (*Promessa jurada de fidelidade dos Dirigentes da A. C. P.*) e o Cerimonial B (*Imposição de emblemas*).

¹³⁸ Cf. *Flor do Tâmega* (n.º 2.644, ano 51, de 5 de setembro de 1937, p. 1; n.º 2.645, ano 51, de 12 de setembro de 1937, pp. 2-3; n.º 2.646, ano 51, de 19 de setembro de 1937, p. 3).

Tabela 1 - Secções da Ação Católica no concelho de Amarante

	LAC	LACF	JAC	JACF	Pré-JAC	Pré-JACF	JEC	JECF	JIC	JICF	LOC	LOCF	JOC	JOCF	Pré-JOC	Pré-JOCF	Benjamins JOC	Benjamins JOCF
Candemil																		
Cepelos																		
Colégio de S. Gonçalo																		
Fregim																		
Jazente																		
Lomba																		
Madalena																		
Mancelos																		
Olo																		
Padronelo																		
S. Gonçalo																		
Salvador																		
Sanche																		
Telões																		
Travanca																		
Vila Caiz																		

Fonte: Elaboração própria a partir do jornal *Flor do Tâmega* (1933-1967), testemunhos orais, Correspondência (1956-1967) e Fichas de Inscrição da JOCF e da Pré-JOCF (1938-1962)

Surgiram ainda referências a Figueiró e a Gondar, sem, no entanto, se mencionar uma Secção em concreto. Sabemos que Gondar recebeu uma Concentração Regional, no Ano Mariano, onde estiveram presentes falanges da Ação Católica com os respetivos estandartes¹³⁹, e sobre Figueiró encontramos uma nota da participação dos organismos da paróquia com os seus estandartes na Receção à Virgem Peregrina¹⁴⁰.

Apesar de não constar a referência à Pré-JOC e à Pré-JOCF no jornal, outras fontes o indicam¹⁴¹ – por entrevista, questionário e as fichas de inscrição que integram

¹³⁹ *Flor do Tâmega*, n.º 3.523, ano 69, de 29 de agosto de 1954.

¹⁴⁰ *Flor do Tâmega*, n.º 4.206, ano 84, de 21 de janeiro de 1968. No aferir da existência de atividade de alguns organismos especializados, não nos foi possível uma certeza, devido ao uso de vários nomes para os identificar e que não se mostraram lineares nas várias edições do jornal. Em alguns números identificavam somente com Ação Católica (AC), Organismos da Ação Católica, JAC, JC, JF.

¹⁴¹ As repostas ao questionário que aplicamos a todos os ex-jocistas deram-nos a informação da existência de pré-jocistas (ver perguntas no Apêndice 1). Para além desta fonte, verificamos nas fichas

o Arquivo da JOC da Diocese do Porto. Quanto à Secção dos Benjamins, foi-nos confirmada a sua existência por Albino Pinto da Costa e quanto à das Benjamins, através da correspondência da Secção com a Diocese do Porto¹⁴².

Em resposta ao questionário, quando perguntamos se tinham tido algum contacto com outras Secções da ACP, a JAC foi referida em seis casos, sendo que uma afirmou ter tido contacto, mas não se lembrava com qual organismo, e uma das pessoas identificou a JAC, JEC, JIC e JUC. Destacamos que uma das pessoas referiu que o contacto que teve com uma jacista foi na passagem desta para a JOCF, não sabendo nós o porquê desta transferência, mas consideramos a possibilidade de mudança de residência e/ou de atividade¹⁴³. Nenhuma identificou o contexto em que o contacto decorreu¹⁴⁴.

Quanto à JICF, foi mencionada no *Flor do Tâmega*, noticiando uma jicista que ofereceu “parte do seu primeiro ordenado de professora” ao *Património dos Pobres*¹⁴⁵, durante uma visita do Padre Américo a Amarante, e aquando da divulgação da

de inscrição na Pré-JOCF, o preenchimento das mesmas por parte de raparigas amarantinas. Das que tinham referência ao ano e Secção identificamos: da Secção de S. Gonçalo, uma em 1949, três em 1952, duas em 1957 e duas em 1962; da Secção de Padronelo, cinco em 1953 e uma em 1959. Em entrevista, a 23 de agosto de 2025, Albino Pinto da Costa, confirmou a presença de pré-jocistas na Secção de S. Gonçalo.

¹⁴² Não desvalorizamos que outras Secções possam ter existido e permanecido em algumas paróquias de Amarante. No entanto, devido à alteração da morada da Sede da JOC, do Porto para Lourosa, e a dispersão dos documentos por ex-jocistas e às limitações inerentes, quer à edição do *Flor do Tâmega*, quer às dos correspondentes, que tentavam manter uma *boa imprensa* numa vila do interior norte do país, onde nem sempre se valorizava a imprensa regional, evidenciando várias dificuldades na sua vida editorial, não nos foi possível aferir com maior rigor a totalidade das Secções.

¹⁴³ Segundo os *Estatutos*, a mudança de organismo especializado é possível, algo que aconteceu no âmbito da JOCF, tendo recebido uma rapariga da JACF, confirmado numa das fichas de inscrição da JOCF, consultadas no Arquivo da JOC da Diocese do Porto.

¹⁴⁴ Com o tempo, fomos alimentando a conversa com os ex-jocistas, na expectativa de reconstruir as suas memórias sobre a rede de sociabilidade junto de outros organismos específicos da ACP. De início, ninguém referiu qualquer possibilidade de existência. A leitura do *Flor do Tâmega* foi crucial para essa confirmação e cruzamento com as fontes orais.

¹⁴⁵ Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.445, ano 68, de 1 de março de 1953. O *Património dos Pobres* estava associado à Casa do Gaiato, uma vez que o seu mentor foi o Padre Américo. Segundo Neves (1987), “a Casa do Gaiato, [foi a] primeira do seu sonho de profeta”, surgindo a necessidade de “novas casas para novos moradores a acolher com dignidade, como exigem a Lei de Deus e a Solidariedade humana”. Assim, constrói o *Património dos Pobres* em 1951, sendo “mais uma aventura do seu génio de intuitivo, da sua alma de bandeirante” (p. 68).

realização das Conferências Sociais na vila, promovidas pela Juventude Independente Católica Feminina¹⁴⁶.

Aferimos ainda, a forte presença da JAC e JACF, assim como referências, em menor número, mas relevantes, da LAC e da LACF, em algumas freguesias de Amarante. Destaca-se uma forte ação jacista e lacista em Vila Caiz. A primeira referência à JACF, no *Flor do Tâmega*, remete-nos para a Secção de Padronelo, a 8 de maio de 1938, sendo que em 1937, apesar de não haver referência direta a uma Secção da JACF, é partilhada a realização de Conferências Católicas nessa freguesia, o que poderá já estar relacionado com a JACF.

São várias as dinâmicas que revelam a vincada ação das raparigas e mulheres deste meio social, sob intervenção da ACP, assim como são muitos os momentos em que são referidas as militantes e a própria Secção¹⁴⁷. Destacamos a Concentração diocesana dos organismos agrários da Ação Católica¹⁴⁸, que se realizou em Penafiel, para filiados e simpatizantes da ACP, onde Amarante marcou presença. Consideramos importante, pela dinâmica regional e diocesana, capaz de mobilizar as Secções e o facto de revelar como tema central a “Mensagem de Fátima”, ligando-nos aqui a uma publicação, intitulada *A Mensagem de Fátima*¹⁴⁹, publicada pela Junta Central da Ação Católica Portuguesa, em 1961 (Anexo 5) e que nos remete para este culto mobilizador de crentes. Esta iniciativa acentua a devoção a Nossa Senhora de Fátima e o Santuário de Fátima como lugar de peregrinação pelas Secções amarantinas da Ação Católica, como é referido em várias edições do *Flor do Tâmega*.

¹⁴⁶ Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.446, ano 68, de 8 de março de 1953.

¹⁴⁷ São referidas: restauro de alminhas, festas, comemorações, visitas, comunhão coletiva, sarau dramático, homenagens, música, teatro, peregrinações, passeios, bazar de prendas, viagens, concentrações, casamentos, vestir pobres, cursos, retiros, bênção do gado, reuniões, orações, campanhas, angariação de fundos, missas, juramentos, imposição de emblemas, eleições, casas para pobres, festa agrária, aniversários, doença, catequese, vigília, adoração, debates, cinema, dia regional, conselho regional, passatempo e récitas.

¹⁴⁸ Ver *Flor do Tâmega*, n.º 3.869, ano 76, de 21 de maio de 1961.

¹⁴⁹ Adquirimos este exemplar num alfarrabista. Junto, no meio das páginas, constava uma pagela do Sagrado Coração de Jesus, imagem importante para a Ação Católica Portuguesa, como é indicado neste livro e noutros textos por nós lidos, como as Cartas Encíclicas.

É ainda em Vila Caiz que conseguimos identificar grupos pré-juvenis, através da referência a festas preparadas pelas crianças na sua paróquia e de encontros em que estiveram presentes pré-jacistas, raparigas e rapazes¹⁵⁰.

É importante destacar alguns momentos de ação jacista e lacista, como a celebração da Festa de Cristo-Rei, a Campanha pela Paz¹⁵¹, a Festa Agrária e o Dia da Paróquia¹⁵², a construção de casas para pobres, através do *Património dos Pobres* do Padre Américo¹⁵³, o Dia Regional da Juventude Agrária¹⁵⁴ e a preparação da celebração do 25.º Aniversário dos *Estatutos da Ação Católica*¹⁵⁵.

Sendo a formação dos leigos uma linha estruturante da ACP, foram ministrados alguns cursos como o *Curso Rotativo* para Dirigentes e Militantes (1952), o *Curso Noturno para Adultos* (1954) e o *Curso de Catequistas* (1955)¹⁵⁶, havendo, em algumas, ligações com Secções de outros concelhos¹⁵⁷.

As referências à JAC, JACF, LAC e LACF desaparecem, a partir de outubro de 1964. Deixou de haver correspondentes nas freguesias que pudessem partilhar o trabalho desenvolvido pelo apostolado de leigos deste meio social¹⁵⁸.

No ano seguinte, foi divulgada no *Flor do Tâmega*, a realização do Festival Europeu da Juventude, na Alemanha, em maio, “dentro do quadro das atividades da Comissão Europeia, onde Portugal tem um representante”¹⁵⁹. Antes disso, foi criada a

¹⁵⁰ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.518, ano 69, de 25 de julho de 1954; n.º 3.535, ano 69, de 21 de novembro de 1954.

¹⁵¹ *Flor do Tâmega*, n.º 3.510, ano 69, de 30 de maio de 1954.

¹⁵² *Flor do Tâmega*, n.º 3.611, ano 71, de 13 de maio de 1956.

¹⁵³ *Flor do Tâmega*, n.º 3.594, ano 71, de 15 de janeiro de 1956.

¹⁵⁴ *Flor do Tâmega*, n.º 3.936, ano 77, de 23 de setembro de 1962.

¹⁵⁵ *Flor do Tâmega*, n.º 3.741, ano 73, de 23 de novembro de 1958; n.º 3.759, ano 74, de 29 de março de 1959.

¹⁵⁶ *Flor do Tâmega* n.º 3.417, ano 67, de 17 de agosto de 1952; n.º 3.537, ano 70, de 5 de dezembro de 1954; n.º 3.587, ano 70, de 27 de novembro de 1955.

¹⁵⁷ No Arquivo da JOC da Diocese do Porto, tivemos acesso a vários livros relacionados com os Cursos ministrados pela ACP.

¹⁵⁸ No *Flor do Tâmega* n.º 4.041, ano 80, de 11 de outubro de 1964, informam que “em Vila Caiz, as Dirigentes da Ação Católica, fazem o Juramento”. É a última referência à Ação Católica, onde existiam Secções da JAC, JACF, LAC e LACF.

¹⁵⁹ *Flor do Tâmega*, n.º 4.036, ano 80, de 6 de setembro de 1964. A JAC e a JACF integram um organismo internacional, a MIJARC (Movimento Internacional da Juventude Agrária e Rural Católica), agregando todos os movimentos rurais mundiais.

Taça da Alegria¹⁶⁰, que servia para preparar o Festival. A 13 de setembro de 1964, em Amarante, através de uma Comissão, foi realizada a final diocesana do Dia de Amizade, uma escolha das Direções Diocesanas da JAC/JACF, convidando todos os jovens, agricultores, operários e estudantes para participarem no Programa do Dia de Amizade em Amarante.

A Juventude Escolar Católica (JEC) em Amarante estava organizada no Colégio de S. Gonçalo, existindo tanto a Secção masculina como a feminina, como registado na imprensa local. Uma ex-jecista dessa Secção e que também integrou a Pré-JECF, Regina Maria do Carmo da Silva Vasconcelos, cuja mãe pertenceu à Liga Operária Católica Feminina em Amarante, o que desde cedo a fez estar próxima da Ação Católica através da forte militância da sua mãe, identificou, em conversa, três rapazes que pertenceram à JEC do Colégio de S. Gonçalo, o que atesta o consultado na imprensa local.

Nas edições do *Flor do Tâmega* identificamos, somente, cinco referências à JEC do Colégio de S. Gonçalo. No entanto, permite-nos confirmar, tal como em outros organismos especializados, que poucos anos após a institucionalização da ACP, uma Secção da JEC foi implementada no Colégio de S. Gonçalo¹⁶¹.

Intitulado “Juventude Escolar Católica”, a uma postura que o autor do artigo, em 1938, considera egoísta, conformista e comodista de várias pessoas, opõe-se a ação da *mocidade feminina* que, “cônsua do seu papel na sociedade de amanhã, não tem vergonha de se unir sobre o mesmo lema”. É referida a dedicação aos pobres da vila por parte das raparigas da JECF, sendo essa a sua missão. Essa ação, em que “o Senhor, pelas mãos da juventude, vai-lhes dando fecundas lições de amor e caridade, enaltecendo um gesto tão cristão e humano”, é traduzida em dinâmicas levadas a cabo

¹⁶⁰ Como referido no *Flor do Tâmega* n.º 4.036, ano 80, de 6 de setembro de 1964, a Taça da Alegria é “uma actividade aberta a todos os jovens rurais para despertar em todos amizade sã e muita alegria; (...) ocupar os tempos livres em actividades que os enriqueçam e os cultivem; substituir determinados divertimentos que não educam, não enriquecem, nem cultivam”. Foi uma forma de abrir a Ação Católica a mais pessoas.

¹⁶¹ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 2.710, ano 53, de 18 de dezembro de 1938.

pela Secção, tal como acontecia em outros organismos especializados da ACP em Amarante¹⁶².

As jecistas, nos momentos em que não estavam dedicadas ao estudo, costuravam, vestiam as crianças e pediam para os pobres, trabalhando pelo atenuar da miséria e dificuldades sentidas. Se, em 1938, era salientada esta ação humanista em prol dos mais necessitados, o publicado na imprensa local mostrou a resiliência deste apostolado que nunca deixou este foco. Em 1940, num texto intitulado “Juventude Escolar Católica Feminina”¹⁶³, a JECF de S. Gonçalo, centrada nas Obras de Misericórdia, vestiu 55 crianças “de lares desafortunados, desprotegidas e pobres”. Para isso, contaram com a caridade de várias pessoas e dinamizaram uma festa, com “recitativos e números de canto”, tendo na assistência os familiares dos alunos do Colégio de S. Gonçalo.

Outra das atividades jecistas eram os sorteios, algo que se alinhava com a JOCF de S. Gonçalo. Em 1954¹⁶⁴, é feita referência a um sorteio que fora adiado para a lotaria da Páscoa, com o devido pedido de desculpas pelo sucedido.

Em 1957, no âmbito do *Património do Pobres* do Padre Américo, figura importante na região, e do projeto das *Casas dos alunos do Colégio de S. Gonçalo*, identificamos o donativo da JEC do Colégio no valor de 1000 escudos¹⁶⁵.

Na conversa que tivemos com Regina Vasconcelos, foi acentuada esta dedicação aos pobres. Esta pré-jecista e jecista recorda as “aulas de labores da Irmã Augusta”, onde “bordavam roupas e lençóis para levar para os bebés do lugar da

¹⁶² Ver *Flor do Tâmega*, n.º 2.710, ano 53, de 18 de dezembro de 1938.

¹⁶³ Ver *Flor do Tâmega*, n.º 2.813, ano 55, de 15 de dezembro de 1940.

¹⁶⁴ Ver *Flor do Tâmega*, n.º 3.540, ano 70, de 26 de dezembro de 1954.

¹⁶⁵ Ver *Flor do Tâmega*, n.º 3.651, ano 72, de 17 de fevereiro de 1957. Na lista de donativos destaca-se o da JEC do Colégio, pelo valor elevado em relação aos restantes que se situam entre os 50 escudos (6 donativos individuais), os 100 escudos (2 donativos individuais), 190 escudos de *vários alunos* e 500 escudos de um *Anónimo*. Conseguimos perceber a dedicação e a envolvimento da JEC nesta sua missão junto dos pobres de Amarante pelo resultado obtido e direcionado para o *Património dos Pobres*.

Torre”¹⁶⁶, mas também alimentos. Visitavam ainda os reclusos na Cadeia, como a JOC, e ofereciam-lhes lenços de bolso.

No que diz respeito à JEC masculina apenas identificamos uma referência relativa à freguesia de Salvador, onde decorreu um jogo de futebol. É aqui que conseguimos identificar vários jecistas da Secção da JEC do Colégio de S. Gonçalo¹⁶⁷.

Quanto à atividade da JEC na vila de Amarante, apenas conseguimos confirmar, através de Regina Vasconcelos, que a Secção se manteve ativa durante o tempo em que ela foi para Vila Real tirar o curso de Professora do Ensino Primário, entre 1967 e 1969. Quando visitava Amarante e o Colégio, tinha contacto com as jecistas e com a Irmã Clara, dinamizadora do grupo¹⁶⁸.

Relativamente à Juventude Independente Católica (JIC), conseguimos aferir a existência de uma Secção Feminina na vila de Amarante, não sendo possível confirmar o ano da sua implementação e do fim. Apenas que teve atividade durante o ano social 1952-1953.

Para esta confirmação o *Flor do Tâmega* foi importante. Nele, começaram a ser publicadas as *Notas Jicistas para uma mentalidade cristã*¹⁶⁹, onde evidenciavam algumas preocupações éticas e morais, mas também relacionadas com a dignidade e a melhoria das condições de vida da comunidade, a falta de casas para os mais

¹⁶⁶ A Torre, nas palavras da jecista, “era um lugar pobre e as casas não tinham condições”. Eduardo Teixeira Pinto tem registos fotográficos daquele lugar que nos ajudam a perceber o testemunho que nos foi dado por Regina Vasconcelos.

¹⁶⁷ Ver *Flor do Tâmega*, n.º 3.456, ano 68, de 17 de maio de 1953. Pertencentes à equipa de futebol, são referidos os seguintes jecistas: Antunes, Barbosa, Joaquim Augusto, Miguel, Pinheiro, Baldaia, Melo, José Manuel, Moura, Óscar, Adão e Toninho.

¹⁶⁸ Regina Vasconcelos referiu ainda a sua ligação à Mocidade Portuguesa, tal como acontecia com todos os alunos matriculados no Colégio de S. Gonçalo que, no ato de matrícula pagavam uma quota para a Mocidade Portuguesa, como que criando uma ligação. “Era obrigatório”, como nos refere a jecista. Fez referência à inauguração do Nicho de Nossa Senhora de Fátima, numa cerimónia em que o grupo coral do Colégio participou, e ao qual ela pertencia. Não tinha farda da Mocidade, porque “os pais não lha podiam pagar”, mas levou o emblema da Mocidade Portuguesa Feminina, na roupa que usava naquele dia. Existem fotografias de Eduardo Teixeira Pinto que nos colocam nesse momento no ano de 1965, onde se encontram alunos e professores do Colégio e raparigas da Mocidade Portuguesa Feminina, devidamente fardadas e com a bandeira, perfiladas e cruzando a bandeira aquando da bênção do Nicho.

¹⁶⁹ Foram publicadas cinco *Notas Jicistas* no *Flor do Tâmega* (n.º 3.436, ano 68, de 28 de dezembro de 1952; n.º 3.437, ano 68, de 4 de janeiro de 1953; n.º 3.438, ano 68, de 11 de janeiro de 1953; n.º 3.445, ano 68, de 1 de março de 1953; n.º 3.456, ano 68, de 17 de maio de 1953).

necessitados, marcando ainda uma posição contra o comodismo e o egoísmo das pessoas perante os problemas sociais existentes, apelando à responsabilidade coletiva, ao “dever social” e à participação numa solução com todos. As cinco *Notas* publicadas, com o objetivo de divulgar o trabalho jicista na vila, anteciparam as Conferências Sociais, realizadas entre 26 e 28 de março de 1953, no Salão de Festas dos Bombeiros Voluntários de Amarante, cedido pela Corporação, sito na Avenida 1.º de Maio.

As Conferências de Estudos Sociais surgem em destaque no *Flor do Tâmega*, anunciando a sua realização na vila, referindo a data e local¹⁷⁰. Neste texto, publicado a 23 de março de 1953¹⁷¹, intitulado “O Padre Américo vem falar a Amarante”, há uma indicação de que a entrada era por convite, o que reforça a ideia de uma elite católica, que se destaca pelo seu meio social e pelas suas redes de sociabilidade que os insere neste organismo especializado da Ação Católica Portuguesa, chamando-a para estas lições conferencistas, onde podiam dar o seu testemunho na primeira pessoa e apelar à consciência de todos¹⁷².

Das várias intervenções, publicadas no jornal¹⁷³, relatando o sucedido e transcrevendo algumas partes das comunicações, destacamos os momentos em que se falou da preocupação com a habitação e o exemplo do *Património dos Pobres* do Padre Américo (que não esteve presente por motivos de saúde), a dignidade dos operários e a necessidade de melhorar as suas condições de vida, a mulher deste meio social (independente) ser um exemplo de ação e não ficar inerte e cómoda perante os problemas sociais e não se diminuir perante os homens, as responsabilidades sociais dos intelectuais no campo pedagógico e a missão de todos os católicos, agindo socialmente e deixando de parte uma postura de vinculação a rituais e momentos religiosos, quando não se coadunam com a sua prática em relação aos outros. É ainda analisada a educação que os pais davam aos filhos e uma crítica a uma parte do clero.

¹⁷⁰ São referidas algumas pessoas de *alto valor social e intelectual*: Dr. Melo Adrião, Dr. Daniel Serrão, D. Leonor Guedes d’Almeida, D. Maria Teresa de Vasconcelos Porto, entre outros.

¹⁷¹ Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.448, ano 68, de 23 de março de 1953.

¹⁷² Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.446, ano 68, de 8 de março de 1953.

¹⁷³ Os excertos das comunicações e momentos relevantes foram publicados nas seguintes edições do *Flor do Tâmega*: n.º 3.450, ano 68, de 5 de abril de 1953; n.º 3.451, ano 68, de 12 de abril de 1953; n.º 3.453, ano 68, de 26 de abril de 1953.

Esperança é um ponto transversal a todas as comunicações, uma vez que se centram na possibilidade de transformação social, quando esta depende somente dos homens e das mulheres, do governo destes, num “Mundo Novo” onde “o tempo é de luta”¹⁷⁴.

As *Notas Jicistas* e as Conferências Sociais promovidas pela JICF são as únicas referências a esta Secção nos jornais consultados. Este facto transmite uma diferença importante sobre a forma como a JICF comunicava com e para a comunidade local, em comparação com a Juventude Operária Católica, que proporcionava a discussão em assembleias, onde quem sofria problemas sociais intervinha e partilhava as suas experiências reais.

3.2. As Jcistas Amarantinas – da (in)visibilidade

Se as informações até agora apresentadas são fruto dos registos da imprensa, avaliar a espessura dos militantes é um processo fundamental, para aferir a sua representatividade, que se tornou possível com a junção das 52 fichas de inscrição na JCF (JOCF e Pré-JOCF), encontradas no Arquivo da JOC da Diocese do Porto (ver Introdução). Identificaram-se Secções da JOCF da Madalena e de Padronelo, em data próxima da institucionalização da ACP.

Das 52 fichas, 36 são referentes à JOCF e 16 à Pré-JOCF. Quanto a Secções, 34 são de S. Gonçalo, 11 de Padronelo e 7 da Madalena¹⁷⁵. Destas 34 fichas, 9 são admissões na Pré-JOCF e 25 na JOCF. Três das fichas existentes são de ex-jcistas do último grupo da Secção de S. Gonçalo, com quem falamos e aplicamos o

¹⁷⁴ Para além dos nomes referidos, duas outras pessoas se destacaram: o Presidente da Câmara, Coronel Carvalho Lima, tendo presidido às Conferências, e Maria Eulália de Macedo, que presenciou as Conferências e transcreveu o que foi publicado no *Flor do Tâmega*.

¹⁷⁵ Duas fichas são relativas a uma mesma pessoa, da Secção da Madalena, o que poderá indicar a renovação da inscrição, ou, perante a perda de uma, um novo preenchimento até que se tenha encontrado a perdida. As duas mantiveram-se no Arquivo.

questionário¹⁷⁶, o que nos permitiu o cruzamento com as fontes orais, em contexto de entrevista, verificando a correspondência dos discursos e a elucidação para alguma das particularidades da ficha.

Ao analisar todas as fichas, assim como outras que não sendo referentes a Amarante consideramos importantes nesta análise, conseguimos aferir a diferença entre elas ao longo dos anos, quer no seu tamanho, quer nos campos de preenchimento disponíveis, na frente e no verso, quer nas questões de secretaria e tesouraria, como do perfil das jocistas.

O modelo foi-se ajustando e uniformizando. Assim, centraremos o nosso olhar na ficha de uma das ex-jocistas da Secção de S. Gonçalo, Maria Fernanda Monteiro Guedes (Figura 5), por se relacionar com a nossa cronologia e ter respondido ao questionário.

Figura 5 - Ficha da JOCF destinada à Direção Diocesana

J. C. F. Ficha destinada à Direção Diocesana N.º do B. I. 44078	
J. O. C. F.	
Secção: S. Gonçalo	
Localidade: Amarante	Diocese: Porto
Arceiprestado ou Vigararia: Amarante I	
Nome: Maria Fernanda Monteiro Guedes	
Morada: S. Lazaro - Amarante	
Data e local do nascimento: 17-11-1945 -	
Data e paróquia do baptismo: 1-1-1946 - S. Gonçalo	
Profissão ou ocupação: Costureira	
Admitida em: de 11 de maio de 1960	8.11.61
Sócia efectiva em: de 11 de maio de 1960	8.11.61
Declarada militante em: 29 de Outubro de 1961	
Assinatura: Maria Fernanda Monteiro Guedes	
Declaro que esta candidata é digna de ser admitida.	
A Presidente da Secção.	
Coita: 2.800	Maria Adelaide da Costa Balse

Habilitações: 4ª classe
Colectividade a que pertence: J. V. C. F.
Indicar se vem transferida doutro O. E. D. ou J. V. C. F.: J. V. C. F.
Observações:

Fonte: Arquivo da JOC da Diocese do Porto, 1961

¹⁷⁶ Identificamos Alda Macedo Patrício, Maximiana Jesus Ferreira e Maria Fernanda Monteiro Guedes. Segundo as fichas de inscrição, enviadas à Diocese do Porto, foram admitidas na JOCF a 25 de novembro de 1960, 11 de maio de 1960 e 8 de novembro de 1961, respetivamente.

Na frente da ficha, no canto superior esquerdo, é identificada quer a organização (Juventude Católica Feminina), quer o organismo especializado (Juventude Operária Católica Feminina), ficando o n.º do Bilhete de Identidade no canto superior direito. Entre estes, a identificação do documento com o respetivo destinatário (a Direção Diocesana)¹⁷⁷.

Aquando da entrada na JOCF ou Pré-JOCF, quase todas viviam no centro da vila¹⁷⁸, com a particularidade de uma residir na *Casa da Mocidade Portuguesa*, cuja ligação à JOCF não conseguimos aferir.

Quanto à profissão ou ocupação, apenas três das 52 fichas não foram preenchidas. Respeitamos a forma como foi escrita cada uma, representando assim o entendimento de cada rapariga da sua condição laboral e ocupacional. Na diversidade apresentada, destacam-se a profissão de Doméstica e de Costureira, como consta na Tabela 2.

Tabela 2 - Profissões e Ocupações das jocistas da Secção de S. Gonçalo

Profissão ou Ocupação	Pré-Jocistas	Jocistas
Aprendiz de Bordados	2	0
Criada de Servir	0	2
Costureira	0	6
Doméstica	4	6
Empregada Comercial	0	1
Empregada de Consultório Médico	0	1

¹⁷⁷ Relativamente ao Modelo n.º 1 b) do *Guia da Acção Católica Portuguesa* (1946), algumas alterações são evidentes: onde consta *Localidade*, estaria *Endereço Postal*, tendo sido acrescentado a identificação do *Arciprestado ou Vigararia*, e é ainda acrescentado no verso da ficha o campo *Indicar se vem transferido doutro O. E.*, útil para verificar se a jovem integrou as Pequenas, Benjamins ou Pré-JOCF ou ainda se foi transferida de um outro O. E. de outro meio social que não o operário.

Os campos disponíveis nem sempre eram preenchidos na totalidade, destacando-se a falta de informação de várias jocistas no que diz respeito às habilitações, à cota, à data em que passa a efetiva e a militante do organismo.

¹⁷⁸ São identificadas as seguintes ruas e lugares: S. Veríssimo, Rua Cândido dos Reis, Rua João Pinto Ribeiro, Campo da Feira, Rua Teixeira de Vasconcelos, Bairro de Santa Clara, S. Lázaro, Lugar da Torre, Rua Carlos Amarante, Lugar do Sobreiro, Avenida Joaquim Leite de Carvalho, Tranqueira, Rua de S. Sebastião, Rua da Benfica, Rua 31 de Janeiro.

Empregada de Escritório	0	2
Empregada de Modista	0	2
Empregada Doméstica	0	1
Lavadeira	0	2
Serviçal	0	2
Não Identificada	3	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas do Arquivo da JOC da Diocese do Porto

Obviamente, as idades são diferentes e, como jocistas, já definiam a sua ocupação. Relevante é o significado das atividades – ser costureira, 6, não é o mesmo que empregada de modista. E a referência a empregada de escritório traduz literacia, desníveis sociais e perfis diferenciados. Quanto às habilitações, cinco responderam que tinham a *4.ª classe*, sete o *2.º grau* e, uma, *nenhumas* habilitações. As restantes deixaram o campo em branco, mas à época, estes níveis de escolaridade são de tomar em consideração.

Relativamente às datas de admissão, entre 1938 e 1962, partilhamos a distribuição registada (Tabela 3), segundo o que analisamos.

Tabela 3 - Admissões na JOCF e Pré-JOCF na Secção de S. Gonçalo

Ano de Admissão	Pré-Jocistas	Jocistas
1938	0	1
1940	0	1
1944	0	1
1948	0	1
1949	1	4
1952	2	0
1953	0	1
1955	0	4
1957	2	0
1958	0	1
1960	0	6
1961	0	2
1962	2	3

Sem data/Ilegível	2	0
-------------------	---	---

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas do Arquivo da JOC da Diocese do Porto

Relativamente a transferências entre organismos ou Pré-JOCF, apenas duas raparigas passaram da Pré-JOCF para a JOCF. Ou seja, a entrada como pré-jocistas não assegurava a continuidade no movimento. A nível de desistências da JOCF, quando escrito o motivo, para além da data da saída, é apontado apenas o limite de idade. Esta indicação aparece em três fichas da JOCF. Parte da resposta pode estar nas notas marginais inscritas nalgumas fichas, a lápis e a esferográfica, acrescentos de um percurso individual: “casou”, “dirigente”, “aspirante”¹⁷⁹, “ficha profissional de costureira”, “ficha profissional de empregada de consultório médico”, “aluna do Colégio de S. Gonçalo”, “passou à JOCF em 1954”. Ou então, saíram por não cumprimento do pagamento das cotas (um dos elementos que consta da ficha de inscrição menos preenchido; somente 11 têm registado o valor da sua cota: três pré-jocistas e oito jocistas)¹⁸⁰.

Conseguimos, ainda, identificar várias Presidentes da Secção de S. Gonçalo, para além de Luísa Pimenta¹⁸¹: em 1952, Maria Augusta Monteiro; em 1955, Maria José Monteiro; em 1957, Maria Aurora Coelho de Oliveira; em 1960, Maria Adelaide da Costa Peixe; em 1962, Luísa da Graça Pimenta da Costa. Já as Presidentes da Secção de S. Gonçalo, de anos sociais anteriores, não nos foi possível identificar, uma vez que nas fichas não constavam as assinaturas. Referimo-nos aos anos de 1938, 1940, 1944 e

¹⁷⁹ Aparece também apenas a letra maiúscula A, o que consideramos ser referente à situação de aspirante.

¹⁸⁰ Cf. Apêndice n.º 3 do *Guia da Acção Católica Portuguesa* (1946). Nenhuma das cotas assinaladas nas fichas de inscrição estão de acordo com as tabelas do Apêndice. Permite, de qualquer forma, perceber o valor entregue por cada associada.

¹⁸¹ Permite-nos reconstruir uma cronologia, partindo da data de admissão das jocistas. Confirmando esta informação e cruzando com a correspondência da Secção, que integra o Arquivo da JOC da Diocese do Porto, aferimos as jocistas eleitas para esse cargo.

1949. No entanto, através da correspondência, identificamos a eleição de Maria Conceição Guedes como Presidente, no ano de 1965 (Guedes, 1965)¹⁸².

3.3. O grupo de ex-jocistas da Secção de S. Gonçalo – uma reconstituição de memórias

Os primeiros dos ex-jocistas do último grupo da Secção de S. Gonçalo a serem admitidos, em 1950, foram Aparício Pereira Cardoso Castanheira e Maria da Conceição Teixeira Andrade, ambos com 14 anos, idade mínima para integrar a Juventude Operária Católica, quer masculina, quer feminina¹⁸³.

Os Convívios da JOC/LOC de Amarante, nos anos de 2023 e 2024, os resultados dos questionários e as conversas informais permitiram a identificação de 26 jocistas. Tendo em conta que a média de idades do grupo em análise é de 81 anos¹⁸⁴, o tempo foi sempre um fator condicionador na reconstituição de percursos¹⁸⁵. O grupo compreende 15 homens e 11 mulheres, 23 jocistas e 3 pré-jocistas¹⁸⁶, sendo que estes três não deram continuidade ao percurso após a experiência no setor pré-juvenil.

As Secções, antes de normalizarem o seu funcionamento, percorrem um caminho, evoluindo por vários estados: em *organização*, quando está confiada a uma Comissão Organizadora; *oficializada*, quando já tiver uma Direção em sintonia com o

¹⁸² GUEDES, Maria da Conceição – [Carta] Boa amiga [Manuscrito]. 1965. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

¹⁸³ Rezola (1996), no *Dicionário de História do Estado Novo: Volume 1* (p. 13), refere a idade mínima de entrada na JOC. Algo referido, também, por Ferreira *et al.* (2000), no *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (p. 12).

¹⁸⁴ Calculamos a idade de cada ex-jocista tendo como limite o dia 31 de julho de 2025.

¹⁸⁵ Alguns, percebemos, através dos seus familiares, que tinham limitações na fala, outros, também por questões de saúde, não puderam participar, e outros faleceram durante o nosso estudo.

¹⁸⁶ Quando nos referimos somente a pré-jocista significa que esses jovens cessaram a sua ligação à Ação Católica Portuguesa ao atingirem os 14 anos, optando pela não associação à JOC. Estes 3 pré-jocistas foram já referidos atrás.

regulamentado e o inscrito em estatuto; e *formada*, quando integrar pelo menos três militantes e a Direção a reconheça como normalizada e em funcionamento¹⁸⁷.

Este grupo é diminuto, se comparado com o do ano de 2011, conforme representado na fotografia da Figura 6, criando um olhar nostálgico de saudade perante os que faleceram, por várias razões.

Figura 6 - Fotografia do IV Convívio da JOC/LOC de Amarante



Fonte: Arquivo Pessoal do ex-jocista Agostinho Silva, 2011

Todos foram identificados e os seus percursos evocados. A maior parte dos elementos vivia na zona histórica da vila, nas ruas principais, partilhando, já nesse tempo, o espaço público para os seus passeios, brincadeiras e lazer. Este facto ajuda-nos a perceber a facilidade com que os mesmos se foram aproximando das Sedes da JOC e da JOCF, não descurando a importância da influência de algumas pessoas próximas que os motivaram a inscrever e participar nas atividades.

¹⁸⁷ Como não nos centramos no primeiro grupo do concelho de Amarante, estes ex-jocistas não passaram pelo processo inicial de implementação de uma Secção no território.

Quanto aos graus de escolaridade, a maior parte dos jocistas tinha a 4.ª classe, com exceção de dois: um com a 3.ª classe e outro com o 3.º ano liceal, um que esteve somente ligado à Pré-JOC e outro que teve formação em contexto de Seminário. No decorrer da sua vida profissional, alguns foram adquirindo mais competências através de formação específica. É o caso de uma jocista que tirou o Curso de Enfermagem Geral, de outros dois que completaram o 6.º ano, um outro o 12.º ano, e outro, uma Licenciatura em Economia. O economista e a enfermeira ocuparam lugares na Direção da Secção de S. Gonçalo.

Relativamente à Pré-JOC/JOCP, somente 5 rapazes e 3 raparigas as integraram, sendo que três destes não seguiram para o organismo juvenil, com justificações diferentes e pessoais. A entrada neste setor pré-juvenil deu-se em idades diferentes: dois aos 10 anos, um aos 11 anos, dois aos 12 anos e dois aos 13 anos. O outro não se recordava da idade em que se inscreveu na Pré-JOC.

A continuidade no percurso subsequente à JOC e à JOCP, só se deu em 3 jocistas que seguiram o caminho para a Liga Operária Católica (2 homens) e a Liga Operária Católica Feminina (1 mulher), neste caso. A passagem para a LOC/LOCP, nos três casos, deu-se devido ao casamento¹⁸⁸.

Aquando da entrada na JOC/JOCP, as profissões e ocupações variavam e evoluíram, mesmo até à data de aposentação (Tabela 4).

Tabela 4 - Profissões e Ocupações dos jocistas da Secção de S. Gonçalo

Jocista	Profissão à entrada na JOC	Profissão na aposentação
A	Alfaiate	Alfaiate
B	Costureira	Telefonista do Centro de Saúde
C	Empregado de Armazém	Auxiliar de Técnico de Análises
D	Desempregada	Doméstica
E	Alfaiate	Alfaiate

¹⁸⁸ Para além do casamento, caso quisessem continuar o caminho do apostolado, aderindo à LOC/LOCP podiam fazê-lo quando atingissem os 30 anos de idade.

F	Aprendiz de Costureira	Auxiliar de Educação
G	Estudante	Bancário, Contabilista
H	Costureira	Costureira
I	Empregado de escritório	Empregado de Escritório
J	Construção	Empregado de Restauração
K	Estudante	Coordenador na Segurança Social
L	Ajudante Técnico de Farmácia	Bancário (Quadro Técnico)
M	Alfaiate	Alfaiate
N	Caixeiro	Caixeiro
O	Construtor Civil	Empregado de Escritório
P	Rececionista de consultório médico	Enfermeira
Q	Restauração	Doméstica
R	Bancário	Bancário
S	Restauração	Doméstica
T	Alfaiate	Comerciante
U	Desempregada	Fiel de Armazém
V	Aprendiz de Costureira	Costureira e Auxiliar de Educação
W	Funcionário de Oficina	Funcionário de Oficina
X	Torneiro Mecânico	Torneiro Mecânico
Y	Desempregada	Auxiliar de Limpeza
Z	Doméstica	Doméstica

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário aos ex-jocistas amarantinos

Sem fazer uma análise sociológica, o percurso profissional evolui para alguma especialização. Apesar de poucas referências a alfaiate, a expressão “vestiram muitos pobres” evidencia a relação estabelecida com os mais pobres, no âmbito da Ação Católica Portuguesa, mas também “vestiram” muitos outros, socialmente destacados, inferindo-se que, antes de mais, fazem parte de diversos círculos sociais.

O objetivo não é fazer uma avaliação de recursos, propriedades, bem-estar social, mas antes como e quando se ligam institucionalmente à JOC/JOCP e à Pré-JOC/JOCP e o caminho que percorreram dentro da Secção de S. Gonçalo.

Todos concordam, de acordo com a sua memória e concepções de vida, que a Secção tinha a sua sede no centro da vila de Amarante que é caracterizada, pelos jocistas, como uma vila “calma”, “triste”, “difícil”, “pacata”, “desmotivante”, “com dificuldades sociais”, “sem distrações para os jovens”, “conservadora”. Uma vila

agrícola, comercial e industrial, onde várias pessoas viviam na “miséria”, mas que tinha “oportunidades de emprego”, principalmente no que diz respeito à atividade industrial em crescimento, como já referido no nosso estudo. Raros seriam os com “dois automóveis”, antes “pouca riqueza, poucas casas”, “seletiva” e “com respeito”, é o que traduz o olhar dos jocistas sobre uma vila com uma classe privilegiada e de destaque.

Quando falamos do primeiro contacto ou conhecimento que tiveram com a JOC e a JOCF, a maior parte identificou os amigos e amigas como agentes principais de aproximação, sendo que nove dos elementos tinham familiares no organismo, o que os aproximou mais da realidade jocista, familiarizando-se com a ação do apostolado. Decorrente da relação familiar, sete jocistas afirmaram que os seus cônjuges também pertenceram à JOC/JOCF, sendo a média de idade à data do casamento, neste grupo, de 25 anos¹⁸⁹.

Alguns invocam figuras que os influenciaram, de destaque na comunidade amarantina e que foram os responsáveis, quer pelo primeiro contacto com a JOC e a JOCF, quer como os motivadores da sua entrada no organismo. É o caso de Maria Eulália de Macedo, que será figura central em algumas dinâmicas da ACP em Amarante, não tendo sido associada de nenhuma Secção¹⁹⁰, e João de Deus Monteiro, o Presidente-referência para este nosso grupo de ex-jocistas e para a memória da Ação Católica na vila¹⁹¹.

Outra figura central na memória jocista é o Padre Morais¹⁹², o grande impulsionador da JOC em Amarante, que teve como seu coadjutor o Padre Canito,

¹⁸⁹ Todos os elementos desta Secção casaram-se.

¹⁹⁰ Maria Eulália van Zeller de Macedo da Cunha Coutinho (Amarante, 21 de março de 1921 - 4 de dezembro de 2011), conhecida como Maria Eulália de Macedo foi uma escritora, poetisa e pedagoga portuguesa. Ver <https://amarantetourism.com/poi/eulalia-macedo/>. Consultado a 23 de maio de 2025.

¹⁹¹ Sobre João de Deus Monteiro, figura de destaque em Amarante para a JOC, não encontramos notas biográficas relevantes. Não obstante, os testemunhos orais evidenciam o seu papel na Secção da JOC de S. Gonçalo e a sua vida profissional, aquando da abertura da *Casa Primavera*. Relativamente a Maria Eulália de Macedo, sugerimos a leitura do catálogo da exposição biobibliográfica “Devo à Vida o ter tido Vida” (2022), no âmbito do centenário do seu nascimento. Os testemunhos orais dos ex-jocistas contribuem para evidenciar a sua importância para a Secção jocista.

¹⁹² O Padre Álvaro de Morais Ferreira “aluno brilhante do Seminário do Porto”, iniciou a sua vida paroquial em Amarante, pouco depois de fazer 20 anos de idade, então como Capelão da Misericórdia. Foi também professor no Colégio de S. Gonçalo. Foi um “membro activo e dinâmico de todas as

várias vezes referido, mas que não esteve tão presente na vida e na atividade jocista da vila, tendo-lhe sido entregue uma paróquia e posteriormente abandonado a vida religiosa¹⁹³. No entanto, é um elemento lembrado e que aparece em algumas das fotografias.

Nas respostas apresentadas, tanto o Padre Morais como Maria Eulália de Macedo, são referidos por parte dos ex-jocistas como amigos, o que evoca uma proximidade já notória entre as crianças e jovens e estas figuras centrais na vida da comunidade amarantina, o que também facilitava a autorização dos pais à entrada na JOC e JOCF, salientando assim um elevado grau de confiança.

Outros elementos tiveram conhecimento da JOC e da JOCF enquanto integrantes da Catequese, da Cruzada das Crianças e das aulas de Bordados (dinamizadas por Maria Eulália de Macedo)¹⁹⁴ e através de familiares.

As motivações de entrada para o organismo foram maioritariamente o convívio com outros jovens e a amizade que poderiam aprofundar e desenvolver com outras pessoas. A aprendizagem e a formação foram também uma das motivações referidas, evidenciando ainda aqui o interesse por atividades religiosas e culturais e o desporto. Nas atividades culturais e recreativas foram referidos os passeios, os jogos, o desporto, o *Ping-Pong*, o teatro. O livro era também um elemento central, sendo que os hábitos de leitura eram uma realidade, e sendo os livros religiosos, que não só a Bíblia, a temática mais comum para os jocistas¹⁹⁵.

organizações de assistência do Concelho” e impulsionador, com o Padre Américo, do *Património dos Pobres* de Amarante. Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.619, ano 71, de 8 de julho de 1956, por ocasião da celebração das Bodas de Prata do Padre Morais.

¹⁹³ Apesar da importância do Padre Morais e do Padre Canito para a JOC em Amarante, não identificamos notas biográficas relevantes para além do consultado no periódico local e através dos testemunhos orais dos ex-jocistas, que acentuaram a importância de ambos na vida do organismo especializado da ACP.

¹⁹⁴ Ver *Maria Eulália de Macedo: devo à vida o ter tido vida*. https://biblioteca-amarante.pt/wp-content/uploads/2022/03/CATALOGO_MEM_2022_DIGITAL.pdf. Consultado a 23 de maio de 2025.

¹⁹⁵ Outros géneros foram também identificados: alguns livros da Ação Católica Portuguesa, o Catecismo, os romances, livros de Psicopedagogia Infantil, os jornais e as revistas, com destaque para a imprensa local e para a imprensa católica, de História, de Literatura Portuguesa, as biografias de Santos, de Poesia

O apoio aos jovens foi identificado como motivação, sendo a JOC vista como forma de conseguir agir perante os problemas que afetavam a juventude no contexto do território em que viviam e que reforçaram nas suas respostas¹⁹⁶, identificados na Tabela 5.

Tabela 5 - Problemas dos jovens na vila de Amarante

Problemas	Número de respostas
Pobreza	8
Ocupação do tempo	6
Acesso ao ensino	3
Álcool	2
Desemprego	2
Comportamentos inadequados	2
Repressão	1
Falta de atividades	1
Emigração	1
Falta de liberdade	1
Necessidade de convívio	1
Aperfeiçoamento da religião cristã	1
Linguagem ofensiva	1
Tabernas	1
Tabaco	1

Fonte: Elaboração própria a partir do questionário aos ex-jocistas amarantinos

e o Missal. Quanto a autores, destacaram Luís de Camões, Júlio Dinis, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós, fazendo ainda referência ao livro *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare.

¹⁹⁶ Alguns ex-jocistas identificaram mais que um problema e três não identificaram qualquer problema associado aos jovens amarantinos, deixando a resposta em branco.

Como se observa, predominam as razões da pobreza e ocupação do tempo, que nos remetem para uma vila onde as dificuldades económicas eram uma realidade, e onde a consciência da necessidade de ocupar o tempo dos jovens poderia ser influenciador do seu caminho, com comportamentos ajustados. É aqui que a JOC age. Junto destes jovens, promovendo as atividades, ocupando-os e contribuindo através de ações para o atenuar da pobreza, ajudando os mais necessitados, incluindo jocistas. Revela-nos da parte dos jocistas uma leitura da realidade em que se encontravam, analisando-a, e agindo, através da Secção em que militavam. Percebendo a importância do ensino e da formação qualificada para os operários, incentivavam ao estudo, lúcidos da pertinência da escolaridade e competências para progressão na carreira laboral e no acesso a mais conhecimento. A falta de liberdade e a repressão, apesar de pouca relevância nas respostas, o que não significa a sua menor importância, são depois evidenciadas em contexto de entrevista. No que diz respeito ao álcool, às tabernas e ao tabaco, a JOC surge como forma de dissuasão da permanência nesses locais e no alimentar dos vícios, que acentuariam a sua condição precária financeira. Esta situação promovia o fenómeno da emigração, que levou, nas palavras de alguns ex-jocistas, à diminuição da atividade da JOC em S. Gonçalo. Menos jovens, menor recrutamento, menos militantes.

Uma outra questão foi identificada por dois elementos do grupo, numa das nossas conversas prévias e nas entrevistas, mas que não foi fixada em resposta no questionário: a prostituição. Associa-se à pobreza, álcool, desemprego, com possíveis impactos nas famílias. A prostituição era um tema que aparecia, por vezes, na imprensa local, quer em denúncias de homens que recorriam a esses serviços, não pela questão de marginalidade, mas porque eram expostos nos jornais, através de denúncias que levavam as autoridades a intervir, como a notícia publicada no *Flor do Tâmega*¹⁹⁷, em 1960, precisamente no ano em que o nosso grupo já militava na Secção de S. Gonçalo¹⁹⁸. A questão associa-se à ação de outras iniciativas de higiene e saúde,

¹⁹⁷ *Flor do Tâmega* n.º 3.817, ano 75, de 15 de maio de 1960.

¹⁹⁸ O tema prostituição foi também motivo de reflexão no jornal da JOC, o *Juventude Operária*. No Arquivo da JOC da Diocese do Porto identificamos três artigos deste periódico dando relevância a este

abordados em vários artigos publicados no *Flor do Tâmega* por vários autores e pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social¹⁹⁹. Desde a delinquência juvenil²⁰⁰, traduzida em comportamentos inadequados e que não contribuíam para o bem-estar da comunidade, até ao vício do tabaco, do “fumo” e do jogo²⁰¹, assim como a frequência de cafés e tascas²⁰², as reflexões partilhadas vão ao encontro do olhar dos jocistas amarantinos. Alguns dos textos deixam mesmo a tónica da responsabilidade para os pais e para os maus exemplos destes, dado que descuravam a educação dos seus filhos, não os orientando²⁰³. Neste contexto, é publicado um artigo que defende o papel das catequistas como coadjuvadoras dos pais, direcionando-os para a Igreja, enquanto lugar de orientação²⁰⁴.

Entre partilhas de experiências próximas, familiares, até à referência de modos de comportamento noutros países²⁰⁵, as palavras que se destacam nestes artigos são *crise, delinquência e fumo*. Não obstante este olhar realista e reprovador por parte de quem escreve os artigos, há a consciência de que há esperança e todos podem

tema: *O problema da prostituição* (n.º 215, dezembro de 1962); *O problema da prostituição e o Decreto-Lei n.º 44579* (n.º 227, dezembro de 1963); *A prostituição – um mal social* (n.º 268, maio de 1967).

¹⁹⁹ A Liga Portuguesa de Profilaxia Social demonstrou a sua preocupação em relação à delinquência juvenil e aos seus comportamentos inadequados e reprováveis na vida em comunidade (*Flor do Tâmega*, n.º 3.909, ano 77, de 4 de março de 1962), assim como em relação ao consumo de tabaco por parte de menores, sem qualquer ação dos pais (*Flor do Tâmega*, n.º 3.617, ano 71, de 24 de junho de 1956). A Liga refere casos em que “menores de 6 a 7 anos julgam-se no direito de imitar os adultos, passando por nós de cigarro na boca”.

²⁰⁰ *Flor do Tâmega* n.º 3.910, ano 77, de 11 de março de 1962.

²⁰¹ Relativamente ao jogo, ver o texto da Liga Portuguesa da Profilaxia Social no *Flor do Tâmega* n.º 4.213, ano 84, de 10 de março de 1968. A Liga considera o jogo “um cancro terrível que urge extirpar do corpo social” e que para além da “miséria moral”, levará à destruição da família e a dois caminhos: o da “cadeia” ou o da “morte”. Quanto aos textos relacionados com o tabaco na juventude ver o *Flor do Tâmega*, n.º 3.965, ano 78, de 14 de abril de 1963; n.º 4.037, ano 80, de 13 de setembro de 1964; n.º 4.039, ano 80, de 27 de setembro de 1964; n.º 4.049, ano 81, de 6 de dezembro de 1964.

²⁰² Na consulta ao Arquivo da JOC da Diocese do Porto, na leitura de um Relatório (n.º 6 – 52/53) lavrado no seguimento de uma Reunião do Grupo de Propagandistas Diocesanos, decorrida a 30 de novembro de 1951, às 15h05, no Secretariado da JOC, na Rua Clemente Meneses, no ponto “Visitas”, o jocista Abílio informa que, visitando Leça da Palmeira, para integrar uma assembleia, descobriu que um jocista da Secção tinha comportamentos inadequados, incumprindo enquanto cristão e associado: “andava na tasca a beber copos”, não pagando as devidas cotas da sua Secção.

²⁰³ *Flor do Tâmega*, n.º 4.021, ano 80, de 17 de maio de 1964; *Flor do Tâmega*, n.º 4.282, ano 85, de 20 de julho de 1969.

²⁰⁴ *Flor do Tâmega*, n.º 3.890, ano 76, de 22 de outubro de 1961.

²⁰⁵ *Flor do Tâmega*, n.º 4.232, ano 84, de 28 de julho de 1968.

contribuir socialmente para evitar caminhos sem retorno por parte dos jovens e das crianças. A Educação e o Evangelho como frente de batalha, tal como o defendido pelo apostolado de leigos, com tradução na ação local²⁰⁶. Este ambiente jornalístico reflete ou influencia a opinião pública e, indiretamente, estes jocistas.

Quanto à imprensa católica, a *boa imprensa*, nove dos ex-jocistas afirmaram ter vendido o *Jornal da JOC*, uma jocista escreveu alguns textos para a revista *Vida e Alegria* e os pré-jocistas distribuíram *O Gaiato*, da Obra do Padre Américo, que já referimos atrás²⁰⁷. Na imprensa local, dois ex-jocistas escreveram para o *Flor do Tâmega*, vendo nele uma forma de divulgar o trabalho da Secção e de partilhar outros textos gerais sobre a ACP. A Direção da Secção da JOC e da JOCF de S. Gonçalo fazia também chegar à redação informações sobre as suas atividades, para conhecimento de toda a população, aproximando-a e sensibilizando-a para o trabalho do apostolado em prol dos jovens operários, dos pobres e da comunidade em geral.

3.4. Os Dirigentes da JOC/JOCF: percurso e ação

As entrevistas a Albino Pinto da Costa e a Luísa Pimenta, dado o seu perfil, já apresentado na Introdução, embora falado na primeira pessoa, mesmo que individualizados, merecem uma atenção maior e a credibilidade de quem atuou no terreno militante. Além do mais, o percurso de ambos é reconhecido e salientado pelos restantes ex-jocistas pela sua dedicação à Secção, assim como pela relevância do seu caminho enquanto dirigentes, ex-responsáveis pela Pré-JOC e pelas Novas. Serão os nossos guias.

²⁰⁶ Há ainda quem sugira, tendo como exemplo o Clube de Empregados do Comércio, a criação de um clube para estudantes, para ocuparem os seus tempos livres e não se desviarem para o caminho dos vícios e comportamentos incorretos (*Flor do Tâmega*, n.º 3.971, ano 78, de 26 de maio de 1963). Outros, a leitura de livros, com temas não vulgares, contrariando a pressa dos tempos e os fazer refletir sobre temas importantes (*Flor do Tâmega*, n.º 3.990, ano 78, de 13 de outubro de 1963).

²⁰⁷ Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.520, ano 69, de 8 de agosto de 1954. Confirma a venda do jornal na vila.

No período em que iniciaram as funções de dirigentes, a Diocese do Porto tinha um total de 1.565 filiadas na JOCF, 544 na Pré-JOCF, 492 aspirantes, 1073 efetivas, 5 Secções em Organização e 85 Secções Oficializadas, onde se insere a Secção de S. Gonçalo²⁰⁸.

Ambos se recordam da Sede, que ficava nos espaços contíguos à Igreja de Nosso Senhor dos Aflitos²⁰⁹, e de como ela era organizada no seu interior. Usando os mapas mentais que reconstituímos, António Ribeiro Pereira, pré-jocista, percorreu esses mesmos espaços, e completamos alguns elementos²¹⁰. No rés-do-chão ficava a Sede da JOCF, que tinha duas salas, uma com a mesa de reuniões e outra com um espaço onde se guardava documentação da Secção e que estava destinada a algumas pessoas envolvidas na ACP, mas que não era de acesso para todas; outra, no 1.º andar, a Sede da JOC, também com duas salas, uma com a mesa de *Ping-Pong* e outra com um espaço para o Arquivo e as cadeiras que se colocavam em volta da mesa do jogo, quando esta era usada para as reuniões de Direção e de Militantes²¹¹. O espaço da antiga sede, ocupado agora com bens patrimoniais do Museu de Arte Sacra da Paróquia²¹², permitiu perceber a configuração dos espaços (Anexo 6).

As reuniões decorriam sempre nas Sedes. As da Direção tinham uma periodicidade semanal, normalmente às quartas-feiras à noite, se possível, de forma a garantir um horário apropriado aos trabalhadores, assim como as de militantes, que

²⁰⁸ Consultamos um documento datilografado do Arquivo da JOC da Diocese do Porto, intitulado “Dados Estatísticos”, referente ao ano social 1961/62. Quanto à JOC não temos qualquer dado estatístico.

²⁰⁹ A Igreja foi construída “pela ordem terceira de S. Domingos, concluída em 1725” (Gonçalo *et al.*, 2001, p. 45). É conhecida hoje por Igreja de S. Domingos, sendo esta a designação mais utilizada pelos amarantinos. Até ser mudada em 1725, “a imagem de Nosso Senhor dos Aflitos, que dá nome à Igreja, esteve primeiro na Capela do Populo, no interior da Igreja de São Gonçalo” (Gonçalo *et al.*, 2001, p. 45).

²¹⁰ No Anexo 23 disponibilizamos os mapas mentais desenhados por Albino Pinto da Costa e por Maria Fernanda Guedes, partindo do que se lembram do interior de cada Sede. Salientamos que as diferentes perceções do vivido então nos espaços leva a descrições dissonantes do mesmo. Algo verificado nos mapas e nos testemunhos orais. Não obstante, a identificação das Sedes é unânime, diferindo em pormenores como a utilização da mesa de jogo para reuniões e a partilha da sede da JOC com a JOCF.

²¹¹ Era nessa segunda sala que, segundo Vitorino Gonçalves, se guardavam pacotes de leite e queijos, da Cáritas.

²¹² O Museu foi “inaugurado em 16 de janeiro de 1994 e ampliado em 10 de Junho de 1998, guarda peças em pintura, escultura, paramentaria, alfaías litúrgicas e artes decorativas, provenientes do vasto património da Paróquia de São Gonçalo de Amarante, das suas Igrejas, ordens Religiosas e Irmandades.” (Gonçalo *et al.*, 2001, p. 55). Os bens patrimoniais estão expostos nos dois pisos do Museu e podem ser visitados.

eram aos sábados à tarde, ficando o domingo dedicado à missa. Não obstante, por motivos de trabalho, alguns não conseguiam garantir a presença aos sábados, como foi o caso de António Ribeiro Pereira, o que, em parte, acabou por ditar a sua não continuidade²¹³.

Ambos os ex-dirigentes percorreram o caminho de reconhecimento pelos seus colegas de Secção, assumindo, sem nunca terem pensado em recusar, os cargos para os quais foram nomeados ou eleitos. Mas Luísa Pimenta recorda o seu caminho no seio da Igreja Católica: pertenceu à Cruzada, foi Catequista e Zeladora de um Altar da Igreja de S. Gonçalo. A JOCF foi um afirmar da sua vida cristã e de dedicação aos outros²¹⁴.

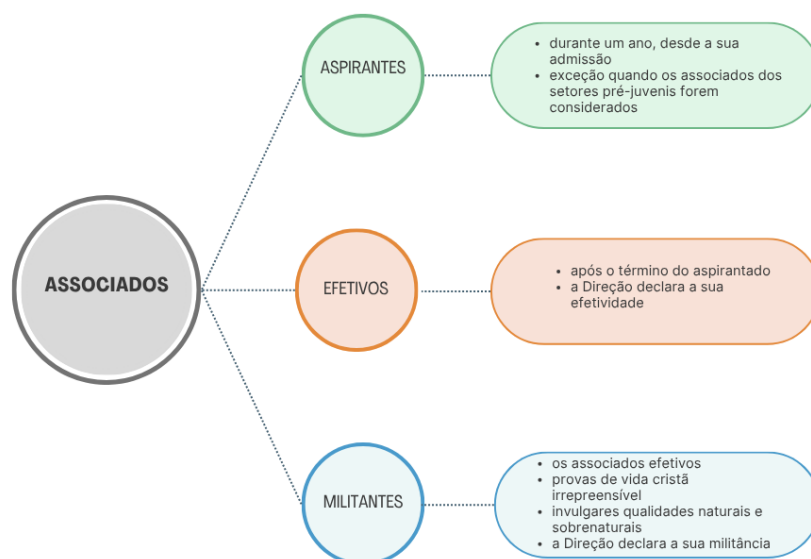
Desde que entraram na JOC/JOCF, passaram pelos vários níveis de envolvimento, representados na Figura 7, até se tornarem dirigentes.

Segundo o *Manual de Acção Católica* (1936), quando se elegiam os dirigentes, devia-se dar atenção “não tanto à sua posição social ou à família dos que vão ser eleitos, mas às suas qualidades morais e intelectuais” (p. 210), de forma a que não surgissem “questões de parentela, de amizade ou de simpatia” (p. 210). Para além disto, o *Manual* sensibilizava para a importância dos dotes dos dirigentes – religiosos, morais e intelectuais – assim como para algo que nos chamou à atenção na leitura: o *espírito sobrenatural* dessas pessoas. Este espírito está alinhado com a *missão sobrenatural* da Acção Católica: “enquanto tem em vista, em última análise, a glória de Deus e a salvação das almas (...), a Acção Católica deve ser feita com espírito sobrenatural, pois o meio deve estar em proporção com o fim” (p. 215).

²¹³ Segundo o *Manual de Acção Católica* (1936), a sede tinha uma função *preservativa*, e era necessário que “os jovens se enamorem da sede (...), considerando-a como uma segunda casa e por isso a frequentem com assiduidade” (p. 122). Um espaço, que tendo uma *sala de recreio*, de *divertimentos*, e de *reunião*, possibilitava aos jovens estarem ocupados e não andarem pelas ruas, levando a caminhos errantes e a comportamentos inadequados, sendo que a Sede deveria estar aberta, se possível, “todas as tardes e nos dias festivos” (p. 122).

²¹⁴ Aquando do preenchimento desse questionário, Luísa Pimenta, por iniciativa própria, escreveu numa das margens de uma folha uma parte do *Hino da JOC* e numa outra desenhou o emblema, o que corrobora o dito em entrevista, sobre os elementos identitários mais importantes da JOCF para ela.

Figura 7 - Associados da Ação Católica Portuguesa



Fonte: Elaboração própria a partir do *Estatuto das Organizações e dos Organismos Especializados da Ação Católica Portuguesa* (1945)

Para Luísa Pimenta, uma Presidente deve acima de tudo “gostar dela própria, como é”, considerando que tinha condições para assumir o cargo. Era alguém que “resolvia os problemas que houvesse, marcava reuniões” e incentivava as pessoas a pertencer à JOCF²¹⁵. Mas o trabalho com a Secção não foi sempre pacífico, tendo que ultrapassar vários obstáculos, como vai partilhando nas cartas que remetia, quer para Laura Silva, da Diocese do Porto, quer para outras responsáveis diocesanas. Uma das questões que partilhou em entrevista foi o recrutamento. Inicialmente foi difícil, devido ao “acanhamento das pessoas”. Depois, melhorou um pouco, algo que

²¹⁵ Partilhou connosco, também, a importância do momento em que lhe foi colocado o emblema, na Cerimónia de Imposição de emblemas, que decorreu na Igreja de S. Gonçalo, no Dia de Cristo-Rei. Recorda o que perguntou a si mesma e a respetiva resposta: *Tens consciência do que estás a dizer e do que estás a fazer? Tenho*. E seguiu em frente, dedicando o seu tempo ao máximo à Secção, apesar de a vida não lhe ser favorável, quer por questões de saúde, quer por tarefas em casa que lhe ocupavam bastante tempo. Luísa Pimenta foi ainda *Madrinha de Guerra*, tendo-o partilhado em conversa.

conseguimos perceber na correspondência, mas que nesta é mais acentuado e pormenorizado e que, tendo bastante teor pessoal, decidimos não partilhar. Refere que as pessoas começaram a sair com ela e o facto de ser “brincalhona”, cativou pessoas, aumentou a “confiança” e elas aproximavam-se.

Quanto a problemas internos à Secção, refere apenas um caso de que uma colega “estava a fazer uma vida pouco correta com o namorado e isso quase que ia mordiscando o grupo”. Algo que conseguimos confirmar, cruzando este testemunho oral com algumas cartas que Luísa Pimenta trocou com Laura Silva (Pimenta, 1963)²¹⁶. Nela, percebemos que o caso se referia não a uma, mas sim a duas jocistas, com graus diferentes de gravidade comportamental, o que criou alguma tensão no grupo. Luísa Pimenta refere que enfrentava sempre os problemas e que “falava com duas ou três pessoas e as coisas resolviam-se”. Nesse contacto, através de carta com a Diocese, pede ajuda e orientação e até um regulamento específico.

Quanto às pessoas que estiveram próximas da Secção da JOCF, evidenciou o papel do Padre Morais e dos seus coadjutores, o Padre Canito e o Padre Meireles, que foram importantes, tendo em conta a idade e o estado de saúde do Assistente Eclesiástico. Para além deles, lembra Maria Eulália de Macedo, que lhe era muito querida e era respeitada na vila, que dizia “estar por dentro de tudo, das coisas da Igreja e que aprendia sempre coisas com ela, pois estava preparada para tudo”.

Confirmamos, através da correspondência, que Luísa foi eleita Presidente da Secção de S. Gonçalo da JOCF em 1962, substituindo Maria Adelaide da Costa Peixe, tal como aferimos no seu Bilhete de Identidade (Figura 8).

²¹⁶ PIMENTA, Luísa – **[Carta] Amiga Laurinha** [Manuscrito]. 1963. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

Figura 8 - Bilhete de Identidade da JOCF de Luísa Pimenta

Juventude Católica J. O. C. F.
Feminina

Admitida em 25/11/60
Efectiva em 28/10/61
Militante em 28/10/61

A Presidente da Secção
Maria Adelaide da Costa Feio

Associada n.º 43495
Nome Luísa Afonso Pimenta
Morada R. Afonso Pimenta, 86
Secção S. Gonçalo
Diocese Porto

Ano de 1961

A Presidente Geral
Maria Fernanda Guedes

Assinatura
Luísa da Paço Pimenta da Costa

(Selo Branco da Junta Central) (Selo Branco da Direcção Nacional)

1158

Fonte: Arquivo Pessoal da ex-jocista Luísa Pimenta, 1961.

É ainda através da correspondência que confirmamos que, após Luísa Pimenta sair da Presidência da JOCF, foi eleita Maria da Conceição Guedes para o ano social 1965/66. Não sem antes tentar erguer o grupo várias vezes, como indica em carta à Diocese, chegando a defender um maior trabalho conjunto com a Secção da Madalena, porque o trabalho seria mais produtivo e colaborativo. São exemplos dessa intenção de unir forças: a assembleia conjunta das duas Secções (Pimenta, 1962)²¹⁷, reuniões (Pimenta, 1963)²¹⁸ e a preocupação da Secção de S. Gonçalo com a realidade da Secção da Madalena²¹⁹.

²¹⁷ PIMENTA, Luísa – [Carta] Amiga Laurinha [Manuscrito]. 1962. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

²¹⁸ PIMENTA, Luísa – [Carta] Boa amiga [Manuscrito]. 1963. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

²¹⁹ Apesar da correspondência indicar esta relação com a Secção da JOCF da Madalena, Luísa Pimenta não se lembra de ser uma realidade enquanto foi dirigente. Nunca pertenceu à Liga Operária Católica Feminina, mas lembra-se que a Secção reunia no mesmo espaço e mantinha uma relação forte com as locistas. Maria Fernanda Guedes partilhou vários nomes de locistas, (“as casadas” e “os casados”, como lhes chamavam) que pertenceram às Secções de S. Gonçalo.

O ano de 1967 ditou o encerramento da Secção, o que se adivinhava já a partir da correspondência com a Diocese do Porto (Silva, 1967)²²⁰, tendo sido antecedida de várias tentativas para dar força ao grupo por Luísa Pimenta, tendo aqui o apoio do Assistente Eclesiástico e sentindo-se uma *faz-tudo* (Graça, 1966)²²¹, face à desmotivação, falta de interesse e de abandono de algumas raparigas, situação de que deu conta à Diocese.

Quanto a Albino Pinto da Costa, entrou para a Juventude Operária Católica, em 1956, com 17 anos, pela mão de João de Deus Monteiro, então Presidente da Direção da Secção de S. Gonçalo. Contrariamente a alguns dos restantes jocistas, não integrou previamente a Pré-JOC. Na Figura 9, identificamo-lo em duas fotografias nas escadas da Igreja de Nosso Senhor dos Aflitos: com os pré-jocistas²²², sendo ele o orientador do grupo e segurando na bandeira da Secção; ladeado por outros dois militantes, Artur Carneiro, com a bandeira, e Vitorino Gonçalves, aquando da sua função enquanto Presidente da Secção.

²²⁰ SILVA, Antónia Maria – **[Carta] Exma: Presidente Diocesana** [Datilografado]. 1967. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

²²¹ GRAÇA, Luísa da – **[Carta] Querida M.ª Emília** [Manuscrito]. 1966. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

²²² Manuel Ilídio Ribeiro, no seu Arquivo Pessoal, tem esta fotografia. No seu verso, há uma nota manuscrita que informa que a fotografia foi tirada a 10 de agosto de 1960.

Figura 9 - Grupo da Pré-JOC e da JOC da Secção de S. Gonçalo



Fonte: Associação para a Criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto, 1960

Contrariamente a Luísa Pimenta, Albino Pinto da Costa ainda guarda os seus cartões de dirigente (Anexo 7), mantendo-os junto com outros documentos do seu percurso militante. Neles, conseguimos confirmar os seus cargos assumidos na Secção: Presidente, Secretário e Vogal²²³.

Relativamente a problemas internos, não se recorda de nenhum. Cruzando fontes, numa carta (Luísa, 1962)²²⁴ destinada à Diocese do Porto, por parte da JOCF, há referência a um elemento que causou problemas na Secção dos rapazes tendo sido resolvido com a sua “expulsão”, medida que foi considerada aplicar em situações

²²³ O caso de Vitorino Gonçalves é diferente. Não tendo qualquer cartão, não se lembra de ocupar cargos de destaque. No entanto, confirmamos o seu cargo de Vogal da Secção através de uma guia de revalidação, onde consta o nome do Presidente, Aníbal Lírio, e do seu Vogal, Vitorino Gonçalves. Albino Pinto da Costa lembra que o seu antecessor, Aníbal Lírio, foi outro dos nomes relevantes na JOC, não se recordando de quem lhe sucedeu na orientação da Secção, mas referindo que, para nomear os elementos da Direção, tinha em consideração o grau de confiança e de proximidade.

²²⁴ LUÍSA – [Carta] “Os Novos Escolhem Deus”. Querida amiga [Manuscrito]. 1962. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

futuras semelhantes, na Secção da JOCF, para que esta não se visse confrontada com um possível encerramento²²⁵.

Quanto ao fim da Secção da JOC, não o presenciou, mas lembra que quando a deixou, esta enfrentava uma quebra muito grande de associados. Pessoas que foram viver para o Porto, procurando garantias de emprego e estabilidade, e outras emigraram. No geral, e de acordo com o que referem os jocistas no questionário, entrevistas e conversas, a opção pelo casamento, uma maior liberdade, mais distrações, o afastamento de alguns jovens da Igreja Católica e até mesmo mudanças no olhar da comunidade em relação a algumas questões de índole religiosa, e que confirmamos pela dificuldade em recrutar associados para as fileiras da JOC, contribuíram para a diminuição da ação jocista na Secção da JOC, até ao seu desaparecimento.

Constatamos ainda que o convívio com outras associações era comum, dada a presença do grupo de jovens *Interact*, do *Rotary Club de Amarante*, também referido em conversas com os ex-jocistas. Com o dinamismo deste grupo, passou a existir uma outra forma de contribuir para a comunidade, não ligada diretamente à Igreja Católica, tendo nela participado o ex-jocista Albano Tamegão²²⁶. Algo que, juntamente com outros grupos, poderia ter contribuído para o afastamento dos jovens da JOC, uma vez que agiam nas áreas cultural, social e formativa, considerando-se “apolíticos” e “arreligiosos” e onde participavam figuras de destaque da comunidade amarantina.

²²⁵ Albino Pinto da Costa lembra um caso, entre vários, que não conseguiram integrar devidamente através do *Ver-Julgar-Agir*, dado que o método pressupõe a colaboração dos indivíduos e que estes tenham vontade de mudar os seus comportamentos. Era o caso de um rapaz que era muito “varina”. Este termo é utilizado por Albino Pinto da Costa, em alguns momentos da entrevista, para se referir a jovens que andam um pouco sem rumo e que podem seguir caminhos que não os mais adequados.

²²⁶ Albano Tamegão, médico de profissão, confirmou-nos, em conversa, que também pertenceu à JEC do Colégio de S. Gonçalo e à JUC, na altura em que frequentava o Ensino Superior.

3.5. Funcionamento e Gestão da Secção

Uma vez que, tanto Albino Pinto da Costa como Luísa Pimenta, ocuparam vários cargos na Direção da Secção, trouxemos, para o contexto de entrevista, Modelos e Formulários que a Ação Católica Portuguesa definia como orientadores no trabalho jocista, uniformizando-o²²⁷.

Tendo em conta a distância temporal e o uso facultativo de alguns dos documentos, foi difícil aos ex-jocistas confirmar o respetivo uso aquando dos anos sociais em que ocuparam os cargos. No entanto, Albino Pinto da Costa, identificou alguns dos que eram obrigatórios no funcionamento interno e na relação com a Direção Diocesana e com a Direção Geral.

Uma das conclusões que tiramos sobre o estado financeiro da Secção da JOCF de S. Gonçalo, entre 1961 e 1967, são as dificuldades de receita, tendo como consequência sucessivos atrasos no envio de dinheiro, de abate de faturas. Algo que advém de uma Secção com algumas dificuldades, traduzidas em algumas fases, de recrutamento de jovens para a Secção, evidente quer nas cartas das dirigentes de Amarante, quer nas da Diocese, pedindo os valores em falta e alertando para o incumprimento de deveres do grupo para com aquela.

Quanto aos pedidos para a Diocese do Porto e o que recebiam desta, surgem vários documentos e publicações. Conseguimos identificar na correspondência o pedido de fichas de militantes, fichas de Benjaminas, fichas da Pré-JOCF, opúsculos de recreativos, guias para as Responsáveis das Novas, guias de militantes, guia de atuantes²²⁸, guias de revalidação, mapas de atividades, livro de requisição de selos, fotos de Cristo-Rei e da JOC Internacional, bilhetes de sorteio do *Rally*, rifas, fichas de “Salmos”, programas de assembleias, impressos de nomeação.

²²⁷ Os Modelos e Formulários usados foram os publicados no Apêndice n.º 2 (Cerimoniais, formulários e modelos) do livro *Guia da Acção Católica Portuguesa* (1946).

²²⁸ O Arquivo da JOC da Diocese do Porto tem vários exemplares de guias da JOCF e da Pré-JOCF.

A nível de imprensa católica, são pedidos exemplares do *Boletim Oficial da Ação Católica Portuguesa*, do *Girassol*, do *Jornal das Missões* e da *Vida e Alegria*.

São ainda requeridos o Livro da JOC Internacional, o *Cancioneiro Jocista*, bandoleira, questionários, inquéritos, emblemas e pagela com a *Oração Jocista*. Albino Pinto da Costa guarda no seu Arquivo Pessoal um exemplar da pagela (Anexo 8)²²⁹, para além de outros documentos relacionados com a oração na missa e na JOC, como a *Prece Jocista*²³⁰ (Anexo 9) e o *Novo Ordinário da Missa*.

Relativamente ao que enviavam, são referidos, na correspondência, Comunicados de Posse, dinheiro do Comunicado de Posse, dinheiro das fichas, liquidação de débitos, dinheiro do *Dia de Trabalho*²³¹, pagamento de faturas, valor das cotas de Filiadas e Simpatizantes, dinheiro dos selos, relatórios, dinheiro da venda de jornais, calendários, rifas e de bilhetes de sorteios, inscrições para Campos de Férias e pagamento para a JOC Internacional.

Algo que é transversal a todos estes procedimentos internos e na relação com a Diocese do Porto é o atraso sistemático no envio dos documentos e nos pagamentos, assim como uma falta de receita das Secções, o que colocava em causa a sua atividade e a autonomia, traduzindo-se num esforço constante das militantes para estabilizar as contas e as responsabilidades inerentes a uma Secção. Podemos confirmar esta realidade na correspondência das jocistas amarantinas com as responsáveis da Diocese do Porto.

Alguns destes documentos são guardados por Albino Pinto da Costa no seu Arquivo Pessoal, com a nostalgia que um *objeto de sutura* em si carrega, mais ainda

²²⁹ Temos, em gravação audiovisual, a leitura da *Oração Jocista* por Albino Pinto da Costa, gravada na sua residência a 23 de agosto de 2025.

²³⁰ Guarda o seu exemplar e o da esposa. Apesar do formato ser idêntico, o seu conteúdo era diferente, assim como a cor da publicação: a vermelha destinada às raparigas, a verde aos rapazes. No interior da Prece vermelha, tinha escrito o nome da esposa de Albino Pinto da Costa, que também pertenceu à JOCF, na Secção de S. Gonçalo.

²³¹ O *Dia de Trabalho*, onde cada jocista dá a sua “contribuição anual voluntária de um dia de salário”, serve para ser aplicado em “atividades e planos de propaganda e expansão do Movimento” (Cf. *Juventude Operária*, n.º 206, de março de 1962). Amarante integrou a *Lista de Ouro do Dia de Trabalho* de 1963, da Diocese do Porto, devido ao valor que foi possível reunir entre os jocistas (Cf. *Juventude Operária*, n.º 229, de fevereiro de 1964).

quando se trata de documentos com mais de 60 anos. Objetos que suturam uma vida jocista e uma vida adulta ao longo dos anos, “de coser uma ferida simbólica, de remendar algo que constitui um buraco na memória, (...) suscitam e suportam signos, ritos, ficções” (Guillaume, 2003, p. 69). E, o que constitui a *sutura*, não se prende somente com a materialidade do objeto, mas também “a sua capacidade, a partir da sua origem e das suas características, de captar múltiplas significações; de ser objeto do discurso, de gerar narrativas e práticas” (Guillaume, 2003, p. 69). Algo que se traduz nos testemunhos orais por nós recebidos dos ex-jocistas²³².

Temos como exemplo as guias de revalidação (Anexo 10), que nos permitem acompanhar o percurso de um jocista na Secção, assim como, neste caso, o ano em que casa e passa para a Liga Operária Católica (LOC).

No caso do selo da cota, era algo crucial para a manutenção e funcionamento das Direções. Segundo o *Manual de Acção Católica* (1936), o jocista ao adquirir “o seu bilhete de identidade e pagando a cota respectiva, torna-se um soldado verdadeiramente ideal, pois em vez de receber o soldo, como indica o seu nome, oferece-o ele mesmo para as necessidades do seu exército” (p. 229), considerando ainda que aquilo que é benéfico para a *associação*, também é benéfico para o jocista.

Luísa Pimenta também guarda, para além das fotografias, dois objetos com uma carga simbólica forte. Um deles é um emblema relativo a uma das Campanhas da JOCF, tendo como lema *Com Deus um Mundo Novo* e o outro é o emblema da JOC²³³, que guarda numa pequena caixa²³⁴, e connosco partilhou em contexto de entrevista

²³² Enquanto *objetos mnemónicos*, “servem para materializar e simbolizar determinado acontecimento, determinado aspeto do passado, que eu decidi reter e valorizar (aos meus olhos e aos das pessoas do meu círculo)” (Guillaume, 2003 p. 72). O que também podemos vivenciar no partilhado oralmente e que amplia ou diminui determinando acontecimento, sendo que pode evidenciar dissonância entre fontes (orais e escritas), sobre um mesmo evento.

²³³ Segundo o *Manual de Acção Católica – A Prática* (1936), o emblema, junto com o Bilhete de Identidade e a bandeira são os *distintivos* da ACP. Foi este *Manual* que Albino Pinto da Costa, dos livros que partilhamos, identificou como familiar, e lembrou que, parte da formação, era dada através de livros que iam adquirindo, ou a Diocese do Porto dava essa formação através das reuniões mensais na Casa de Vilar, onde decorriam as Reuniões diocesanas e lá ficavam todo o dia.

²³⁴ A caixa onde se encontra estes dois objetos tem por fora, colada, uma tira em papel com uma frase que, segundo Luísa Pimenta, é a súplica da sua vida e da sua militância jocista: “Os símbolos dos ideais que nortearam a minha vida. A Cruz e o Amor”.

(Figura 10). Assim como o pré-jocista António Ribeiro Pereira, que guarda o emblema da sua esposa, Engrácia Augusta Gonçalves Ferreira, que integrou a Secção de S. Gonçalo da JOCF. Para além deste emblema, guarda ainda um outro da JOC²³⁵.

Figura 10 - Emblemas da JOC



Fonte: Arquivo Pessoal da ex-jocista Luísa Pimenta e do ex-pré-jocista António Ribeiro Pereira

Este emblema era colocado no Dia de Cristo-Rei, com um Cerimonial de Imposição de emblemas, cujo Guião tinham e seguiam, constituído por quatro partes: Chamada, Interrogatório, Imposição e Consagração a Cristo-Rei²³⁶.

Luísa Pimenta diz-nos que o emblema se usava quando queriam, mas sempre nas cerimónias. Lembrando-o como algo que “parece quase um coração”, Albino Pinto da Costa também confirma que o emblema podia ser usado diariamente se quisessem, mas era obrigatório na missa e nas atividades e quando iam falar em nome da JOC, para serem identificados²³⁷.

²³⁵ Estes objetos foram encontrados após a nossa entrevista com António Ribeiro Pereira, realizada no Museu de Arte Sacra, no dia 30 de agosto de 2025, nas salas que serviram de Sede para a JOC e para a JOCF, onde é voluntário da Paróquia e, às terças-feiras, abre as portas da Igreja de Nosso Senhor dos Aflitos e do Museu para os visitantes. A entrevista ficou registada em áudio.

²³⁶ O Cerimonial integra o Apêndice n.º 2 do livro *Guia da Acção Católica Portuguesa* (1946).

²³⁷ O emblema é um elemento que pode ser colocado e ser visto, identificando a pessoa como jocista, como que *divisa* de um *soldado* de um *exército*. E tem as suas vantagens, segundo o *Manual de Acção Católica* (1936): é uma afirmação franca e pública dos ideais cristãos, (...), um meio preservativo para

Luísa Pimenta guarda ainda na sua memória parte do *Hino da Juventude Operária Católica* e do *Hino da Ação Católica Portuguesa*²³⁸. Quando cantou algumas estrofes do *Hino da JOC*, levantou-se. Segundo a mesma, é a forma correta e respeitosa de o cantar.

Para além das cartas por nós lidas, outros documentos produzidos pela Diocese do Porto confirmam algumas destas práticas internas, onde constam também outras Secções desta Diocese²³⁹. Num caderno pautado, referente aos anos de 1962 e 1963, é indicado o pedido de calendários²⁴⁰, mapas de atividades, bilhetes de comboio e JOC Internacional, quer da Secção de S. Gonçalo, quer da Madalena e Padronelo.

Sendo o apostolado de leigos uma referência na comunidade, pela sua ligação à Igreja, à Paróquia e pela formação que somavam no seu caminho apostólico e de missão, a formação era um elemento fundamental para a ação local jocista, quer em cursos ministrados na vila de Amarante, quer noutros que eram realizados no Porto ou em Retiros. Luísa Pimenta lembra, com nostalgia, um Retiro que fez, mas que não se recorda do local.

Para além dos cursos da Ação Católica Portuguesa, foi salientado nas entrevistas a importância dos Conselhos²⁴¹ e reuniões diocesanas, assim como as

quem o traz, é como uma trincheira de defesa, (...) favorece aqueles sentimentos de camaradagem e de fraternidade” (pp. 234-235).

²³⁸ Temos gravado em áudio o *Hino da Ação Católica Portuguesa*, captado a 21 de dezembro de 2024, na sua residência. O *Hino da Juventude Operária Católica*, temos o registo audiovisual, gravado no mesmo local, no dia 25 de agosto de 2025.

²³⁹ Uma lista das requerentes de requisição de guias para as “atuantes”, datada de 10 de fevereiro de 1962, indicando o pedido feito por Luísa Pimenta no total de 6 guias e por Maria Celeste Teixeira, da Secção da Madalena, num total de 4 guias. Há ainda uma Lista de Revalidações da Secção da JOCF da Madalena (7 dirigentes, 10 militantes, 1 aspirante).

²⁴⁰ No Anexo 11 disponibilizamos o exemplo de um Calendário Jocista, de 1965, consultado no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, publicado no *Juventude Operária* n.º 237, de outubro de 1964.

²⁴¹ Apesar de não identificarmos no Arquivo da JOC da Diocese do Porto a presença de jocistas nos Conselhos Diocesanos da nossa cronologia, aferimos, no livro de atas dos Conselhos Diocesanos da JOCF, a presença de representantes da Secção da JOCF de S. Gonçalo e da Presidente da Secção (Ata n.º 3, de 18 de novembro de 1945 e Ata n.º 4, de 24 de novembro de 1946). Segundo as atas consultadas, os Conselhos orientavam-se por vários pontos: Invocação do Espírito Santo, Transferências para a JOCF, desistências, falecimentos, casamentos, formação, reuniões de dirigentes e de militantes, formação de aspirantes, Pré-JOCF, serviço das doentes, retiros, *Dia de Salário*, dias locais (em Amarante é indicado o

recolecções, no âmbito da formação e da preparação de dirigentes e militantes, para cumprir a sua missão junto dos jovens trabalhadores e da comunidade.

A única confirmação da presença de jocistas da Secção de S. Gonçalo num Conselho Diocesano na nossa cronologia é a que consta de uma carta enviada por Luísa a Maria Emília, da Diocese do Porto (Pimenta, 1965)²⁴², em que lhe agradece a estadia no Porto, aquando do Conselho, em 1965.

Nenhum dos jocistas referiu um curso em concreto, apesar de se lembrarem de terem frequentado formação da ACP. Salientamos ainda esses momentos de reunião e partilha entre militantes e/ou dirigentes da Ação Católica Portuguesa que eram vistos como formativos, quer pessoal, quer como jocista²⁴³.

Alguns dos Cursos que conseguimos confirmar a realização, em documentos do Arquivo da JOC da Diocese do Porto, mas sem confirmação da presença de jocistas amarantinas, foram o Curso de Militantes da JOCF, Curso para Dirigentes da JOCF, Curso para Chefes Jocistas, Curso para Aspirantes e Encontro de Chefes²⁴⁴. É evidente nestes cursos a aplicação do Método Jocista *Ver-Julgar-Agir*, que também era uma realidade nas reuniões de Direção e de militantes, segundo o testemunho de Albino Pinto da Costa e de Luísa Pimenta, confirmado numa das cartas que esta remete a

dia 5 de maio), Campanha de Natal, Campanha Pascal, Campanha de Orações, vocações sacerdotais, Boletim de Dirigentes, relatórios, peregrinação internacional, recolecções, uniforme, Escolas Técnicas, cotas, inquéritos, estudos, Jornal, Cinema, entre outros.

²⁴² PIMENTA, Luísa – **[Carta] Querida M.ª Emília** [Manuscrito]. 1965. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

²⁴³ O *Manual de Acção Católica* (1936) dedica várias páginas ao tema Formação, tanto das raparigas como dos rapazes da Juventude Católica. Evidencia, nas raparigas, a formação religiosa, intelectual, moral, social e profissional, assim como os divertimentos, a preparação para a escolha de estado e para a missão familiar. Quanto aos rapazes reflete e orienta para uma formação completa, referindo a formação cultural, religiosa e moral.

²⁴⁴ Do Arquivo da JOC da Diocese do Porto consta ainda um documento da Secção de S. Gonçalo da JOCF intitulado *Trabalho com as “Novas”*, com várias questões que as Responsáveis das Novas deviam preencher para desenvolver o seu trabalho e a Diocese estar por dentro da realidade daquele meio social. As questões eram divididas pelos seguintes pontos: *Bases para a Ação Católica, Campanha «Onde está a verdade?», Encontro de Juventude, Guia de Novas, Guia de Responsável, Recrutamento e Filiação, Cursos Diocesanos e Conclusão.*

Laura Silva, da Diocese do Porto (Pimenta, 1962)²⁴⁵, em que nos apresenta um exemplo de aplicação dos três momentos do método.

No Arquivo da JOC da Diocese do Porto consultamos, ainda, alguns documentos e publicações que nortearam a ação jocista em contexto de reunião e de práticas fora desta. Num deles, a *Revisão de Vida*, o método do movimento JOC, é visto como o mediador de vitalização e dinamismo das Secções, atentos à realidade do seu meio social. Desde Cardijn e os primeiros grupos jocistas, o método foi-se apurando e ajustando até chegar à *simplicidade das três palavras que a identificam e definem*, sendo que em Portugal apenas foi introduzida nos finais dos anos 50²⁴⁶, mas só aplicado em todo o movimento jocista nacional na década de 60, já acompanhando a militância do nosso grupo de jocistas.

Esta metodologia indutiva e ativa, é um momento pedagógico crucial e orientador da ação jocista na Secção de S. Gonçalo e ainda lembrada por vários jocistas, nomeadamente os que assumiram algum cargo de dirigente, pela sua função na aplicação correta do método. Nas palavras de Albino Pinto da Costa é o momento de “ver a situação, analisá-la e partir para a ação”.

3.6. Dinâmicas, Atividades e Vivências - Agir

No que diz respeito à ação jocista considerada como a mais importante, a variedade de respostas, no questionário, reflete as várias dimensões da sua atividade,

²⁴⁵ PIMENTA, Luísa – [Carta] “Os Novos escolhem Deus”. *Querida amiga* [Manuscrito]. 1962. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

²⁴⁶ O documento consultado, intitulado *A Revisão da Vida*, numa edição fotocopiado, agrafado em formato livro, não tem qualquer indicação de data e na capa apenas tem o título e a referência à Juventude Operária Católica. Indica que foi por influência de uma dirigente jocista do Chile, Dora Torres, que o método *Revisão de Vida* foi adotado em Portugal, tendo contribuído também o destaque que teve durante o Concílio Vaticano II, como é indicado nesta mesma publicação. Esta orienta o jocista pelos três momentos de aplicação prática (*Ver, Julgar e Agir*), partindo do caso, da ação. Para um melhor conhecimento da origem do método e da sua evolução e a sua contextualização no Concílio Vaticano II, ler a entrada “Método *Ver-Julgar-Agir*”, do *Dicionário do Concílio Vaticano II* (2015), pp. 608-615, da autoria de Agenor Brighenti, que nos afirma que o método “é inseparável da pedagogia da JOC que, por sua vez, se confunde com a vida e a obra de J. Cardijn” (p. 608).

assim como o diferente impacto que estas tiveram em cada um dos elementos do grupo. Foram identificadas ações que materializavam a ligação à comunidade, como as várias formas de apoio aos mais fragilizados, ações que promoviam formação escolar ao grupo, assim como ações de convívio entre os elementos e que fortaleciam o espírito de grupo. Foi este último aspeto, uma melhor forma de viver em comunidade, que apresentou maior número de resultados, tal como representado na Tabela 6²⁴⁷.

Tabela 6 - Ações jocistas na vila de Amarante

Ação	Número de respostas
Escola Técnica	4
Tabopan	3
Ajudar os pobres	3
Convívio	3
Amizade	2
Peditório de alimentos para os pobres	1
Apoio aos reclusos	1
Formação	1
Apoio moral	1
Apoio a jovens carenciados	1
Formação para o emprego	1
Festas	1
Ajudar os jovens	1

Fonte: Elaboração própria a partir do questionário aos ex-jocistas amarantinos

Percebemos pela temática e missão de cada instituição, associação ou grupo, a ligação ao que era a realidade de um jocista, estando evidente a questão social, recreativa e cultural, aludindo às dinâmicas de então da Secção de S. Gonçalo. A

²⁴⁷ Vários ex-jocistas identificaram mais que uma ação importante, sendo que nove não responderam à questão.

necessidade de se manterem ativos, numa ligação firme ao que representavam enquanto grupo e o que pretendiam representar individualmente, na e com a comunidade amarantina, continuando, de alguma forma, a sua missão, contribuindo para a sua terra e transformando-a.

No que diz respeito à intervenção junto da comunidade, alguns jocistas dedicaram o seu tempo a associações de apoio a jovens carenciados e em risco, ao voluntariado na Santa Casa da Misericórdia e no Peditório da Liga Portuguesa Contra o Cancro, no Grupo Coral de S. Gonçalo e no Orfeão, no Grupo Coral da Santa Casa da Misericórdia, na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Amarante, na Banda Musical de Amarante e num grupo de teatro²⁴⁸. Ainda no âmbito da ação individual, mas decorrente da ação jocista e do quão os ensinamentos da ACP os imbuíram da missão na comunidade, alguns elementos do grupo continuaram ligados a algumas atividades, obras e associações ao longo da sua vida, sendo que alguns ainda mantêm essas práticas²⁴⁹.

Ações religiosas e Assistência/Obras

A natureza do apostolado de leigos promove a participação em várias dinâmicas da vida da Igreja Católica, quer local e regional, quer nacional e internacional. A Secção de S. Gonçalo esteve presente em várias, afirmando-se, mas também trabalhou para a divulgação e sucesso de outras, permeando a visibilidade e aproximação da ACP na comunidade amarantina. Foi exemplo disso a *Grande Peregrinação a Roma*, no dia 14 de maio de 1961, noticiada e divulgada no *Flor do Tâmega*²⁵⁰, e onde foram comemoradas duas datas importantes para jocistas e

²⁴⁸ A abrangência das dinâmicas e práticas jocistas na vila de Amarante, veiculadas nos testemunhos orais e no diálogo com fontes como a fotografia e o jornal local, permite-nos mapear os lugares jocistas, onde se manifestavam as suas redes de sociabilidade e a evidência das lutas em prol da comunidade e, em particular, dos jovens operários. Esses mesmos lugares foram, por exemplo, catalisadores de conhecimento entre os próprios jocistas, tendo alguns se conhecido na dinâmica de reunião que era prática da Secção. Falamos da irmã de Vitorino Lima Coelho Gonçalves, Maria José Lima Coelho Gonçalves Cardoso, que se casou com José Leopoldo da Silva Cardoso.

²⁴⁹ Como o caso de Albino Pinto da Costa, que ainda integra a Conferência de S. Vicente de Paulo.

²⁵⁰ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.859, ano 76, de 12 de março de 1961.

locistas: os 70 anos da Carta Encíclica *Rerum Novarum* (1891) e os 30 anos da Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* (1931)²⁵¹.

Ainda no âmbito internacional, conseguimos confirmar, através de uma fotografia de Eduardo Teixeira Pinto, que os jocistas amarantinos estiveram presentes no *Dia da JOC Internacional*, realizado no Palácio de Cristal, no Porto, a 14 de maio de 1961. Foi também noticiado o *Dia da JOC Internacional*, que decorreu em Santo Tirso no dia 26 de agosto de 1962²⁵², um evento que se multiplicou em vários países, no mesmo dia²⁵³. São referidas ainda as *Comemorações da JOC Internacional* que decorreram no Porto, entre 9 e 16 de agosto de 1964²⁵⁴, que incluíram uma Jornada de Estudo, um desfile, uma sessão solene e uma missa campal, e na qual a presença de Cardijn foi o momento maior das Comemorações²⁵⁵. Assim o testemunhou Luísa Pimenta, numa carta para Laura Silva (Luísa, 1964)²⁵⁶, da Diocese do Porto, relatando que estivera no *Dia da JOC Internacional*, no Porto, e que sentira “alegria” ao ver Cardijn²⁵⁷.

Ainda antes, nos finais da década de 40, realizou-se, na vila, a *Concentração Regional da Juventude Católica Feminina*, no dia 13 de junho de 1948, uma

²⁵¹ No Arquivo da JOC da Diocese do Porto consultamos alguns documentos que tinham a lista das Secções da Diocese do Porto e a confirmação dos elementos que participariam nesta dinâmica internacional, em 1957. Amarante não tinha qualquer registo de jocistas inscritos ou interessados. Mas antes, em 1950, o periódico, num texto intitulado “Já, já, Rapazes inscrevei-vos” (*Flor do Tâmega*, n.º 3.314, ano 65, de 13 de agosto de 1950), apelava à participação dos jovens dos vários organismos especializados da ACP a participar na Peregrinação da Juventude Católica a Roma, não tendo nós conseguido confirmar a presença de jocistas amarantinos.

²⁵² Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.928, ano 77, de 29 de julho de 1962.

²⁵³ Do programa constava uma concentração, um desfile, uma missa e uma assembleia comemorativa.

²⁵⁴ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 4.032, ano 80, de 9 de agosto de 1964. Neste texto, é feita uma resenha histórica da JOC, com foco no padre Cardijn, informando os amarantinos da génese do apostolado de leigos.

²⁵⁵ Para um maior conhecimento sobre as dinâmicas realizadas neste tipo de evento jocista, aceder ao vídeo sobre o *Dia da JOC Internacional*, que decorreu no Barreiro a 11 de maio de 1965: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/dia-internacional-da-juventude-operaria-catolica/>. Consultado a 12 de maio de 2025.

²⁵⁶ LUÍSA – [Carta] **Querida amiga Laurinha** [Manuscrito]. 1964. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

²⁵⁷ Nesse dia, Luísa partilhou que o padrinho também tinha acompanhando o grupo. Foi uma honra que lhe fez e, como era bem visto em Amarante, e era “muito da Igreja”, prestigiava o grupo junto da comunidade amarantina. Nesse ano, o lema *Com Deus um Mundo Novo* era uma constante e o emblema com ele inscrito foi utilizado ao peito.

“verdadeira jornada de fé, cheia de entusiasmo e vibração religiosa”, e uma marca da Ação Católica na região²⁵⁸. No ano seguinte, em 1949, aquando de uma Visita Pastoral do Bispo do Porto, D. Agostinho de Jesus e Souza, à vila de Amarante, os rapazes e as raparigas da Ação Católica, integraram a procissão, que saiu da Igreja de S. Pedro em direção à Igreja de S. Gonçalo, onde se realizou a missa, acolitada, também, pelo Padre Morais²⁵⁹.

Maria Fernanda Carvalho Monteiro Guedes partilhou, numa das nossas conversas que, quando era filiada na JOCF, no decorrer de uma visita do Bispo a Amarante, as jocistas decoraram a Rua Teixeira de Vasconcelos com flores, colhidas na casa de Maria Eulália de Macedo. Algo que, segundo ela, era comum ser feito em visitas de personalidades distintas da Igreja Católica.

Nos anos 50, no âmbito das Festas Jubilares do Ano Mariano, os organismos locais da Ação Católica Portuguesa marcaram presença na procissão das comemorações promovidas por S. Gonçalo e S. Veríssimo, tendo sido visíveis “as falanges da Ação Católica com os estandartes” na Concentração Regional em Gondar, também nestas comemorações²⁶⁰.

Sendo a figura de Fátima central e identitária da ACP, as excursões ao Santuário eram uma constante entre os católicos amarantinos e entre os jocistas²⁶¹, tendo sido as Comemorações do XXV.º Aniversário da JOC/JOCF, no Santuário de Fátima, de 18 a

²⁵⁸ Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.201, ano 63, de 13 de junho de 1948 e n.º 3.202, ano 63, de 20 de junho de 1948. Neste dia, onde se cantou o Hino da Ação Católica e o Hino da Coroação, estiveram presentes as Presidentes diocesanas da Juventude Católica Feminina, da JACF, da JECF e da JOCF, estando ainda o Presidente da Câmara de Amarante, o Secretário da Câmara Municipal, *senhoras da nossa melhor sociedade, e muitas pessoas de todas as condições sociais* (Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.203, ano 63, de 27 de junho de 1948).

²⁵⁹ Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.266, ano 64, de 11 de setembro de 1949 e n.º 3.268, ano 64, de 25 de setembro de 1949. Neste periódico local, é publicado o Convite, salientando o dever de convidar *todos os católicos da freguesia* e demais Irmandades, Confrarias, organismos da Ação Católica Portuguesa, Santa Casa da Misericórdia, Autoridades Locais, entre outros, para a receção ao Bispo do Porto na Igreja de S. Pedro.

²⁶⁰ Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.523, ano 69, de 29 de agosto de 1954, n.º 3.531, ano 69, de 24 de outubro de 1954, n.º 3.533, ano 69, de 7 de novembro de 1954.

²⁶¹ Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.372, ano 66, de 30 de setembro de 1951 (*O Encerramento do Ano Santo em Fátima*) e n.º 3.809, ano 75, de 20 de março de 1960 (*Fátima: Grandiosa Excursão*). Outras edições do jornal noticiavam estas excursões e celebrações, organizando os grupos de peregrinos que se deslocariam de autocarro.

22 de setembro de 1960, noticiadas na imprensa local²⁶². Esta data mantém-se na memória de Albino Pinto da Costa e de Aníbal Lírio, dado que ambos representaram a Secção da JOC de S. Gonçalo nesse momento, tal como noticiado no periódico. Os dois jocistas recordam essa semana e como foi importante para a sua formação pessoal e cristã, refletindo em torno de temas desenvolvidos na Semana Nacional de Estudos para uma aplicação no seu contexto paroquial. Albino Pinto da Costa guarda ainda um documento datilografado com o *Hino do XXV.º Aniversário da JOC* (Anexo 12), e mantém, ainda, na sua posse, alguns dos documentos e registos fotográficos (ver Figura 11)²⁶³.

Figura 11 - Jocistas na Semana Nacional de Estudos em Fátima



Fonte: Arquivo Pessoal de Albino Pinto da Costa, 1960

²⁶² Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.834, ano 75, de 18 de setembro de 1960. Este jornal divulgou ainda, no âmbito do início das Comemorações das Bodas de Prata da ACP, as palavras do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, proferidas na Sé Catedral do Porto, a 25 de maio de 1960, na sua edição n.º 3.717, ano 73, de 1 de junho de 1960.

²⁶³ Na fotografia identificamos Albino Pinto da Costa na escadaria do Santuário de Fátima, com um dossier de trabalho da Semana de Estudos e acompanhado dos jocistas Aníbal Lírio e Eloy, e de um padre da Madeira, que conheceram naquele contexto e se mantiveram próximos no decorrer dos dias. Não se recordando de pormenores do lá vivido, consideram um momento importante e de afirmação da Secção da JOC de S. Gonçalo. No entanto, consultamos vários documentos no Arquivo da JOC da Diocese do Porto que nos detalham alguns elementos do vivido nesses dias e na preparação em cada Secção, como, por exemplo, uma das monografias, motivo de reflexão, intitulada “Integração dos Jovens no Meio Rural no Mundo Operário”, uma Evocação Cénica, circulares para a preparação e deslocação dos jocistas e o programa previsto.

A deslocação e alojamento do jocista também pode ser confirmada através do bilhete de comboio e do respetivo cartão de alojamento (Anexo 13), tendo ficado a pernoitar em Fátima, num espaço ligado ao Santuário e tendo como responsável Joaquim Mendonça Barreira.

A nível local, outras dinâmicas e momentos da ACP foram presenciados pela Secção da JOC e da JOCF de S. Gonçalo: a Romaria a São Gonçalo (Festas do Junho), a Festa de *Corpus Christi*, a Festa de S. Pedro *Ad Vincula*²⁶⁴, assim como várias cerimónias de inaugurações na vila, em que as Secções marcavam presença.

São várias as referências no *Flor do Tâmega*²⁶⁵ à presença da Ação Católica Portuguesa na Procissão Eucarística de *Corpus Christi*. Não referindo especificamente qualquer Secção, mas tendo nós o testemunho oral dos ex-jocistas que confirmam a presença da respetiva Secção, a imprensa local refere que, no momento da Procissão, pelas ruas da vila, estavam presentes “organismos da Ação Católica” ou “diversos organismos da Ação Católica, masculina e feminina”. Para além da incorporação na Procissão, os elementos da JOC integravam o Grupo Coral de S. Gonçalo, o que lhes atribuía mais essa função no decorrer da missa solene do Santíssimo Corpo de Deus, havendo referência a um Sermão de um Adjunto Diocesano da Ação Católica, o Reverendíssimo Padre António dos Santos, o que acentua a presença da ACP nesta Solenidade Litúrgica. O Adjunto Diocesano da Ação Católica marcava também presença

²⁶⁴ Luísa Pimenta recorda ainda a Festa de S. Lázaro, tendo partilhado connosco uma foto de Eduardo Teixeira Pinto, onde Luísa está ladeada por outras jocistas nesse dia, numa rua conhecida como a “Estrada dos Namoros”, porque quando iam passear por lá, passado pouco tempo aparecia um grupo de rapazes a seguir o rasto. Conhecido pelo lugar “onde se arranjava namoro”. Notar que o “namoro” foi um dos temas de uma assembleia da JOCF, logo, presente na reflexão jocista.

²⁶⁵ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.147, ano 62, de 25 de maio de 1947, n.º 3.148, ano 62, de 1 de junho de 1947, n.º 3.198, ano 63, de 23 de maio de 1948, n.º 3.203, ano 63, 27 de junho de 1948, n.º 3.254, ano 64, de 19 de junho de 1949, n.º 3.352, ano 66, de 13 de maio de 1951, n.º 3.353, ano 66, de 20 de maio de 1951, n.º 3.458, ano 68, de 31 de maio de 1953. Apesar destas referências não se enquadrarem na nossa cronologia, confirma a presença dos organismos especializados da ACP nesta Solenidade e, pelo testemunho oral do nosso grupo, conseguimos aferir a continuidade desta prática da ACP nas dinâmicas religiosas na vila de Amarante.

na Festa de S. Pedro *Ad Vincula*, pregando o Evangelho²⁶⁶, um outro momento partilhado com a JOC de S. Gonçalo, segundo Albino Pinto da Costa²⁶⁷.

Há ainda referência ao Grupo Coral de S. Gonçalo, na Festa de S. Pedro *Ad Vincula*, na Igreja de S. Pedro, realizada a 3 e 4 de agosto de 1968²⁶⁸. Tendo em conta que alguns elementos da JOC integravam este coro, a sua presença seria uma realidade. Por parte do ex-jocista Vitorino Gonçalves foi partilhado que estavam presentes, enquanto coristas, em todas as festas religiosas e outros momentos que os solicitassem.

Símbolo maior da identidade de um grupo, a bandeira assumia uma especial importância em momentos públicos de grande visibilidade. Assim o reconhece Luísa Pimenta, numa das cartas destinadas à Diocese do Porto (Pimenta, 1962)²⁶⁹, quando requer o envio da bandoleira para a bandeira da Secção, a qual foi enviada com urgência (Silva, 1962)²⁷⁰, de forma a incorporar a Procissão de *Corpus Christi*. Esta bandeira foi benzida no Dia de Cristo-Rei, tal como indica a jocista Adelaide da Costa Peixe, em carta a Maria Inês, da Diocese do Porto (Peixe, 1961)²⁷¹, agradecendo por esse facto, talvez por ter enviado, também, com urgência a bandeira da Secção de S. Gonçalo a tempo do Dia da Ação Católica. Uma cerimónia que, segundo o *Manual de Ação Católica* (1936), era importante e que tinha de ser feita pública e solenemente porque a “bênção da bandeira significa a bênção de Deus sobre a própria associação e (...) os sócios, compreendendo melhor o seu valor, guardam-lhe muito maior respeito e

²⁶⁶ Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.352, ano 66, de 13 de maio de 1951 e n.º 3.622, ano 71, de 29 de julho de 1956. Em ambos é referido o Reverendíssimo Padre António dos Santos.

²⁶⁷ Festejada pela Irmandade dos Clérigos de S. Pedro, sendo, no seu tempo, “uma das mais consideradas e ricas da nossa vila” (Sardoeira, 2012, p. 17), esta celebração incluía uma missa solene, de manhã, “cantada pelo Grupo Coral da JOC desta Vila”, sendo a parte da tarde dedicada à Adoração Eucarística, com Terço, Ladainha de N. Senhora, Cânticos e Bênção do Santíssimo Sacramento. Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.724, ano 73, de 27 de julho de 1958.

²⁶⁸ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 4.232, ano 84, de 28 de julho de 1968.

²⁶⁹ PIMENTA, Luísa – [Carta] **Querida amiga** [Manuscrito]. 1962. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

²⁷⁰ SILVA, Laura – [Carta] **Boa amiga** [Manuscrito]. 1962. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

²⁷¹ PEIXE, Maria Adelaide – [Carta] **“A Juventude Trabalhadora do Mundo será salva, por uma J.O.C.F. autêntica”. Querida amiga** [Manuscrito]. 1961. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

honram-na com a sua conduta” (p. 235). Algo perceptível nos testemunhos orais recolhidos.

A bandeira estava sempre presente nas várias missas em Amarante, nas quais o grupo participava nas leituras desde que a missa passara a ser realizada em português, evidenciando o apostolado de leigos²⁷². Luísa Pimenta foi porta-estandarte da sua Secção, na mesma altura em que Aníbal Lírio foi da Secção masculina. Numa carta à Diocese, Luísa Pimenta pede para confirmar se procediam corretamente com as bandeiras, referindo que costumavam fazer as inclinações da bandeira “nos Santos, nas elevações (da Hóstia e do Cálice), no momento da exposição da hóstia à adoração dos fiéis, quando se dizia em latim uma frase, na passagem do Santíssimo Sacramento e na Bênção” (Pimenta, sem data)²⁷³. Na entrevista, Luísa Pimenta informou ainda que essa inclinação era feita quando “tocava a Santos”, fazendo cruzar as bandeiras da JOC e da JOCF, criando um arco debaixo do qual as pessoas passavam no momento da Comunhão.

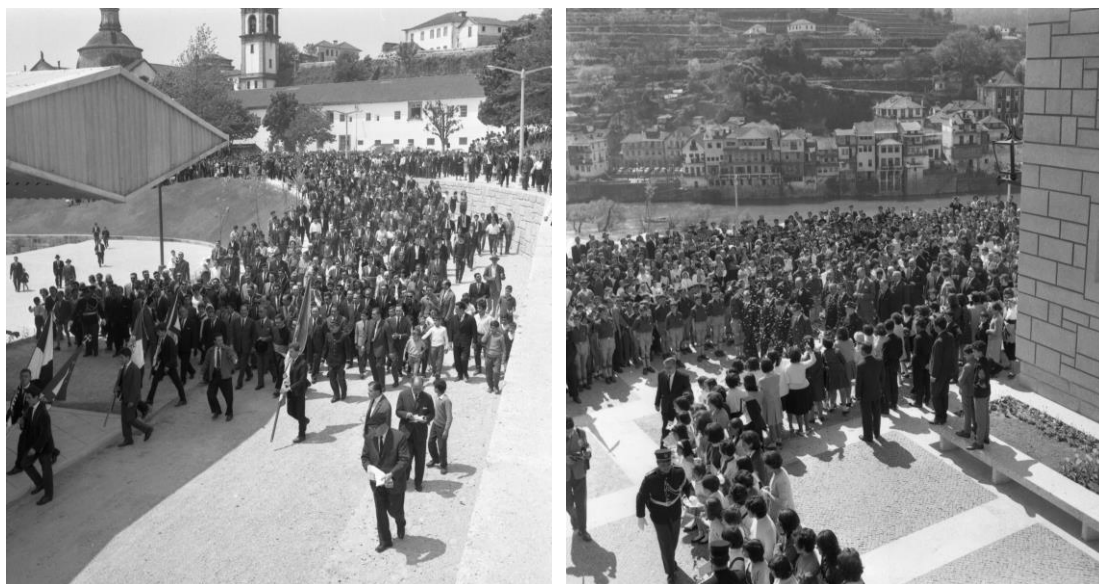
A bandeira era igualmente visível sempre que os jocistas se representavam nas cerimónias de inauguração de alguma obra na vila, como foi o caso da inauguração do Palácio da Justiça e do Mercado Municipal, no ano de 1964 (ver Figura 12)²⁷⁴.

²⁷² Albino Pinto da Costa referiu esta mudança do latim para o português, afirmando que liam na missa das 7 horas de domingo, na Igreja de S. Gonçalo.

²⁷³ PIMENTA, Luísa – **[Carta] Querida M.ª Luísa** [Manuscrito]. Sem data. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

²⁷⁴ Albino Pinto da Costa lembra-se da presença da JOC nas cerimónias de inauguração do Palácio da Justiça e do Mercado Municipal. Luísa Pimenta recorda-se da presença da JOCF no dia dedicado ao Palácio da Justiça, não se lembrando se estiveram nos outros momentos, mas refere que, como tinham de estar presentes em todas estas cerimónias, o mais certo é ter presenciado, representando a JOCF.

Figura 12 - Inauguração do Mercado Municipal de Amarante e do Palácio da Justiça



Fonte: Associação para a Criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto, 1964

Outra das dinâmicas religiosas importantes na vida jocista local era a Comunhão Pascal, com uma missa dedicada à quadra pascal, em que juntavam o maior número possível de jocistas, com a sua cerimónia e “abraço fraterno no final”, como partilhado por Albino Pinto da Costa.

Várias são as fotografias de Eduardo Teixeira Pinto que registaram esse momento, reunindo as Secções da JOC e da JOCF de S. Gonçalo no claustro da Igreja de S. Gonçalo para uma foto de grupo (Figura 13), sempre em grande número de participantes. Algumas jocistas lembram estes dias, salientando o olhar das pessoas na passagem delas pelas ruas, num grande grupo, vestidas a rigor, a caminho da Igreja de S. Gonçalo, orgulhando-se e sabendo que nelas tinham a certeza de um bom caminho na vida, confiando na Ação Católica para orientar a juventude de Amarante.

Figura 13 - Comunhão Pascal da JOC e da JOCF



Fonte: Associação para a Criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto, 1960

Tal como noutras ocasiões religiosas, a indumentária era um elemento importante para ambas as Secções. Na secção masculina não existia uma farda da JOC, sendo costume, em cerimónias, utilizar uma roupa mais formal, como um fato, para aqueles que podiam mandar fazer um num dos alfaiates da vila. No caso das raparigas podemos aferir, como Luísa Pimenta e Maria Fernanda Guedes confirmam, o uso de uma farda que consistia numa saia preta plissada e uma blusa branca, as quais mandavam fazer em Amarante.

Esta mesma indumentária era utilizada nos casamentos de jocistas, nos quais cantavam na missa, tirando depois fotografias no Claustro, onde cantavam o *Hino da JOC*. Foi precisamente no seu casamento que Vitorino Gonçalves colocou o seu emblema na bandeira da JOC. Algo que não era prática, mas que assim o decidiu fazer, como simbolismo da passagem para a vida adulta. Na fotografia da Figura 14, tirada no claustro da Igreja de S. Gonçalo, os jocistas captaram o momento, junto do Coadjutor Padre Canito, pelo olhar de Eduardo Teixeira Pinto. Conseguimos identificar na lapela dos rapazes um objeto – o emblema da JOC – com exceção de Vitorino Gonçalves, que já o tinha colocado na bandeira. A Direção está representada e o porta-estandarte é

José Leopoldo da Silva Cardoso, casado com Maria José Lima Coelho Gonçalves Cardoso, irmã do noivo²⁷⁵.

Figura 14 - Casamento de Vitorino Gonçalves



Fonte: Arquivo Pessoal de José Cardoso e Maria José Cardoso, fotografia de Eduardo Teixeira Pinto, 1962

No que diz respeito à integração dos pré-jocistas nas dinâmicas religiosas da vila, António Ribeiro Pereira refere, em entrevista, que estavam também presentes nos cortejos fúnebres, onde, atrás da Cruz, seguiam as Irmandades, e depois a Cruzada

²⁷⁵ A foto não tinha qualquer referência a data. Nenhum familiar nem o próprio Vitorino Gonçalves se lembravam do ano em que o casamento se realizou. Duas fontes foram essenciais para esta confirmação: o *Flor do Tâmega* (n.º 3.934, ano 77, de 9 de setembro de 1962), em que o alfaiate informa “os seus clientes e amigos que mudou a sua alfaiataria para a Rua Teixeira de Vasconcelos, ao lado dos correios”, o que poderia indicar alteração de morada por motivo de casamento. Essa data orientou-nos na consulta dos Livros de Assento de Casamento, no Cartório Paroquial da Paróquia de S. Gonçalo. O Assento de Casamento era o número 9 e encontrava-se no Livro do ano de 1962. A fotografia foi, assim, tirada no dia 21 de abril de 1962, numa cerimónia celebrada pelo Padre Morais e tendo como testemunha uma figura de destaque da sociedade amarantina: Luís van Zeller Macedo. Vitorino de Lima Coelho Gonçalves casou com Maria da Graça Coelho, doméstica e natural da freguesia de Cepelos (Amarante), residente no Bairro de Santa Clara (S. Gonçalo).

das Crianças, onde os pré-jocistas seguiam, usando uma camisola branca e uma faixa com uma cruz vermelha.

Através do *Flor do Tâmega*, aferimos a presença dos jocistas, também, nos funerais de outros militantes²⁷⁶.

No campo da assistência, salientamos o apoio aos reclusos, nomeadamente os que trabalhavam nas obras de construção do Palácio da Justiça e que depois recolhiam à Cadeia de Amarante, assim que terminados os trabalhos. Os jocistas, tanto os rapazes como as raparigas, deslocavam-se à Cadeia para falar e partilhar tempo com os reclusos, orientando-os para o caminho de Cristo e tentando ser ouvintes ante os problemas e situações que ali os levaram²⁷⁷.

Uma Obra de grande impacto social e humano em Amarante, com alguma presença e participação da JOC, foi o *Património dos Pobres*, tendo o seu edificado se mantido na malha urbana atual, onde perduram as placas nas casas oferecidas às famílias pobres da vila, com o nome do seu benfeitor e mentor, o Padre Américo, assim como as casas Padre Morais, Assistente Eclesiástico, elementar na dinâmica jocista amarantina.

As dinâmicas relacionadas com a Casa do Gaiato, do Paço de Sousa, e com o *Património dos Pobres* e o Padre Américo prendem-se com a sensibilização para a

²⁷⁶ É o caso do funeral de Laura da Costa Peixe, jocista da JOCF de São Gonçalo, onde marcaram presença com a bandeira e carregaram o caixão “de meio do caminho até ao cemitério” e no do jocista António Júlio da Silva Moreira, de S. Veríssimo, tendo, também, transportado a urna do “menino”. Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.787, ano 74, de 11 de outubro de 1959 e n.º 3.820, ano 75, de 12 de junho de 1960.

²⁷⁷ Aníbal Lírio refere, em conversa, que a JOC estava atenta às condições deles e que chegaram a comungar refeições de Natal na Cadeia, levando bacalhau e vinho que recolhiam junto de benfeitores e simpatizantes da JOC, permitindo conforto e alegria num momento importante para Igreja Católica, onde também assistiam à missa que, nessa quadra, ali se realizava. Não conseguimos aferir os anos em que ocorreram estes momentos. Luísa Pimenta e Albino Pinto da Costa referiram que visitavam, também, os reclusos, a título individual, para falar e refletir com eles, cumprindo a missão do apostolado. Apesar desta solidariedade jocista, no único texto que os reclusos, assinando como “Os Presos”, escreveram para o *Flor do Tâmega*, os leigos não foram referidos, sendo o agradecimento direcionado para a Conferência de S. Vicente de Paulo e para outros.

recolha de fundos para a construção das casas e na venda do jornal *O Gaiato*²⁷⁸, por parte de alguns pré-jocistas da Secção de S. Gonçalo²⁷⁹.

O pré-jocista António Ribeiro Pereira partilhou connosco a sua ligação à Casa do Gaiato, salientando que era como um mediador entre a JOC e o Gaiato, fomentando o trabalho conjunto, apoiando na venda dos jornais pela vila, ao domingo²⁸⁰. Albino Pinto da Costa refere que a JOC estava presente nas inaugurações das casas do *Património dos Pobres*, sendo que a título individual também poderiam marcar pela diferença e ajudar, tal como Luísa Pimenta partilhou, referindo que fazia “uma mala de roupa e sapatos” e entregava no *Património dos Pobres* para fazer chegar aos mais necessitados, sendo que “a roupa era lavada e passada e os sapatos iam compor antes ao sapateiro”²⁸¹.

Apesar de os jocistas amarantinos não se lembrarem de participações da Secção nas dinâmicas desportivas e culturais da Casa do Gaiato, a presença desta e dos seus rapazes na vila era notória. Destacamos as representações teatrais apresentadas no Cine-Teatro de Amarante²⁸² e o *Dia do Património dos Pobres*, em 1957, em que o *Grupo Desportivo da Casa do Gaiato* foi recebido em Amarante pela Comissão do

²⁷⁸ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.520, ano 69, de 8 de agosto de 1954.

²⁷⁹ Só o setor pré-juvenil distribuía a publicação.

²⁸⁰ Os jornais custavam 2 tostões e depois passaram para 5 tostões, percorrendo as ruas entre os intervalos das três missas que assistiam: na Misericórdia às 9 horas, na Madalena às 10 horas e em S. Gonçalo às 11 horas. É aqui que refere também um dos benfeitores, António Laranjeira, que comprava todos os jornais que não conseguiam vender, apoiando assim esta Obra do Padre Américo. Lembra-se com orgulho desta função que desempenhou todos os domingos, entre os 10 e os 15 anos, entre 1959 e 1964, ajudando a que aqueles rapazes, sempre vestidos de calções e alças e uma sacola de tecido ao ombro com jornais, se sentissem bem recebidos e acolhidos na vila.

²⁸¹ Esta ação individual pertencia à forma de estar e de ajudar os outros por parte de cada jocista. Luísa Pimenta, uma vez que começou a trabalhar num consultório médico, partilhou connosco que doou “2000 escudos para a Construção do Quartel dos Bombeiros”, uma das obras que constava nas várias edições do *Flor do Tâmega*, apelando ao apoio financeiro para a sua edificação.

²⁸² Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.476, ano 68, de 4 de outubro de 1953, n.º 3.718, ano 73, de 15 de junho de 1958, n.º 3.720, ano 73, de 29 de junho de 1958. A presença no Cine-Teatro de Amarante foi marcada por grande adesão às peças que traziam, traduzindo a realidade do Paço de Sousa e a vida operária, trazendo “uma lufada de ar límpido, pleno de fé e de amor pelo próximo”.

Património dos Pobres, jogadores séniores e júniores do Amarante Futebol Clube e vários amarantinos²⁸³.

As receitas destas dinâmicas locais revertiam a favor dos pobres e da construção das casas necessárias para estes. A 30 de junho de 1957, segundo Luís van Zeller Macedo, à época já tinham sido construídas 17 casas, desaparecendo “a Ilha do Pinha e outros casebres imundos”²⁸⁴.

Quanto à Sociedade de S. Vicente de Paulo, a ligação jocista prendia-se no apoio ao *Farrapeiro*, que percorria as ruas da vila para o “Natal dos Pobres”, garantindo os bens necessários para o conforto e bem-estar dos mais pobres. Tanto a Conferência, quer masculina, quer feminina, como o *Farrapeiro*, foram sendo referidos em várias edições do jornal local ao longo dos anos, divulgando as suas ações, as suas contas, as suas necessidades²⁸⁵ e a celebração do *I Dia Vicentino em Amarante*, onde estiveram presentes “vicentinos e vicentinas das Conferências das Freguesias de Jazente, Padronelo, Madalena, S. Gonçalo, Telões e Travanca”²⁸⁶.

A ligação da ACP com a Santa Casa da Misericórdia pode ser confirmada pela participação da JOCF no *Dia da Misericórdia* em 1962, através de uma carta remetida por Luísa Pimenta à Direção Diocesana (Pimenta, 1962)²⁸⁷, em que afirma que muitas

²⁸³ António Ribeiro Pereira foi ainda convidado pelo Padre da Paróquia de Fridão para integrar uma equipa que iria jogar com a dos Gaiatos, uma vez que não tinha jovens suficientes e o pré-jocista já era conhecido por ser um bom atleta no atletismo, o que levou ao convite do Pároco.

²⁸⁴ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.669, ano 72, de 30 de junho de 1957. Neste texto, Luís van Zeller Macedo lembra o momento em que Padre Morais informou que o Padre Américo e os Gaiatos estavam em Amarante e tomaram a iniciativa de falar com ele, alertando para a necessidade de o *Património dos Pobres* ser uma realidade na vila.

²⁸⁵ Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.203, ano 63, de 27 de junho de 1948, n.º 3.275, ano 64, de 13 de novembro de 1949, n.º 3.288, ano 65, de 12 de fevereiro de 1950, n.º 3.538, ano 70, de 12 de dezembro de 1954, n.º 3.582, ano 70, de 23 de outubro de 1955, n.º 3.602, ano 71, de 11 de março de 1956, n.º 3.653, ano 72, de 3 de março de 1957, n.º 3.688, ano 72, de 10 de novembro de 1957, n.º 3.692, ano 73, de 8 de dezembro de 1957, n.º 3.722, ano 73, de 13 de julho de 1958, n.º 3.851, ano 76, de 15 de janeiro de 1961, n.º 3.853, ano 76, de 29 de janeiro de 1961, n.º 3.905, ano 77, de 4 de fevereiro de 1962, n.º 3.906, ano 77, de 11 de fevereiro de 1962, n.º 4.214, ano 84, de 17 de março de 1968, n.º 4.303, ano 86, de 14 de dezembro de 1969.

²⁸⁶ Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.725, ano 73, de 3 de agosto de 1958 e n.º 3.726, ano 73, de 10 de agosto de 1958. Os textos fazem parte da coluna *Secção Vicentina*.

²⁸⁷ PIMENTA, Luísa – [Carta] “Os novos escolhem Deus”. Boa amiga [Manuscrito]. 1962. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

jocistas iriam participar num momento importante da vila: o Cortejo de Oferendas, a favor do Hospital Sub-Regional de Amarante²⁸⁸.

Ações recreativas e culturais

O acesso e participação dos operários a momentos culturais e de recreação eram amplamente promovidos, sendo mesmo referidos como essenciais e motivo de reflexão num artigo publicado no *Flor do Tâmega*²⁸⁹, e transcrito do jornal *Voz do Trabalho*, para que se estendesse a todos os operários.

É no *Flor do Tâmega*²⁹⁰ que temos contacto com algumas das récitas da Juventude Católica Feminina da vila de Amarante, em 1943 e 1945, ainda antes da militância do nosso grupo de ex-jocistas. Estas récitas, realizadas no Cine-Parque de Amarante, incluíam vários momentos artísticos, sendo destacadas as comédias, a leitura de versos de Teixeira de Pascoaes e de Florbela Espanca e a interpretação de algumas canções²⁹¹.

Quanto às assembleias recreativas e culturais da JOC/JOCP da década de 60, eram realizadas no Colégio de S. Gonçalo, acentuando a ligação próxima entre esta casa católica e os organismos especializados da ACP²⁹².

²⁸⁸ Como estava previsto um Curso Jocista para o dia 4 e esse dia era o do Cortejo, teriam de alterar a data daquele. Para provar, Luísa Pimenta enviou um recorte do jornal *Flor do Tâmega* com a indicação do Dia da Misericórdia, agrafando-o à carta manuscrita (ver Anexo 21).

²⁸⁹ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.985, ano 78, de 8 de setembro de 1963. Neste artigo é feita referência a duas Cartas Encíclicas do falecido Papa João XXIII: *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), esta publicada na íntegra em várias edições do *Flor do Tâmega*, aquando da morte do Santo Padre.

²⁹⁰ Cf. *Flor do Tâmega* n.º 2.939, ano 58, de 16 de maio de 1943 e n.º 3.070, ano 60, de 1 de dezembro de 1945.

²⁹¹ O grupo de jocistas era orientado pelas meninas Maria Manuela Macedo e Maria Júlia de Sousa, com o apoio de D. Manuel Alvito. No *Flor do Tâmega* n.º 2.939, ano 58, de 16 de maio de 1943, são destacados nomes de participantes nas Récitas: Maria José (“a vedeta por excelência”), Irmã e Irene Granja, Maria da Graça, Maria Cândida Magalhães, Amélia Abreu, Laura Pereira, como as que se destacaram; Felismina Ribeiro, Glória Taveira, Maria Luísa Vinhós, Marília Martins, Alice Maia, Elvira Perpétua, Maria Amélia de Sousa, Maria Emília e Rosalina Pera, como ajudantes. É ainda destacada a participação de Maria Júlia de Sousa, na declamação dos poemas.

²⁹² No *Flor do Tâmega* foram noticiadas duas delas, não havendo informação substancial sobre as dinâmicas ali ocorridas, no que diz respeito às Artes. No entanto, uma destaca-se e ainda hoje se mantém na memória dos ex-jocistas. Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.798, ano 75, de 3 de janeiro de 1960, n.º 3.900, ano 77, de 31 de dezembro de 1961. Outras assembleias jocistas poderão ter ocorrido por parte

Era nestas assembleias que a JOC apresentava as suas peças de teatro à comunidade. Vitorino Gonçalves era um dos atores e lembra, com nostalgia, esse tempo, em que trabalhavam na construção do argumento, dos cenários e dos figurinos, ensaiando em casa do Padre Pacheco. Dependendo da proximidade das datas de apresentação à comunidade, os ensaios eram diários ou em dias alternados da semana. Havia uma dedicação muito grande a esta dinâmica jocista, pois era vista como um momento de liberdade, de partilha e de voz²⁹³. Vitorino Gonçalves interpretou várias personagens, recordando a de *Vadio* e a de *Doutor*, esta representada na Figura 15. Do *Doutor*, lembra-se de parte de uma música que cantava em palco, a qual partilhou connosco, escrevendo-a e cantando-a²⁹⁴.

Um dos distintivos identitários da JOC nunca faltava no palco. A bandeira da Secção de S. Gonçalo era colocada numa zona visível, de forma a identificar o grupo que ali se apresentava a divulgar as dinâmicas dos jocistas, possivelmente com o objetivo de recrutar mais jovens para as fileiras da ACP²⁹⁵.

da Secção masculina, mas não encontramos qualquer registo noutros números do jornal consultado. Pelo que partilhado pelos jocistas, outras teriam ocorrido, não se lembrando de datas concretas.

²⁹³ Vitorino Gonçalves partilhou connosco alguns pormenores numa das conversas que tivemos na sua residência. Esta decorreu no dia 1 de dezembro de 2024.

²⁹⁴ Temos registo áudio de Vitorino Gonçalves a interpretar a música da personagem *Doutor*, do Teatro da JOC, tendo-a também escrito, no momento.

²⁹⁵ Dos restantes elementos da JOC, nenhum participou nas peças de teatro realizadas no Colégio de S. Gonçalo de Amarante, com exceção do pré-jocista António Ribeiro Pereira, que foi convidado a integrar uma peça, mas acabou por não o concretizar, devido à falta de tempo para os ensaios, uma vez que trabalhava.

Figura 15 - Interpretação de Vitorino Gonçalves no Teatro da JOC



Fonte: Arquivo Pessoal do ex-jocista Vitorino Gonçalves, fotografia de Eduardo Teixeira Pinto, sem data

O Grupo Coral de S. Gonçalo integrava também alguns jocistas, incluindo Vitorino Gonçalves e algumas raparigas, tendo várias delas dado continuidade a esta dinâmica²⁹⁶.

Vitorino Gonçalves refere que cantavam todos os domingos, na missa, e que no total chegaram a ser mais de 50 elementos, sendo cerca de 6 jocistas, e iam sempre chamando pessoas para o integrarem, tendo tido “até um violinista”.

Com exceção de um número do *Flor do Tâmega*²⁹⁷, assinado por *Um Amarantino*, em que refere um coro que designa por *Grupo Sacro da JOC*, os restantes

²⁹⁶ Deste Grupo Coral identificamos, em vários números do *Flor do Tâmega*, comunicados, informando dos ensaios e o local onde se realizariam, abrindo a possibilidade de abranger outras pessoas que até então não integravam o grupo. Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.896, ano 77, de 3 de dezembro de 1961, n.º 3.921, ano 77, de 10 de junho de 1962, n.º 3.957, ano 78, de 17 de fevereiro de 1963, n.º 3.965, ano 78, de 14 de abril de 1963.

²⁹⁷ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.657, ano 72, de 31 de março de 1957. O texto de *Um Amarantino*, apresenta-nos um grupo diferente deste, já com uma organização jocista na vila, tendo por objetivo garantir receita para a dinâmica da Secção. Considerando-os um “punhado de rapazes trabalhadores e possuidores dum carácter desempoeirado, posta aos serviços duma causa que se propuseram defender

falam somente no *Grupo Coral de S. Gonçalo*, onde vários elementos da JOC o integravam, mas não de forma organizada pela Secção.

Ainda no âmbito musical, é noticiado no *Flor do Tâmega*²⁹⁸, a constituição de um grupo de jocistas para tocar instrumentos musicais pelas ruas da vila e cantar as Janeiras e os Reis na passagem de 1961 para 1962.

O Cinema tinha também destaque na vila, sendo vários filmes projetados no Cine-Teatro de Amarante. Apesar de vários jocistas frequentarem o espaço, não era uma atividade concertada enquanto grupo, adquirindo os bilhetes “na *Moda*”, uma loja do comércio amarantino de referência e “num quiosque, em Sta. Luzia”, como referido por Vitorino Gonçalves.

No entanto, e apesar de nenhum militante ter referido ou se ter lembrado de alguma intervenção na divulgação dos filmes, verificamos, na imprensa local, a referência à JOC, aquando da projeção da película *A Irmã San Sulpício*²⁹⁹, no dia 3 de abril de 1955, no Domingo de Ramos. É referido que a Juventude Operária Católica recomenda a visualização do filme “a todos os católicos, devido à sua grandiosidade e formação moral”³⁰⁰, o que estava em sintonia com os vários artigos que eram publicados no *Flor do Tâmega*. É o caso do texto “O Filme Religioso”³⁰¹, louvando o facto das grandes telas exibirem as temáticas do “sobrenatural”; do texto “Cinema e Moral”³⁰², que defendia a utilização do cinema “no plano da educação e da cultura”; e do texto “Cinema: Há sempre uma linguagem a aprender”³⁰³, que já apresenta e

por um juramento solene – a JOC”, apela a todos os párocos para os chamarem a cantar e tocar nas suas paróquias, ajudando-os nesta missão, logo, a Ação Católica Portuguesa.

²⁹⁸ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.900, ano 77, de 31 de dezembro de 1961.

²⁹⁹ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.552, ano 70, de 20 de março de 1955, n.º 3.553, ano 70, de 27 de março de 1955.

³⁰⁰ Outro filme, recomendado pelas Autoridades Eclesiásticas, *O Mártir do Calvário*, foi projetado na mesma sala, a 4 de maio de 1958, com sessões distintas para crianças e para jovens e adultos.

³⁰¹ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.928, ano 77, de 29 de julho de 1962. O autor, H. P., refere vários filmes que considera importantes, destacando *Ben Hur* e o projeto futuro do realizador De Laurentiis de *transportar para a tela toda a Bíblia*.

³⁰² Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.912, ano 77, de 25 de março de 1962.

³⁰³ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 4.277, ano 85, de 15 de junho de 1969. Neste texto é ainda salientada a importância do Teatro, uma das dinâmicas jocistas. Algo possível de verificar num outro texto, intitulado “O Teatro de Amadores”, publicado no *Flor do Tâmega* n.º 3.786, ano 74, de 4 de outubro de 1959, que

defende o Cinema como uma arte para além do divertimento capaz de espoletar um “debate dos problemas da humanidade”.

Na ligação com a comunidade amarantina, tanto a JOC como a JOCF faziam ainda alguns sorteios que eram divulgados na imprensa local, com o objetivo de angariar fundos para o trabalho das Secções, permitindo uma maior autonomia para a sua ação junto dos jovens trabalhadores, promovendo a Ação Católica e cativando associados.

Quanto à JOCF, identificamos uma maior quantidade de sorteios, entre 1948 e 1959³⁰⁴, com referência aos respetivos prémios, como um guarda-joias³⁰⁵ e uma toalha de chá³⁰⁶, resultado dos “trabalhos de mãos”, os bordados que as raparigas jocistas faziam. Aquando da presidência de Luísa Pimenta, estes trabalhos, para além de servirem para os sorteios, foram integrantes de uma *Exposição de Bordados* que decorreu no dia 24 de março de 1963, numa das salas de S. Domingos, tendo como objetivo serem leiloados e aplicados na ação apostólica e formativa da mesma Secção³⁰⁷.

Um dos grandes momentos de visibilidade da JOC na vila era quando se lançava o *Concurso de Presépios* na época natalícia. Era um desafio artístico aos comerciantes, tendo estes que enfeitar as montras dos seus estabelecimentos comerciais para garantir um dos prémios destinados aos vencedores, tal como o sucedido com a da *Foto Arte*, que obteve o 1.º Prémio (Figura 16).

reconhece o valor educacional do Teatro de Amadores para a elevação do nível de cultura do povo português, sendo referida a valorização deste pelo Serviço Nacional da Informação (SNI).

³⁰⁴ Ao longo da década de 60, é evidente na correspondência do Arquivo da JOC da Diocese do Porto a dinâmica dos sorteios, o que demonstra ser uma prática contínua da JOC/JOCF.

³⁰⁵ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.208, ano 63, de 1 de agosto de 1948. Este sorteio foi promovido pela Secção da Madalena.

³⁰⁶ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.250, ano 64, de 22 de maio de 1949 e n.º 3.517, ano 69, de 18 de julho de 1954.

³⁰⁷ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.961, ano 78, de 17 de março de 1963. É indicado que, para além dos bordados, foram expostos e leiloados “outros trabalhos femininos”. A notícia faz alusão a uma entrega de prémios de um dos sorteios da JOCF e é assinado por Luísa Pimenta.

Figura 16 - Concurso de Presépios da JOC de S. Gonçalo



Fonte: Associação para a Criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto, anos 60

Através do *Flor do Tâmega* confirmamos que apenas foram realizadas cinco edições do Concurso, entre 1960 e 1964. Um artigo escrito por Albino Pinto da Costa no *Flor do Tâmega*³⁰⁸ fala sobre a importância do concurso, apesar de não ter tido muita adesão por parte dos comerciantes, o que poderá explicar o fim desta iniciativa.

Apesar disso, conseguimos perceber que a cada edição, os patrocínios foram aumentando, provavelmente pela visibilidade que teriam na comunidade, o que realça as redes de sociabilidade da JOC, integrando empresas e as personalidades que as lideravam³⁰⁹.

Se, em 1960, o patrocínio era somente da Comissão Regional de Turismo do Marão, e os prémios atribuídos eram em dinheiro, a partir de 1961, estes passaram a ser, também, em género, sendo uma forma de valorizar e divulgar a Indústria, os

³⁰⁸ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.999, ano 79, de 15 de dezembro de 1963.

³⁰⁹ Os anúncios e a divulgação de regulamento, patrocinadores, júri e prémios encontram-se publicados nas seguintes edições do *Flor do Tâmega*: n.º 3.844, ano 75, de 27 de novembro de 1960, n.º 3.845, ano 76, de 4 de dezembro de 1960, n.º 3.894, ano 76, de 19 de novembro de 1961, n.º 3.897, ano 77, de 10 de dezembro de 1961, n.º 3.946, ano 78, de 2 de dezembro de 1962, n.º 3.948, ano 78, de 16 de dezembro de 1962, n.º 3.998, ano 79, de 8 de dezembro de 1963, n.º 3.999, ano 79, de 15 de dezembro de 1963, n.º 4.000, ano 79, de 22 de dezembro de 1963, n.º 4.048, ano 80, de 29 de novembro de 1964, n.º 4.051, ano 81, de 20 de dezembro de 1964.

produtos e os serviços da região. Estavam representadas as Indústrias e os seus líderes na lista de prémios disponível para os participantes. Uma ligação que acentua o diálogo e o olhar que aqueles têm em relação à ação jocista em Amarante, validando-a, colaborando nas suas dinâmicas³¹⁰.

Ações desportivas

O desporto era promovido pela JOC, incentivando os seus filiados a praticar diferentes modalidades, algo que também era comum à Mocidade Portuguesa.

Encontramos no *Flor do Tâmega* alguns textos sobre este tema, de uma forma geral, como o intitulado "A moral no desporto e uma «teologia do desporto»", assinado por Albino Moura e Carlos Teles³¹¹, mas também alertando para a necessidade de dinamizar a vila de Amarante desportivamente, assim como identificamos em documentos do Arquivo da JOC da Diocese do Porto, numa Circular da Diocese do Porto, de 28 de janeiro de 1955, com o lema *Pelo Congresso Uma JOC Autêntica*, referindo um campeonato de *Ping-Pong*.

A Secção da JOC de S. Gonçalo promoveu a modalidade de *Ping-Pong* na vila, tendo na sua sede uma mesa, para fins recreativos e de lazer, entre os trabalhos jocistas. Um espaço que, segundo uma das ex-jocistas, apesar de estar direccionado para os rapazes, chegou a ser utilizado pelas raparigas³¹².

³¹⁰ Participaram: as *Caves da Cerca*, com vários vinhos ali produzidos, a *Agência de Viagens S. Gonçalo*, com uma viagem e um passaporte, as *Caves da Casa da Calçada*, com vinho e aguardente velha, as *Caves Moura Basto*, com vinho da especialidade "Moura Basto", a *Foto Arte*, com uma fotografia, as *Indústrias Tabopan*, com uma mesa de centro, em mogno polida, e a Agência Central *Gás Mobil*, com fogareiros e queimadores esmaltados. Apenas numa edição é que foram divulgados, no *Flor do Tâmega*, os resultados do Concurso. Não obstante, as montras vencedoras colocavam uma placa a identificar o lugar em que tinham ficado (Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.999, ano 79, de 15 de dezembro de 1963). Quanto ao Júri, na primeira edição foi constituído por um representante da Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão, um Sacerdote e um jocista da Secção, sendo nas seguintes apontados "outros elementos" e um "Júri especial".

³¹¹ Ver *Flor do Tâmega*, n.º 3.574, ano 70, de 28 de agosto de 1955.

³¹² Apesar da Sede da JOCF ser no rés-do-chão, devido às temperaturas mais baixas que se faziam sentir no local, tiveram várias reuniões e usufruíam da sede da JOC.

O treino desta modalidade era bastante apreciado pelos jogadores, chegando a envolver *t-shirts*, com a inscrição JOC na frente, aquando de momentos relevantes para esta prática (Figura 17)³¹³.

Figura 17 - Jogistas na Sede da JOC de S. Gonçalo a jogar *Ping-Pong*



Fonte: Arquivo Pessoal de Vitorino Gonçalves, fotografia de Eduardo Teixeira Pinto, sem data

O sucesso do *Ping-Pong* era visível³¹⁴, sendo também prática noutros momentos da JOC a nível diocesano, portanto, fora do território amarantino, o que levou a Secção da JOC de S. Gonçalo a organizar um campeonato na sua Sede, abrindo as inscrições a todos os que se consideravam adeptos da modalidade, tal como publicado no *Flor do Tâmega*³¹⁵.

³¹³ Na fotografia, da esquerda para a direita: Serafim “Cavaco”, Peixoto, Vitorino Gonçalves, Artur Correia, Aparício, Quim Pereira, Zé Manel “Pucaras”.

³¹⁴ A modalidade era também praticada no *Clube Recreativo dos Empregados no Comércio de Amarante*. Chegou a ser realizado o *Torneio Inter-Sócios de Ping-Pong*, com divulgação no *Flor do Tâmega* n.º 3.994, ano 78, de 10 de novembro de 1963.

³¹⁵ *Flor do Tâmega*, n.º 3.906, ano 77, de 11 de fevereiro de 1962. Deste Campeonato saiu vencedor Eduardo Teixeira Pinto, um excelente jogador de ténis de mesa, segundo Albino Pinto da Costa e Vitorino Gonçalves. O prémio do Campeonato foi uma taça que até ao momento não conseguimos identificar. No total, segundo Vitorino Gonçalves, participaram cerca de 20 jovens.

Os divertimentos na Sede, onde se insere o *Ping-Pong*, apesar de serem vistos como algo negativo por parte de várias pessoas, como é referido no *Manual de Acção Católica* (1936), consideravam-nos “meios eficazes de proteção e preservação moral para os nossos jovens (...), mas também de atração” (Civardi, 1936, p. 123), daí o promoverem ao ponto da realização de um Campeonato, divulgando-o para toda a comunidade. Não obstante, era importante a sua moderação de forma a não serem vistos como um *fim*³¹⁶.

Na senda de uma homenagem ao antigo Presidente da Secção da JOC de S. Gonçalo, João de Deus Monteiro³¹⁷, figura respeitada pelos jogistas e pela comunidade amarantina, é promovida a *Taça João de Deus Monteiro*. Num jogo de futebol, que inicialmente estava previsto para o Campo da Barroca³¹⁸ e passou a realizar-se no Campo do Amarante F. C., cedido por este, opuseram-se a JOC de S. Gonçalo e a JAC de St. Isidoro (Livração)³¹⁹. Do dia da disputa, pouco foi partilhado³²⁰.

O atletismo era também apreciado por vários jogistas. Mas, para conseguirem integrar alguma competição, só era possível através da Mocidade Portuguesa. O testemunho do pré-jocista António Ribeiro Pereira é fundamental nesta aferição³²¹. Lembra-se de ir para o Porto com a Mocidade Portuguesa, com cerca de 12/13 anos,

³¹⁶ O teatro e o cinema estavam enquadrados neste conceito de divertimentos, logo, suscetíveis ao mesmo olhar por parte da Ação Católica Portuguesa.

³¹⁷ João de Deus Monteiro decide abrir um espaço comercial, a *Casa Primavera*, em fevereiro de 1963, na Rua Cândido dos Reis, vendendo “fazendas, miudezas, malhas e artigos de moda”, como indica o anúncio publicado no *Flor do Tâmega* n.º 3.958, ano 78, de 24 de fevereiro de 1963.

³¹⁸ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.771, ano 74, de 21 de junho de 1959.

³¹⁹ Apesar de não ser uma relação próxima entre estes dois organismos especializados, lembramos a estrita ligação e partilha de atividades entre a JAC/JACF de St. Isidoro e de Vila Caiz.

³²⁰ Vitorino Gonçalves informa que, apesar de constar na lista de jogadores publicada no *Flor do Tâmega* (n.º 3.773, ano 74, de 5 de julho de 1959), não entrou na equipa principal. Devido ao seu problema numa perna, não tinha condições físicas para desempenhar a função de jogador. No entanto, ocupou o lugar de fiscal de linha, que cumpriu com rigor, sendo parte, também, da equipa vitoriosa. A Secção da JOC de S. Gonçalo venceu a Secção da JAC de St. Isidoro por 5-2, ganhando a *Taça João de Deus Monteiro*. Desconhece-se o paradeiro do troféu. Em 1959, a Secção da JOC de S. Gonçalo publica no *Flor do Tâmega* (n.º 3.775, ano 74, de 19 de julho de 1959), assinado por Aníbal, pela Direção, um convite a todos os ex-jogistas, para a realização de uma reunião para se homenagear João de Deus Monteiro. Uma sessão que decorreu na sala de S. Domingos, a sede da JOC, a 26 de julho de 1959, pelas 14 horas. A importância desta personalidade amarantina e jogista de referência mantém-se até hoje na memória dos ex-jogistas.

³²¹ Albino Pinto da Costa nunca participou numa dessas provas, mas confirma que António Ribeiro Pereira e outros jogistas participaram.

correr no Campo da Constituição, que tinha uma pista, conhecida como a “pista de cinza”. O pai permitia que ele integrasse a JOC, mas não a Mocidade Portuguesa. Nunca soube que o filho António foi correr por esta, mas sim em representação da JOC.

3.6.1. Ensino Público e Dignidade do Operariado – discursos e práticas

Dois espaços de circulação de jocistas merecem uma atenção especial, como palcos de crescimento, entre debates e práticas de formação, quer em termos de ensino, quer de exercício profissional do operariado. A Escola Técnica e as fábricas Tabopan ligam-se pela luta pela dignidade dos trabalhadores, fomentando nestes o estudo, para que somassem competências e ferramentas para a evolução no local de trabalho. Finalmente, as mulheres, no seu espaço considerado natural, “domésticas”, parecem ser objeto de atenção pela JOCF e as “empregadas”, que mereceriam uma abordagem por si só, tornam-se observáveis.

Escola Técnica de Amarante

O Ensino e o Operariado são dois elementos interligados e correntes no discurso dos ex-jocistas. A valorização do operário, incentivando-o a desenvolver estudos, foi uma tônica constante deste grupo. Quer de forma informal, através de explicações em casa do Professor Teixeira, cujo apoio era dado gratuitamente aos jocistas³²², quer pela luta incessante pela edificação de uma Escola Técnica na vila, de forma a criar uma alternativa ao ensino particular existente, o Colégio de S. Gonçalo.

³²² Sita na conhecida “Rua da Cadeia” e referido por Vitorino Gonçalves e por Albino Pinto da Costa, onde, segundo este, alguns jovens completaram a formatura e ele tirou o 6.º ano. O Professor Teixeira (Joaquim José Macedo Teixeira) não solicitava qualquer pagamento aos ex-jocistas, de forma a incentivar os jovens ao estudo e a não desistirem do apoio por motivos financeiros. Macedo Teixeira foi candidatado à Câmara Municipal de Amarante, pelo PPD/PSD, nas Eleições Autárquicas de 1982 e de 1985, tendo sido eleito em ambas. Uma personalidade amarantina que reforça a rede de sociabilidade da JOC, pela proximidade e reconhecimento do trabalho do grupo.

As despesas que a frequência desta instituição de ensino acarretava não permitia colocá-la como uma possibilidade, sendo que apenas dois ex-jocistas frequentaram as aulas no Colégio de S. Gonçalo³²³.

Quanto à luta por uma escola pública, com matriz técnica, industrial e comercial, surgiu tanto do poder político, como da comunidade, em particular deste nosso grupo que optou por auscultar, em assembleia, os jovens operários e demais comunidade amarantina, aplicar um inquérito, divulgando os seus resultados publicamente e entregando-os a quem poderia tomar uma decisão e influenciar o poder central, demonstrando a sua visão sobre o tema na imprensa local.

Apesar do importante contributo da JOC para a edificação da Escola Técnica, o seu papel democrático, de escuta ativa, de promoção e valorização do ensino não é evidenciado em nenhuma publicação por nós consultada, destacando-se outros intervenientes³²⁴.

Deparamo-nos apenas com uma fotografia inserida no livro *Escola Secundária de Amarante: 50 anos de Escola Pública*, publicado em 2015 (Araújo et al. 2015, p. 24)³²⁵. No entanto, o facto de o Presidente da Juventude Operária Católica da Secção de S. Gonçalo ter lugar no momento, demonstra a relevância do trabalho levado a cabo pelo apostolado. Algo que conseguimos, então, verificar, com as ações levadas a

³²³ Os irmãos Fernando Manuel Maia da Silva e Vítor Fernando Maia da Silva, tendo este conseguido ali manter-se, assim como um outro irmão, Manuel Luís Maia da Silva, uma vez que o irmão Fernando prestava serviço militar em África e enviava o valor para as devidas despesas escolares de ambos. Fernando Manuel Maia da Silva mostrou-nos uma fotocópia de uma fotografia, que cristaliza o momento em que se despediu dos restantes jocistas, tendo Eduardo Teixeira Pinto captado o momento nas escadas de acesso à Igreja de Nosso Senhor dos Aflitos. Conseguimos ainda confirmar, no *Flor do Tâmega* (n.º 976, ano 78, de 7 de julho de 1963), essa informação, numa felicitação que indica que Vítor Fernando Maia da Silva, então pré-jocista da Secção de S. Gonçalo, é dispensado da prova oral no Liceu de Vila Real e completa o 2.º ano, assim como o irmão Manuel Luiz Maia da Silva transita para o 4.º ano.

³²⁴ Hoje, na memória da luta pela escola pública, surgem nomes como o do Presidente da Câmara Carvalho Lima e outros que constam em artigos publicados no *Flor do Tâmega* sobre esse desejo para a comunidade, como é o noticiado sobre uma Comissão constituída pelo então Presidente da Câmara Adriano Soares Natal, o Engenheiro José Júlio Nogueira Soares, Monsenhor José Ribeiro de Magalhães, Dr. Luís van Zeller Macedo, José Moura Basto e Joaquim Ribeiro de Sousa que, junto do Ministro da Educação Nacional, pediram a criação da tão esperada Escola Técnica.

³²⁵ Uma fotografia que também nos foi mostrada, orgulhosamente, por Albino Pinto da Costa, na sua casa, numa das conversas, assim como em contexto de entrevista. No livro, para além da fotografia, não há qualquer referência a este momento em concreto.

cabo até à edificação da Escola Técnica que se instalou, por cedência da Câmara Municipal de Amarante, nas “suas próprias instalações, na ala direita do Convento de S. Gonçalo, onde funcionou durante os anos letivos de 1964/65 e 1965/66” (Araújo *et al.*, 2015, p. 31)³²⁶.

A discussão era ampla e o almejar de uma alternativa ao ensino privado era transversal à população, o que, de certa forma, se não fosse o publicado na imprensa local e a possibilidade de confirmar com os ex-jocistas, o seu papel seria remetido para um plano de esquecimento que agora, com o nosso estudo, queremos contrariar.

A 20 de maio de 1962, no *Flor do Tâmega* surge a informação de que a JOC de Amarante iria promover uma assembleia aberta a todos os jovens da vila, com o objetivo de encontrar, na sede dos Bombeiros Voluntários de Amarante, local onde se realizou, os jovens operários amarantinos.

A ordem de trabalhos incluía um momento no qual se apresentava uma visão mundial sobre a importância e necessidade do Ensino Técnico, direcionando depois para a importância da Escola na vila. Sendo já prática jocista, é apresentado e trabalhado um inquérito (Anexo 14) com quatro questões para serem respondidas pelos presentes na assembleia. O mesmo foi discutido em sede de assembleia, apresentando-se as respetivas conclusões³²⁷.

A relevância dada pelo jornal à iniciativa reflete-se na sua publicação em primeira página. Justifica-se esse posicionamento pela transversalidade da utilidade e interesse do tema na comunidade amarantina, mas também pela consideração da

³²⁶ Ver o capítulo escrito pelo Professor Abel Coelho sobre a história da Escola, referindo as suas instalações e características, assim como dados sobre alunos e cursos ali ministrados.

³²⁷ As questões demonstravam a preocupação dos jocistas sobre a consciência do operário no seu local de trabalho e a forma como laboram, o aspeto cultural dos operários, tentando perceber a que atividades culturais ou outras se dedicavam nos seus tempos livres, aferindo o seu nível cultural e percebendo qual o caminho das crianças que, após os 14 anos, não tinham opção de estudos após a instrução primária. Uma questão relevante para acentuar a importância do Ensino Técnico em Amarante, podendo os jovens dar seguimento aos seus estudos e enveredar por uma formação especializada que o mercado de trabalho fosse capaz de absorver. Há ainda a necessidade de perceber os caminhos que os jovens percorriam fora do horário escolar, com os amigos, conseguindo, para além do tema Escola Técnica, aferir da necessidade da ação dos jocistas junto de jovens que entendiam que estavam a ir por caminhos errados e que os podiam colocar em risco.

Direção do jornal pelo trabalho da JOC, assumindo “Avante Juventude Operária: as colunas do nosso jornal estão à vossa disposição”, tendo mesmo o jornal local tido a iniciativa de transcrever um texto publicado originalmente no jornal *Juventude Operária*³²⁸, por considerar que o assunto era de interesse do concelho, ampliando aqui o alcance da imprensa católica.

Surge ainda um convite, mais próximo da data da assembleia, apelando à participação dos jovens na sessão promovida pela JOC. Outras assembleias operárias foram realizadas no ano anterior, direcionadas aos jovens trabalhadores³²⁹.

Destacamos ainda uma assembleia operária diocesana, que decorreu no Porto, no Palácio de Cristal, a 23 de abril de 1961, tendo como ponto de partida a Campanha Jocista³³⁰ *Construamos a Nossa Valorização*, apelando à ação individual e coletiva, contra uma apatia e comodismo. A Direção da JOC de Amarante lançou o convite, através do *Flor do Tâmega*, a todos os operários amarantinos, organizando a deslocação em “camionetes”, havendo necessidade de inscrição prévia³³¹.

O jornal *Juventude Operária*, em texto transcrito no *Flor do Tâmega*³³², para além de confirmar o teor das assembleias promovidas pela JOC de S. Gonçalo, informa sobre algum do percurso dos jocistas amarantinos neste processo, enfatizando a sua “perseverança”, a “ânsia de valorização” e servindo de “exemplo” a tantos outros trabalhadores que consideram que usam mal o seu tempo livre com minudências,

³²⁸ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.873, ano 76, de 25 de junho de 1961.

³²⁹ Foram publicadas três na imprensa local, realizadas na sede do Amarante Futebol Clube, em forma de nota informativa, somada a convite e apelo à participação. Cf. *Flor do Tâmega* n.º 3.851, ano 76, de 15 de janeiro de 1961, n.º 3.874, ano 76, de 2 de julho de 1961, n.º 3.878, ano 76, de 30 de julho de 1961. Não conseguimos ter acesso à Ordem de Trabalhos, como o sucedido na que disponibilizou o inquérito jocista, mas o *Juventude Operária* faz alusão a todo o envolvimento da JOC de Amarante e das assembleias promovidas por esta, o que coloca os ex-jocistas da Secção de S. Gonçalo na frente de luta pela Escola Técnica, num conjunto de ações de escuta, participativas, com a comunidade e os operários.

³³⁰ As Campanhas eram anuais, com um tema diferente. As dinâmicas e atividades da JOC obedeciam aos objetivos propostos. Segundo o transcrito do jornal *Juventude Operária*, pelo *Flor do Tâmega*, esta campanha pretendia “ajudar os jovens trabalhadores a descobrirem as possibilidades imensas de desenvolverem as suas qualidades, dar à juventude trabalhadora uma perspetiva cristã para a sua vida, encaminhá-la para a realização da vocação divina que está implícita em cada jovem no trabalho”. A Campanha *Construamos a Nossa Valorização* centrava-se em alguns pontos essenciais: “a profissão, a cultura, as relações comunitárias, a família e a vivência cristã de todos estes aspetos”.

³³¹ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.864, ano 76, de 16 de abril de 1961.

³³² Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.873, ano 76, de 25 de junho de 1961.

quando podem estar atentos às questões sociais e ao desenvolvimento da sua comunidade.

Os jocistas amarantinos foram estudando o problema a nível local, cativando outros jovens trabalhadores, que foram assistindo às assembleias e foram ampliando a escuta e a reflexão, percebendo os caminhos a serem seguidos, onde se inseriu o importante inquérito que mensurou os seus indicadores.

Com este impulso, os jocistas procuraram criar uma rede forte de interessados, forças vivas da terra, sendo constituída uma Comissão onde se incluíam “o Pároco, entidades representativas do comércio, da indústria, do funcionalismo público, das coletividades recreativas, da Imprensa”. Nela, estavam “dois jovens operários que representavam a equipa iniciadora do movimento”. É aqui que cruzamos a informação com outra nossa fonte – a fotografia tirada na sessão de inauguração da Escola Industrial, em 1964³³³ – onde há um destaque para Albino Pinto da Costa, intervindo, no edifício da Câmara Municipal de Amarante, mas sem qualquer referência ao seu nome (Figura 18). O Presidente da Secção da JOC de S. Gonçalo era um dos elementos da Comissão, então “formada por operários da Juventude Católica”³³⁴.

³³³ Albino Pinto da Costa apenas discursou na sessão de outubro, neste mesmo local, mas não na sessão de inauguração da Escola Industrial. Apenas no momento após o desfile da população pelas ruas da vila, a 23 de outubro de 1964, com a Banda Musical de Amarante, onde foram recebidos pelo Presidente da Câmara, e não na Sessão de Inauguração. Aqui, foi um dos operários que usou da palavra, como consta na Ata de Câmara de 28 de outubro de 1964.

³³⁴ Foi esta Comissão que, a 10 de abril de 1961, reuniu com o Presidente da Câmara Municipal de Amarante, o Coronel Carvalho Lima, onde foram colocadas, na mesa de trabalho, as questões sociais e problemas que afetavam diretamente os operários amarantinos. Nesta reunião, foram apresentados os resultados do inquérito colocado na Assembleia, de forma a apresentar os dados recolhidos de fontes por eles criadas e que justificassem ainda mais a sua luta, apelando ao apoio e sensibilidade camarários. Com as limitações financeiras indicadas pelo Presidente, e face à morosidade na construção de um edifício próprio, e a dificuldade de adaptar um outro pensado para acelerar a instalação da Escola, a Comissão lançou um apelo à Fundação Calouste Gulbenkian e a outros potenciais beneméritos, de forma a contribuírem financeiramente para as obras de adaptação do edifício disponível. Em abril de 1962, como refere o *Flor do Tâmega*, n.º 3.915, ano 77, de 22 de abril de 1962, ainda não tinha sido recebida qualquer resposta da Fundação Calouste Gulbenkian.

Figura 18 - Intervenção de Albino Pinto da Costa



Fonte: Associação para a Criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto, 1964

Alguns anos passaram, a luta continuou, os jocistas não desistiram, sendo sempre um ponto de discussão na Secção, numa contínua auscultação comunitária, próxima dos jovens, de quem sentia as dificuldades e, no ano de 1963, já com Adriano Soares Natal como Presidente e com notórias obras a concluir na vila, como o Tribunal e o Mercado Municipal, vão surgindo ecos do desenvolvimento de Amarante noutros periódicos, como o texto transcrito no *Flor do Tâmega*, publicado no *Diário do Norte*. Ali se salienta a necessidade da Escola Técnica, que viria a integrar este novo plano de desenvolvimento do território amarantino, com uma “população escolar de cerca de 1200 alunos em idade de frequentar uma Escola Secundária”, salientando que na vila apenas existia a alternativa de um “modelar colégio particular”, mas que não é de

acesso a todos, pela sua natureza privada e pelas dificuldades económicas sentidas pela população³³⁵.

Em 1964, num artigo publicado no *Flor do Tâmega*³³⁶, assinado por A. P., mesmo na proximidade da instalação da Escola Técnica, há ainda a preocupação se realmente ela seguirá avante, devido à morosidade da passagem da palavra à ação. Aqui é evidenciado o papel fundamental da JOC em todo o processo e dos jovens operários que “querem valorizar-se, elevar o seu nível de cultura e por isso pedem e exigem a Escola Técnica”³³⁷.

Apesar de a Escola Técnica ter sido prevista no I Plano de Fomento³³⁸, só viria a ser uma realidade com o II Plano. A 22 de outubro de 1964, a Emissora Nacional informa da criação da Escola Técnica de Amarante, sendo publicado em *Diário de Governo*³³⁹ o diploma para essa concretização. Esta data passa a ser “uma das mais importantes na História do Concelho de Amarante”³⁴⁰. Algo que se pode confirmar pela reação da população amarantina, como manuscrito em Ata de Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Amarante, de 28 de outubro de 1964. Nela se refere que a população, no dia 23 de outubro, à noite, saíra de casa, “a dar largas à sua satisfação, acompanhada da Banda de Música local e lançando foguetes”, seguindo em direção aos Paços do Concelho, onde foi recebida pelo Presidente da Câmara, Adriano Soares Natal, alguns vereadores do funcionalismo e outras entidades, tendo havido um

³³⁵ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 3.970, ano 78, de 19 de maio de 1970.

³³⁶ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 4.007, ano 80, de 9 de fevereiro de 1964.

³³⁷ É referido o inquérito aplicado pela JOC a 55 jovens, dos quais “45 disseram que desejariam tirar um Curso de Aperfeiçoamento Profissional”, tendo sido este o ponto relevante na totalidade das cinco questões colocadas pelos jocistas aos operários amarantinos. Tal como defendido pelos jocistas, formulado numa das questões, era importante o respeito e cumprimento do horário de trabalho definido por Lei, de forma a que os jovens tenham tempo para se dedicar devidamente aos estudos perante “as imensas dificuldades económicas, falta de explicadores a horas convenientes, falta de ajuda, compreensão e estímulo”. Algo que viria a ser colmatado com a Escola Industrial de Amarante.

³³⁸ Cf. *I Plano de Fomento*. Disponível em https://purl.sgmf.pt/PF-1959/1/PF-1959_item1/index.html

³³⁹ Cf. *Diário do Governo* n.º 246/1964, Série I de 1964-10-20. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/45980-1964-537064>

³⁴⁰ Cf. *Flor do Tâmega*, n.º 4.043, ano 80, de 25 de outubro de 1964. A notícia identifica o *Diário de Governo* de 22 de outubro, mas deveria constar 20 de outubro.

momento de intervenções, em nome dos manifestantes, por “dois jovens operários, estudantes e o Doutor Luís de Macedo”³⁴¹.

Uma luta pelo ensino público e técnico, para melhorar as condições e instrução da comunidade e dos operários amarantinos em que a Juventude Operária Católica de Amarante contribuiu ativamente. Vozes que o nosso estudo traz, pela primeira vez, à reflexão sobre os Estudos Locais e Regionais.

Fábricas Tabopan

Num período em que a Indústria amarantina, como falado no capítulo segundo, se desenvolvia em vários setores e empregava muitos amarantinos, o destaque passava pela Abreu & Companhia e pelas conhecidas fábricas Tabopan, lideradas por José Gonçalves de Abreu.

Um dos momentos destacados pelos jocistas, quer no questionário, quer nas entrevistas, foi a luta da Secção pela melhoria das condições dos operários das fábricas de madeira aglomerada, que Albino Pinto da Costa diz ter decorrido em 1961 ou 1962. Os trabalhadores, no período de almoço, comiam no exterior das instalações, em valetas ou em cima dos materiais que não eram benéficos à sua saúde, pela libertação de poeiras e partículas. Eram as mulheres que se deslocavam ao local para lhes entregar a refeição e, nos dias de chuva, os abrigavam com guarda-chuvas, para que conseguissem almoçar. A sensibilização e consciencialização da situação precária em que se encontravam foram promovidas pela Secção de S. Gonçalo e, segundo Albino Pinto da Costa, esta ação jocista fez com que, na imprensa católica, o caso fosse

³⁴¹ Consultamos a *Ata de Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Amarante*, realizada a 28 de outubro de 1964, disponível no Arquivo Municipal de Amarante, em suporte papel. [Fundo Câmara Municipal de Amarante, Capa 1744, p. 8]. A Direção-Geral do Ensino Técnico-Profissional definiu o período de inscrição para exames de admissão entre 2 e 10 de novembro, iniciando estes a 23 do mesmo mês e começando as aulas a 2 de dezembro, confirmado na *Ata de Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Amarante*, de 9 de dezembro de 1964. Na Ata é registado, “com imenso regozijo, o início das aulas na Escola Industrial, no dia dois do corrente, nas instalações provisórias do Convento de S. Gonçalo” [Fundo Câmara Municipal de Amarante, Capa 1744, p. 27].

colocado em destaque e, a nível do Governo de Salazar, um Ministro se deslocasse a Amarante para se inteirar da realidade.

Para além desta situação, outras foram elencadas no *Juventude Operária*, em 1963, num artigo intitulado “Fiscais de Trabalho Precisam-se” (Anexo 15), informando que, numa deslocação à zona norte do país, verificaram vários problemas relacionados com os operários no seu local de trabalho, com um foco nos contratos coletivos de trabalho e na precariedade dos “jornaleiros ou pessoal não diferenciado”³⁴². Esta publicação insere-se no período de ação do nosso grupo de ex-jocistas.

Esta aproximação e relação dos jocistas com os operários da Tabopan fez-se, também, desde o interior, através de “dois ou três filiados”, ali operários, nas palavras de Albino Pinto da Costa, que iam distribuindo o *Jornal da JOC* e falando com os colegas de trabalho, num “período de proibição sindical”, elucidando-os para a situação, sendo eles trabalhadores da mesma empresa, e acentuando a importância de lutarem por melhores condições. Outros jocistas, que ali não trabalhavam, distribuíam, também, o jornal, mas esta distribuição nunca foi bem recebida pelos Encarregados da Tabopan, que os expulsavam das imediações das fábricas sempre que os tentavam vender aos operários. Por isso, Vitorino Gonçalves referiu que tinham sempre receio de serem presos devido a esta ação.

O objetivo passava por sensibilizar para a necessidade de ser construído um refeitório para os seus trabalhadores, de forma a dignificar a hora de descanso. A resiliência do apostolado de leigos, apesar de não levar a uma satisfação plena dos objetivos definidos, conseguiu que fosse construída uma cantina.

Na fase em que tivemos várias conversas prévias com os ex-jocistas, a palavra refeitório era a utilizada para se referirem à cantina. Cruzando com outras fontes,

³⁴² Cf. *Juventude Operária*, n.º 227, de dezembro de 1963. Apesar de não ser identificada Amarante no que concerne aos problemas da Indústria e dos seus trabalhadores, o artigo inicia com a referência à necessidade de uma Escola Técnica na vila de Amarante, dando continuidade a uma reflexão sobre as condições de trabalho dos operários e culpando os patrões pelo incumprimento do regulamentado. Questões que vão ao encontro da luta jocista em relação à Tabopan.

como uma entrevista cedida³⁴³, em 2025, por Amadeu Alves Ribeiro, operário da Tabopan, tornou-se evidente que o construído tinha sido uma cantina, uma vez que, em 1977, aquando da visita do General Ramalho Eanes a Amarante, Amadeu Ribeiro discursou, com o objetivo de reivindicar condições mais benéficas para os operários. Esse momento foi noticiado e Adriano Correia de Oliveira (1942-1982), colocou essa notícia na capa do disco *Notícias d'Abril*, editado em 1978 (Anexo 16), onde é referida a falta de refeitório na Tabopan³⁴⁴, informando que os trabalhadores comiam “na borda das estradas ou entre pilhas de madeira”. Inspirado por este discurso, Alfredo Vieira de Sousa escreveu a letra da música intitulada “Se Vossa Excelência...” e Adriano Correia de Oliveira musicou-a³⁴⁵.

Percebemos assim a capacidade de análise da realidade do meio social da Juventude Operária Católica e a importância da sua ação que foi catalisadora de outras lutas que se estenderam e que acompanharam o acentuar das dificuldades dos trabalhadores da Tabopan.

Esse momento marca a ação e a missão deste apostolado na vila de Amarante, pelo que nos foi partilhado e evidenciado pelos ex-jocistas entrevistados. Algo que, segundo António Ribeiro Pereira, causou algum desconforto na Paróquia, pela visibilidade da Secção em lutas públicas e que envolvia uma empresa liderada por uma personalidade de destaque em Amarante e a nível nacional, junto do Governo de Salazar e da União Nacional³⁴⁶. Uma ação num contexto político, onde a repressão da ação fora das linhas definidas pelo poder político, poderia significar uma intervenção severa da PIDE³⁴⁷.

³⁴³ A entrevista pode ser lida no livro “A Voz das Primaveras”, editado pela *Officina Noctua*, em julho de 2025. O livro contém entrevistas a mais cinco pessoas e é ilustrado com fotografias de Eduardo Teixeira Pinto e alguns recortes do jornal *Flor do Tâmega*.

³⁴⁴ Como é evidenciado no texto de capa do disco, os problemas a resolver e que afetavam os trabalhadores não passavam só pela necessidade de um refeitório.

³⁴⁵ A música está disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cancao-se-va-excelencia/>

³⁴⁶ António Ribeiro Pereira soube deste episódio através do seu irmão mais velho, Francisco, que era lá operário e que disse que a luta não tinha sido bem vista, pois “ia contra o poder económico e político”.

³⁴⁷ Algo que nunca sucedeu com os jocistas amarantinos, mas que sabiam que algumas pessoas estavam atentas a comportamentos de oposição ao Estado Novo. Em entrevista, a palavra “medo” foi referida, em relação ao que poderia acontecer com eles se fossem abordados por um elemento da PIDE. Um dos

As Empregadas e a Juventude Trabalhadora

A Juventude Operária Católica Feminina também desempenhou um papel ativo na defesa das condições das jovens trabalhadoras amarantinas, partindo de um lugar de escuta ativa e de compromisso para com elas.

No Arquivo da JOC da Diocese do Porto encontramos alguns documentos que nos remetem para o *Euro Rally*³⁴⁸, um grande encontro internacional da juventude trabalhadora, e os seus momentos preparatórios, onde se enquadra a ação jocista amarantina, algo que nos foi reforçado por Luísa Pimenta.

No âmbito do *Euro Rally* da JOC, que tinha como lema *Cada J.T. é uma construtora da JOCF*³⁴⁹, a Secção de S. Gonçalo promoveu uma campanha junto das jovens trabalhadoras, aferindo as suas condições de trabalho.

Com o objetivo de auscultar as jovens trabalhadoras que exerciam a profissão de Empregada Doméstica, a Diocese pediu, por carta (Silva, 1964)³⁵⁰, que todas as suas Secções aferissem a realidade daquelas, tanto as que trabalhavam em casas

jocistas lembrou um dos episódios que assistiu, envolvendo a PIDE, na rua em que residia, próximo da sua habitação. Albino Pinto da Costa referiu que, no Estado Novo, em Amarante, “não havia falta de informantes da PIDE”. As pessoas “andavam a tentar ver quem eram os PIDE e era preciso ter cuidado com as conversas”. No *Flor do Tâmega*, apenas identificamos três referências à PIDE: na visita a Amarante do PIDE Alfredo Oliveira P. Bastos com a sua esposa Gonçalina Fernandes de Assis Gusmão e a referência ao pagamento da sua assinatura do jornal local (n.º 3.623, ano 71, de 5 de agosto de 1956), nos pêsames à família pela morte de D. Maria Rosa Moreira, tia do agente da PIDE Fernando Guedes Cabanelas (n.º 3.891, ano 76, de 29 de outubro de 1961) e as felicitações pela promoção do amigo e assinante Alfredo Oliveira Pereira Bastos, agente da PIDE, tendo sido transferido do Posto da PIDE de Vila Real de Santo António para o de Valença (n.º 3.955, ano 78, de 3 de fevereiro de 1963).

³⁴⁸ Sobre este momento da JOC Internacional, em Estrasburgo (1964), consultar a edição n.º 234, de julho de 1964, do *Juventude Operária*, disponível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto.

³⁴⁹ *J. T.* significa *Jovens Trabalhadoras*. Este lema, como outros de Campanhas da JOCF, encabeçava a correspondência, sempre que possível, quer datilografada, quer manuscrita, o que também nos ajuda na identificação dos anos de produção das fontes. Mas, durante este período, identificamos um outro lema: *Com Deus um Mundo Novo*.

³⁵⁰ SILVA, Laura – **[Carta] Querida Luísa** [Datilografado]. 1964. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

particulares, como as que exerciam em pensões³⁵¹. Este momento servia de preparação para o *Rally*³⁵².

Numa carta escrita por Luísa Pimenta (Pimenta, 1964)³⁵³, há uma partilha das condições das Empregadas Domésticas amarantinas, na senda do questionado pela Diocese. Referem que não tinham horário de trabalho e que estavam permanentemente nas casas onde serviam (as folgas eram de 5 horas quinzenalmente ou semanalmente e as folgas de dia inteiro eram muito raras); que o alojamento era bom e as refeições eram variavelmente razoáveis; que os ordenados variavam entre os 100 e os 300 escudos (tanto em pensões como em casas particulares); e que as relações com os patrões eram saudáveis, com algumas exceções.

Em resposta às questões, Luísa Pimenta informa que as empregadas domésticas não eram muito consideradas no meio. As outras empregadas, de escritório e de outras áreas, “não falam com elas de namoro”, “os homens têm mais liberdade para com elas e menos respeito”, “especialmente no café e nas pensões”, o que levava a que várias se sentissem “humilhadas”. Poucas estavam sindicalizadas, apenas uma ou duas de cada pensão, sendo que o objetivo era isentar os patrões de descontar (eram estas que tinham Cartão de Sanidade).

Para Luísa, a JOCF teve um papel importante junto deste grupo de mulheres, desde a escuta da realidade do meio em que se inseriam, até à partilha dos resultados com a Diocese e a Secção, e à reflexão e destaque dados às Empregadas Domésticas da vila de Amarante, cumprindo-se a *Hora do Rally* e, nas palavras de Laura Silva, cumprir

³⁵¹ Assim, tinham como objetivo perceber junto delas os seguintes pontos: os *horários* em que trabalhavam, o *tempo e género de refeições*, o *tempo livre* que dispunham (*diário, semanal, férias*), os *salários*, os *alojamentos*, as *relações com os Patrões*. Para além destes indicadores, eram colocadas questões, pretendendo saber o que o meio pensava das empregadas domésticas, se as *considerava ou desprezava pela sua condição profissional*, qual o sentimento delas em relação a esse olhar do meio em que estavam inseridas (se se *revoltavam* e se *sentiam inferiores perante os outros*), se as que trabalhavam em pensões tinham *sindicato* e se tinham *cartão de sanidade*. Terminava com a questão: *o que tem a JOC feito junto destas Jovens?*

³⁵² No Arquivo da JOC da Diocese do Porto identificamos alguns documentos preparatórios do *Rally Europeu*, para envio para as Secções da Diocese: um questionário desdobrável em seis páginas, um questionário datilografado numa página, um relatório do *Rally* e um esquema de uma Comissão (20-A), para ser aplicado nas Secções.

³⁵³ PIMENTA, Luísa – **[Carta] Querida Laurinha** [Manuscrito]. 1964. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

o que ela considerava ser uma militante da JOCF: “aquela que, embora naquele cantinho recôndito de Amarante, há-de, pelo seu esforço, de chegar a cada J.T., ser a construtora, unida a todas as suas irmãs de toda a Europa, do RALLY DE ESTRASBURGO” (Silva, 1964)³⁵⁴.

Uma luta que remete para ideais de liberdade e de dignidade das Jovens Trabalhadoras³⁵⁵, plasmado na quarta estrofe do *Hino do Rally Europeu 1964*³⁵⁶: Neste mundo que se agita / entre lágrimas e dores / nós queremos ficar homens / livres e empreendedores / Uma nova escravatura / não temos que recear / que injustiça e ditadura / não as queremos suportar.

³⁵⁴ SILVA, Laura – **[Carta] “Com Deus um mundo Novo”. Amiga Luísa** [Datilografado]. 1964. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira. A Secção da Madalena, estando próxima e trabalhando pontualmente, em conjunto com a Secção de S. Gonçalo, também fez o seu trabalho junto das Empregadas. Numa carta de Laura para Antónia (Laura, 1964), é salientado o esforço das jocistas e a identificação de um grande número de Empregadas, havendo necessidades das que trabalhavam nas pensões que, na altura do verão, tinham muito trabalho e os problemas eram mais evidentes. Há a motivação por parte da Diocese de as Secções não perderem o foco e de se envolverem completamente nesta luta integrada numa dimensão internacional. Cf. LAURA – **[Carta] “Com Deus um mundo Novo”. Amiga Antónia** [Datilografado]. 1964. Acessível no Arquivo da JOC da Diocese do Porto, Lourosa, Santa Maria da Feira.

³⁵⁵ Na publicação católica mensal *Lar e Trabalho*, o tema das Empregadas Domésticas ainda era evidente, em abril de 1973, na capa da edição n.º 301, ano XXXIX, com o título “Previdência para as Empregadas Domésticas”.

³⁵⁶ Consultamos um documento datilografado do Arquivo da JOC da Diocese do Porto, datado de 14 de julho de 1964, com o *Hino do Rally Europeu*, traduzido e adaptado por Mariano Calado.

Considerações Finais

Ao longo da nossa investigação fomos-nos deparando com inúmeras fontes que nos permitiram estabelecer um diálogo entre elas, cruzando informação que nos levou a várias conclusões sobre a dinâmica jocista da Secção de S. Gonçalo da JOC e da JOCF, na vila de Amarante, assim como acerca do envolvimento do apostolado de leigos com a comunidade em que praticavam a sua missão. Se a dificuldade inicial em perceber estas dinâmicas nos motivou a pesquisar e consultar o que considerávamos extenso para o tempo disponível, a identificação de documentos não tratados e a potencial utilidade do nosso trabalho para colmatar a falta de estudos de uma parte da História Católica Portuguesa, afirmou o nosso caminho. Afirmação ainda mais pertinente, considerando o nosso foco na célula mais pequena da ação do apostolado de leigos: uma Secção de um organismo especializado da ACP, organizada a nível paroquial.

Num primeiro momento, definimos os objetivos, as fontes utilizadas, como nos chegaram, que potencialidades e que limitações. Sem dúvida, os contactos pessoais deram-nos uma visão mais humanizada, pessoas vivas que acarretam as suas memórias. De seguida, reconstituímos o contexto doutrinal, recorrendo a documentos basilares, de diálogo entre Roma e Portugal, filtrados e condicionados por uma política de difícil convívio, pautada por figuras públicas de contestação a um arregimentamento institucionalizado.

O apostolado que vários manuais indiciam, que também abordámos, vive-se, ou não, pelas hesitações e incertezas, como os testemunhos orais demonstraram, uma ligação forte, identitária à Ação Católica Portuguesa e que tem continuidade até ao presente, acentuando um sentimento de pertença de um grupo que ainda se reúne anualmente, ligado pela missão, pelo Evangelho, pela reflexão.

Metodologicamente, foi nosso objetivo valorizar quer os Arquivos Institucionais, quer os Arquivos Pessoais, assim como evidenciar a importância da História Oral, em diálogo constante com as outras fontes, reconstruindo as memórias jocistas desta Secção da JOC de S. Gonçalo.

O acesso ao Arquivo da JOC da Diocese do Porto levou ao tratamento de muita informação que consideramos de futuro continuar a explorar, uma vez que os dados recolhidos e os documentos consultados permitem ampliar a nossa escala, no tempo e no espaço. É aqui que o nosso estudo também contribui, ao salientar a urgência do tratamento e organização do Arquivo da JOC da Diocese do Porto, de forma a permitir uma melhor acessibilidade a futuros investigadores e evidenciar o seu valor patrimonial e que poderá fomentar mais estudos em articulação com outras dimensões da Ação Católica Portuguesa.

Foi também comprovado o importante papel da imprensa local num processo de (re)construção de memórias, permitindo determinar cronologias e aferir o desenvolvimento do território e das populações. Num futuro, a acessibilidade aos periódicos, decisão que só depende das políticas bibliotecárias e arquivísticas, disponibilizando-os digitalmente, permitirá uma maior facilidade de trabalho a futuros investigadores.

Para este trabalho de cruzamento de fontes, evidenciamos ainda o Espólio do fotógrafo e ex-jocista Eduardo Teixeira Pinto, que fotografou muitos dos momentos da vida jocista e das suas dinâmicas no território, sendo a fotografia um Património Cultural a valorizar e aqui foi nosso objetivo destacá-la como fonte crucial de informação e de instrumento em contexto de História Oral.

Para além deste Espólio e dos Arquivos consultados, foi importante o contacto com o grupo de ex-jocistas amarantino para aferir a existência de Arquivos Pessoais. Confirmamos que, para além das fotografias, vários objetos foram importantes para a (re)construção de memórias, ante um diálogo de fontes de informação.

Assim, desenvolvemos o nosso trabalho, sabendo da importância e valor da História Oral que tem, “mais que nunca, o imperativo de testemunhar, tendo a coragem de permanecer História diante da memória de testemunhos fragmentados que têm o sentimento de uma experiência única e intransmissível” (Joutard, 2000, p. 35).

Daí a importância desta (re)construção de memórias, num cruzamento de fontes, para aumentar as vozes que não se inscrevem sempre na História Oficial Local, como é o caso da Escola Técnica de Amarante e da Tabopan. Assumindo, assim, “a responsabilidade de contribuir para a criação de outras comunidades de ouvintes para as histórias que escutamos” (Rivoi, 2015, p. 114).

Os questionários e entrevistas, precedidos de várias conversas individuais e em grupos, permitiram o diálogo e um trabalho de (re)construção conjunto ao longo do tempo, evidenciando a riqueza da partilha na primeira pessoa.

Cada um dos nossos ex-jocistas foi e é um agente histórico e religioso, partilhando as suas memórias, através de uma “linguagem própria, a dos símbolos, associados a emoções transmitidas culturalmente e assimiladas, vividas e transformadas” (Santos, 2002, p. 401), levando a um sentimento de pertença a este movimento e mantendo a nostalgia dos tempos em que se sentiam agente ativos na comunidade, participando e intervindo nas dinâmicas locais, auxiliando o Outro.

As várias dinâmicas que fomos identificando e desenvolvendo, trazendo os *objetos de sutura* e *mnemónicos* que vão guardando nos Arquivos Pessoais, traduzem o que foi uma forte atividade na comunidade e, principalmente, junto dos operários e operárias da vila de Amarante por parte deste grupo de jocistas, como era objetivo deste organismo especializado da ACP: atuar e transformar o seu meio social, orientando os jovens trabalhadores na vida pessoal, familiar, social, religiosa e laboral.

Não descurando a importância do todo para a força e vitalidade do grupo, mesmo que com obstáculos e dificuldade de recrutamento evidentes, tendo em conta as tensões e conflitos identificados ao longo da vida da ACP, confirmamos o trabalho junto da comunidade na luta pela escola pública na vila, com a criação da Escola Industrial e pela dignidade dos trabalhadores da Tabopan, pelas mulheres, levando a um impacto local que ainda hoje é recordado.

Identificando essas dinâmicas, conseguimos mapear os lugares de ação e de vivência jocistas no território amarantino, onde é evidente a ligação a Obras, Associações e Instituições Locais, assim como uma validação de personalidades

políticas, industriais e comerciais da vila, como é evidente no apoio dado a algumas das dinâmicas. Em torno do grupo, a ligação a algumas pessoas de destaque permitia uma rede de sociabilidade, de contacto, que validava e respeitava a ação jocista em Amarante, não descurando, como referimos no nosso estudo, alguns momentos em que, pelo contexto social e político, o olhar não ter sido sempre linear.

A força deste apostolado de leigos marcou em muito o período em que o Estado Novo se impôs à sociedade portuguesa. Aquela força, a resistência, que identificamos e que fez com que liberdade, direitos, trabalho, dignidade, fossem conceitos presentes na ação de milhares de trabalhadores foi, de alguma forma, transportada até ao presente.

Consideramos assim, pelo que concluímos ao longo da investigação, que o nosso trabalho terá seguimento junto e com a comunidade jocista, escolar e amarantina no geral, no âmbito de um projeto de mediação cultural e patrimonial com as escolas e outras instituições, integrando-o em atividades que se enquadram nos conteúdos pedagógicos de vários níveis de ensino, desenvolvendo a investigação que aqui iniciamos.

Esta continuidade é sintomática da utilidade que o nosso estudo poderá ter para uma plena democracia de vozes que devem ser ouvidas e re(construtoras) do nosso Património Cultural. As entrevistas que foram gravadas em suporte audiovisual e áudio, assim como outras intervenções registadas com a colaboração dos ex-jocistas, são documentos que atestam a importância e veracidade do seu contributo para a comunidade. Serão parte de um Inventário Participativo Jocista, colmatando a falta de informação e documentação sobre o tema em Amarante.

Finalmente, esperamos que a nossa investigação, para além do contributo para o estudo da Ação Católica Portuguesa a nível paroquial, de Secção, seja uma espoleta para a continuidade e aprofundamento dos Estudos Locais e Regionais, da História de Amarante, da História Religiosa Portuguesa, partindo da ação concreta de pessoas numa vila do interior norte de Portugal e com um impacto relevante no território.

Fontes de informação

Arquivos

Arquivo da JOC da Diocese do Porto

Correspondência (do ano 1956 ao ano 1967)

Juventude Operária (de dezembro de 1962 a maio de 1967)

Arquivo Municipal de Amarante / Biblioteca Municipal Albano Sardoeira

Jornal Flor do Tâmega (n.º 2.458, ano 48, de 11 de fevereiro de 1934 ao n.º 4.303, ano 86, de 14 de dezembro de 1969)

Atas da Câmara Municipal de Amarante

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Amarante, de 28 de outubro de 1964

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Amarante, de 9 de dezembro de 1964

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Amarante, de 29 de junho de 2021

Arquivo da Paróquia de S. Gonçalo (Amarante)

Assento de Casamento, n.º 9, 1962

Plataforma de Arquivos Pessoais e de Instituições Religiosas (PAPIR)

Coleção Documental Abel Varzim

PT FAV CDAV/C/02/001

PT FAV CDAV/C/02/013

PT FAV CDAV/C/02/014

PT FAV CDAV/C/02/015

Entrevistas e Questionários

Agostinho Silva

Albino Pinto da Costa

Alda Macedo Patrício Santiago

Aníbal Pereira Lório

António Ribeiro Pereira

Aparício Pereira Cardoso Castanheira

Artur Correia

Eva Maria Sousa Neto

Fernando Manuel Maia da Silva

Francisco Monteiro da Silva

Joaquim Ferreira Pereira

José Leopoldo da Silva Cardoso

José Sardoeira da Silva

Luísa da Graça Pimenta da Costa Carmo dos Santos

Manuel Armando Pereira Teixeira

Manuel Ilídio Magalhães Pinto Ribeiro

Maria Augusta Pereira Pacheco

Maria Conceição Costa Sousa e Castro

Maria da Conceição Teixeira Andrade

Maria de Lurdes de Carvalho Coelho

Maria Fernanda Carvalho Monteiro Guedes

Maria Hortência Oliveira Moura Silva

Maria José Lima Coelho Gonçalves Cardoso

Maximiana Jesus Ferreira

Vítor Fernando Maia da Silva

Vitorino Lima Coelho Gonçalves

Periódicos

Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa, n.º 1, Ano I, maio de 1934.

Voz da Fátima. N.º 135, Ano XII, 13 de dezembro de 1933. Disponível em <https://www.fatima.pt/pt/documentacao>

Estatísticas

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - **IX Recenseamento Geral da População: no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950**, Tomo I.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - **X Recenseamento Geral da População: no Continente e Ilhas Adjacentes às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960**, Tomo I, Volume 1.º.

Documentação Pontifícia e Episcopal

Cartas Encíclicas

Divinis Redemptoris, de 19 de março de 1937 (Pio XI)

Pacem in Terris, de 11 de abril de 1963 (João XXIII)

Populorum Progressio, de 26 de março de 1967 (Paulo VI)

Quadragesimo Anno, de 15 de maio de 1931 (Pio XI)

Rerum Novarum, de 15 de maio de 1891 (Leão XIII)

Código de Direito Canónico de 1917. Disponível em <https://www.iuscangreg.it/>

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL – **Concordata e Acordo Missionário de 7 de maio de 1940**. Lisboa: Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943. 123 p. [s/ISBN].

Publicações da Ação Católica

ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA - **A Igreja e o Apostolado dos Leigos**. 2.^a edição. Lisboa: Edições da A.C.P., 1957. [S/ISBN].

ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA (Junta Central) – **A Mensagem de Fátima**. Lisboa: Editorial Logos, 1961. 85 p.

ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA - Bases Orgânicas da Acção Católica Portuguesa. In **Guia da Acção Católica Portuguesa: Vol. 1, Bases, Estatutos e Regulamento Geral**. Lisboa: 1946. [S/ISBN].

ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA - **Dia da JOC Mundial**. 1954. [S/ISBN].

ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA. Direcção Geral da J.O.C. - **Estatuto da Juventude Trabalhadora**. Lisboa: Edição da Direcção Geral da J.O.C., 1945. [S/ISBN].

ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA - **Peregrinação Nacional da Juventude Trabalhadora a Fátima**. 1955. [S/ISBN]

CIVARDI, Luís Mons. - Juventude Católica Feminina - In **Manual de Acção Católica: Vol II, A Prática**. Porto: 1936. [S/ISBN].

FERNANDES, Mons. Domingos A. - Elementos Constitutivos da Paróquia. In **Paróquia: Comunidade Missionária**. Lisboa: Edição da Junta Central da Acção Católica Portuguesa, 1951. [s/ISBN]. pp. 41-58.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, António José de - Acção Católica Portuguesa. In SANTOS, Claudiano Avelino dos (dir.) - **Dicionário do Concílio Vaticano II**. 1.ª edição. São Paulo, Brasil: Paulinas, 2015. ISBN 978-85-349-4093-1. pp. 2-5.

ALVES, Artur da Mota - **O Brasão da Vila de Amarante**. Amarante: Edições do Tâmega, 1993. ISBN 972-9470-06-5.

ALVES, Paulo Bruno Pereira Paiva – A imprensa católica: o meio mais útil do “bom combate”. In **A imprensa católica na Primeira República: do fim do jornal A Palavra (1911) ao Concílio Plenário Português (1926)**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012. Tese de Doutoramento. pp. 79-113.

ARAÚJO, Fátima Isabel; FREITAS, Julieta (coord.). **Escola Secundária de Amarante: 50 anos de Escola Pública**. Amarante: Edição da Escola Secundária/3 de Amarante, 2015. 176 p. [s/ISBN].

AZEVEDO, Carlos Alberto Moreira – Porto, Diocese do. In AZEVEDO, Carlos Alberto Moreira (dir.) – **Dicionário de História Religiosa de Portugal**, Volume 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 972-42-2313-2. pp. 5-56.

BARRETO, José – Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. **Análise Social**. Lisboa. ISSN 0003-2573. Volume XXIX (125-126) (1994), pp. 551-581.

BARREIRA, Raul; PINTO, Pedro Alves – As delimitações da vila de Amarante. **Testemunhos**. Amarante. ISSN 1647-1959. Número 1 (2008) pp. 7-11.

BRIGHENTI, Agenor – Método Ver-Julgar-Agir. In SANTOS, Claudiano Avelino dos (dir.) - **Dicionário do Concílio Vaticano II**. 1.ª edição. São Paulo, Brasil: Paulinas, 2015. ISBN 978-85-349-4093-1. pp. 608-615.

BRIGHENTI, Agenor - Paróquia. In SANTOS, Claudiano Avelino dos (dir.) - **Dicionário do Concílio Vaticano II**. 1.ª edição. São Paulo, Brasil: Paulinas, 2015. ISBN 978-85-349-4093-1. pp. 712-716.

CASTANHEIRA, Maria Elvira Rodrigues – A Flor do Tâmega: contributos para o estudo da origem e desenvolvimento da Imprensa em Amarante. In **Amarante Congresso**

Histórico 98 Actas, Volume III (Património, Arte e Arqueologia). Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2000. ISBN 972-98539-0-8. pp. 179-220.

CLEMENTE, Manuel - A Igreja Católica no Constitucionalismo: Criatividade - In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - **História Religiosa de Portugal**, Volume 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. ISBN 972-422460-0. p. 106-125.

CRUZ, Manuel Braga da – As elites católicas nos primórdios do salazarismo. **Análise Social**, Lisboa. Volume XXVII (116-117), pp. 547-574.

FERREIRA, António Matos – A Acção Católica: questões em torno da organização e da autonomia da Acção da Igreja Católica (1933-1958). In **O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)**, Volume II. Lisboa: Fragmentos, 1987. [s/ISBN]. pp. 281-301.

FERREIRA, António Matos; FONTES, Paulo Fernando de Oliveira – Acção Católica Portuguesa. In AZEVEDO, Carlos Alberto Moreira (dir.) – **Dicionário de História Religiosa de Portugal**, Volume 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2313-2. pp. 9-18.

FERREIRA, Carina Raquel Gomes – **Os movimentos católicos femininos na Arquidiocese de Braga: a Liga Agrícola Católica Feminina e a Liga Operária Católica Feminina (anos 30 a 70 do século XX)**. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2018. 166 p. Dissertação de Mestrado.

FONTES, Paulo Fernando de Oliveira - A institucionalização da Acção Católica Portuguesa e a Festa de Cristo-Rei. **Lusitania Sacra**. ISSN 0076-1508. 2.ª Série, Tomo 19-20 (2007), pp. 171-193.

FONTES, Paulo Fernando de Oliveira – Imprensa Católica. In AZEVEDO, Carlos Alberto Moreira (dir.) – **Dicionário de História Religiosa de Portugal**, Volume 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2313-2. pp. 423-429.

FONTES, Paulo Fernando de Oliveira – Introdução. In **Elites Católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. ISBN 978-972-31-1366-2. pp. 1-26.

FONTES, Paulo Fernando de Oliveira – Instituição, Estrutura e Objectivos da ACP. In **Elites Católicas em Portugal: o papel da Ação Católica (1940-1961)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. ISBN 978-972-31-1366-2. pp. 319-373.

FONTES, Paulo Fernando de Oliveira - Catolicismo Social. In AZEVEDO, Carlos Alberto Moreira (dir.) – **Dicionário de História Religiosa de Portugal**, Volume 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2313-2. pp. 310-324.

FONTES, Paulo Fernando de Oliveira – Para a História da ACP. In **Elites Católicas em Portugal: o papel da Ação Católica (1940-1961)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. ISBN 978-972-31-1366-2. pp. 425-459.

FONTES, Paulo Fernando de Oliveira - O catolicismo português no século XX: da separação à democracia - In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - **História Religiosa de Portugal**, Volume 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. ISBN 972-422460-0. p. 129-351.

GAGO, Alice Borges - Arquivos de Memória Social: projetos de salvaguarda de património documental. **Lusitania Sacra**, (45), 129-134 (2022). Consultado a 2 de junho de 2025. Disponível em <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2022.n45>. ISSN 0076-1508.

GOMES, D. António Ferreira. **Carta a Salazar**. Edições Tâmega. 1993. ISBN 972-9470-09-X.

GONÇALO, Amaro; COUTINHO, Luís - **Igrejas de Amarante: São Gonçalo, São Pedro, São Domingos**. Amarante: Paróquia de Amarante (São Gonçalo), 2001. 69 p. ISBN 972-97215-2-1.

GONZÁLEZ, Ana Maria Sosa; GOULARTE, Daniela Vieira - Narrativas orais e visuais: uma metodologia para conhecer relações fenomenológicas entre sujeitos e antigos lugares de trabalho. **História Oral**. 25(2) (2022) 197-222. Disponível em <https://doi.org/10.51880/ho.v25i2.1267>. ISSN 2358-1654.

GUICHARD, François - **Amarante: Structures Socio-Economiques et liens de dependence dans un «concelho» du nord-ouest portugais**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1980. [s/ISBN].

- GUILLAUME, Marc – Os objetos da memória. In **A Política do Património**. Porto: Campo das Letras, 2003. ISBN 972-610-704-0. pp. 43-85.
- JOSAPHAT, Carlos - Cardijn, Joseph. In SANTOS, Claudiano Avelino dos (dir.) - **Dicionário do Concílio Vaticano II**. 1.ª edição. São Paulo, Brasil: Paulinas, 2015. ISBN 978-85-349-4093-1. pp. 76-78.
- JOUTARD, Philippe – Desafios à história oral do século XXI. In M. M. Ferreira; T. M. Fernandes; V. Alberti (orgs.), **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. pp. 31-45. ISBN 85-85676-84-1.
- JUNIOR, Fernando Altermeyer – Crises no Concílio. In SANTOS, Claudiano Avelino dos (dir.) - **Dicionário do Concílio Vaticano II**. 1.ª edição. São Paulo, Brasil: Paulinas, 2015. ISBN 978-85-349-4093-1. pp. 232-236.
- KUZMA, Cesar - Leigos. In SANTOS, Claudiano Avelino dos (dir.) - **Dicionário do Concílio Vaticano II**. 1.ª edição. São Paulo, Brasil: Paulinas, 2015. ISBN 978-85-349-4093-1. pp. 527-533.
- M. M. - O Concílio Vaticano II. In BAPTISTA, António Alçada (dir.) - **O Tempo e o Modo: Revista de Pensamento e Acção**, n.º 1. Lisboa: Livraria Moraes Editora. [s/ISSN]. pp. 52-55.
- MARQUES, Bernardo de Serpa - Amarante: de uma vila sem termo a um concelho de quarenta freguesias. In **Amarante Congresso Histórico 98 Actas**, IV Volume: Poder Local, Municípios, Autarquias e Instituições. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2001. ISBN 972-98539-0-8. pp. 47-55.
- MARQUES, Bernardo de Serpa – Formação e evolução territorial do concelho de Amarante. **Entremuros**. Amarante. [s/ISSN]. Número 1 (1990) pp. 10-14.
- MARQUES, Bernardo de Serpa; COSTA, Francisco da Silva; BASTO, Orlando - São Veríssimo de Amarante: uma freguesia extinta. In **Amarante Congresso Histórico 98 Actas**, IV Volume: Poder Local, Municípios, Autarquias e Instituições. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2001. ISBN 972-98539-0-8. pp. 57-62.
- MESQUITA, Ana Luísa Cardoso Dinis de – A Fábrica. In **Indústrias Tabopan: o que acontece quando uma fábrica em ruínas renasce?**. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017. Dissertação de Mestrado. pp. 81-122.

NEVES, Moreira dos – O Património dos Pobres. In **O Padre Américo**. Lisboa: Edições Paulistas, 1987. [s/ISBN]. pp. 65-72.

NOBRE, Susana Maria Falcão – Padre Abel Varzim – um ser que libertou os outros. In **Padre Abel Varzim - Um ser livre que libertou os outros: uma proposta educativa a partir da reflexão sobre a Unidade Letiva 3 do 8.º ano "Liberdade"**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, 2020. Dissertação de Mestrado em Ciências Religiosas. Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionado. pp. 68-77.

PEREIRA, Marta da Conceição Meireles – A breve passagem do Flor do Tâmega como órgão do Partido Regenerador Liberal. In **II Congresso Histórico de Amarante 2009 Actas**, I Volume, Tomo III (Política, Sociedade e Cultura). Amarante: Câmara Municipal de Amarante. ISBN 978-989-8141-26-2. pp. 95-110.

PIMENTEL, Irene Flunser - Manuel Gonçalves Cerejeira e o Estado Novo. **Povos e Culturas**. Os Católicos e o 25 de Abril. Número Especial (2014) 95-115. Disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/povoseculturas/issue/view/562>. ISSN 0873-5921.

PINTO, Eduardo da Costa Teixeira [et al.] – **Parque Florestal de Amarante: uma obra centenária. Volume II: Olhares Intemporais de Eduardo Teixeira Pinto**. Amarante: Associação para a Criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto e Câmara Municipal de Amarante, 2016. 243 p. ISBN 978-989-8141-77-4.

PINTO, Pedro Alves – A visita do General Humberto Delgado a Amarante. **Testemunhos**. Amarante. ISSN 1647-1959. Número 1 (2008) pp. 39-43.

PORTELLI, Alessandro – Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História** 15, (1997) 13-49. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>. ISSN 2176-2767.

RESENDE, Nuno – Fotografia-Ciência-Objeto. **Revelar: Revista de Estudos de Fotografia e de Imagem**. Porto. ISSN 2183-945X. Volume 5 (dezembro de 2020), p. 5.

REZOLA, Maria Inácia– Acção Católica Portuguesa. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – **Dicionário de História do Estado Novo**, Volume 1. Lisboa: Bertrand Editora, 1996. ISBN 972-25-1015-0. pp. 12-13.

- REZOLA, Maria Inácia – Católicos, Operários e Sindicatos. **Lusitania Sacra**. Lisboa. ISSN 0076-1508. Número 6, 2.^a Série, Tomo VI (1994), pp. 101-127.
- REZOLA, Maria Inácia – Introdução Geral. In **O Sindicalismo Católico no Estado Novo: 1931-1948**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. ISBN 972-33-1488-6. pp. 13-21.
- ROCHA, Georgino – Paróquia II. In AZEVEDO, Carlos Alberto Moreira (dir.) – **Dicionário de História Religiosa de Portugal**, Volume 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 972-42-2313-2. pp. 376-380.
- ROSAS, Fernando – A «indústria nacional». In MATTOSO, José (dir.) – **História de Portugal: O Estado Novo**, Volume 7. Lisboa: Editora Estampa, 1994. ISBN 972-33-1086-4. pp. 61-99.
- ROSAS, Fernando – A lenta agonia do salazarismo. In MATTOSO, José (dir.) – **História de Portugal: O Estado Novo**, Volume 7. Lisboa: Editora Estampa, 1994. ISBN 972-33-1086-4. pp. 503-543.
- ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira – A ética da escuta: o desafio dos pesquisadores em História Oral. **Testimonios**, 4 (2015) 109-120. Disponível em <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/32375>. ISSN 1852-4532.
- SANTOS, Luís Aguiar – Condicionantes na configuração do campo religioso português. In AZEVEDO, Carlos Alberto Moreira (dir.) – **Dicionário de História Religiosa de Portugal**, Volume 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. ISBN 972-42-2460-0. pp. 401-417.
- SARDOEIRA, Albano – A Venerável Irmandade de S. Pedro. **Testemunhos**. Amarante. ISSN 1647-1959. Número 3 (2012) pp. 17-18.
- SIMPSON, Duncan - A Nova Ordem, 1933-1945. In **A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista**. Lisboa: Edições 70, 2014. ISBN 978-972-44-1774-5. pp. 71-119.
- TEIXEIRA, Rui Miguel da Silva – Amarante: Marginalidade e más condições de vida na viragem do século (1900). In **Amarante Congresso Histórico 98 Actas**. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2000. ISBN 972-98539-0-8. pp. 923-938.

TOURAULT, Philippe – A Igreja entre tradição e inovações (1914-1958). In **História Concisa da Igreja**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998. ISBN 972-1-04485-7. pp. 301-303.

VASCONCELOS, Joaquim de - **Amarante**. Amarante: Edições do Tâmega, 2001. ISBN 972-9470-22-7.

VASCONCELOS, Leite de – **Etnografia Portuguesa**, Volume IX. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. 740 p. [s/ISBN].

VASCONCELOS, Leite de – **Etnografia Portuguesa**, Volume X. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988. 848 p. [s/ISBN].

VIEIRA, José Augusto – Amarante. In **O Minho Pitoresco**, Volume II. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1887. pp. 403-442.

ZAMAGNA, Domingos - Doutrina Social da Igreja. In SANTOS, Claudiano Avelino dos (dir.) - **Dicionário do Concílio Vaticano II**. 1.^a edição. São Paulo, Brasil: Paulinas, 2015. ISBN 978-85-349-4093-1. pp. 308-312.

Plataformas digitais

Assembleia da República www.parlamento.pt

Câmara Municipal de Amarante www.cm-amarante.pt

Diocese do Porto www.diocese-porto.pt

Instituto Nacional de Estatística www.ine.pt

Paróquia de S. Gonçalo (Amarante) <https://saogoncalo-amarante.pt/>

Plataforma de Arquivos Pessoais e de Instituições Religiosas www.papir.cehr.ft.ucp.pt

Santuário de Fátima www.fatima.pt

Anexos

Anexo 1 – Ficha de inscrição da JOCF

Arquivo da JOC da Diocese do Porto. Verso da ficha de inscrição de Maria Augusta Monteiro da Secção de S. Gonçalo, 1938.

Questionário a preencher pela associada:

Na sua Paróquia a que obras se dedica :

Está inscrita e trabalha em alguma Ass. aux. da A. C., (Apostolado da Oração, ~~Filhas de Maria, etc.~~) (1) ou obra da A. C. ?

Que aptidões tem ? ~~exame, diploma.~~

Ciências caseiras : cosinhar, (1) coser, bordar, ~~talhar.~~

Sabe : piano-(1) harmonium, violino, canto, desenho, ~~pintura, escrever à máquina, encadernar.~~

~~Onde está empregada ?~~

~~Desde quando ?~~

~~Está sindicalizada ?~~

~~Pode andar sózinha ?~~

~~Funções inúteis.~~

Arquivo Diocesano da JOCF

Anexo 2 – Ficha de inscrição da Pré-JOCF

Arquivo da JOC da Diocese do Porto. Verso da ficha de inscrição de Cândida Assunção, 1949.

Remeter ao Secretariado Diocesano da J. O. C. F.

Questionário a preencher pela associada:

Qual a sua ocupação ?

Tem muito tempo livre ?

Está inscrita em alguma associação de piedade ?

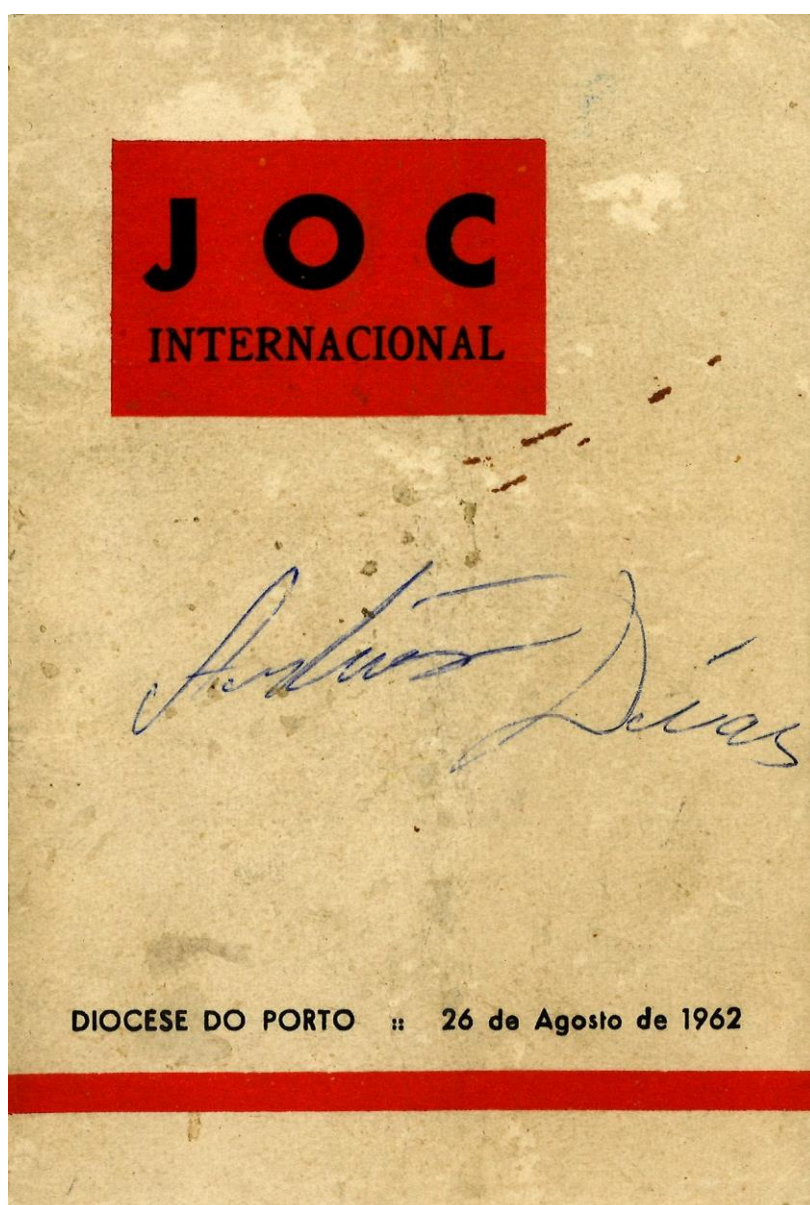
É catequista ?

Sabe ler ?

Sabe escrever ?

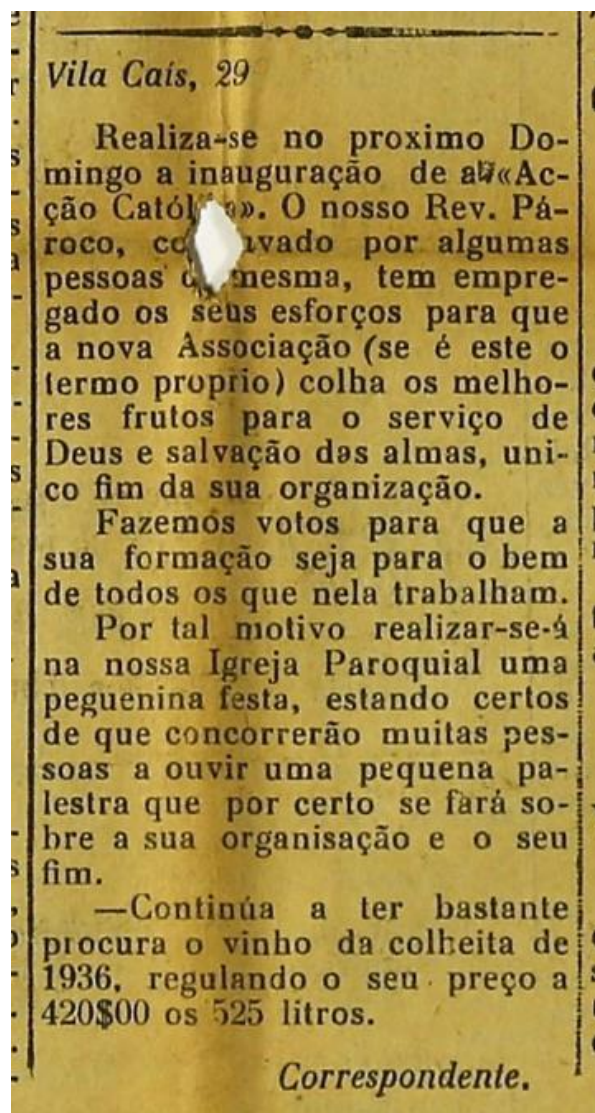
Anexo 3 - Livro JOC Internacional

Arquivo Pessoal de Artur Correia, 1962.



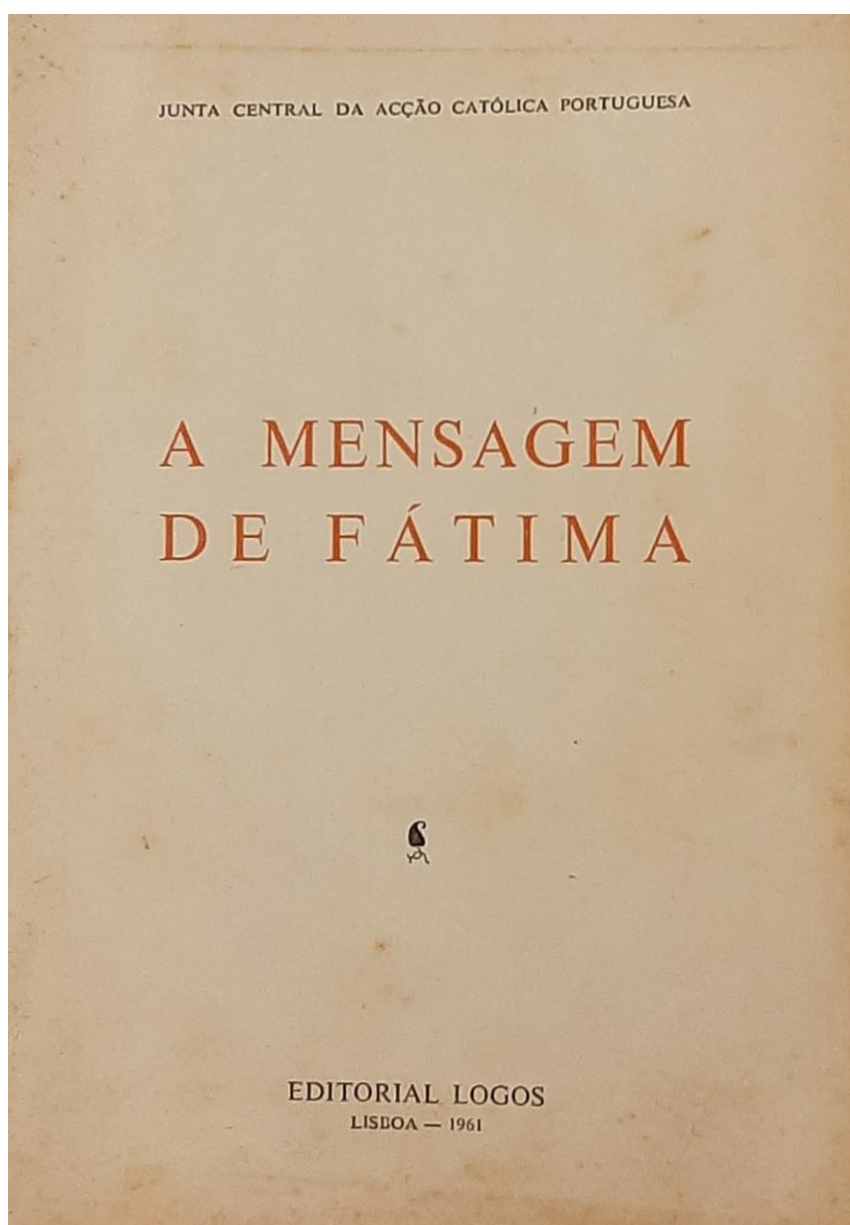
Anexo 4 – Inauguração da Ação Católica em Vila Caiz (Amarante)

Fundo Biblioteca Municipal Albano Sardoeira. *Flor do Tâmega*, n.º 2.652, ano 51, de 31 de outubro de 1937.



Anexo 5 – Livro “A Mensagem de Fátima” (1961)

Arquivo Pessoal de José Gonçalves.



Anexo 6 – Sede da JOC e da JOCF de S. Gonçalo (Amarante)

Arquivo Pessoal de José Gonçalves. Fotografias de José Gonçalves, 2025.



Anexo 7 – Cartões de Dirigente da JOC

Arquivo Pessoal de Albino Pinto da Costa (1961, 1962, 1963, 1964).

JUVENTUDE CATÓLICA (J. O. C.) CARTÃO DE DIRIGENTE Nome <u>Albino Pinto da Costa</u> Cargo <u>Presidente da Secção de Amaranante</u> Válido até à Festa de Cristo-Rei de 1961 O Presidente <i>António Américo Costa</i>	JUVENTUDE CATÓLICA (J. O. C.) CARTÃO DE DIRIGENTE Nome <u>Albino Pinto da Costa</u> Cargo <u>Vogal da Secção de Amaranante</u> Válido até à Festa de Cristo-Rei de 1962 O Presidente <i>António Américo Costa</i>
JUVENTUDE CATÓLICA (J. O. C.) CARTÃO DE DIRIGENTE Nome <u>Albino Pinto da Costa</u> Cargo <u>Secretário da Secção de Amaranante</u> Válido até à Festa de Cristo-Rei de 1963 O Presidente <i>António Américo Costa</i>	JUVENTUDE CATÓLICA (J. O. C.) CARTÃO DE DIRIGENTE Nome <u>Albino Pinto da Costa</u> Cargo <u>Presidente da Secção de Amaranante</u> Válido até à Festa de Cristo-Rei de 1964 O Presidente, <i>António Américo Costa</i>

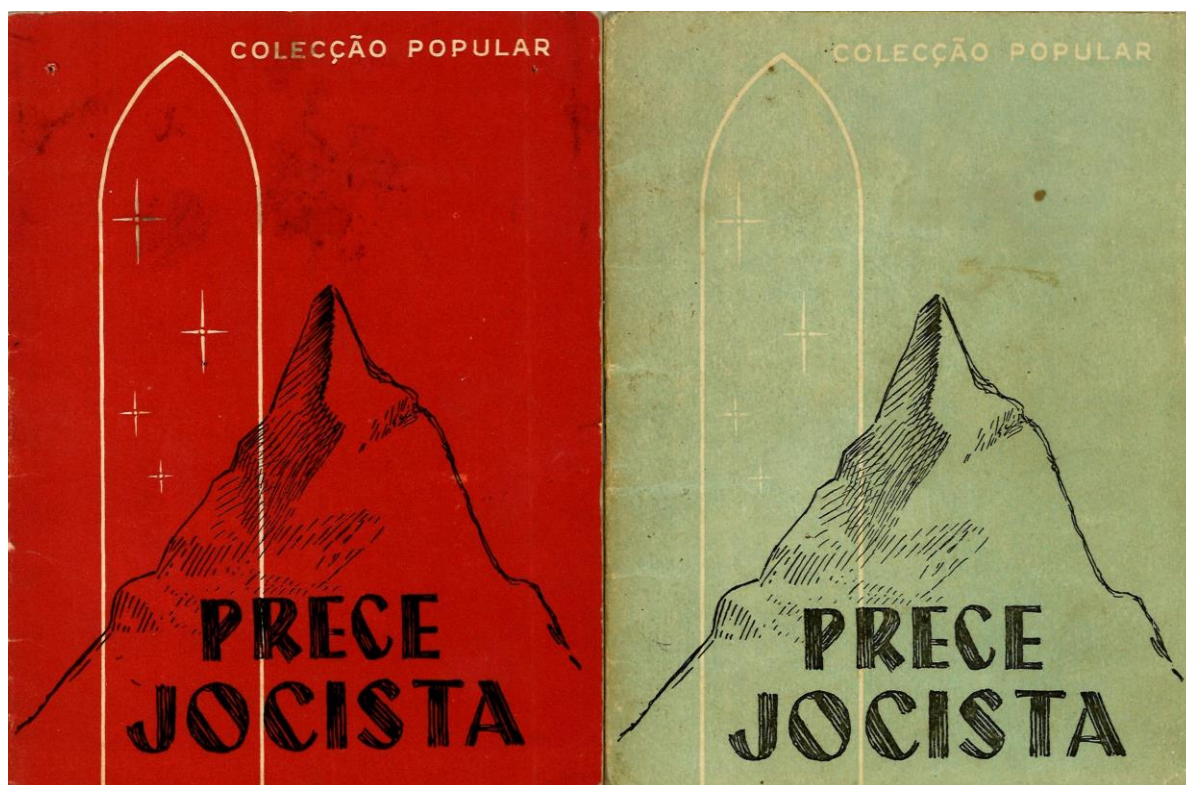
Anexo 8 – Pagela Jocista

Arquivo Pessoal de Albino Pinto da Costa, sem data.



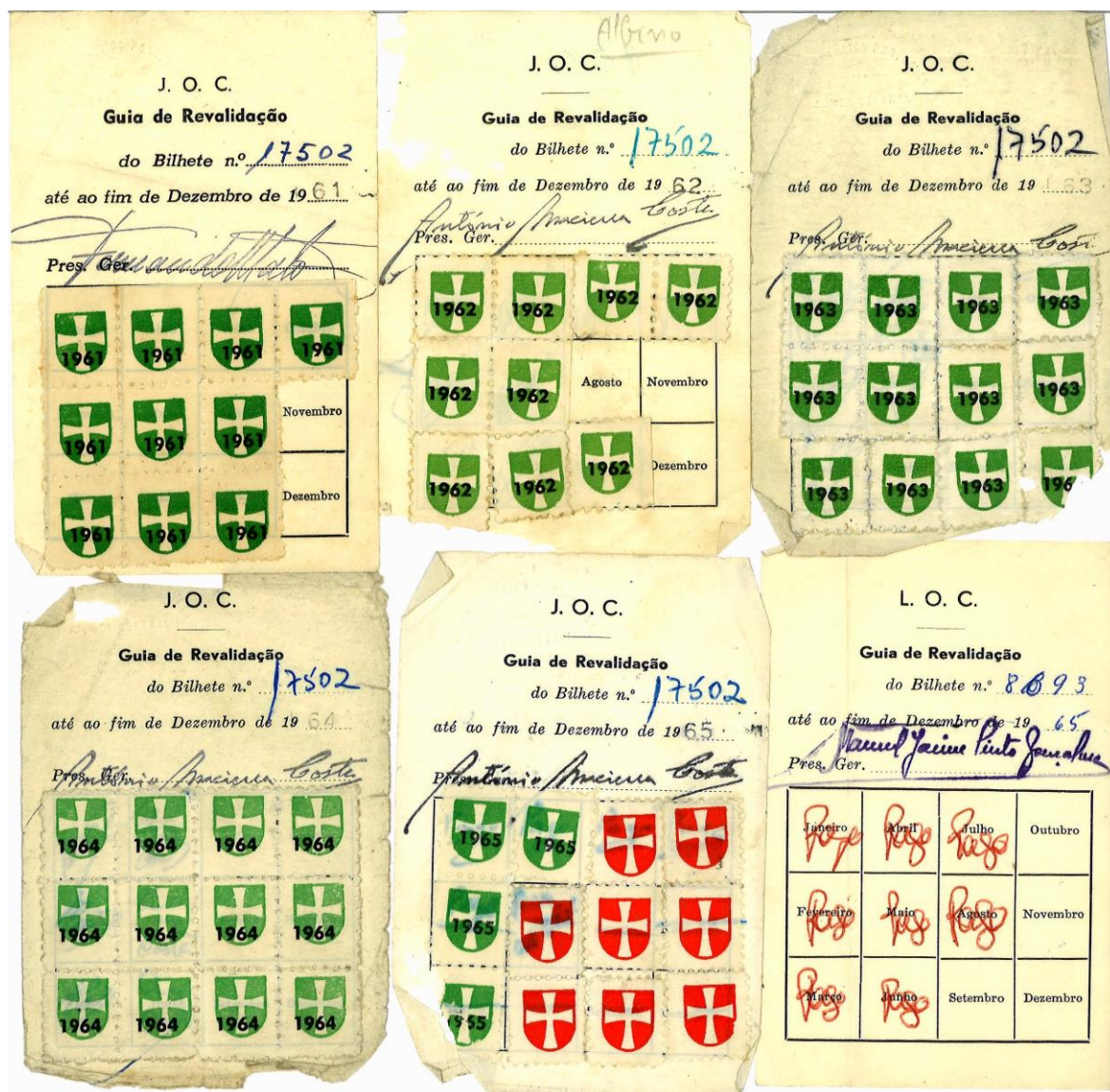
Anexo 9 – Preces Jocistas

Arquivo Pessoal de Albino Pinto da Costa, 1953. Prece Jocista para raparigas (vermelho) e para rapazes (verde).



Anexo 10 – Guias de revalidação da JOC e da LOC

Arquivo Pessoal de Albino Pinto da Costa (1961, 1962, 1963, 1964, 1965).



Anexo 11 – Calendário Jocista de 1965

Arquivo da JOC da Diocese do Porto. Juventude Operária, n.º 237, ano XX, de outubro de 1964.



**CALENDÁRIO
JOCISTA
1965**

**EM CASA
NA FÁBRICA
NO ESCRITÓRIO
NA ESCOLA
NA OFICINA**

**DEVE EXISTIR O
CALENDÁRIO JOCISTA
1965**

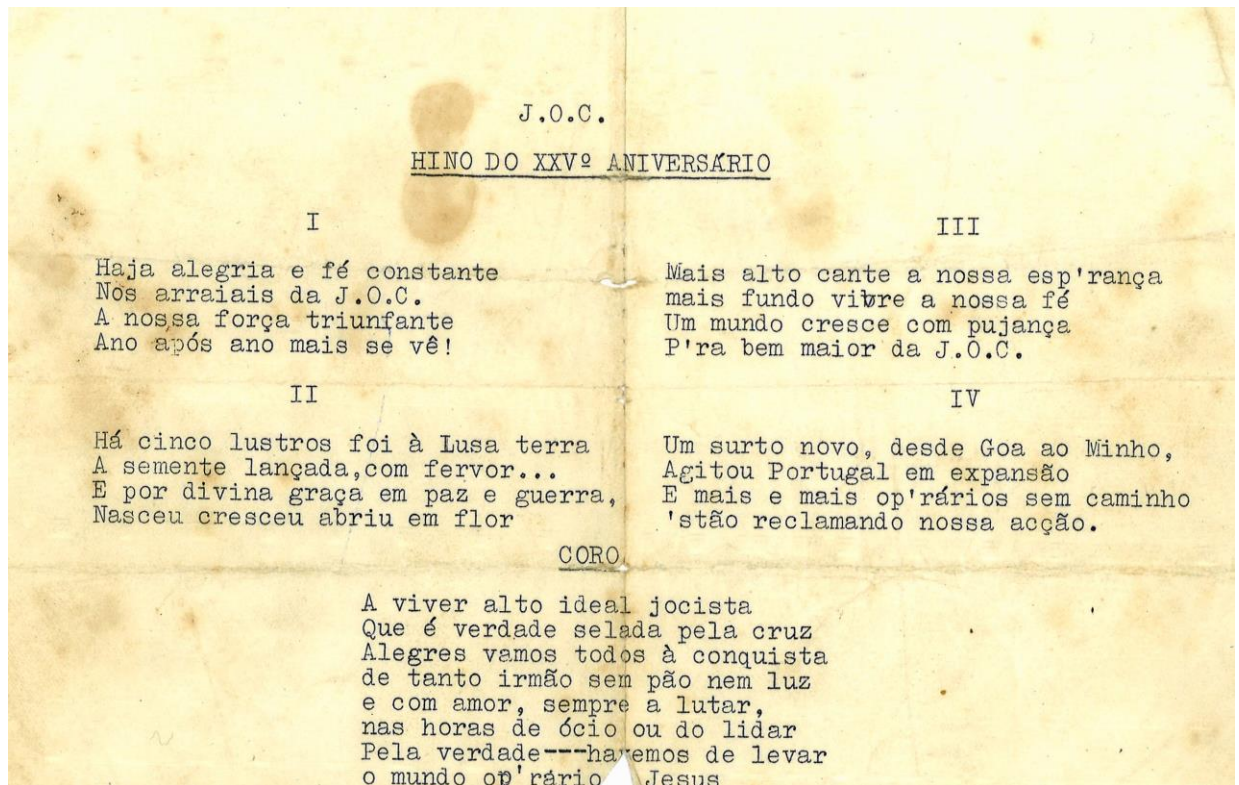
ADQUIRA-O JÁ!

1965 calendário JOCISTA

JANEIRO	4	11	18	25	
SEGUNDA	5	12	19	26	
TERÇA	6	13	20	27	
QUARTA	7	14	21	28	
QUINTA	1	8	15	22	29
SEXTA	2	9	16	23	30
SÁBADO	3	10	17	24	31
DOMINGO					

Anexo 12 – Hino do XXV.º Aniversário da JOC

Arquivo Pessoal de Albino Pinto da Costa, 1960.



Anexo 13 – Bilhete de comboio e cartão de alojamento

Arquivo Pessoal de Albino Pinto da Costa, 1960.

COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES
S. A. R. L.

Serviços Especiais 05548

De _____

1.ª cl. _____
a 2.ª cl. *Fátima*
3.ª cl. _____

E VOLTA

Via _____

C.º n.º *6320* de *16* / *9* / 19 *60*

(a) _____

PRAZO DE VALIDADE
de *16* / *9* / 19 *60* até *2* / *10* / 19 *60*

aplicada, Cartaz ou numero de expediente.

COMEMORAÇÕES DO XXV ANIVERSÁRIO
DA J. O. C. PORTUGUESA

II Semana Nacional de Estudos
FÁTIMA — 1960 Nº 235

Cartão de Alojamento

DIOCESE Porto SECÇÃO Amarante

Nome Albino Pinto da Costa

Cargo ?

Alojamento *H. S. RA das DORES*

Quarto N.º *111* Cama N.º _____

Responsável *João Maria Mendonça Barros*

Anexo 14 – Inquérito da Secção de S. Gonçalo da JOC

Fundo Biblioteca Municipal Albano Sardoeira. *Flor do Tâmega* n.º 3.915, ano 77, de 22 de abril de 1962.

Ó Ensino Técnico em Amarante

A Secção de J. O. C. de Amarante, promove no próximo dia 27 pelas 9 horas na Sede dos Bombeiros Voluntários de Amarante, que gentilmente foi cedida, uma assembleia destinada a todos os jovens, em especial operários, para estudo deste mágnó problema.

A ordem dos trabalhos a realizar é a seguinte :

1.º—«A necessidade do Ensino Técnico do Mundo do Trabalho» pelo Sr. Joaquim José Macedo Teixeira ;

2.º—«Apresentação das diligências já efectuadas para a vinda da Escola Técnica» por Albino Pinto da Costa ;

3.º—Lançamento do Inquérito com conclusões pessoais—discussão em grupos—apresentado por um elemento jocista.

4.º—Conclusões Gerais.

N. B.—Dada a importância desta actividade chama-se a atenção dos Jovens para a responsa-

bilidade que lhes cabe no seu bom êxito, porque a Escola Técnica será um grande avanço para a vida Amarantina.

—O estudo e as conclusões tiradas serão tornadas públicas oportunamente.

—Para melhor aproveitamento do tempo e para que desde já todos os interessados preparem as suas respostas, dá-se conhecimento do que se pergunta no inquérito.

INQUÉRITO

1.º—Que noções de responsabilidade profissional há nos nossos operários, com que ideias vão eles para o trabalho e como trabalham ?

2.º—Qual é o nível de cultura dos operários de Amarante ?

3.º—Que fazem as crianças, que os pais não podem encaminhar para o Ensino Liceal, depois da instrução primária até aos 14 anos ?

4.º—Em que se ocupam os jovens depois das 8 horas de trabalho diário ?.

Auxilie a construção do Bairro para os Bombeiros

Anexo 15 – A Escola Técnica de Amarante e os fiscais nas fábricas

Arquivo da JOC da Diocese do Porto. *Juventude Operária*, n.º 227, ano XIX, de dezembro de 1963.

8

JUVENTUDE OPERÁRIA

N.º 227 — DEZEMBRO — 1963

FISCAIS DE TRABALHO PRECISAM-SE

Em recente deslocação ao Norte do País, tivemos oportunidade de trocar impressões sobre alguns dos problemas que mais afligem a classe trabalhadora, e principalmente a juventude, em alguns dos seus grandes centros de trabalho.

Entre outros, o grande sonho de uma Escola Técnica em Amarante — pedida ao Governo há mais de dois anos e para o funcionamento da qual a Câmara Municipal já fez desocupar um edifício — esse fim destinado — continua inexplicavelmente sem solução, tanto mais que a mesma já tinha entrado no Plano de Fomento de 1959.

Contudo, o mais grave problema é que requer as medidas urgentes e apropriadas das autoridades competentes, diz respeito à falta ou ineficácia de fiscalização adequada que obrigue um grande número de entidades patronais a cumprir com os mais elementares deveres para com os seus operários e empregados, segundo estipula a lei e os contratos colectivos de trabalho em vigor, embora alguns já a pedirem actualização.

Com efeito, é por demais frequente nos grandes centros de trabalho do Norte que grande parte dos servidores sejam dados pela entidade patronal como jornalheiros ou pessoal não diferenciado, operários que

têm a sua especialidade e exercem de facto há alguns anos o seu mister. O facto não seria tão escandaloso — embora a fraude não deixasse de existir — se a percentagem dos «jornalheiros» ou pessoal «não diferenciado» não atingisse, como de facto se verifica, percentagens que ultrapassam os 50 % e, num ou noutro caso, chegam a atingir os 80 %!

Os trabalhadores, receosos de medidas repressivas, sobretudo nos centros onde a mão de obra é abundante, vão-se lamentando das injustiças da que são vítimas por parte das entidades patronais menos escrupulosas e... aguardam melhores dias.

Os fiscais — quando aparecem... — satisfazem-se, na maior parte das vezes, com uma rápida visita aos escritórios. Ali observam os papéis — contentam-se com eles.

Por outro lado, falar de sindicatos a uma boa parte desses operários é tocar em assunto que desconhecem quase que em absoluto. Nalgumas grandes empresas a percentagem de operários sindicalizados fica aquém dos 10 por cento!

Dos deveres que têm para com a entidade patronal tomam conhecimento quando esta lhes exige o seu cumprimento.

Das seus direitos, da protecção que a lei lhes confere, poucos há que conheçam as coisas mais elementares.

Uma nova esperança, contudo, se lhes põe desde há algum tempo: a de emigrarem para a França ou Alemanha. Outros que para lá foram contam «maravilhas», esquecendo no entanto de referir os aspectos negativos da questão.

De qualquer forma, todos estes e muitos outros problemas que afectam a classe operária nacional terão que ser revistos com urgência. Se quem de direito não tomar as medidas que se impõem, dentro em pouco os nossos melhores operários ter-se-ão transferido para o estrangeiro, feridos de sofrerem as consequências da falta de escrúpulos de alguns patrões, da ineficácia da fiscalização e... da sua própria ignorância!



quem se poderá convencer de que qualquer grande empresa possa funcionar normalmente, se cerca de 80 por cento dos seus operários forem «jornalheiros» ou pessoal «não diferenciado»?

O INQUÉRITO MUNDIAL SOBRE O TRABALHO E O RALLY EUROPEU A ESTRASBURGO

De acordo com a decisão do 2.º Conselho Mundial da J. O. C., realizado no Rio de Janeiro em 1961, estão todas as J. O. C. nacionais empenhadas na realização de um inquérito mundial sobre o trabalho, cujas conclusões serão apreciadas no 3.º Conselho, a realizar em 1965 na Tailândia.

os diversos movimentos nacionais a representarem válidamente a juventude do trabalho junto das organizações nacionais e continentais, como facilita a esses movimentos o ajudarem cada jovem trabalhador a achar a resposta própria para cada um dos problemas que são só eu, sobretudo,

resultados deste inquérito sobre o trabalho terá em todo o mundo.

Com o fim de fazerem acção representativa junto das instituições e organizações governamentais da Europa, na Conferência Europeia, realizada há pouco em Tournepe (Bélgica) resolveram as J. O. C.

FALANDO SOBRE O «FLIRT»

Anexo 16 – Capa do disco “Notícias d’Abril” de Adriano Correia de Oliveira

Disponível em www.fonoteca.cm-porto.pt. Consultado a 17 de setembro de 2025.

KING SINGLE
orfeu
KSAT 633
ESTÉREO

913

Notícias d’Abril

Adriano Correia de Oliveira

obscurantismo que durante muitos anos lhes permitiu localidades e regiões desta província.

PASTOR DESCOBRE ALEGRIA DO TRABALHO COMUNITÁRIO



rugas que lhe cavam o rosto, vivia “na maior miséria” até entrar para a cooperativa. Começara, em 1947, como criado de servir. De dia ou de noite, sem descanso, mal alimentado (“comia só uma malga de caldo, aqui debaixo destes freixos, com a água a escorrer-me pelo corpo”) ao frio e à chuva, o corpo mal coberto pela escassa roupa, trabalhava para a mulher e os seus três filhos, com a mal disfarçada resignação de quem não consegue enxergar dias melhores.

Durante nove anos, ganhou 108500 em dinheiro, quatro rações de centeio, duas arrobas de batatas e cinco litros de azeite.

Hoje, a vida começou finalmente a tomar novo rumo. Para quem sempre foi mandado como servo sem direitos, vergado pelas obrigações, o trabalho comunitário, na cooperativa, onde tudo reverte a favor de todos, tem o sabor da libertação durante tantos anos desejada.

“Andámos toda a vida mandados pelos patrões, a ouvir berros, a ser maltratados”. Com a filosofia dos seus árduos anos de trabalho e sofrimento, ainda nos diz, com um largo sorriso: “Um homem nunca devia mandar noutro homem. Todos juntos é que devíamos mandar na terra. O que eu precisava era ter agora uns 25 anos. Ainda podia construir muita coisa”.

Um almoço especial

“Temos pena que Vossa Excelência não venha cá mais vezes almoçar pois assim os trabalhadores não teriam que andar todos os dias, de marmita na mão, a comer comida fria na borda das estradas ou entre as pilhas de madeira”.

Estas palavras foram dirigidas ao Presidente da República pelo delegado sindical Amadeu Alves Ribeiro, trabalhador da Tabopan, em Amarante, no final de um almoço oferecido em honra do general Ramalho Eanes pelo administrador da empresa, sr. José de Abreu.

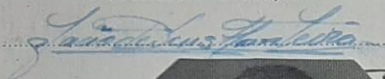
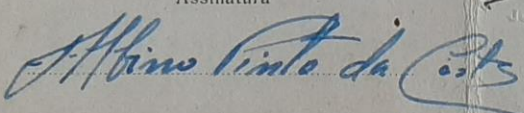
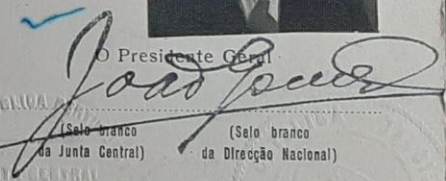
Para os trabalhadores da Tabopan ontem foi um dia especial. Puderam almoçar à mesa, debaixo de um tecto, porque isso lhes proporcionou o sr. José de Abreu, que também é vice-presidente da CIP. E logo no dia em que o Presidente da República visitou a empresa.

“Se Vossa Excelência viesse almoçar cá mais vezes talvez não existissem listas negras na nossa empresa. Essa lista negra é uma ameaça diária a cerca de 300 famílias que vêm pairar sobre si o desemprego e a miséria”, prosseguiu o delegado sindical da Tabopan. Ciente de que a ocasião era especial, Amadeu Alves Ribeiro insistiu: “Se Vossa Excelência viesse cá almoçar mais vezes talvez os nossos camaradas Francisco Monteiro e Antonieta Mota, delegados sindicais do Sindicato dos Marceneiros, já tivessem sido integrados conforme a vontade da maioria dos trabalhadores do seu sector e que foram despedidos, no fundamental, por se destacarem na luta pelos direitos dos trabalhadores desta empresa; se Vossa Excelência viesse almoçar cá mais vezes talvez o dinheiro que os trabalhadores descontam para a Previdência fosse entregue nos respectivos serviços pois, não o sendo, põe em risco os direitos dos trabalhadores no abono de família, na assistência médica e nos medicamentos; se Vossa Excelência viesse almoçar cá mais vezes talvez que os retroactivos a que os trabalhadores têm direito já tivessem sido pagos”.

Ignorando uma provocação lançada por um engenheiro filho de um accionista da empresa — que mereceu um gesto de reprovção do Presidente da República — Amadeu Alves Ribeiro afirmou que apesar destes problemas “nós, os trabalhadores da Tabopan, estamos dispostos, já o demonstrámos no passado, a trabalhar para ultrapassar a crise que o nosso país atravessa”. Mas das suas palavras extraiu também uma conclusão: “Alguém disse aqui que somos todos uma família. Se o somos, e dado o conjunto de problemas que nos afectam, somos parentes pobres”.

Anexo 17 – Bilhete de Identidade da JOC de Albino Pinto da Costa

Arquivo Pessoal de Albino Pinto da Costa, 1960.

Juventude Católica	J. O. C.
Associado n.º 17502	Admitido em -4. SET. 1959
Nome Albino Pinto da Costa	Efectivo em 6/10/1960
Morada R. Cândido Reis	Militante em
Secção Amarante	O Presidente da Secção
Diocese Porto	
Assinatura	Ano de 1959
	
	O Presidente Geral
	
	(Selo branco da Junta Central)
	(Selo branco da Direcção Nacional)

Anexo 18 – Guia de Revalidação de Aníbal Pereira Lírio e de Anselmo Pinto Luiz

Arquivo Pessoal de Aníbal Lírio, 1960.

Nº 19.

NOME Aníbal Pereira

Lírio

MORADA Amazons

Amarante

A M A R A N T E

O Presidente
Aníbal Pereira Lírio

O Secretário
Aníbal Pereira

O Tesoureiro

Janeir.	Fevereiro	Março
Abril	Maio	Junho
Julho	Agosto	Setembro
Outub.	Novemb.	Dezembro

(Handwritten signatures: Aníbal Pereira)

Nº 8 1960

Nome Anselmo Pinto

Luiz

Morada Torre

Amarante

O Presidente
Aníbal Pereira Lírio

O Vogal
Rafaelina G.

Janeiro	Fevereiro	Março
Abril	Maio	Junho
Julho	Agosto	Setembro
Outubro	Novembro	Dezembro

Anexo 19 – Postal do XIV Convívio da JOC/LOC de Amarante

Arquivo Pessoal de José Gonçalves, 2023.



Mais uma vez nos encontramos todos em comunhão, na recordação de um tempo de juventude e da vida activa, que hoje e sempre é necessário voltar a tornar presente.

11h- Eucaristia na Igreja de S. Gonçalo

13 h - almoço

XIV
CONVÍVIO



Convívio
Amarante
8-12-2023



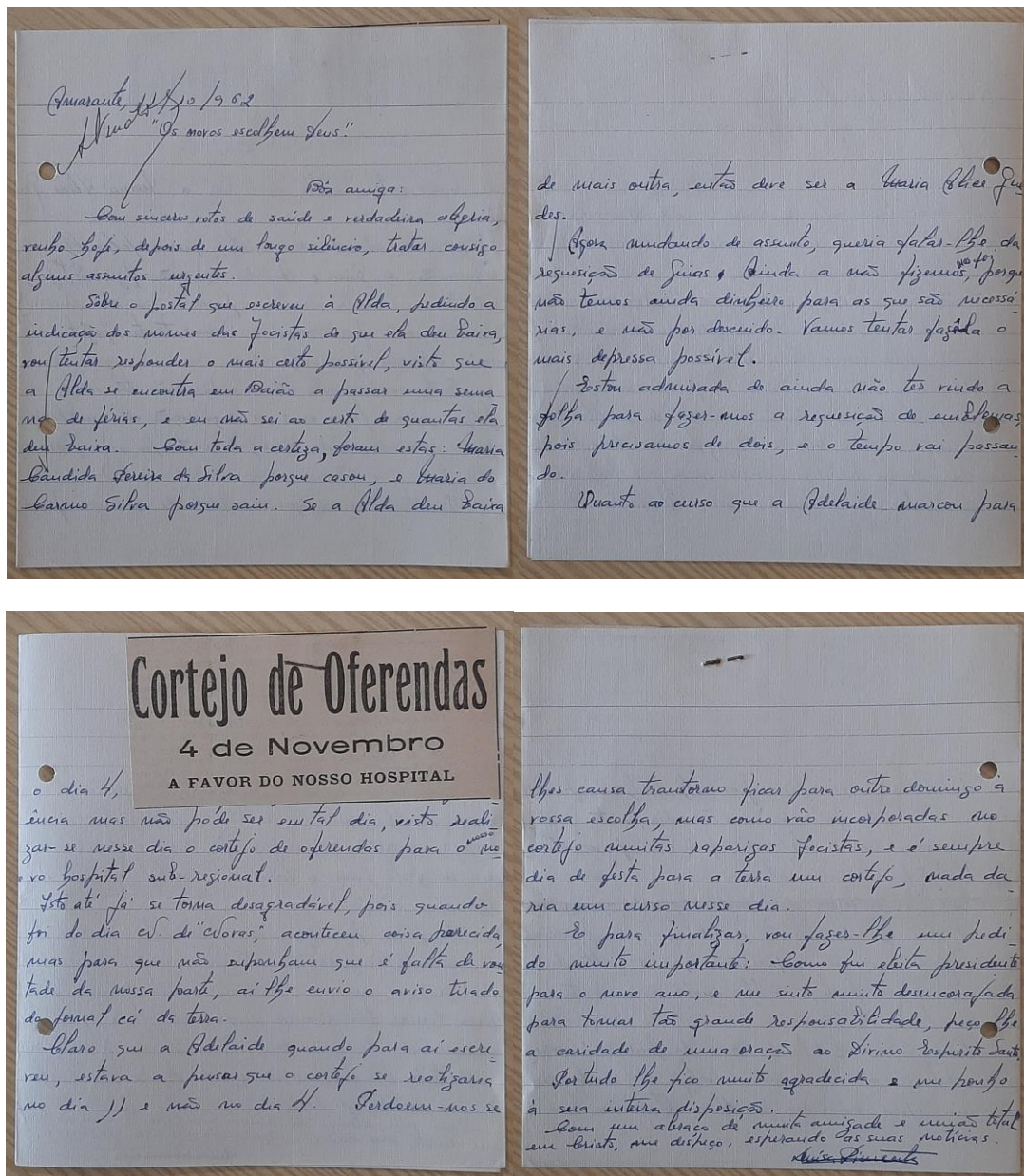
Anexo 20 – Fotografias dos XIV e XV Convívio da JOC/LOC de Amarante

Arquivo Pessoal de José Gonçalves. Fotografias de José Gonçalves (2023 e 2024).



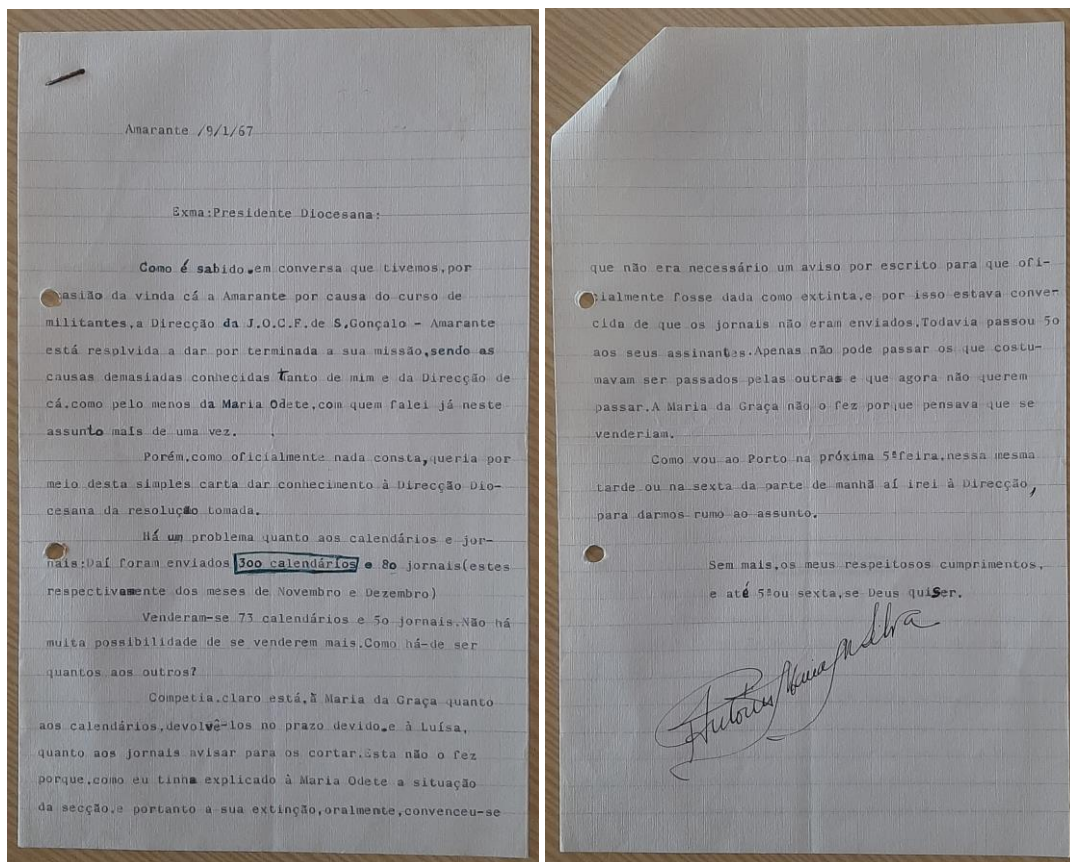
Anexo 21 – Carta de Luísa Pimenta para Laura [manuscrito]

Arquivo da JOC da Diocese do Porto, 11 de outubro de 1962.



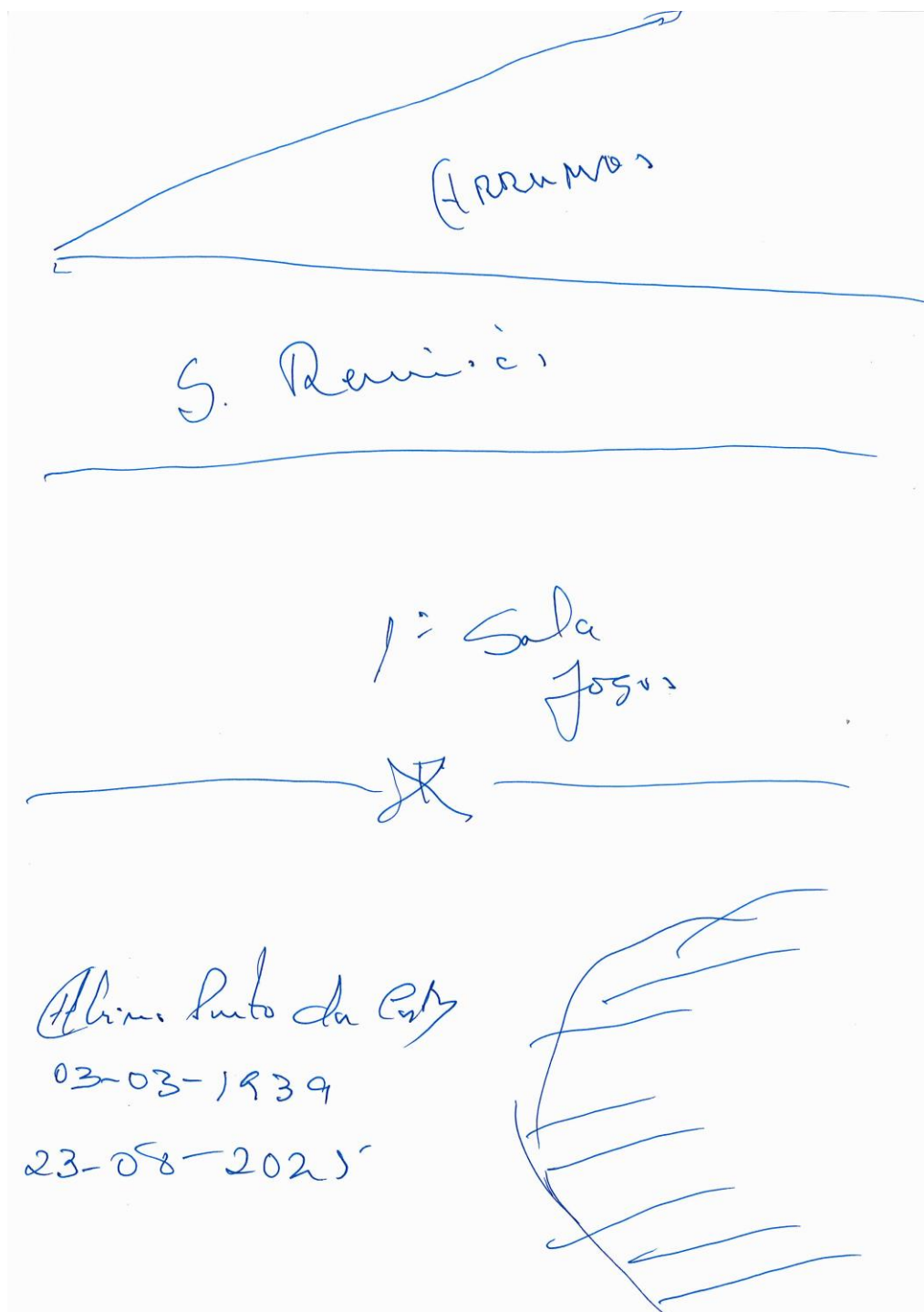
Anexo 22 – Carta de Antónia Maria Silva para Presidente Diocesana [datilografado]

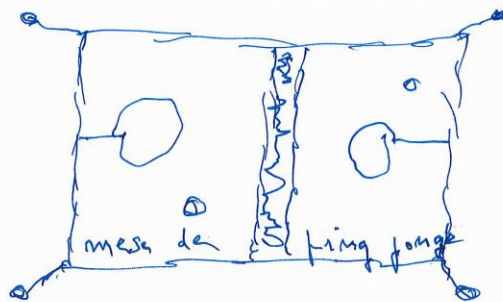
Arquivo da JOC da Diocese do Porto, 9 de janeiro de 1967.



Anexo 23 – Mapas mentais da Sede da JOC

Desenhados por Albino Pinto da Costa (23 de agosto de 2025) e por Maria Fernanda Guedes (12 de setembro de 2025).



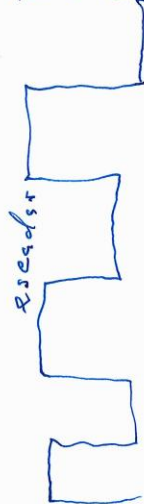


sala 2



sala 1

1º andar



gradeamento da entrada

escadas da igreja

Maria Fernanda Quedes
13-9-2025

Anexo 24 – Transcrição de entrevista de Albino Pinto da Costa

Entrevista gravada em vídeo no dia 23 de agosto de 2025, na sua residência, em Amarante.

JOSÉ GONÇALVES (JG) – Sr. Albino, estamos situados entre os anos 50 e os anos 60 do século XX, em Portugal, sobre o regime de António de Oliveira Salazar, o Estado Novo, onde também se institucionalizou a Ação Católica Portuguesa em 1933 e onde se viveram as práticas da Juventude Operária Católica na Paróquia de S. Gonçalo, em Amarante.

Como era Amarante nesse tempo e o que representava o Estado Novo para si? Alguma vez ouviu falar, por exemplo, de um PIDE em Amarante e em que contexto?

ALBINO PINTO DA COSTA (APC) – Falava-se muito em Amarante e andava toda a gente atenta a ver quem eram os PIDE, que não faltavam pessoas, assim, informadoras. Era preciso ter muito cuidado com as conversas.

JG – E como é que era a vila de Amarante nesse tempo?

APC – Era uma vila que, digamos, chamemos-lhe assim, já muito adiantada no tempo. Depois passou a cidade, e ainda hoje continua a ser cidade e ainda não passou disso.

JG – E o que é que poderia, na sua ótica, afastar os jovens do bom caminho e do comportamento exemplar, segundo aquilo que era a orientação da JOC?

APC – Era aquilo que a gente via, que era, especialmente, a prostituição, o mau comportamento entre famílias, digamos, o afastamento dos jovens da Igreja. É isso que me lembro para agora.

JG – E quem é que levou a integrar a JOC?

APC – Quem me levou a integrar a JOC, naquele tempo, foi João de Deus Monteiro.

JG – Na altura, Presidente?

APC – Presidente.

JG – E sendo a leitura um hábito entre os jocistas...

APC – Sim, sim.

JG – Teve algum contacto com livros como “A Mensagem de Fátima”, o “Guia da Acção Católica” ou o “Manual de Acção Católica”, que são estes três livros aqui?

APC – Sim, sim.

JG – Que foram produzidos pela própria Acção Católica. Lembra-se de ter tido contacto com algum?

APC – Sim, mas já não sei o conteúdo, mas tive contacto. Que nós tínhamos, digamos, nós recebíamos a maior parte da formação, era dada através de, digamos, de livros ou mensagens, mas que a gente ia comprando e ia adquirindo aqui ou adquirindo acolá. E outras vezes era, digamos, o Conselho Central. Hoje chamo o Conselho Central, mas é aos Vicentinos. Naquele tempo era o Conselho... podemos dizer o Conselho do Porto, pronto.

JG – Da parte da Diocese.

APC – É, da Diocese. Tínhamos aí vários contactos e procurávamos ir buscar muita formação às reuniões que tínhamos, aí de mês a mês, digamos, na Casa de Vilar.

JG – Relativamente às práticas já aqui na Secção, usavam farda ou tinham algum tipo de indumentária?

APC – Não, não, não. Não havia fardas.

JG – Mas havia algum cuidado naquilo que era a apresentação de um jocista para a comunidade?

APC – Não. Apenas quando era imposto o emblema é que era.

JG – Aparecem algumas fotografias, por exemplo, quando estão mais vestidos com fato ou mais...

APC – É cerimónia.

JG – Só em cerimónia é que havia esse cuidado?

APC – É.

JG – Na Secção da JOC de S. Gonçalo, para além da Pré-JOC, existiram os Pequenos e os Benjamins?

APC – Só os Benjamins.

JG – E como é que era acompanhada a Pré-JOC? Quem é que acompanhava os pré-jocistas?

APC – Normalmente... Eu fui o orientador da Pré-JOC, também, antes. E tem alguns elementos que ainda hoje se recordam, a começar pelo Dr. Silva. É mais conhecido por... ele não é conhecido por Silva... Marinho. A ver se me lembra mais outros elementos que ainda hoje passam por mim e dizem: aprendi muito consigo.

JG – E que tipo de ensinamentos ou de atividades é que incutiam neles?

APC – Os ensinamentos era, efetivamente, procurar orientá-los para as suas atividades, dentro, digamos, chamemos-lhe assim, dentro da orientação católica.

JG – Relativamente ao percurso de um jocista dentro da JOC, como é que se passava de aspirante a efetivo?

APC – Era a idade. Normalmente era a idade que contava, não é?

JG – Lembra-se se tinham que preencher alguns formulários quando passavam de aspirantes a efetivos?

APC – Não, não, não. Não me lembro de nada.

JG – Então, por exemplo, este tipo de formulário nunca lhe passou pela mão?

APC – Não, não.

JG – Portanto, era algo interno? A passagem era interna?

APC – Era interna. Não havia...

JG – E em que situações é que usava o emblema da JOC?

APC – A pessoa podia usá-lo diariamente, que ninguém tinha nada com isso. Mas, obrigatoriamente, era nas nossas atividades religiosas.

JG – Só nas religiosas?

APC – Religiosas, na procissão, na missa, e também para nos identificar quando nós íamos falar em nome da JOC.

JG – E o emblema, lembra-se como é que ele era?

APC – Lembro, tenho uma ideia. É um tipo... chamemos-lhe quase um coração.

JG – E qual é que era o tempo previsto de um aspirante para depois passar para o nível seguinte?

APC – O nível seguinte, isso normalmente dependia da idade, não é? Tinha muita influência a idade.

JG – Mas, no máximo, quanto tempo é que poderia ficar?

APC – Normalmente, enquanto, quer dizer, até atingir os 18 anos, não passava para a Secção seguinte.

JG – Relativamente à formação, havia algum plano de formação para os jocistas? Chegou a fazer alguma formação?

APC – A formação era quando íamos à Casa de Vilar. Lá era um dia de entrar de manhã e sair à noite.

JG – Alguma vez lhe ocorreu a ideia de ocupar o lugar na direção da Secção?

APC – Não.

JG – E como é que se procedeu a escolha do Presidente? Como é que se processava? Lembra-se com foi?

APC – Isso normalmente as pessoas, um tipo, estava 2, 3, 4 anos, e depois nomeava-se um novo Presidente. E depois, o Presidente levava o Secretário, o Tesoureiro, para ir fazer a Mesa.

JG – Para completar a Direção, não é?

APC – É.

JG – Teve Vogais, na altura, também?

APC – Não.

JG – Quanto tempo é que esteve lá? Quantos mandatos, lembra-se?

APC – Eu passei vários mandatos, fui Secretário, fui Tesoureiro e fui Presidente.

JG – Alguma vez pensou em recusar?

APC – Não. Havia muito amor, naquele tempo, pela JOC.

JG – Nunca foi porta-estandarte?

APC – Não. Não havia porta-estandarte. Tanto levava eu, como levava outro, o António, como o Manuel, como o Joaquim.

JG – E quais é que são as características para si, que deve ter um jocista para ocupar o lugar de Presidente?

APC – Tem que ser um bom orientador. Digamos, muita força e coragem para saber orientar um grupo.

JG – E relativamente à Imposição de Emblemas e à Promessa Jurada de Fidelidade dos dirigentes da ACP, onde é que isso se realizava?

APC – Na Igreja de S. Gonçalo.

JG – Lembra-se de como é que isso se processava?

APC – Isso era normalmente feito numa celebração da missa. E depois eram, digamos, empossados, chamemos-lhe assim, os elementos da Direção.

JG – Não sei se teve contacto com algum destes documentos. São dois cerimoniais. O da Imposição de Emblemas e também o da Promessa Jurada. Lembra-se de algum desse conteúdo, digamos, desse ritual, desse procedimento interno?

APC – Isto, sinceramente, já não me estou a recordar.

JG – E relativamente às reuniões de Direção, enquanto Presidente, lembra-se da periodicidade?

APC – Nós, normalmente, era semanalmente.

JG – E havia só as reuniões de Direção ou havia outro tipo?

APC – Havia reuniões de Direção... não. Minto. As reuniões de Direção era um dia da semana e ao sábado havia reuniões com os elementos.

JG – Com os associados?

APC – Associados, chamemos-lhe assim.

JG – E lavravam uma ata e tinham um documento próprio para isso?

APC – Sim, sim.

JG – Não sei se se lembra deste tipo de formulário. Se se regiam por esse formulário.

APC – Sim, era isto.

JG – O livro de atas que não sabemos onde está.

APC – O tal perdido.

JG – E em que dias e horas ocorriam essas reuniões?

APC – As reuniões normalmente eram ao sábado. Havia casos em que seria, às vezes, ao domingo. Mas, a reunião da Direção, normalmente, era sempre a meio da semana.

JG – Então, ao sábado, era para associados, geral?

APC – Era para formação. Não lhe chamemos associados. Era para formação.

JG – E as da semana eram à noite?

APC – À noite.

JG – Um dia a meio da semana? Quartas?

APC – Normalmente a meio da semana. Normalmente poderíamos fazer às quartas, mas às vezes, por qualquer motivo, teria que se fazer à sexta ou à quinta ou à terça, não é?

JG – E decorriam sempre na sede da JOC?

APC – Sim, sim. No segundo andar, não, não... no primeiro que o outro é rés-do-chão.

JG – E quais eram as funções e competências de um Presidente de Secção?

APC – Tinha de orientar. E planejar Campanhas.

JG – As Campanhas que eram anuais?

APC – Não eram anuais. Às vezes Campanhas focadas em certos polos.

JG – A nível local?

APC – Sim, sim.

JG – E como é que eram nomeados o Vice-Presidente, o Tesoureiro, o Secretário e, na eventualidade, Vogais?

APC – Nesse tempo, normalmente, o Presidente depois escolhia.

JG – Por confiança?

APC – Confiança, sim, sim, sim.

JG – E quais eram as características, do Sr. Albino, enquanto Presidente, para escolher essas pessoas? O que é que via neles que diria que seriam as pessoas indicadas para isso?

APC – Via neles elementos próximos.

JG – A tal confiança, então?

APC – Sim, sim.

JG – Lembra-se do nome de alguns Vice-Presidentes seus?

APC – Não.

JG – Tesoureiros, Secretários, também não?

APC – Lembrei-me. Há um moço que faleceu depois na tropa, o Tremoço. Era o António Teixeira. Que foi um elemento que foi muito, digamos, dedicado e que foi um bom colaborador, chamemos-lhe assim.

JG – A nível de preenchimento de documentos de Tesouraria e de Secretaria (requisições, faturas, livros, caixa, dívidas ativas e passivas e o orçamento suplementar), lembra-se?

APC – Nessa altura não se usava isso.

JG – Nada?

APC – Tínhamos apenas de fazer o mapa no final do ano para enviar para a Diocese.

JG – Desses documentos, não há aí nada que lhe lembre, algum momento, algum preenchimento específico?

APC – Não, não. Este nem tenho ideia nenhuma dele. Fatura também não. Normalmente, não usávamos muito estas coisas. Dívidas ativas e passivas, nem sabíamos o que isso era. Orçamentos suplementares, não. Não se utilizavam.

JG – Livros de expediente, de registo de correspondência, contas correntes?

APC – Não havia registo de correspondência. A correspondência que vinha era arquivada na pasta e não havia registos.

JG – Era função de quem, esse Arquivo?

APC – Era do Secretário.

JG – Quanto aos Assistentes Eclesiásticos e os Coadjuutores, lembra-se de quantos Assistentes Eclesiásticos e Coadjuutores prestaram serviço e estiveram junto da JOC?

APC – Lembro-me do Padre Morais, Padre Pacheco.

JG – Como Assistentes Eclesiásticos?

APC – Sim. E depois, o Coadjutor, lembro-me do Padre Meireles, Padre João. Aquele que era professor aqui na escola, que até era do Salvador...

JG – Padre Castro?

APC – Castro.

JG – E o Canito?

APC - O Canito, sim, sim. O Canito que depois deixou de ser padre.

JG – João de Deus Monteiro é referido por vários jocistas como uma referência para a JOC em Amarante. Qual foi a importância de João Deus Monteiro para o movimento?

APC – Foi uma pessoa empenhada, bastante empenhada, sempre, nas atividades e tudo. Inclusivamente, ele no grupo coral era um elemento que não podia faltar. Para cantar a sua Ave Maria.

JG – E que foi também, muito tempo, Presidente?

APC – Sim, sim.

JG – E para além de João de Deus Monteiro, que outras pessoas dentro e fora da Igreja que possa ter alguma relevância aqui?

APC – Temos, por exemplo, o Aristides Teixeira Pinto, o Eduardo. Estou-me a lembrar, essencialmente destes. O António Teixeira, mais conhecido por Tremço. Temos um moço que era fantástico, que morreu também na tropa, que era o Peixoto. Um moço que dava uma animação tremenda na parte coral.

JG – Em relação à JOC e em relação à Paróquia de S. Gonçalo e ao pároco, como é que era a relação?

APC – Boa, sempre boa. Até porque a gente tinha que se respeitar bem uns aos outros. Normalmente, naquele tempo, havia respeito. Está a compreender? Aquilo que infelizmente hoje não temos respeito, muito pouco respeito pelas Entidades Eclesiásticas.

JG – E como era a relação da JOC com a Diocese?

APC – Boa, boa.

JG – Integrou reuniões diocesanas, já tinha dito. Onde é que elas decorriam?

APC – No Seminário de Vilar. Hoje, Casa de Vilar.

JG – E era de quanto em quanto tempo, normalmente?

APC – Normalmente, tínhamos... não era mensal, era de dois em dois meses, três em três, era conforme.

JG – E chegou a levar algum assunto, que se lembre, importante para Amarante, para essas reuniões?

APC – Não, para essas reuniões, eram diocesanas, não.

JG – Relativamente a elementos identitários da JOC, quais é que poderíamos aqui salientar como importantes para a identidade da JOC?

APC – Temos o Aníbal Lírio, que foi também um elemento muito importante, além do João de Deus Monteiro, que já falámos. Tivemos vários elementos que muito contribuíram para ajudar a juventude amarantina.

JG – E para além de pessoas, por exemplo, a nível documental ou simbolicamente: o hino, o próprio emblema, o bilhete de identidade? Considera isso como elementos identitários?

APC – Para identificar as pessoas na sua atividade jocista.

JG – Relativamente à Sede da JOC, onde é que ela era?

APC – Em S. Domingos. No primeiro andar.

JG – E em baixo, quem ficava?

APC – As mulheres. A JOCF.

JG – E tinham ligação uns com os outros?

APC – Cumprimentávamo-nos cá fora, e depois cada um seguia para a sua.

JG – Houve alguma decisão que tiveram que tomar conjuntamente?

APC – Não. Não me lembro. As nossas decisões eram muito mais do que as delas. Embora a um certo nível, vamos lá, a nível, digamos global, chamemos-lhe assim. Elas eram mais a nível particular, entre mulheres. Nós não, tivemos a nossa participação, que foi o caso da Tabopan.

JG – E como é que era gerida a sede da JOC? Quem é que abria, quem fechava, quem limpava?

APC – Normalmente era o Presidente que tinha a chave.

JG – O Presidente da JOC?

APC – Da JOC.

JG – E agora, se nos posicionarmos naquele tempo da Sede da JOC, portanto, o primeiro piso da Igreja de S. Domingos, daquela sala onde hoje é o Museu de Arte Sacra, conseguia explicar-nos o que é que tinha no seu interior, como é que era organizado o espaço?

APC – Espaço, sim. Tenho uma ideia.

JG – Era dividido em quantas salas?

APC – Três. Três salas. Uma mais pequenina que era aconchegada à torre, tínhamos outra intermédia, e tínhamos uma logo de entrada, onde tínhamos o *Ping-Pong*.

JG – E a do meio, o que é que tinha lá no fundo?

APC – A do meio era, normalmente, onde a gente reunia.

JG – A primeira, então, seria mais para recreativo, portanto, para jogar *Ping-Pong* e a última mais pequena?

APC – Era o arquivo.

JG – Relativamente a essas reuniões nessa sala do meio, adotavam sempre o método *Ver-Julgar-Agir*?

APC – Sim. *Ver, Julgar e Agir*.

JG – Consegue explicar em que é que consistia esse método?

APC – Este método era a gente ver a situação, analisá-la... ver a situação, julgá-la e depois partirmos para a ação. O *Agir* era partir para a ação.

JG – Arranjar uma solução para esse problema?

APC – Sempre procurar uma solução, que às vezes eram difíceis. Eu tive uma solução de um rapaz, naquela rua de São Sebastião. Morava ali. Foi um problema terrível. Mas consegui dar-lhe a volta, consegui.

JG – E o problema desse rapaz, consegue identificar?

APC – Era um “varina” para a família.

JG – Portanto, era um dos tais problemas que já tinha indicado no início, que iam ao encontro daquilo que eram os problemas dos jovens. Alguma vez sentiu que não conseguiram corresponder a alguma?

APC – Houve muitos casos que saíram furados. É que não conseguimos dar-lhes resposta, porque as pessoas depois não colaboravam.

JG – Considera que este método, o *Ver-Julgar-Agir*, seria um instrumento bom para hoje analisar a sociedade?

APC – Para mim, acredito que ainda hoje seria um bom método.

JG – Lembra-se de algum problema interno à JOC e aos seus associados, portanto, ao próprio grupo?

APC – Não, não, felizmente. Não me lembro de problema nenhum.

JG – Relativamente à Mocidade Portuguesa, que também era...

APC – Era em frente.

JG – Era logo ali em frente, no edifício do Café Bar?

APC – Por cima, no último andar, que está em frente à entrada do portão para S. Domingos.

JG – Havia alguma proximidade das Sedes, entre uma e outra, mas havia momentos mais recreativos ou de partilha de alguma coisa entre uns e outros?

APC – Normalmente, a Mocidade Portuguesa esteve sempre um bocadinho afastada da coisa. Nós, jocistas, fomo-nos introduzindo lá, através da prática de desporto.

JG – Então, através da Mocidade Portuguesa conseguiam?

APC – Era. Eu por acaso nunca fui, mas tive outros elementos que foram às provas de corta-mato.

JG – Eram cá ou eram fora?

APC – Eram fora. No Porto, normalmente.

JG – Relativamente à proposta de novos associados, como é que isso surgia? Quem é que sugeria e quais eram os critérios que faziam trazer esses jovens para dentro da JOC?

APC – Para nós, os critérios era procurar tirá-los, como se costuma dizer, da lama.

JG – Relativamente a essas fichas de associado, quem é que as preenchia?

APC – Isso, normalmente, era o elemento que acompanhava.

JG – Relativamente ao bilhete de identidade de um jocista, era preenchido por quem?

APC – O bilhete de identidade era fornecido pelo Conselho do Porto.

JG – E era preenchido cá?

APC – Não. Vinha de lá quando havia alterações, digamos, dos organismos. Eles mandavam depois um. Mandavam, tipo bilhete de identidade, chamemos-lhe assim.

JG – O selo da cota era pedido e era colocado por quem?

APC – Normalmente os elementos que estavam, chamemos-lhe assim, filiados. As cotas vinham, a gente depois tinha que mandar o valor para o Conselho Central, chamo-lhe Conselho Central, aquilo tinha outro nome, pronto. E, portanto, aquilo era um selinho, que você já viu. Que cada mês tinha o seu selo.

JG – E essas cotas eram importantes? Porquê?

APC – Eram importantes para manter a atividade.

JG – Havia alguma distinção entre cotas? Havia uma cota reduzida e cota inteira? Isso nunca aconteceu?

APC – Não. Havia a cota da Pré-JOC e havia a da JOC.

JG – Que eram diferentes?

APC – Eram.

JG – Como é que aplicavam essa receita, depois na própria JOC?

APC – Essa receita, era, digamos a nível diocesano, é que lhe davam o destino.

JG – E qual é que era a relação entre a JOC e a LOC?

APC – Boa.

JG – A LOC reunia onde?

APC – A LOC reunia também lá em S. Pedro, em S. Domingos, mas mais em S. Pedro.

JG – Havia sensibilização para que, após a saída da JOC, seguissem para a LOC?

APC – Sim, sim.

JG – O Sr. Albino fez parte, também, da LOC. Pertenceu aos órgãos dirigentes da LOC?

APC – Não.

JG – Quanto ao cartão de dirigente, ele era pedido, como já tínhamos falado que era pedido, e era preenchido depois...

APC – Na Diocese.

JG – A validade era até ao Dia de Cristo-Rei, que era o Dia da Ação Católica. Nesse Dia de Cristo-Rei, que era o último domingo do mês de outubro...

APC – Sim.

JG – A Secção fazia algum tipo festividade? Celebrava?

APC – Só tínhamos, participávamos, numa missa solenizada.

JG – Relativamente depois à saída do elemento da JOC, havia algum tipo de prática ou ritual associado a isso? A entrega ou não de um emblema? Por sair da JOC havia algum momento em que, digamos, celebravam a passagem para a vida adulta?

APC – Normalmente, os que por lá passava não entregavam os emblemas, não é? Ficavam com eles para recordação.

JG – Na imprensa católica, o *Jornal da JOC*, quem é que o entregava dentro da JOC?

APC – Nós recebíamos um número de jornais. Procurávamos distribuí-los, pagando. E, portanto, normalmente recebíamos os jornais, distribuíamos e mandávamos o dinheiro para Lisboa.

JG – E, normalmente, essa entrega, essa venda, era feita em que momentos?

APC – Isso era uma vez por mês.

JG – Mas onde é que eles faziam a entrega?

APC – Aqui, a nível da vila. Procurávamos vender o jornal a toda a juventude.

JG – Relativamente ao papel do Padre Américo, também teve força aqui na região, e o *Património dos Pobres*, essa Obra. Havia alguma relação entre o *Património dos Pobres* ou de que maneira é que poderiam estar ligados?

APC – Não estávamos ligados nessa Secção. Apenas participávamos na inauguração das casas, quando entregavam às famílias.

JG – E aí estava representada a JOC com a bandeira, também?

APC – Sim, sim, sim.

JG – Agora, se pudéssemos identificar os lugares mais importantes na vila de Amarante, na época, para a JOC, quais é que salientava desses lugares, mais emblemáticos, onde faziam as atividades? Quais eram os mais importantes para a JOC?

APC – Para nós, eram todos importantes. Os quelhinhos e as quelhas.

JG – E, por exemplo, o caso do Colégio de S. Gonçalo, considera esse lugar importante?

APC – O Colégio de S. Gonçalo colaborava com o salão para as nossas festividades.

JG – E para a Assembleias, também faziam lá algum tipo de Assembleias?

APC – Não, normalmente as coisas eram ali em S. Domingos e mais nada. Agora, lá havia era as atividades que a gente tinha de teatro. Enfim, daquelas em que o avô era perito nisso.

JG – Porque lá havia a JEC, também?

APC – Sim, sim. Como havia a JAC aqui em Gatão, havia a JAC em Fregim...

JG – A JAC era bastante forte?

APC – Eram os agrários.

JG – A JOC esteve presente nas cerimónias de inauguração do Palácio da Justiça, da Ponte Nova ou do Mercado Municipal?

APC – Na Ponte Nova, não. No Palácio da Justiça, sim, porque estávamos ligados por causa dos presos.

JG – E do Mercado Municipal?

APC – Não, não, não.

JG – E quando veio cá Humberto Delgado.

APC – Quando ele veio cá, batemos-lhe palmas.

JG – Não estiveram oficialmente?

APC – Oficialmente, não, não, não. A política para nós...

JG – E quando veio cá o Presidente, o Almirante Américo Tomás.

APC – Só espreitámos.

JG – Não se lembra assim desse ambiente e se era realmente de festividade?

APC – Uma coisa muito ligeira.

JG – Quanto às atividades da JOC, lembra-se de algumas que fizeram cá, desde os torneios e outros?

APC – O torneio de *Ping-Pong*, que eu ganhei ao Fernando Patrício, que era um cepo a jogar, e ele jogava todos os dias. Consegui eliminá-lo num torneio.

JG – O Eduardo Teixeira Pinto, não tinha sido ele a ganhar...

APC – A Taça, sim, sim.

JG – Agora, se olharmos para a questão mais religiosa, de atividade mais religiosa, a JOC fazia-se representar na missa?

APC – Sempre na missa da manhã, das 7 da manhã.

JG – Era sempre essa a missa?

APC – Era essa a missa... No latim... quando se pôde fazer leituras em português, foram feitas pela JOC.

JG – Levavam a bandeira para a missa?

APC – Não. Era só quando havia festividade, mais nada.

JG – Relativamente ao dia da Comunhão Pascal, que há muitas fotografias, que também era uma festividade. O que é que ocorria nesse dia?

APC – A Comunhão Pascal, nesse dia, evidentemente juntávamos o maior número possível de jogadores, só se não estivessem disponíveis, e tínhamos a nossa cerimónia, a nossa Comunhão, e o abraço fraterno no final.

JG – O Eduardo Teixeira Pinto, como fotógrafo e como jogador, fotografou muitos momentos da JOC.

APC – Sim, sim.

JG – Eu tenho aqui algumas fotografias dele, tiradas por ele. Portanto, são cópias das fotografias dos negativos também, que foram digitalizadas pela *Associação para a Criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto*. Queria saber se se recorda de alguma coisa daqui. Temos aqui esta, nos anos 60, que é uma montra, que é do Concurso de Presépios. Lembra-se?

APC – Sim, sim, nós organizávamos sempre o Concurso de Presépios.

JG – Era sempre lançado o concurso no jornal e saía o regulamento.

APC – E, portanto, depois, havia presépios em montras, não é? Era isso.

JG – Esse aí é o primeiro prémio.

APC – É, e é da *Foto Arte*.

JG – Depois temos aqui a inauguração do Mercado Municipal. Há algumas bandeiras aqui, só que não é assim tão fácil chegar à conclusão. Isso foi no Mercado Municipal, em 1964, em junho.

APC – Não. A bandeira da JOC não está aí. Aqui também não.

JG – Do Palácio da Justiça, aparece muitas vezes a da Mocidade Portuguesa. Essa está sempre presente. Do Palácio da Justiça, também nada?

APC – Não.

JG – Depois, esta, iremos falar, que tem a ver com a Escola Industrial. Relíquias do Santo Condestável, não se lembra? Isto também é na Igreja.

APC – Não.

JG – Depois aparecem aqui algumas fotografias de grupo e outras de pequenos grupos da JOC, portanto, aqui todas no claustro de S. Gonçalo. Aí está o Sr. Albino?

APC – Estou, estou.

JG – Esta é dos anos 60, mas eu penso que o Sr. Albino não está aqui, mas é ali no Parque Florestal.

APC – Não. Aqui não estou.

JG – Alguns convívios aqui. Lembra-se ou não está aí? Porque alguns títulos das fotografias apontam sempre para os anos 60.

APC – Aqui também não me revejo nelas.

JG – Esta aqui acho que se revê. Lembra-se desse dia?

APC – Uma vaga ideia.

JG – Estavam só aí esses quatro.

APC – O Aníbal Lírio. Ali o Sr. Vitorino e os seus óculos. Aquele ali já não me lembro quem é.

JG – Isto é a Comunhão Pascal, que também tem algumas fotografias na sua coleção.

APC – Está a ver? Aí está a bandeira. O estandarte.

JG – Aqui o cortejo de oferendas para o Hospital. Alguma vez participaram?

APC – Não, não.

JG – Elas são algumas da Pré-JOC. Aqui está o Sr. Albino com o seu grupo da Pré-JOC.

APC – Sim, senhor. E cá estou eu a segurar a bandeira.

JG – Isso foi antes de ser Presidente? Foi esse o seu primeiro cargo?

APC – É.

JG – Relativamente ainda ao Concurso de Presépios. Como é que ele se processava? Como é que era feito?

APC – Esse Concurso de Presépios, normalmente, havia depois uma Comissão, que depois ia apreciar as montras. Reuniam e atribuíam o prémio.

JG – Lembra-se que no *Flor do Tâmega*, vão aparecendo alguns, pelo menos 4 anos seguidos, o Concurso, e depois deixa de acontecer? Enquanto esteve como Presidente, sempre houve esse Concurso ou houve ali algum ano que não?

APC – Eu não tenho ideia. Não faço ideia.

JG – Agora, um dos momentos altos, pelo menos de representação da Secção da JOC de S. Gonçalo, foi em 1960, portanto, de 18 a 22 de setembro, que o Sr. Albino foi com o Sr. Aníbal, a Fátima, na Semana Nacional de Estudos. Pode falar um pouco o que é que lá houve?

APC – Foi uma semana inteira. Onde encontramos lá um padre madeirense que se encostou a nós, chamemos-lhe assim, e que nos acompanhou sempre e tivemos bons momentos. Em todas as atividades que lá tivemos, bons momentos de reflexão.

JG – Foi só a formação ou houve momentos recreativos também?

APC – Não, não. Foi só formação.

JG – E o objetivo seria, representando a Secção, ao voltar para a Secção, trazer os ensinamentos?

APC – Os ensinamentos que lá recebíamos, sim, sim.

JG – Quanto aos reclusos que já tinha falado há pouco, que trabalhavam nas obras do Tribunal da Justiça. Qual é que era a relação que a JOC tinha com esses reclusos?

APC – A relação era a nossa participação, todos os domingos, numa missa dentro da cadeia.

JG – E no Natal?

APC – Normalmente, fazíamos um jantar no Natal com eles na cadeia. Um levava um bacalhau, outro levava batatas, outro levava qualquer coisa para distribuir e para comer também.

JG – Alguns jocistas falaram também, em questionário, na sala de explicações do Professor Teixeira, uma vez que a JOC fomentava e apelava sempre ao estudo, para ter também um bom caminho na vida. Essa sala de explicações do Professor Teixeira situava-se onde?

APC – Na rua Teixeira de Vasconcelos. Ao lado dos eletrodomésticos. E era lá à noite que nós íamos. Foi lá que me preparei para o sexto ano. Eu e outros. Por exemplo, o Aníbal é formado em Economia e começou por lá.

JG – E o Professor Teixeira fazia isso de forma gratuita?

APC – Era uma coisa muito simbólica. Ele, para os jocistas, não levava dinheiro.

JG – Mas não era só para os jocistas?

APC – Não. Havia para mais. O Chiquinho das Casas que levava tanta porrada dele.

JG – Então, ele tinha aquilo aberto para as pessoas que quisessem?

APC – Sim, sim, eles pagavam, evidentemente. Para a JOC não cobrava dinheiro.

JG – Dinamizaram alguma angariação de fundos para a construção do Monumento a Cristo Rei, em Almada?

APC – Não, não, não.

JG – E nunca foram lá enquanto grupo visitar o Monumento, nem durante a construção?

APC – Não, não, não.

JG – Quanto aos inquéritos, que era uma prática muito forte na JOC e na Ação Católica, em geral. Tinham por hábito também fazer os inquéritos, localmente, aos jovens? Como é que isso se processava? Eles vinham de fora ou eram vocês que construíam os inquéritos e os aplicavam?

APC – Os inquéritos, normalmente fazíamos, não havia nomes. Era anónimo.

JG – Era para fazer também um levantamento das necessidades?

APC – Das necessidades, da realidade, porque havia muitos elementos que também tinham muita necessidade de alimentação.

JG – Contribuíram de alguma forma para o *Farrapeiro* de São Vicente?

APC – O *Farrapeiro* de São Vicente, nós não contribuimos monetariamente. No entanto, participamos porque aquilo era um cortejo na rua.

JG – Portanto, faziam parte também?

APC – Não, não, não estávamos muito ligados a isso. Isso era mais a Sociedade de S. Vicente de Paulo.

JG – Com a Santa Casa da Misericórdia, havia alguma relação com a JOC?

APC – Não. Não houve grande ligação, chamemos-lhe assim.

JG – E quanto à Sociedade de S. Vicente de Paulo, o Sr. Albino pertence desde quando?

APC – 1964/65.

JG – Ainda estava na JOC, nessa altura?

APC – Estava na LOC.

JG – E porque é que decidiu dar continuidade nesta Obra?

APC – Fui convidado.

JG – Ocupou algum cargo?

APC – Cheguei a ser Secretário, na LOC. Mas a LOC foi pouco tempo. Depois em 60 e qualquer coisa ela foi ao ar.

JG – Nos questionários, foram identificados também por alguns jocistas, dois momentos importantes na ação do movimento na comunidade. O contributo para a criação da Escola Industrial e Comercial e a luta por melhores condições dos trabalhadores da Tabopan. Portanto, são dois grandes, digamos assim, dois momentos fortes da JOC em Amarante.

APC – Fortes, sem dúvida.

JG – Começamos pela Tabopan. Em que é que consistiu essa ação da JOC? Como é que souberam? Como é que tentaram intervir?

APC – Nós tínhamos elementos lá a trabalhar e sabíamos. E davam-nos as condições em que estavam, digamos, a maneira como eles almoçavam era em cima dos toros, enfim, junto das tábuas. Quer dizer, não tinham condições, não tinham um sítio onde dizer, estamos a comer, ou estamos a fazer uma alimentação em que estamos livres de pó.

JG – E depois, há uma necessidade de tentar encontrar aqui também uma solução, não é?

APC – Nasceu a nível nacional.

JG – E de que forma é que houve esse mexer a nível nacional?

APC – Através do *Jornal da JOC*. E que deu origem a despertar o país. Chegou a vir aí um deputado na altura, não é? O Abreu já era deputado, também, não é? Mas chegaram a vir pessoas aí de outros pontos do país que vieram aí também, para inteirar-se da situação. E a partir daí, eles passaram a ter cantina.

JG – O refeitório já é outra luta. Mas essa cantina...

APC – Chamei-lhe cantina, mas não. É refeitório.

JG – Onde eles podiam comer? Levavam as suas coisas?

APC – Eles levavam as suas coisas. Eu morava ali em frente ao Centro de Emprego. Eles passavam por ali acima com a saquinha às costas, com o seu tachinho. E, depois, passaram a ter uma mesa para se poderem sentar e comer.

JG – E relativamente ao outro ponto importante: a Escola Técnica.

APC – Sim, sim. A Escola Comercial e Industrial.

JG – O Sr. Albino aparece numa fotografia, no livro dos 50 anos da Escola Secundária. E essa fotografia, portanto, é a tomada de posse. Essa fotografia foi tirada pelo Eduardo Teixeira Pinto. Consegue identificar o local?

APC – O local foi o Salão Nobre da Câmara.

JG – O Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, onde começaram, também, a decorrer nas instalações da Câmara, as primeiras aulas. Lembra-se desse momento?

APC – Lembro perfeitamente, até porque são elementos com quem eu tinha... o Sr. Domingos Bento, o Professor Vieira, o Sr. Adriano Soares Natal. Eram pessoas com quem eu tinha boas relações. Eu posso dizer que nunca tive más relações com ninguém.

JG – De qualquer forma, nesse livro aparece a fotografia e não tem referência ao Sr. Albino e não há nada escrito do contributo da JOC nem do Sr. Albino.

APC – Aparece a fotografia, mas não diz mais nada.

JG – Está em destaque, ainda por cima. Portanto, aqui estamos, também, a tentar recuperar aquilo que foi a importância da JOC.

APC – A importância da JOC, porque os nossos jovens só tinham o Colégio, privado, e sabe que eles andavam a trabalhar e precisavam de estudar ou queriam estudar, que é o caso do Professor Teixeira.

JG – E há dois momentos. Essa tomada de posse é um deles. Depois, há uma Ata de Câmara que, também, já estivemos a ver, em que no dia em que se sabe que o Governo anuncia que vai ser criada a Escola, que não foi só esta, também foram outras, aqui à volta, há um desfile das pessoas, que eles consideram os manifestantes, contentes por ser criada uma escola pública, e dirigem-se com a Banda Musical, também, pelas ruas, e vão até à Câmara. E são recebidos pelo Senhor Presidente e por outras entidades.

APC – Sim, sim.

JG – Nesse dia, segundo a Ata, diz-nos que discursaram lá dois jovens operários, estudantes e o Dr. Luís de Macedo. O Sr. Albino também aqui...

APC – Estava.

JG – Também discursou? Era um dos operários?

APC – Estou aí a deitar “faladura”.

JG – Isto aqui é nesse momento, então, não é? No momento em que, depois da passagem pelas ruas, foi aqui?

APC – Sim, sim.

JG – Relativamente agora à ação da JOC. Tem uma ideia de quando é que a JOC deixa de ter tanta força? Quando o Sr. Albino deixou a JOC, nessa altura, como é que era, olhando para dentro do grupo? Tinha muita gente ou pouca, ou já era mais frágil?

APC – Havia bastante gente, mas depois houve aquela queda normal, naqueles anos de 70, mais ou menos, antes do 25 de Abril. Houve uma queda muito grande.

JG – E por algum motivo, em especial? Para além das pessoas que iam casando, também tinham que sair, não é?

APC – Sim, e começou a haver as pessoas a sair daqui de Amarante para o Porto, para Lisboa, para aqui, para acolá. Os jovens começaram todos a emigrar.

JG – E depois há aqui um momento importante também, que é um pouco antes, precisamente, desses 70. Mas para a Igreja Católica é um momento importante e também para a JOC e para os leigos e o papel dos leigos dentro da Igreja Católica, que é o Concílio Vaticano II. Para si, o que é que significa, o que é que simboliza este Concílio Vaticano II?

APC – Foi um momento de muita reflexão. Em que as pessoas se debruçaram muito sobre o Concílio.

JG – E para a JOC, o que é que o Concílio trouxe?

APC – Há muita coisa que saiu que estava, quer dizer, que serviu de exemplo para muitos jocistas.

JG – E tem, assim, alguma coisa que se lembre?

APC – Já não.

JG – Qual a importância da JOC para si e, também, para a comunidade amarantina?

APC – A comunidade passou a respeitar-nos.

JG – Viam-nos como uma referência?

APC – Sim, viam como uma referência. Viam que íamos ajudando os jovens. Ajudávamos materialmente, era conforme as necessidades de cada um.

JG – E para si, o que é que a JOC representa? Porque é que foi importante para si?

APC – Foi importante na medida em que foi uma maneira de me meter na linha.

JG – Mas valeu a pena?

APC – Valeu. Só para lhe dar um exemplo, eu era um “varina”.

JG – E foi a JOC que o orientou?

APC – Aos 18 anos, disse chega. E, portanto, chega. E acabou.

JG – E foi aí que seguiu o caminho?

APC – Que eu segui o caminho e que mais me interessei pela JOC.

JG – Tem alguns documentos consigo. Faz parte também daquilo que é a sua coleção privada, o seu Arquivo Pessoal. Poderia mostrar alguns?

APC – Não sei se tenho aqui alguma coisa que lhe interesse.

JG – Aqui são as suas fotografias. Tem aqui estas Preces. O que eram?

APC – As Preces eram a nossa orientação para as orações, não é? Olhe, esta era da minha mulher, Maria Cândida, que é vermelha. E as dos homens eram esverdeadas.

JG – Deve ter aqui os seus cartões, não?

APC – Estão as cotas. Está a ver as cotas da Pré-JOC?

JG – Estas vermelhas eram da LOC ou da JOC?

APC – Tudo JOC, da Pré-JOC. Olhe aqui o meu bilhete para Fátima, de comboio. Cartão de Dirigente como Vogal, Presidente da Secção de Amarante.

JG – Válido até à Festa do Cristo-Rei, de 1964. Esta é de 62. E da LOC. Já está aqui em 65, já está na LOC.

APC – Aqui foi quando fui a Fátima. Aquele alojamento.

JG – Aqui é o bilhete de identidade.

APC – Mais outro. Só não tem fotografia. Este também não.

JG – Isto da fotografia facultativa, normalmente, a fotografia seria obrigatória se fosse Presidente, não?

APC – Não. Olhe, mais cartões de Presidente, tem aí.

JG – De 61, de 63. E agora para terminarmos, Sr. Albino, ia-lhe pedir, se pudesse, para fazer a leitura da Oração Jocista, para ficar registado.

APC – Meu Senhor Jesus Cristo. Ofereço-Vos o meu dia inteiro. O meu trabalho, as minhas lutas, as minhas alegrias e as minhas penas. Concedei-me, assim como a todos os meus irmãos de trabalho, a graça de Vos amar com todo o meu coração e de Vos servir com todas as forças do meu ser. Fazei que eu pense como Vós, que eu trabalhe convosco, que eu viva em Vós. Venha a nós o Vosso Reino, na fábrica e na oficina, nas escolas e nas casernas, nos escritórios e nas nossas casas. Permiti que permaneçam na Vossa Graça as almas dos operários que hoje se acharem em tentação. E que, pela misericórdia de Deus, descansem em paz os operários que morreram no campo de honra do trabalho. Sagrado Coração de Jesus, abençoi a JOC. Sagrado Coração de Jesus, santificai a JOC. Sagrado Coração de Jesus, que por intermédio da JOC, venha a nós o Vosso Reino. Rainha dos Apóstolos, rogai por nós.

Está feito. Li bem?

JG – Leu muito bem. Como há 60 anos. Sr. Albino, obrigado.

APC – Não tem nada que agradecer. Nós temos que colaborar.

Anexo 25 – Transcrição de entrevista de Luísa Pimenta

Entrevista gravada em vídeo no dia 25 de agosto de 2025, na sua residência, em São Mamede de Infesta.

JOSÉ GONÇALVES (JG) – Estamos situados entre os anos 50 e os anos 60 do século XX, em Portugal, sob o regime de António de Oliveira Salazar, o Estado Novo, onde também se institucionalizou a Ação Católica Portuguesa e onde se viveram as práticas da Juventude Operária Católica na Paróquia de São Gonçalo, em Amarante.

Como é que era Amarante nesse tempo do Estado Novo? Alguma vez ouviu falar na figura do PIDE em Amarante?

LUÍSA PIMENTA (LP) – Sim. Sim, ouvi falar e havia um certo receio. O nome PIDE metia medo.

JG – E em relação a Amarante, como é que era a vila naquele tempo?

LP – Era uma terra onde as pessoas se conheciam e se davam bem.

JG – E o que é que naquela altura, no seu entender, podia afastar os jovens do bom caminho, que a Ação Católica e que a JOC tinha para eles?

LP – Uma educação pouco esmerada.

JG – Quem é que a levou a integrar a JOC, lembra-se?

LP – Ninguém. Eu pertencia à Cruzada e, portanto, eu é que fui avançando e um dia disse, eu quero vir para aqui. Cheguei lá e disse, eu quero vir para aqui.

JG – Depois, a partir daí, entrou na JOC e fez o seu caminho até sair de lá...

LP – Sim.

JG – Sendo a leitura, os livros, um hábito também na JOC, teve algum contacto com algum destes três livros?

LP – Sim, sim. [reconheceu o *Manual de Acção Católica – a Prática* (1936)]

JG – Na altura a JOC tinha algum tipo de farda? Como é que ela era?

LP – Saia preta, blusa branca.

JG – A saia era plissada?

LP – Era como a pessoa o quisesse. Mas houve uma altura umas blusas azuis, mas agora não me estou a lembrar.

JG – E era feito por quem?

LP – Nós é que as mandávamos fazer.

JG – E isso era só em Amarante, ou lembra-se de outras Secções que tinham?

LP – Era em todo lado.

JG – Na Secção da JOCF de São Gonçalo, para além da Pré-JOCF, havia as Pequenas ou as Benjamins?

LP – Não.

JG – Quanto ao emblema da JOC, em que situações o usavam?

LP – Todas as cerimónias que houvesse. Quando íamos para a missa de domingo, por exemplo, fazíamos aquele cerimonial de trocar, cruzar, as bandeiras e tudo. Usávamos o emblema também.

JG – Chegou a fazer alguma formação dentro da JOCF?

LP – Se calhar, mas agora não me lembro.

JG – Alguma vez pensou ou lhe ocorreu a ideia de ocupar um lugar na Direção da JOCF, quando entrou?

LP – Não, não. Pensei que queria pertencer à Ação Católica. Pertenci. E depois o que fosse preciso, que me dissessem: Olha, fulana vai-se retirar, portanto, não te importas de ficar no lugar dela se for preciso? Fico.

JG – E como é que foi escolhida para Presidente? Lembra-se como é que isso foi feito na altura?

LP – Eu não me lembro. Mas era, quer dizer, era considerada a pessoa que estava mais bem preparada para o fazer.

JG – E antes de si, quem é que era a Presidente?

LP – A Adelaide Peixe, devia ser.

JG – Alguma vez pensou em recusar esse cargo?

LP – Não.

JG – E para além de Presidente da Secção, que outros cargos ocupou?

LP – Fui Secretária, fui Tesoureira.

JG – Para si, quais são as características da personalidade que uma Presidente deve ter? Como é que essa pessoa deve ser?

LP – Deve ser uma pessoa... primeiro, para tudo na vida, devemos gostar de nós próprios. Eu acho isto. Portanto, eu gosto de mim como eu sou, pronto. Portanto, e achei que tinha condições para fazer aquilo. Pronto, e segui.

JG – Quanto à imposição de emblemas e à promessa jurada de fidelidade dos dirigentes da Ação Católica Portuguesa, havia alguma cerimónia específica?

LP – Sim.

JG – Onde é que ela era feita?

LP – Na Igreja de São Gonçalo.

JG – Lembra-se do momento em que isso aconteceu, ou só se recorda do sítio?

LP – Lembro-me de... lembro-me do que eu senti. Senti: tens a consciência do que estás a dizer e do que estás a fazer? Tenho. Então em frente.

JG – Das reuniões de Direção, lembra-se do tempo em que as faziam? Se era semanal, se era de 15 em 15 dias.

LP – Semanal.

JG – Ao dia de semana ou ao fim-de-semana?

LP – Às vezes ao sábado.

JG – Quais eram as suas funções enquanto Presidente? Qual é que era o papel da Presidente na Secção?

LP – Resolver problemas que houvesse, marcar reuniões, incentivar as pessoas a pertencerem ao grupo coral, por exemplo, e etc.

JG – E era muito difícil recrutar jovens para a JOCF?

LP – Ao princípio foi um bocadinho, depois já foi melhor.

JG – E acha que essa dificuldade tinha algum motivo?

LP – Era mais acanhamento das pessoas. As pessoas começaram a sair comigo e, portanto, eu era muito brincalhona e muita coisa e, portanto, isso ajudou a abrir o grupo e a aceitar melhor.

JG – Foi porta-estandarte da Secção de São Gonçalo. Tinha sempre essa função, também?

LP – Sim.

JG – E o Assistente Eclesiástico e o Coadjutor da Secção, portanto, da Paróquia, que ajudava a JOCF, lembra-se dos nomes?

LP – Foram vários. Havia o padre da freguesia que era o Padre Morais, que foi quem me batizou e tal, mas depois ele tinha um Coadjutor porque já tinha uma certa idade e tinha problemas cardíacos, e assim. Portanto, os Coadjuutores foram vários. Foi o Padre Meireles, o Padre Canito.

JG – E para além destas pessoas, dentro da Igreja, que foram importantes para a JOCF, que outras pessoas, em Amarante, outras personalidades, que podem nem estar ligadas à Igreja, a Luísa destaca como importantes para a JOCF? Tinha falado da menina Lalinha, também. Qual a função dela?

LP – Sim. A menina Lalinha era a dona daquilo tudo. Dentro das coisas da Igreja, ela...

JG – E ela com a JOC, o que é que fazia? Havia alguma atividade, alguma aprendizagem com ela? Lembra-se disso?

LP – Nós aprendíamos sempre muitas coisas com ela. Era uma pessoa que estava preparada para tudo e mais alguma coisa. E, sobretudo, era uma pessoa muito querida, muito respeitada e tudo.

JG – A relação da JOC com a paróquia e com o pároco era boa?

LP – Boa.

JG – E com a Diocese do Porto?

LP – Também.

JG – Chegou a integrar reuniões diocesanas e Conselhos?

LP – Sim.

JG – Vinha ao Porto? Vinha mais alguém da Direção consigo?

LP – Sim.

JG – O que é que se discutia? Lembra-se de algum assunto que trouxe de Amarante para o Porto, que foi discutido em Conselho? Ou nunca traziam nada relativamente a Amarante?

LP – Agora já não me lembro bem disso.

JG – Relativamente aos elementos identitários da JOC, tínhamos falado na bandeira, no bilhete de identidade, e até no hino. O que é que para si destacava destes elementos? Qual é que eram os mais importantes para si?

LP – A bandeira era muito importante. O hino.

JG – A Sede da JOC, onde é que era?

LP – S. Domingos.

JG – Em qual dos pisos é que a Secção feminina estava? Havia também a Sede dos rapazes?

LP – Sim.

JG – Dos rapazes era em cima e a das raparigas, era em baixo, no rés-do-chão?

LP – Agora não me lembro.

JG – Tinham alguma ligação entre ambos?

LP – Sim.

JG – Alguma vez tomaram uma decisão conjunta? A JOC masculina e a feminina?

LP – Sim, sim. Combinávamos.

JG – Lembra-se o que é que tinha no interior da Sede?

LP – Tinha uma mesa muito comprida, muitas cadeiras. E armários com coisas.

JG – Sobre as reuniões, lembra-se de usar o método *Ver-Julgar-Agir*, do Monsenhor Cardijn?

LP – Não me lembro.

JG – Alguma vez sentiu que não conseguiram resolver algum problema, daquilo que era a ação da JOC?

LP – Não.

JG – Sempre sentiu que foi sempre tudo cumprido?

LP – Sim, sim.

JG – Lembra-se de algum problema interno, a nível de associadas, das militantes? Lembra-se de alguma coisa que tenha acontecido internamente?

LP – Lembro-me de se constar que uma colega nossa estava a fazer uma vida pouco correta com o namorado. E que isso quase que ia mordiscando a JOC. Mas depois houve conversas e tal. Portanto, eu depois, eu enfrentava essas coisas, e reunia com 2 ou 3 pessoas e falava, falava, falava e a coisa depois melhorava. Eu tenho sempre o costume de dizer assim: quando qualquer coisa, quando achar que qualquer coisa, não está correta, diga francamente, diga. E a gente responde. E a conversar vamos chegando a um entendimento.

JG – As cotas que eram pagas pelas militantes, pelas associadas, lembra-se desse processo de pagamento da cota? Porque é que ela era importante? Como é que aplicavam a receita?

LP – Não me lembro.

JG – Havia alguma relação entre a JOCF e a LOCF?

LP – Havia. Dávamo-nos todas muito bem.

JG – E a LOCF também reunia na sede da JOCF? Era no mesmo sítio?

LP – Sim.

JG – A Luísa chegou a entrar na LOCF?

LP – Não, não, não, não, não. Eu nunca fui velha lá.

JG – O cartão de dirigente da JOCF tinha uma validade sempre até à Festa de Cristo-Rei, que era um momento muito importante para a Ação Católica e era o Dia da Ação Católica. A Secção de S. Gonçalo, nesse dia, fazia alguma coisa, dinamizava alguma coisa em homenagem a Cristo-Rei.

LP – Era uma missa de festa. Era uma missa com aquelas coisas das bandeiras e tal. Era rigoroso.

JG – E lembra-se quando alguém casava? Porque com o casamento tinha que se sair da JOCF e depois decidia se ia para a LOCF. Lembra-se de algum algum ritual, alguma prática associada de entrega ou não do emblema ou não havia nada assim específico?

LP – Não. Lembro-me de irmos ao casamento da pessoa. Cantar. E fazer fotografias no claustro, aquele claustro bonito que lá havia. Fazíamos fotografias e, sobretudo, de cantar o hino.

JG – Também cantava o hino? Mas no claustro?

LP – Sim, sim.

JG – E entregavam algum tipo de presente à noiva, se ela fosse jocista? Lembra-se?

LP – Eu não me lembro.

JG – Da imprensa católica, a Luísa chegou a escrever para a *Vida e Alegria*. Porque é que decidiu escrever para a *Vida e Alegria*? O que é que isso lhe trazia? Porque é que era importante para si?

LP – Primeiro, porque eu gosto muito de escrever, segundo, porque eu não tenho dificuldade nenhuma de escrever e terceiro porque achava que devia expor coisas que eram importantes para as outras pessoas também colaborarem, e etc.

JG – Chegou a ter algum contacto com alguma propagandista? Ouviu falar alguma vez sobre as propagandistas da Ação Católica?

LP – Lembro-me de ouvir falar, mas agora já não.

JG – E em relação ao Padre Américo e ao *Património dos Pobres*? A JOCF tinha alguma relação com o *Património dos Pobres*?

LP – A JOC propriamente não. Eu tinha. Portanto, eu fazia uma mala de roupa, lavadinha, passadinha a ferro e tal e tal, e ia lá levar pessoalmente. E sapatos, primeiro iam ao sapateiro compor coisas e eu engraxava aquilo tudo, puxava ali o lustro. Portanto, tudo o que eu levasse para oferecer estava impecável. Tinha de estar impecável, sempre.

JG – E se pudéssemos agora identificar alguns lugares mais importantes na vila para a JOCF, quais eram os lugares que a Luísa considerava importantes na ação da JOCF? Onde passavam mais tempo, onde faziam as suas atividades. Lembra-se?

LP – Olhe, um sítio que era muito querido para nós, era um fontanário ao fundo da Igreja de S. Gonçalo. Há ali um grande fontanário. É ali. Aquilo ali era o nosso espaço.

JG – Reuniam-se ali?

LP – Reuníamos ali e tal, tal, tal. Depois, quando havia, por exemplo, um casamento. Eu, eu dizia às pessoas: olha, tal dia vai casar fulana, portanto, vamos à missa do casamento, vamos lá, e lá íamos nós. E o Eduardo é que era o fotógrafo. Portanto, o Eduardo era o meu companheiro, o meu amigo principal, portanto. O Eduardo tinha uma coisa muito engraçada quando chegava a um determinado momento, dizia-me,

Luísa anda para o pé de mim e eu ia para o pé dele e ele preparava aquilo e depois... o milésimo primeiro beijo. Pronto.

JG – Lembra-se da JOCF estar presente nas cerimónias de inauguração do Palácio da Justiça, da Ponte Nova ou do Mercado Municipal?

LP – Palácio da Justiça, sim.

JG – Do Humberto Delgado, quando esteve em Amarante ou do Presidente Américo Tomás, lembra-se desses momentos? Esteve presente?

LP – Estive presente, mas agora já não me lembro. Mas sei que estive no Arquinho, em S. Gonçalo, em todos.

JG – Mas enquanto Luísa ou enquanto JOCF?

LP – Enquanto Luísa.

JG – Nas missas, a Luísa tinha falado que a JOCF estava sempre representada e levava uma bandeira que é um elemento identitário importante da JOCF. A JOCF tinha algum protagonismo na missa? Como é que fazia esse momento da bandeira? Em que momentos é que cruzavam as bandeiras?

LP – A Santos. Tocava a Santos e nós, portanto, eu estava deste lado, o rapaz estava daquele, portanto, olhávamos um para o outro, inclinávamos a bandeira, portanto, as bandeiras cruzavam-se assim. Depois, quando era comunhão, as pessoas iam à comunhão por baixo desse arco que nós fazíamos com a bandeira. Portanto, era um cerimonial.

JG – E quem é que era o porta-estandarte da masculina?

LP – Era o Aníbal.

JG – Era sempre ele o seu par?

LP – Sim.

JG – Como é que era o dia da Comunhão Pascal, lembra-se? O que é que acontecia nesse dia na igreja, para além desse cerimonial do cruzamento das bandeiras? Porque há várias fotografias em que a JOCF aparece no dia da Comunhão Pascal, todas juntas,

precisamente, ao lado da fonte, no claustro de S. Gonçalo. Era uma missa, uma celebração?

LP – Sim. Era a celebração da missa e depois, no fim, íamos para lá fazer as fotografias.

JG – No *Flor do Tâmega* surgem algumas referências, algumas atividades da JOCF: os sorteios, o grupo coral, assembleias, encontros, a exposição de bordados. Lembra-se de algum destes momentos, destas atividades? Pode falar um pouco sobre elas? A exposição de bordados, por exemplo, lembra-se como é que era feita?

LP – Não.

JG – E o grupo coral? A Luísa integrava o grupo coral de S. Gonçalo. Lembra-se se havia muita gente lá da JOCF integrada no grupo?

LP – Sim.

JG – O *Dia de Trabalho*. Lembra-se de alguma coisa sobre este dia?

LP – *Dia de Trabalho*... não, não me lembro assim propriamente.

JG – E das Campanhas do Ano?

LP – Já não me lembro.

JG – E das recolções?

LP – Das quê?

JG – Das recolções, que eram feitas na Sede.

LP – Não.

JG – Depois, há uma figura que vai aparecendo em alguma correspondência, como, por exemplo, o Padre Santos, que ia do Porto para Amarante, para algumas reuniões ou assembleias da JOCF, com algumas dirigentes. Lembra-se de algum deles, do Padre Santos, de alguma dirigente que ia daqui do Porto para Amarante para as reuniões?

LP – Lembro-me. Não me lembro é dos nomes.

JG – A nível da relação da JOCF com o Colégio de S. Gonçalo, com a Instituição e com as pessoas do Colégio, qual é que era a relação da JOCF com o Colégio?

LP – Era boa, era boa. E depois nós pertencíamos ao grupo de teatro e era no Colégio que se faziam os ensaios e essas coisas todas. Portanto, aquilo fazia parte da nossa casa.

JG – Portanto, ela tinha uma relação de confiança com o Colégio.

LP – Sim, sim, sim.

JG – E esse grupo de teatro, não era um grupo de teatro da JOCF. Era um grupo de teatro formado à parte, mas ensaiava no Colégio que, sabendo que faziam parte da JOC, também facilitava?

LP – Sim, sim.

JG – Lembra-se de alguma coisa relacionada com o *Rally*?

LP – Não.

JG – E do encontro da JOC Internacional, em 1964, no Porto? A Luísa esteve presente?

LP – Sim.

JG – Lembra-se desse dia? Alguma coisa, alguma imagem desse dia?

LP – Um arroz maravilhoso que eu comi. O almoço que nos foi servido é que foi uma coisa maravilhosa. Não, lembro-me que foi um convívio muito interessante, e para nós vir ao Porto já era muito, muito bom, não era? Portanto, lembro-me disso.

JG – E como é que vieram para o Porto? Lembra-se?

LP – De camionete. E lembro-me do meu padrinho vir comigo, vir a acompanhar o grupo, portanto, foi uma honra que ele me fez, vir assistir àquilo. Portanto, fazer fotografias connosco, e tudo, foi muito importante para mim e para o grupo. Para o grupo, também. Porque o meu padrinho era uma pessoa muito bem vista em Amarante. Era uma pessoa com muito, muito respeito.

JG – De destaque?

LP – Sim, uma pessoa de destaque e era muito da Igreja e tudo. Portanto, para nós, foi muito importante ele vir.

JG – Uma validação?

LP – Sim, sim.

JG – E esse almoço do arroz que a Luísa falou, onde é que foi?

LP – No... no... na... ai, esqueço-me.

JG – O Encontro foi no Palácio de Cristal. E o almoço foi lá ou noutro sítio?

LP – Não. Foi noutro sítio qualquer, agora já não me lembro, pronto.

JG – Não foi na Casa de Vilar?

LP – Não.

JG – E em 1963 esteve cá o Monsenhor Cardijn. A Luísa também esteve cá nessa altura?

LP – Se calhar... já não me lembro. Provavelmente estive.

JG – Quanto ao fotógrafo e jocista Eduardo Teixeira Pinto, ele foi fotografando, ao longo do tempo, vários momentos da JOC, porque também facilitava o facto de ele ser da JOC. Eu tenho aqui algumas fotografias do Eduardo sobre a JOC. Eu vou-lhe passar algumas imagens. Pode estar à vontade. E a Luísa se se lembrar de alguma coisa, partilhe connosco. Lembra-se onde essa foi tirada?

LP – Nos claustros de S. Gonçalo. E esta também. Esta moça não era jocista. Mas era neta dos meus padrinhos, portanto, ia comigo sempre. Ia sempre comigo. Isto é o Padre Meireles. E isto, esta cruz, onde é? Agora não me lembro onde é que é isto. S. Veríssimo, com certeza. Acho que é S. Veríssimo. O que é que aqui andavam elas a fazer? Saltar à corda. Saltar à corda, isto não me lembro. Já não sei quem é este padre.

JG – Isso é no Colégio. E é a inauguração do Nicho de Nossa Senhora de Fátima. É o tal onde está a Mocidade Portuguesa Feminina, mas a JOCF não aparece aí nas fotografias.

LP – E isto...

JG – Isso também é no mesmo sítio. Isso foi em 1965.

LP – Isto é uma procissão ou quê?

JG – Isso foi na inauguração do Mercado Municipal e depois, também, um desfile pela vila. Essas são quase todas parecidas. Essa é do Palácio da Justiça, também.

LP – Que multidão. Esta foi em São Lázaro. São Lázaro é uma festa que há lá num... num...

JG – Numa capelinha? Ao pé da capelinha?

LP – Sim, uma capelinha. Isto chama-se a estrada dos namoros. Porque nós íamos a passear por ali adiante. Daí a bocado vinha um grupo de rapazes a passear no rasto. Portanto, era conhecido pelo lugar onde se arranjava namorados. São Lázaro. Isto é no claustro.

JG – Esta senhora aqui do lado, quem é que era? Esta aqui da ponta.

LP – Esta moça... agora não me lembra o nome dela. Sei quem era, mas não me lembro do nome dela.

JG – Luísa, em relação aos reclusos, aos presos, lá na cadeia de Amarante, a JOCF tinha alguma ligação? Chegou a ir à Cadeia por algum motivo, falar com os reclusos?

LP – Não, como JOC, não. Como JOC não. Agora, lembro-me de lá ir por qualquer pessoa que lá estava que, ou que precisava de ajuda, ou que qualquer coisa assim. Lembro-me de lá ir falar com alguém, mas não como JOC.

JG – Lembra-se de fazer alguma vez inquéritos às jovens trabalhadoras sobre qualquer coisa?

LP – Sim.

JG – E onde é que normalmente faziam esses inquéritos? Na rua, na Sede?

LP – Às vezes, naquela parte, ao lado da Igreja de S. Gonçalo. Antes de entrar na ponte, há uma entrada, onde era o Mercado. Pronto, ali, assim, fazíamos essas coisas assim.

JG – A JOC estava presente e participava nas Festas do Junho, no Corpo de Deus?

LP – No Corpo de Deus, ingressávamos na procissão.

JG – E iam com a bandeira?

LP – Sim.

JG – Tanto os homens, como as mulheres?

LP – Sim, sim, sim.

JG – E nas Festas do Junho?

LP – Também chegamos a ir.

JG – Da Festa de S. Pedro *ad Vincula*, lembra-se?

LP – S. Pedro *ad Vincula*, sim.

JG – E do Dia da Misericórdia, participavam?

LP – Também.

JG – E sempre com a bandeira?

LP – Sim. E agora lembrei-me de uma coisa. Um dia eu participei na procissão, mas tiveram a triste ideia de me dar um turíbulo para a mão. Um turíbulo é aquela coisa que se faz assim, tem fogo dentro, tem brasas dentro. De maneira que aquilo para mim foi uma... Aquela procissão valeu por todas as procissões da minha vida, porque eu ia do lado daqui e do lado de acolá ia um rapaz, de maneira que eu... e depois à frente ia um com uma cruz grande, de maneira que eu punha-me a olhar a ver onde é que estava o padre, onde é que eu podia estar a ser mironada. Quando não podia estar mironada, era pimba no rapaz... pim... A certa altura, o rapaz diz assim para o padre, e o padre ia na frente, e o rapaz disse: Senhor Abade, a Luisinha vai-me dar com o turíbulo. E o padre virou-se para mim: minha filha, que é que eu te hei de fazer? E eu assim: nada, Senhor Abade, nada.

JG – Lembra-se do dia de oferendas para o novo Hospital de Amarante? Participou de alguma forma?

LP – Sim, sim, sim.

JG – Lembra-se de que forma é que a JOCF participou nisto?

LP – Já não me lembro, ao certo, mas sei que participávamos nisso. E, por exemplo, a construção do quartel dos bombeiros, eu participei com 2000 escudos. 2000 escudos. Eu já trabalhava num consultório, portanto, já ganhava muito bem, e então participei com 2000 escudos. Foi uma coisa muito...

JG – Porque há uma carta muito interessante também da Luísa, porque era para marcação também de qualquer dia de formação. E a Luísa escreve para a Diocese a dizer que não podiam. Não podia ser naquele dia porque ia ser o dia de oferendas para o Hospital de Amarante e até agraçou a notícia do *Flor do Tâmega* à sua carta, para dizer que era mesmo verdade.

LP – Não me lembro...

JG – Mas foi um dia muito importante?

LP – Sim, sim, sim.

JG – As cartas que escrevia e a Diocese, que também enviava para a Secção de S. Gonçalo, no início, vinham sempre com algumas frases importantes. Também tinha a ver com as Campanhas da JOCF. Eu vou ler algumas e a Luísa diz-nos se se lembra de alguma delas: “Os novos escolhem Deus”, “Em cada meio de vida, uma presença jocista”, “Com Deus um Mundo Novo”, “Cada jovem trabalhadora é uma construtora da JOCF” e “As Novas são também construtoras da JOCF”. Lembra-se de alguma destas?

LP – Sim, sim.

JG – “Com Deus um Mundo Novo” tem uma referência que já nos mostrou num *pin* que também colocava.

LP – Sim, sim, sim.

JG – E das outras, lembra-se?

LP – Lembro-me de algumas.

JG – Em relação à vila de Amarante, como é que os amarantinos viam a JOCF? E as jocistas?

LP – Ao princípio, o pessoal da Igreja não era assim muito, muito apreciado, digamos assim. Mas depois, sim, porque nós começamos a ir muito pela vila abaixo, não é? Portanto, um grupo de raparigas chama a atenção, não é? Portanto, começou a atrair as pessoas, e então como éramos uma... pelo menos eu era muito brincalhona, não é? Portanto, como éramos assim para o grupo de brincadeira, as pessoas foram alinhando e foram entrando nisso. E também eu procurava realmente meter confiança com toda a gente e mais uma.

JG – Trocava muita correspondência com uma rapariga que se chamava Laura, da Diocese do Porto. Essa pessoa foi importante para si? Em que medida é que ela foi importante para si?

LP – Muito importante. Era uma pessoa muito... Como é que hei de dizer... muito bem formada, uma pessoa muito bem informada. Muito... muito verdadeira... uma pessoa... E muito boa pessoa, muito minha amiga.

JG – Para além dela, lembra-se de mais alguém da Diocese com quem correspondia?

LP – Lembro-me de mais pessoas, não me lembro é dos nomes.

JG – Mas a Laura era aquela pessoa mais importante para si?

LP – Era, era, era.

JG – Houve um momento em que a própria JOCF teve aí uma luta na defesa, também, das Empregadas de Amarante, de melhores condições. Lembra-se desses momentos, dessa luta? Qual é que era o objetivo da JOCF?

LP – Porque as empregadas, antigamente dizia-se criadas, as criadas. As criadas não era uma frase ofensiva, de maneira nenhuma. Porque o que é que queria dizer criada? Porque as meninas iam muito pequenas para casa de senhoras que as acabavam de criar. Portanto, eram criadas, criadas por aquelas senhoras. As pessoas é que começaram a dizer que criada era uma coisa rasca e, portanto, não era uma pessoa apreciada, não era uma pessoa valorizada, pronto. E isso, isso machucou-me sempre muito. Porque em casa dos meus padrinhos havia empregadas. Houve uma que casou de lá, portanto, que desde criancinha pequenina eu a conheci e foi uma amiga

extraordinária que eu tive. Aprendi muitas coisas com ela. Ela era, portanto, ela já tinha sido educada pela minha madrinha, portanto. Aquela criatura foi muito importante na minha vida e, portanto, eu passei a defender as criadas com unhas e dentes.

JG – E a JOCF também teve um papel importante na melhoria das condições de trabalho em Amarante?

LP – Exatamente, exatamente. E depois eu ia a S. Gonçalo e, portanto, eu criava relações com elas todas. Portanto, depois vinha no fim da missa, vinha cá para fora, saía logo e ficávamos ali a conversar naquela entrada da Igreja. De maneira que criaram-se ali muito boas amizades. Fizeram-se casamentos muito interessantes e muito bem construídos. Portanto, tenho uma grata recordação desse tempo.

JG – E sobre os campos de férias e os retiros da JOC? Lembra-se de ter integrado algum deles?

LP – Sim. O retiro da JOC que eu mais gostei de fazer, foi... agora não me lembro onde... Era uma coisa que tinha freiras. E então de um lado, eram os quartos, tinha um corredor, e de um lado eram os quartos, do outro lado eram as casas-de-banho. Depois a gente saía do quarto, tinha de deixar a cama aberta para depois vir fazer. Depois ia para a casa-de-banho tomar banho e tal, tal, tal, e depois limpava a casa-de-banho toda, as paredes, os azulejos, aquilo tudo. E eu tinha um pano de flanela que dava ali o lustro àquilo. E de maneira que aquilo para mim era uma coisa. E um dia uma colega perguntou-me, do sítio ao lado, não é? Não estávamos a ver-nos, mas sabíamos quem era. E então ela perguntou-me: já descobriste a tua vocação? E eu disse: descobri-a mesmo agora aqui dentro. E ela: e o que é? Lavar azulejos.

JG – E para além disso, dentro desses retiros, havia alguma parte de formação?

LP – Havia parte de formação.

JG – E essa formação que tinha nos retiros, depois era útil para a Secção quando voltavam?

LP – Sim, sim.

JG – Nas cartas da Diocese que a Luísa também tem, aparecem algumas de duas Secções lá da vila: uma da Madalena e outra de Padronelo. A Secção de S. Gonçalo tinha alguma ligação com alguma delas? Chegaram a falar umas com as outras?

LP – É natural que sim, mas já não me lembro.

JG – Sobre o Concílio Vaticano II, lembra-se desse momento da Igreja Católica? Se foi ou não foi importante para os leigos?

LP – Sim, acho que sim.

JG – Relativamente a objetos que tem do tempo da JOCF, podia-nos mostrar alguns que ainda hoje guarda, além das fotografias que já nos mostrou?

LP – Os emblemas. Isto era uma coisa sagrada.

JG – E ainda é?

LP – Ainda é. Ainda é. E este aqui, já não me lembro o que é isto.

JG – Esse é outro *pin* “Com Deus um Mundo Novo”, que tem a frase da Campanha.

LP – É importante, sim senhora.

JG – São os dois muito importantes, se não fossem, não estavam hoje guardados.

LP – Sim, sim. Mas nós tínhamos um respeito por aquilo que não era brincadeira.

JG – E depois temos aqui o seu bilhete de identidade, também.

LP – Sim. Que já está muito estragado. Está aqui. Rompeu aqui nesse cantinho.

JG – Abrindo, por dentro tem a sua fotografia. E é de 1961. Associada 43495. Agora, para encerrar esta nossa conversa, pode guardar os seus emblemas.

LP – Isto tinha muito valor... tinha e tem... e tem.

JG – De toda a gente que eu falei, a Luísa é a única que tem isso.

LP – A sério?

JG – A sério. Se o Sr. Albino tem, não sei. Pode até ter para lá também guardado, mas a Luísa é única com quem eu falei que tem isso. Portanto, é muito valioso.

LP – E que está aqui guardadinho. Já não sei o que é que tem aqui. É o quê? Não consigo ler.

JG – Os símbolos dos ideais que nortearam a minha vida: a Cruz e o Amor.

LP – Ai, o Amor. Sim, sem dúvida. Sem dúvida, desde criança que eu digo uma coisa... desde criança que eu digo isto assim: trago dentro do peito um coração que Deus me deu apenas para amar. Eu amo as pessoas. Todas as pessoas.

JG – Isso é uma missão, também?

LP – É.

JG – Luísa, para fecharmos então a nossa entrevista: para si, qual é a importância da JOC? Porque é que a JOC foi importante para si?

LP – Foi muito importante. Primeiro porque ocupou o meu tempo. Eu gosto de ocupar o meu tempo todo. Eu estou sempre a fazer coisas. Eu não vos mostrei uma coisa. Já não sei onde a pus, mas eu vou-vos mostrar. Eu estou sempre ocupada a fazer coisas. É muito importante isto. Duas coisas que são muito importantes: é gostar de mim, eu gostar de mim e qualquer pessoa gostar de si própria e ocupar o seu tempo.

JG – E a JOC foi importante aí, também, nessa sua missão na vida. E para Amarante, para a vila? O que que acha que a JOC trouxe de bom para a vila?

LP – Alegria, alegria, porque nós éramos um grupo, um grupo e eu era brincalhona, portanto, alinhava aquilo tudo. Um grupo alegre, um grupo com um ar feliz que envolveu Amarante toda, as pessoas. Eu era capaz de entrar nos estabelecimentos para ir cumprimentar os donos dos estabelecimentos, portanto, eram amigos dos meus padrinhos. Era, era uma família, aquilo para mim era uma família, pronto. Entrava por ali, eu ia ao Arquinho, lá no fundo e depois vinha por ali acima, entrava em todo os estabelecimentos para cumprimentar. Aquela gente era como se fosse tudo família, pronto. E um dia, passados muitos anos, um dia fui a Amarante e fui ao Arquinho e comecei a vir por ali acima. Entrava num sítio e dizia: o senhor fulano? Morreu. Foi a última vez que eu fiz isso. Nunca mais. A maior parte tinha morrido.

JG – Luísa, agora para terminar íamos-lhe pedir para, se se lembrar, nos cantar o Hino da JOC.

Anexo 26 – Transcrição de entrevista de Vitorino Gonçalves

Entrevista gravada em vídeo no dia 23 de agosto de 2025, na sua residência, em Amarante.

JOSÉ GONÇALVES (JG) – Estamos situados entre os anos 50 e os anos 60 do século XX, em Portugal, sobre o regime de António de Oliveira Salazar, o Estado Novo, onde também se institucionalizou a Ação Católica Portuguesa em 1933 e onde se viveram as práticas da Juventude Operária Católica na Paróquia de São Gonçalo, em Amarante. Como era Amarante nesse tempo e o que é que representava o Estado Novo para si?

VITORINO GONÇALVES (VG) – Estado Novo para mim foi uma grandeza para a nossa sociedade.

JG – E como é que era Amarante nesse tempo?

VG – Nesse tempo, Amarante e não só Amarante, era um ambiente muito pobre, havia poucos trabalhos, poucas indústrias. Em Amarante havia só o Abreu, o Matias, e havia mais outra que era o Sr. Marinho. O Sr. Marinho foi o maior na coisa dele. Foi a pessoa mais importante na região. Até nesse tempo, no tempo de Salazar, ele queria fabricar um avião e não o autorizaram, não o deixaram. O Roberto Marinho. Falou-se nisso. E éramos perseguidos, as pessoas eram perseguidas e não tinham liberdade de falar, nem de dar a opinião às pessoas.

JG – E sobre os PIDE? Lembra-se de algum caso? Lembra-se da existência dos PIDE cá em Amarante?

VG – Vivi e até pessoalmente, na rua Teixeira de Vasconcelos, havia um armazém, no cruzamento em cima, que é perto do Dr. van Zeller. Uma manhã por volta das nove horas, vi chegar uma carrinha, parou à porta desse armazém e foi ter com uma pessoa que lá estava dentro. Essa pessoa foi algemada, foi metida na carrinha da PIDE, arrancaram com ela e o armazém ficou aberto e foram as pessoas da rua que foram procurar depois fechar a porta, encostar a porta, e comunicar ao patrão dessa loja, que

era em São Pedro, que era uma loja que estava virada para os FONSECAS. E então essa pessoa foi, teve muitos anos preso e, quando veio, ele era de uma família muito boa, que era da Cerca, que eram quatro irmãos. Quando veio, ele já veio, já não tinha... mesmo, mesmo na desgraça dele, quebrado, que nunca mais pôde trabalhar.

JG – Naquele tempo, o que é que, no seu entender, poderia afastar os jovens do bom caminho?

VG – Naquele tempo, os jovens não eram afastados. A maior parte dos jovens não tinha trabalhos. Dependia. Mas os jovens naquele tempo, também havia, pronto, havia os vícios naturais, que haviam, não é? E era aquele ambiente de borgas. Era o cigarro, era o cinema era... pronto, havia também muita miséria nesse aspeto. E era onde nós jocosistas atuávamos. Nessas camadas, íamos ter com eles, conversávamos e evitavam, depois, andar pelo caminho. Juntávamo-nos muitas vezes, lá está, em reuniões, uma festazita, uns filhos da terra até à Florestal. Juntávamo-nos todos. Era o caso do *Ping-Pong*, que também concorriam, e o teatro. Nós procurámos chamá-los para nós. E a Mocidade era ao lado. A Mocidade Portuguesa era aqueles jovens que tinham até um bocadinho mais de formação e que eram mais classificados. A Mocidade Portuguesa... já iam de lá para a tropa, já eram da Mocidade Portuguesa.

JG – Quem é que o levou a ir para a JOC?

VG – Foi o João de Deus. Que era de uma família... olha, ele até era irmão do Padre Monteiro, de lá de cima de Fregim, como estava a dizer, que tinha um quiosque em S. Gonçalo.

JG – O João de Deus Monteiro era uma personalidade de destaque em Amarante?

VG – Era, era. Depois casou-se com a Mariazinha, que era filha da chefe dos Correios e montou a loja de confeções *Primavera*. Era a loja *Primavera*, do João de Deus Monteiro.

JG – Vocês não tinham farda...

VG – Não, não ...

JG – Mas tinham um emblema?

VG – Sim, emblema tínhamos.

JG – E era usado quando? Onde é que o usavam?

VG – Usávamos na banda do casaco, quando saíamos ao domingo. Quando saíamos para qualquer lado.

JG – O João de Deus Monteiro foi importante? Ele é referido por várias pessoas da JOC como uma referência muito importante.

VG – Importante, importante.

JG – Porque é que ele foi importante para a JOC?

VG – Cativava pessoas e ajudava também nas reuniões e, pronto, era uma pessoa muito, muito... cativava as pessoas, também, era a coisa dele, que era um grande indivíduo, excelente. E esse cativou-me porque me encontrou, e como andei na doutrina, foi a irmã dele que me deu a doutrina, e fez muita confiança comigo.

JG – Quem é que era a irmã?

VG – A irmã era a Miquinhas. Já morreu há muitos anos, também. O pai dele andou na última guerra.

JG – Era catequista?

VG – Era catequista, era.

JG – E onde é que tinha a catequese?

VG – Era em casa dela, no Campo da Feira. Aquela casa que está ali logo em frente. Campo da Feira, quem vem, quem sobe o Caminho Novo, vês aquela casa grande e depois é a Rua Nova para ali, e aquela casa grande é tudo deles.

JG – E a Sede da JOC? Era em S. Domingos?

VG – Sim. S. Domingos.

JG – Lembra-se do interior da Sede? O que é que tinha lá dentro?

VG – Sim. Tinha coisas que era para, como é que se chamam as pessoas que juntam... das Cáritas. Queijos, guardavam lá essas coisas todas para dar aos pobres que

precisavam. Leite, pacotes de leite, tinham essa parte, pronto. A nossa sala, que nos pertencia, era a comprida e essa secção era um bocadinho ao lado, onde tinha essas coisas. E nós estávamos à vontade, que faziam confiança em nós.

JG – E dentro da Sede o que é que tinha mais?

VG – Tinha a Igreja de S. Domingos.

JG – Mas mesmo dentro da sala? Tinha a mesa de *Ping-Pong*?

VG – Sim, também era outra sala. Aquilo eram duas salas. Não, duas não. Sim, duas salas grandes. De reuniões e depois tínhamos a sala para brincadeiras. Para o teatro ensaiavam-se lá certas coisas. Eu não, eu não ensaiei lá nada. Os meus ensaios foram sempre em casa do Padre Pacheco. Eu e o irmão que lá estava sempre ao pé de nós. Porque quem escolheu a peça foi o Padre Pacheco. Depois, de todos que já faziam e estavam para fazer essa peça, só eu é que tive... ele disse que eu tinha mais capacidade. E eu não queria, também, eu não queria por causa do problema da minha perna, percebeste? Mas depois... eu cheguei a ir para lá todos as noites. Ah pois é. Por acaso, pronto, tudo correu muito bem. Mas ele foi um tipo porreiro, o Padre Pacheco. Ainda me dava lá o lanche e conversava comigo. E ajudava a passar um bocadinho de tempo à noite.

JG – Falou também da Mocidade Portuguesa. A Sede da Mocidade Portuguesa era ali ao lado.

VG – Era ao lado mesmo.

JG – Qual é que era a relação da JOC com a Mocidade? Havia alguma relação onde vocês partilhavam alguns momentos?

VG – Não, não. Partilhávamos com uma pessoa que estava entregue ao prédio da Mocidade, que era grande.

JG – Mas iam para lá?

VG – Não, não. Nós pedimos uma sala que era para reunir lá. Era como professores e alunos. Portanto, tínhamos pessoas na JOC que tinham um bocado mais de cultura, que davam, ensinavam aos outros.

JG – Então, isso era na sala da Mocidade?

VG – Era sala da Mocidade, que pedíamos emprestada.

JG – Quando ultrapassava a idade ou quando casava, tinha que sair da JOC...

VG – Casando... acabou.

JG – Havia algum ritual com o emblema? Entregava, ou ficava com emblema?

VG – Não. O emblema ficou na bandeira, e lá ficou. Aliás, há fotografias disso. O Senhor Padre fazia a cerimónia que tinha a fazer e depois fazia isso.

JG – No dia do casamento?

VG – No dia do casamento.

JG – O *Jornal da JOC*, chegou a distribuir?

VG – Cheguei a distribuir muitos.

JG – Onde é que distribuía?

VG – Distribuía no Café Pedro, que era da Rosinha, que era muito simpática. Já tínhamos muita confiança com ela. E as pessoas amigas que encontrava, já me conheciam. E, aliás, muita gente ainda queria mais jornal porque esclarecia as pessoas.

JG – E, também, na Tabopan?

VG – Sim, sim, sim, sim. Na Tabopan havia três ou quatro indivíduos a passar, mas clandestinamente, porque não deixavam mesmo. E se fizéssemos muita coisa, ainda eramos capazes de ser presos. Naquele tempo era assim.

JG – Há um momento muito importante também daqui da história da vila, que é a Campanha Presidencial de Humberto Delgado. Ele faz a visita também cá a vila, a campanha de 58 e há um desfile pela cidade.

VG – Ele veio. Só houve um polícia que esteve à porta da garagem. Havia uma garagem ali, em frente à confeitaria Mário. Uma garagem grande para trabalhar nos motores, essas coisas todas, e virado para o rio Tâmega, para a parte de trás. E agora, muito bem, tudo tinha medo, tudo tinha medo de ser visto. E nessa ocasião eu até fui, fui

individualmente, porque fui. Mas as pessoas eram tímidas e havia só lá polícia. Era o Manuel do Tapado que estava à porta, mas assim normal cá fora. Lá dentro, as pessoas estavam com medo que houvesse qualquer revolução lá dentro. Que nós só víamos o rio Tâmega pela banda de lá, porque a garagem era a nível da estrada, mas depois descia para baixo. Nós ficávamos a nível quase do Tâmega. Depois vi que ele foi embora, depois foi para o cinema. Portanto, no cinema, ele não foi ao cinema. Há o cinema, há uma leira ao lado, quem entra, e ele foi em cima dessa leira fazer o discurso dele. Não fez dentro do teatro. Cá fora, naquela avenida que estava cheia de gente. Mas muitos não iam porque tinham medo, pronto.

JG – Ao estar lá, estavam a apoiar a candidatura dele.

VG – Sim, sim estava, estava. Eu estive lá e também apoiei. Depois soubemos da morte dele em Espanha. Que ele fugiu para lá e mais a companheira, a secretária dele, portanto, foram mortos.

JG – Também havia um momento que era a Comunhão Pascal. O que é que significava isso para a JOC, na Igreja? O que é que acontecia na Comunhão Pascal?

VG – Era bom, era importante para a gente. Porque todos, a malta, as nossas famílias gostavam da Páscoa, porque é uma reunião muito importante. Comemoração do nascimento e a morte de Cristo. E a gente, como católicos que somos, reuníamos a JOC e também lá estávamos presentes, e convivíamos, não é?

JG – E agora, relativamente às atividades da JOC. Há três aqui que se destacam mais. Uma delas é o *Ping-Pong*. Vocês jogavam na Sede?

VG – Jogávamos muitas vezes.

JG – Chegou a haver um torneio e quem ganhou foi o Eduardo Teixeira Pinto.

VG – Eduardo Teixeira Pinto. Foi.

JG – Vocês treinavam diariamente...

VG – Era a nossa diversão muitas vezes. À espera de uma reunião. Tínhamos as nossas varandas viradas para S. Gonçalo, estamos ali, e depois convivíamos. O desporto, o *Ping-Pong*, para nós era o divertimento, uns com os outros, na brincadeira. E depois

quando foi o Campeonato, nós ficamos, ficamos... ah, ainda éramos, ainda éramos bastantes, para aí uns 20 a jogar. Claro, o Eduardo Teixeira Pinto jogava bem, mas eu, eu também estive muito pertinho, e o Aparício também jogava muito bem. Tivemos alguns jogadores, praticamos aquilo na brincadeira, sempre, pronto.

JG – No futebol, há aquela notícia da Taça João de Deus Monteiro, em que a JOC de S. Gonçalo joga contra a JAC da...

VG – Da Livração.

JG – Está lá na equipa Vitorino, Tó, Álvaro Peixoto, Álvaro, Dias, Aníbal, José Manuel Aparício, outro Álvaro e o Quim.

VG – Sim. Éramos todos nós. Da JOC.

JG – Isto foi no Campo da Barroca?

VG – No Campo da Barroca. Sim, Senhor.

JG – Jogou, não jogou? O que é que fez?

VG – Eu fui fazer de fiscal de linha. Portanto, acho que me portei bem, embora fizesse algumas asneirazinhas, que é normal, mas correu tudo bem.

JG – E nesse jogo a JOC ganhou 5-2.

VG – É isso, 5-2, sim senhor. Era o falecido Zé Manel “Púcaras”, que foi importante no futebol, o Aldo Quim que foi importante no Amarante, também. Também jocistas. Pronto, foi uma coisa, um divertimento, um convívio. Foi um convívio.

JG – Para além desta Taça, que foi também em homenagem ao João de Deus Monteiro, houve mais jogos de futebol?

VG – Não, não, não, não. Mas arranjamos da JOC uns que jogavam, que eram algo simpatizantes e tudo, e lembramos de fazer. Porque a equipa da Livração, quem era à frente disso era o irmão do padre de Gatão.

JG – E o teatro? Fale um bocado sobre o teatro. Fez parte?

VG – Sim, fiz parte.

JG – Há fotografias também do Eduardo Teixeira Pinto, em que está em palco e faz de “Doutor”. Quem é que ensaiava o grupo de teatro?

VG – Para mim, foi o padre da Madalena.

JG – Pacheco?

VG – Pacheco, sim. E o irmão dele também gostava de entrar nessas coisas.

JG – Quem era o irmão? Lembra-se do nome dele?

VG – Não tenho um nome, agora não me lembro.

JG – Mas o grupo era todo da JOC, que era ensaiado pelo Padre Pacheco?

VG – É, tudo, tudo da JOC.

JG – E os ensaios eram então na Madalena, também?

VG – Eram sempre lá, em casa dele.

JG – Em que dias é que faziam esses ensaios?

VG – Era quando ele mandasse, marcasse.

JG – Mas ele ou da parte da JOC?

VG – Não, geralmente, era da parte dele. Aliás, que eu ia quase sempre no fim-de-semana, certo.

JG – E onde é que apresentavam as peças?

VG – No Colégio de S. Gonçalo.

JG – Agora relativamente aos presos, aos reclusos aqui de Amarante, que também trabalharam nas obras do Tribunal da Justiça.

VG – Do Tribunal, sim, sim.

JG – Na Cadeia, a JOC fazia visitas à Cadeia, aos presos?

VG – Não. Embora individualmente há muita gente que ia, mas nós não íamos. Só fomos lá cantar uma missa, assistir à missa, parece que na inauguração, talvez, daquilo.

JG – Da Cadeia?

VG – Da Cadeia.

JG – E tinham algum momento de apoio aos presos?

VG – Nunca tivemos assim... era difícil... O único preso que eu convivi... pertencia ao Presidente da Câmara, foi preso. Esse estava sempre cá fora, da Cadeia, à beira do portão e as pessoas conversavam com ele. Mas nós, o convívio com os presos nunca tivemos. Mas também não havia essa liberdade. Estavam presos.

JG – Agora, focando em dois momentos importantes para a JOC, partindo dos questionários que foram feitos às 26 pessoas. Há dois momentos que são mais destacados: um é a Escola Técnica e o outro é a Tabopan. Relativamente à Escola Industrial e Comercial, lembra-se de alguma ação relacionada com a JOC lá?

VG – Não. Tínhamos conhecimento, portanto, dessa escola e convivíamos com essas pessoas. O conviver, convivíamos, mas nunca tivemos qualquer reunião ou participação.

JG – E sobre a Tabopan?

VG – A Tabopan é que foi. Procurámos sempre infiltrar na classe operária, quem trabalhava na Tabopan, os direitos que tinham. Porque não havia direitos, não havia sindicatos, não havia quem defendesse a classe operária naquele tempo. Era o tempo de Salazar.

JG – E como é que vocês faziam chegar lá o *Jornal da JOC*?

VG – Por intermédio de jocistas.

JG – Que trabalhavam lá?

VG – Que trabalhavam lá, que eram dois ou três e depois por outros, que não eram jocistas, que conseguiam infiltrar e entregavam os jornais.

JG – Alguma vez houve da parte de José Gonçalves de Abreu ou da própria Direção alguma reação?

VG – Não. Dos encarregados, sim, éramos expulsos. Nunca admitiu que vendesse, que entregasse o jornal.

JG – E lembra-se daquela luta para melhorar as condições dos trabalhadores na hora da refeição, para ter uma cantina?

VG – Lembro-me. Lembro-me que muitos, muitos trabalhadores levavam de comer e comiam à beira da estrada ou nos sítios que calhasse. Portanto, das freguesias de Gatão, de Freixo, da Lomba, que trabalhavam lá, as mulherzinhas é que levavam de comer aos familiares que trabalhavam na fábrica. Não tinham cantina, não tinham nada.

JG – Depois, acabaram por ter cantina.

VG – Depois acabaram por ter cantina. A influência do jornal também marcava. E então começaram a ver que estavam a ser vistos e que não estavam a ser justos com os trabalhadores. Porque o editor do jornal era pessoa de capacidades, pessoas que sabiam. As mulheres e os filhos das pessoas que lá estavam é que levavam os comezinhos, à hora do meio-dia, óbvio, para o trabalho. Vinham pessoas, nesse tempo, vinham pessoas do Marco de Canaveses, trabalhar para o Abreu. Era um bocado distante, mas iam trabalhadores que depois acabaram até por ficar dois residentes aqui em Gatão, depois, quando se casaram. Mas era, era muita dificuldade. Quer dizer, o trabalhador não tinha... os direitos eram poucos.

JG – Tínhamos falado também do cinema, portanto, que iam ao cinema. Como é que se juntavam? Onde é que compravam os bilhetes?

VG – Não, assim em grupo nunca fomos ao cinema, não. Íamos individualmente. Da JOC, conhecidos, três ou quatro iam. Gostavam, iam. E lá está, nós encontrávamo-nos no meio daquela juventude que a gente gostava de atuar. Pronto, o cinema... o que é que havia em Amarante? Era isso. Era à quinta-feira e ao domingo.

JG – E onde compravam os bilhetes?

VG – Os bilhetes eram comprados em Santa Luzia, num quiosque, que vendia.

JG – Quem é que era o proprietário do quiosque?

VG – Eu agora já não me lembro. Eu acho que ele era Ivo, mas não posso afirmar.

JG – Agora, para terminar, qual a importância da JOC para si?

VG – Para mim foi muito... quer dizer, aprendi muita coisa. Encontrei pessoas que me ajudaram. Na formação também, que nós também liamos bastante. Tínhamos as nossas reuniões, geralmente sempre à sexta-feira. Pronto. Nós tínhamos a quarta classe, mas havia quem tivesse mais. O Dr. Tamegão. Também estive lá com nós, na Pré-JOC, dos pequenos, dos mais novos. Tínhamos toda a sociedade. Uns que eram conquistados por nós, e outros que gostavam do ambiente da nossa Juventude, reuniam-se com nós. Havia uma festazinha qualquer, às vezes, ou corrida de galo, ali para qualquer freguesia. Vamos levar meia dúzia, vamos ver como é que é aquilo. Lá íamos passear. Quando era o tempo do Carnaval, nós íamos para o Carnaval, porque não?

JG – E para a vila de Amarante? A JOC foi importante? Porquê?

VG – Nós só procuramos que essa juventude melhorasse. Para não irem presos, para não terem tantos vícios, porque também havia muito vício. Porque naquele tempo andava-se toda a noite, também. E também havia muito... a gente evitava que eles, pronto, o caso de fumar. Era o caso, por exemplo, do meu compadre Dias. Também fumava como um tolo.

JG – Fumar era um grande problema, porque o próprio jornal *Flor do Tâmega* alertava constantemente para a questão do tabaco, do fumo. Os pais fumavam, os filhos copiavam.

VG – Sim, transmitiam aos filhos.

JG – Agora para terminar, olhando para o que tem do tempo da JOC, as fotografias, podia-nos mostrar algumas coisas do seu álbum?

VG – Temos aqui o teatro. A profissão de “Doutor”. Aqui sou eu que faço o papel de “Vadio”.

JG – Aqui já foi no Colégio de S. Gonçalo?

VG – Sim. Foi no Colégio de S. Gonçalo. Tudo, tudo. Tínhamos um palco em condições lá. Aqui... não estou aqui, estou fora. Aqui é o Albino e mais o... olha até já morreram destes. E outro que está vestido de preto, que pintou todos de preto, para fazer aquela coisa dele, também foi bom. E estava lá muita gente. Aquilo estava a abarrotar de pessoal. Depois aqui, é o grupo, nós todos.

JG – Isso é em S. Domingos.

VG – S. Domingos. Aqui este é S. Domingos, também é. É o Albino, está aqui o Vitorino e o Artur Carneiro, que já faleceu também. Muito bom moço. Aqui é S. Domingos. As varandas, talvez não sei se nas Festas do Junho, que de S. Domingos vê-se tudo para S. Gonçalo. Deviam ser bonitas. E aqui está o João de Deus. Aqui está ele. O mais velhinho de nós todos. Aqui é uma vista panorâmica. Também estive na ponte. Aqui, lá está, o ténis de mesa. Aqui, é do grupo coral de S. Gonçalo... não, não, é da JOC, também. Uma fotografia de solteiro.

JG – Do grupo coral, também fez parte?

VG – Fiz parte, venho ali a seguir.

JG – E os ensaios eram onde? Na igreja?

VG – Eram em S. Gonçalo, mesmo. No coro, em cima.

JG – E cantavam em que ocasiões, normalmente?

VG – Nós cantávamos no coro, no alto.

JG – E era todas as semanas que cantavam?

VG – Era todos os domingos. E quando eram festas, por exemplo, de S. Gonçalo, Festas de Junho, então nós até íamos buscar um cantor ou dois que precisássemos, para ajudar. Nós tínhamos era violino, todos os instrumentais. Nós éramos 50 e tais no grupo, ou até passava. Aqui foi quando viemos do convívio do Porto. No outro dia, fomos até à Floresta passear.

JG – E nesse coro da JOC eram quantos, lembra-se?

VG – Da JOC era eu, o Aparício, o Quim Pinguim, jogador do Amarante. Mas só quando chegar à fotografia é que te posso dizer. Aqui é a terra do Padre Morais. Fomos lá cantar à terra dele, a Aveiro, sem ele saber. Ele estava lá a passar férias. Chegamos lá, ficou entusiasmado, ficou maluco, chapado. E fomos comer a casa... não, fomos merendar a casa do irmão dele, que era lavrador lá em Aveiro, de onde ele também nasceu, o padre. Uma festa bestial, foi muito bom. Aqui é na Madalena. O Padre Pacheco e a malta toda também do grupo coral. Isto é do grupo coral, porque fomos cantar... como é que se chama lá... a Vila Real. É uma freguesia de Vila Real. Aqui, isto foi de um passeio e fomos também cantar à terra... como é que se chama aquela terra que é só telhados brancos, também? Foi uma digressão que nós fizemos. Esta também. Até tenho uma história com a Zulmirinha, falecida, a irmã do Aristides. Depois eu conto. Aqui é no Portugal dos Pequeninos. Aqui, esta foi nos anos do Velinho Praia, em casa dele. Morava ali em São Pedro. Antes, da *Socopul*, era ele. E a mulher pertencia ao grupo coral. Então fomos à casa dele. Lá estamos nós, em casa dele. Belos tempos. Aqui, outra ligação também. Também do grupo numa praia. Aqui, também, isto é dali para Trás-os-Montes. Aqui é mais o meu Artur, que entrou para o grupo nesse tempo. Já andava na música, pequeno. Depois deixei-o. Aqui está outro da JOC. Gente que já faleceu. Já morreu muita gente aqui.

JG – Isso é 2011.

VG – Sim. Já morreu muita gente. Fomos a casamentos, um sucesso nos casamentos a cantar. Eu a trabalhar aqui na minha oficina lá baixo, a minha casa, a alfaiataria. O casamento da minha irmã Maria José. Esta é a minha avozinha que fez 100 anos. Ah, não, parece que foi 105 anos, 105 e os filhos. Olha o meu cunhado Cardoso e os filhos pequenitos.

JG – E agora, voltando à fotografia do coro. Desses 50 e tal, quantos é que, do que se lembra, eram do coro, mas que também pertenciam à JOC? Tem uma ideia?

VG – Ter, tenho. Aqui, da JOC... 1, 2, ...também era aqui, que trabalhava na *Moda*, era empregado na *Moda*. Como é que se chamava? Alexandre, salvo erro. Do meu tempo. Fernando, o... aí... o tempo passa... o Quim Ferreira, já faleceu. Da JOC, no grupo, eram

uma média de 5 ou 6, não éramos mais. Tínhamos muitas mulheres a cantar naquele tempo, dali de S. Veríssimo. Doces Cantadeiras, boas, eram finas. Eram uma média de 5. Porque nem todos gostavam de cantar. E, depois, não era só isso. Todos os domingos têm que ir à missa e muitos não gostavam de ir à missa, não é? Há alguns que vão à missa, mas outros não. Portanto, isso já era contrariá-los, não é? Portanto, não entravam. Já o caso do meu Artur... Ó pai, eu também quero ir contigo. Eu levava o Artur e o Zé Maria aos ensaios da música. Eles quiseram ir para a música e eu leva-os aos ensaios todas as noites. Quando havia ensaio. E eles, claro, um dia qualquer, o Artur: Oh pai, leva-me também. Já o levava para o futebol pequenito, andou nos mais pequeninos, andou nos juniores, infantis, essas coisas todas. E então, vou para o ensaio de S. Gonçalo, do grupo coral e ele: Oh pai, porque não me levas também contigo? Então cheguei lá ao grupo e disse: Oh Zulmira, que é toda do órgão, eu entro em casa, ele agarra-me sempre às calças, quer vir para aqui. Oh que grande coisa, que idade tem? Tem tal. Então porque não? Trá-lo. Foi logo na primeira digressão, fomos cantar para os lados de Lisboa. Lá foi com nós. Leiria. Há bocadinho, a falar, era em Leiria. Pronto, e gostou, gostou sempre. Só depois, quando chegou à idade de ir para o futebol, foi júnior, já tinha de ir para os treinos do futebol, acabou a carreira dele.

JG – Pronto, Sr. Vitorino, fechamos assim a entrevista. Obrigado.

VG – Pronto. Obrigado. Eu gostei muito de os ver aqui.

Anexo 27 – Transcrição de entrevista de António Pereira

Entrevista gravada em áudio no dia 30 de agosto de 2025, nas salas do Museu de Arte Sacra (antiga Sede da Secção de S. Gonçalo da JOC e da JOCF).

JOSÉ GONÇALVES (JG) – Sr. António, em relação à Sede da JOC e da JOCF, onde estamos agora, o que nos pode dizer e do que se lembra desse tempo?

ANTÓNIO PEREIRA (AP) - Falando em termos de mobiliário, tantos as raparigas como os rapazes tinham praticamente o mesmo. Enquanto nós lá em cima tínhamos uma mesa de *Ping-Pong*, umas cadeiras e um armário para guardar documentos lá, as raparigas tinham em baixo mesa nas duas salas e tinham cadeiras e utilizavam os gavetões que ainda aqui existem para guardar as coisas delas. Quer dizer, no fundo, elas estavam privilegiadas. Nós lá em cima, a única mesa que tínhamos era uma mesa de *Ping-Pong* que dava para, por exemplo, jogar *Ping-Pong*, e para as reuniões era essa mesa. Tínhamos as cadeiras e havia um armário onde se guardavam documentos, que diziam respeito à JOC. Eu, como ainda fui Pré-JOC, apercebia-me dessas dinâmicas e achava, pronto, hoje acho estranho, comecei a achar estranho, passado alguns anos. E agora, conversando com algumas pessoas, que me dizem, é que a JOC, em muitos lados, era conotada até com o poder político, que era um bocadinho ligada ao poder político, pá na Igreja é o poder político. Mas a JOC em Amarante, de Santo Tirso e Santa Maria da Feira, foram umas das JOC, fora da cidade do Porto, dinâmicas. Realmente era a Juventude Operária Católica ligada à Igreja, mas que defendiam muito os interesses dos trabalhadores. E mais tarde, pá sei lá, em 1976/77, conheci uma dirigente sindical que até foi dirigente de Sindicato de Vestuário, depois foi dirigente da CGTP e da USP, no Porto. E ao falarmos da JOC, ela também disse que tinha sido jocista e que se recordava de ter havido encontros entre a JOC de Santo Tirso, a JOC de Amarante e a JOC de Santa Maria da Feira. Se calhar pronto, talvez até falando com o senhor Albino, a ver se ele tem assim essa ideia. Pá, nós lá em cima é como digo, isto era muito residual, porque, como digo, eu fui um Pré-JOC, porque a minha profissão

de alfaiate ocupava muitos sábados e eu faltava muitas vezes aos sábados, porque nós trabalhávamos ao sábado e então quando havia muito trabalho, às vezes até íamos trabalhar ao domingo de manhã. Tinha que ser e pronto. O meu trabalho na JOC ou a minha participação na JOC foi fazer mais um elo de ligação com os miúdos do Gaiato, que eu como tenho, e continuo a ter, facilidade de contactar com as pessoas, já tinha quando era miúdo, e andava com eles desde o final da missa na Misericórdia.

JG – Em que dia é que era?

AP – Era sempre ao domingo. Eles vinham ao domingo.

JG – E a que horas era a missa?

AP – Na Misericórdia era às 9, a da Madalena era às 10 e a de S. Gonçalo era às 11. E nós, ao passarmos naqueles intervalos, tínhamos tempo, íamos entrando nos cafés, porque tinha que ser sempre a correr porque a missa acabava.

JG – Faziam as três missas?

AP – Íamos às três missas com eles, pronto, e era um dos trabalhos que eu recordo, até assim, com um certo prazer, não direi orgulho, mas um bocadinho de vaidade, ao dizer que durante, por isso, desde os 10 aos 15 anos, ao domingo, era o meu... a minha ocupação, era andar com eles, pá. E notava neles, pronto, aquela carência afetiva e andarem por cá, ou terem os adultos, eu via que os adultos que os acarinhavam. Porque os gaiatos eram crianças sem família, praticamente, não é, sem família. Então eles vinham e a característica deles, que nós achávamos piada, todos eles, quando vinham, era calção, e o calção com alças, tivesse camisola, camisa ou só camisa, ou camisola, a alça era sempre por cima. Parecia que era um símbolo, com uma saquinha em tecido, ao ombro, com jornais. Para mim, aquilo que me marcou mais na JOC foi isso, e o convívio, e depois, mais tarde, as amizades que consegui mesmo depois de ser jocista. Com os jocistas, que depois, mais tarde, passaram a ser locistas, da Liga Operária Católica, da LOC, por isso, “os casados”. E ainda hoje tenho amigos, amigos verdadeiros. Não é daqueles amigos, que quando a gente tem um pequeno problema, viram as costas ou desviam-se. Não. São amigos, que ganhei aqui, apesar de pouco tempo que andei na JOC. Para mim, acho que foi um tempo bem empregue, apesar de

ter sido pouco, e pouco, certamente, para eles, para os responsáveis. Os jocistas, se calhar, até gostariam que eu fosse mais ativo, que viesse mais vezes, não é? Mas no fundo era ao domingo. Era aquilo que eu gostava. Porque ao domingo de manhã não havia reuniões da JOC, por causa que havia missas e não havia, por isso, era mais ao fim-de-semana.

JG – Lembra-se desses anos que teve dos 10 aos 15 anos?

AP – 1959 a 1964/65. E pronto, há coincidências nisso tudo. A minha prima Engrácia também foi jocista, mais do que eu, porque tinha os sábados livres e não sei o quê, e às vezes íamos os dois para casa. Pronto, éramos primos, ela vivia ali perto da Estação, eu vivia no Campo da Feira. Eu acho piada porque, mais tarde, fizemos a comunhão no mesmo dia e, coincidência, casámos precisamente no mesmo dia.

JG – E então, dentro da Pré-JOC, o seu papel principal foi esta ligação com o Gaiato, dos miúdos do Gaiato com a JOC. E os jornais eram vendidos nos cafés?

AP – Nos cafés.

JG – Pela rua, também?

AP – Sim, sim. Era 2 tostões. Depois, passaram para 5.

JG – De atividades, não se lembra de mais nada que tenha feito?

AP – Atividade não. A única coisa que tive foi... houve um teatro, em que eu era para participar, mas como digo, como alfaiate, tinha muito tempo ocupado nas horas em que eram os ensaios.

JG – Os da Pré-JOC entravam nos teatros da JOC?

AP – Sim, sim, sim. Os da Pré-JOC também participavam, quando viam que era necessária uma criança, mas creio que era só para essa peça. Depois houveram mais algumas, até não tenho assim recordação que entrasse algum.

JG – O *Jornal da JOC*, não vendia?

AP – Não, não. Era só *O Gaiato*.

JG – Lembra-se de mais alguém da Pré-JOC que o acompanhasse ou que também vendesse *O Gaiato*?

AP – Tive o meu primo Serafim, que, também, de vez em quando vinha, pronto. Éramos primos e íamos lá e ele de vez em quando também vinha e lá vínhamos nós vender o jornal. Há uma passagem até engraçada, que eu levava o jornal para o Sr. Laranjeira, que era senhorio do meu pai, Dr. António Laranjeira, e ele perguntava-me e eu dizia-lhe. E ele perguntava: e eles vendem muitos? Sr. Laranjeira, às vezes ainda sobram alguns. Eles como eram a 2 tostões, não é?, a preço dois décimos do escudo, estás a ver, dois centésimos do escudo, ele disse: ai é? E quantos sobram? Sr. Laranjeira, às vezes 10, 15. Então, quando sobrar, traz. Então, os que sobravam, no final, eu levava-os, e no domingo a seguir trazia o dinheiro para eles. Por isso, eles depois, a partir daí, todos os jornais que traziam para Amarante eram vendidos.

JG – Tinham sempre esses benfeitores?

AP – Sim, sim, sim, sim.

JG – Essa pessoa tinha algum destaque em Amarante?

AP – Ele cá em Amarante, a única coisa que tinha era, pronto, a família Laranjeira. Porque ele formou-se como advogado e foi para a Foz trabalhar, para viver. Tinha uma vivenda na Foz e foi para o Porto trabalhar. Por isso, trabalhou no Porto como advogado e foi ele que criou a biblioteca no Porto, a biblioteca de Direito ou qualquer coisa assim do género.

JG – Chegou-me a contar uma altura de ter participado numa prova de atletismo, julgo que no Porto, e foi através da Mocidade. A JOC não tinha atletismo, jogava ao *Ping-Pong*?

AP – Era. Jogava *Ping-Pong*.

JG – Do que é que se lembra desse dia? Como é que foi esse dia?

AP – Nesse dia só me lembro que nós fomos correr, e foi no Campo da Constituição, do Porto. Tinha uma pista chamada “pista de cinza” do Porto, e soube que houveram pessoas mais idosas do que eu, que chegaram lá, e mal foi o tiro de partida, ai pernas

para que te quero, enquanto havia indivíduos que já treinavam atletismo, que foram ficando para trás. Então, quando foi na hora de atacar, atacavam e depois os que não estavam habituados a correr e rebentavam, estouravam. Mas houve um indivíduo que surpreendeu toda a gente. Era conhecido por Toni Castanhinha, que era o António Castanhinha. Que arrancou. Os ditos que eram para ganhar a prova não atacaram. Ele chegou a uma certa altura que houve alguém que lhe disse para ele acalmar, que já tinha muito tempo, muito espaço. Ele reduziu a velocidade. Quando os outros atacaram já não conseguiram ganhar. Pronto, e nessa altura, viemos todos embora. Tivemos um vencedor de uma prova.

JG – Só conseguia participar através da Mocidade? Porque a Mocidade também fazia desporto, praticava bastante.

AP – Sim, a Mocidade Portuguesa tinha, tinha, pronto. Mas, na minha pessoa, havia algo que era diferente. Eu para a JOC podia vir, para a Mocidade Portuguesa, não, que o meu pai não deixava. Eu fui correr ao Porto pela Mocidade Portuguesa, porque era da JOC, porque se não, não tinha ido. O meu pai, se sabia que eu tinha ido, levado uma equipa que depois era confundida com a Mocidade Portuguesa, de certeza que não me deixava ir.

JG – Mas participou nessa prova enquanto jogista ou foi a título individual, sem qualquer tipo de referência?

AP – Não, não. Aí, aí havia uma ligação.

JG – Mas não era enquanto jogista?

AP – Não, não.

JG – Não se assumia lá como jogista, simplesmente integrava?

AP – Era a equipa da Mocidade. Porque... como o filho do responsável da Mocidade Portuguesa era da minha idade e corríamos, é que andou a dizer ao pai que na escola ninguém me ganhava. E ele pronto, ó pá, deixava lá ver, levo este. E pronto, e consegui um terceiro lugar nos 800 metros.

JG – Lembra-se do ano?

AP – Foi em 1962 ou 63, tinha eu 13 anos, 14, a fazer.

JG – Havia aqui alguma ligação? Lembra-se da Mocidade frequentar, por algum motivo, aqui a Sede da JOC, ou a JOC a da Mocidade?

AP – Não, não, não, não. Absolutamente nada. Não tenho nenhuma ideia sobre isso.

JG – Em relação àquelas figuras de destaque que se lembra da JOC, que também acabaram por orientá-lo e que frequentavam este meio social. Quem é que destacaria dessas pessoas?

AP – Dessas pessoas que, pronto foi sempre uma pessoa com umas ideias acertadas, nem todas, não é?, como toda a gente, não há ninguém que tenha as ideias todas acertadas, não é?, é o senhor Albino Costa. Para mim, foi ele que era, por assim dizer, não era o líder, mas quase. Aquilo que o senhor Albino Costa apontasse, outras pessoas discutiam, pronto, havia um ou outro, o que é normal, não é? Porque quando alguém faz uma proposta, é bom que alguém contraponha em qualquer ponto. Mas, sem dúvida, o senhor Albino Costa foi a pessoa que guardou melhores recordações, apesar de não ser de Amarante, que ele é de Baião, veio para cá para Amarante muito novo. Mas integrou-se cá em Amarante e acho que ele fez aqui aquilo que não conseguiria fazer em Baião. Então foi subindo e, basta ver, o senhor Albino Costa, ainda hoje é uma pessoa a quem nós recorremos.

JG – E a nível da Igreja? Algum padre, algum Coadjutor que se lembre?

AP – Eu acho que, pronto, em termos do Padre Morais, que era o padre da altura, acho que ele aceitava a JOC, mas não sei se apoiaria aquilo que deveria apoiar a JOC. Acho que poderia, mas começou a ver que as pessoas estavam aqui, os jocistas tinham assim umas ideias, pensar um bocadinho diferente pela cabeça deles, acho que não. Depois, houve aí um padre que, mais tarde, um bocado mais tarde, que era o Padre Canito, acho que o Padre Canito e o Padre Meireles, que até foi um padre que esteve cá pouco tempo. Foi o Padre Meireles, porque realmente tinha umas ideias um bocadinho diferentes.

JG – Veio substituir o Padre Morais?

AP – Era Coadjutor. Os dois.

JG – Eram Coadjuutores?

AP – Sim, sim, eram Coadjuutores.

JG – Então primeiro veio o Canito e depois veio o Meireles?

AP – Primeiro foi o Dias, depois foi o Canito. Agora aí... agora aí... é porque eles foram muito próximos um do outro, porque um substituiu o outro.

JG – Porque o Canito depois foi padre na Lomba e Salvador.

AP – Sim. E o Meireles foi-se embora porque tinha umas ideias muito diferentes.

JG – Aqui dentro das duas Sedes, nós estamos no espaço que era das raparigas.

AP – O espaço inferior.

JG – Que tem duas salas.

AP – Tem duas salas.

JG – Do que se lembra daquele tempo, nesta primeira sala, logo a entrar, era onde estava a mesa?

AP – Era onde elas trabalhavam. É que a JOC para as raparigas funcionou um bocadinho, como a continuação ou a preparação das mulheres para o futuro. Elas aprendiam a bordar, faziam assim essas coisas, enquanto nós não. Nós, era mais para as brincadeiras. E as raparigas aprendiam a bordar ponto de cruz e outros pontos e a fazer assim umas coisas. E era aqui nesta sala. Porque depois, na segunda sala, segundo me diziam, era a sala privada da menina Lalinha e doutras pessoas que estavam.

JG – Naquela segunda sala?

AP – Naquela segunda sala.

JG – Portanto, elas utilizavam esta parte daqui e tinham as tais oito gavetas deste móvel.

AP – Tinham as gavetas deste móvel, onde está o Senhor dos Aflitos.

JG – Que é o nome da Igreja.

AP – Sim, é o nome da Igreja.

JG – Nosso Senhor dos Aflitos, conhecida por S. Domingos.

AP – Sim, sim. Portanto, e depois tinha uma casa-de-banho lá ao fundo, era isso, que agora pede-se para utilizar o menos possível, porque ainda não está ligada ao saneamento.

JG – E em cima, tinha três salas?

AP – Duas salas. Vamos lá, também.

JG – Agora faz aqui o voluntariado no Museu de Arte Sacra, quantas vezes por semana? Uma, não é?

AP – O meu dia de voluntariado é à terça-feira, mas quando tenho tardes de domingo livres, venho às tardes de domingo. É o triplo de visitas ao domingo que é durante a semana. O armário que nós tínhamos era este. Ora vê lá.

JG – Estão aí coisas bastante antigas. Da Ordem Terceira de S. Domingos, a contabilidade desde 1822 até 1926.

AP – Olha o que nós viemos encontrar.

JG – Verdade. É tudo da Ordem Terceira de S. Domingos, da Confraria do Santíssimo Sacramento e da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário.

AP – Ah pois, da Irmandade. Quando havia funerais, havia uma que era das batas amarelas e outras vermelhas. Não sei se ainda vai aparecer aí da Cruzada qualquer coisa, que também estava um bocadinho ligado à JOC ou à Pré-JOC.

JG – Os mais pequeninos, não é? A Cruzada das Crianças?

AP – Sim. Íamos aos funerais e levávamos uma faixa, uma camisolinha branca, e uma faixa com a cruz vermelha.

JG – Os Pré-Jocistas?

AP – Sim, sim. Éramos os Cruzados. Quando havia funerais, antigamente, como iam a pé, iam as crianças à... ia a Cruz, iam as crianças da Irmandade, que iam vestidas das duas Irmandades. Uma era amarela e a outra era vermelha. E depois a seguir íamos nós, os da Cruzada, que já éramos maiorzitos um bocado.

JG – Agora que estamos aqui no primeiro andar, no superior, temos aqui esta primeira sala.

AP – Esta é a primeira sala, que era a sala onde nós tínhamos a mesa de *Ping-Pong*.

JG – De *Ping-Pong*?

AP – De *Ping-Pong*.

JG – E que servia, não só para o *Ping-Pong*, como tinha dito.

AP – Servia, depois, para reuniões. Por exemplo, quando era para o *Ping-Pong*, arrumavam-se as mesas, as cadeiras, e pronto, ficava isto amplo. E depois, ia-se buscar as cadeiras que estavam ali dentro. Tínhamos aqui isto. Mas ali dentro até era uma sala muito, muito pouco frequentada, porque não havia necessidade de ir para lá. Não havia porque não havia muito espaço.

JG – E tinha alguma coisa ali? Lembra-se de ter alguma coisa aqui?

AP – Não tenho assim recordação.

JG – O Sr. Albino falou-me que depois, neste espaço aqui, também, tinha, talvez o arquivo. Seria aqui?

AP – Sim, tem aqui estes armários.

JG – Senhor António, em relação à JOC, obrigado, também, pelo seu testemunho, que gravámos aqui na Igreja de S. Domingos, no Museu de Arte Sacra, a 30 de agosto de 2025, pelas 11 horas da manhã.

AP – Certo.

Anexo 28 – Declaração de autorização de uso de fotografias de Eduardo Teixeira Pinto

Declaração de Cedência de Fotografias para Uso Académico

Eu, Verónica Teixeira Pinto, Presidente da Direção da *Associação para a Criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto*, confirmo a cedência de 8 (oito) fotografias digitalizadas da autoria de Eduardo Teixeira Pinto, para fins académicos, na Dissertação de Mestrado em História e Património, no ramo de Estudos Locais e Regionais – Construção de Memórias, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desenvolvido pelo investigador José Luís Coelho Lopes Gonçalves, com o título *A Juventude Operária Católica em Amarante: contributos para o estudo da sua organização e ação (1950-1967)*.

As fotografias incluídas na Dissertação terão como legenda “Fonte: Associação para a Criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto”.

A cedência do uso serve estritamente para os três momentos seguintes, sendo necessária nova autorização por parte da Associação para outros que não se enquadrem no aqui definido:

1. Em contexto de Entrevistas, para apresentação aos entrevistados;
2. Para publicação na Dissertação;
3. Para partilha no âmbito da Defesa da Dissertação de Mestrado, em momento único, em data a definir pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e em apresentações que derivem desta, com fins académicos.

Para além das (8) oito fotografias autorizadas para publicação na Dissertação, outras foram utilizadas, sendo somente autorizadas para uso nos contextos identificados nos pontos 1 e 3, acima descritos.

Somam-se outras (3) três fotografias de Arquivos Particulares, da autoria de Eduardo Teixeira Pinto. Na legenda destas constará: "Fonte: Arquivo Pessoal de (nome da pessoa), fotografia de Eduardo Teixeira Pinto".

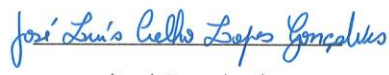
Fomos informados dos objetivos estritamente académicos do estudo, não havendo qualquer benefício financeiro para ambas as partes.

Assina em duplicado a Presidente da Direção da Associação Eduardo Teixeira Pinto e o investigador.

Amarante, 19 de setembro de 2025


(Associação para a Criação

do Museu Eduardo Teixeira Pinto)


(José Gonçalves)

Anexo 29 – Declaração de autorização de uso de fotografias de documentos do Arquivo da JOC da Diocese do Porto

Autorização Utilização Imagens Arquivo JOC da Diocese do Porto

No seguimento da Consulta do Arquivo da JOC da Diocese do Porto, autorizo o José Luís Coelho Lopes Gonçalves a utilização das imagens recolhidas na Dissertação de Mestrado em História e Património: Estudos Locais e Regionais - Construção de Memórias, tendo como objeto de estudo a Juventude Operária Católica em Amarante.

Todas as imagens terão estar devidamente referenciadas indicando o Arquivo da JOC da Diocese do Porto.

Data: 26/09/2025

Assinatura:

Sidónio David Gonçalves
Presidente Nacional

SECRETARIADO NACIONAL
JOC - Juventude Operária Católica Portuguesa
Rua da Restauração, 100 - 1.º andar
1050 - 016 Lisboa
Tel: / Fax: 213 540 143
http://joc.pt

Apêndices

Apêndice 1 – Questionário preparatório de entrevista

Nome:

Data de Nascimento:

Local de Nascimento:

Contacto:

Residência atual:

Residência à data JOC/JOCP:

Escolaridade:

Profissão (Profissões) anterior(es) à data da aposentação:

1- Idade de entrada na JOC/JOCP?

2- Integrou os Pequenos/Pequenas, Benjamins/Benjaminas ou Pré-JOC/JOCP?

Qual(ais)?

Quando?

Idade?

3- Qual a escolaridade aquando da entrada na JOC/JOCP?

4- Como soube da existência da JOC/JOCP?

5- Quem o/a levou a integrar a JOC/JOCP?

6- O que mais despertou interesse na JOC/JOCF?

7- Tinha familiares na JOC/JOCF?

Qual o grau de parentesco?

8- Desempenhou algum cargo na estrutura de Direção Paroquial, Diocesana ou Geral da JOC/JOCF?

Qual/Quais?

Quando?

Quanto tempo/quantos mandatos?

9- Que palavra utilizaria para definir a JOC/JOCF?

10- Que palavra utilizaria para definir um/uma Jocista?

11- Como definiria Amarante durante a época de ação da JOC/JOCF?

12- Com que idade casou?

O/A cônjuge era da JOC/JOCF?

13- Alguma vez a JOC/JOCF foi tema de conversa com os seus filhos (caso tenha tido filhos) ou familiares?

14- Algum dos seus filhos integrou os Pequenos/Pequenas, Benjamins/Benjaminas, Pré-JOC/JOCF e/ou JOC/JOCF?

15- Qual a sua profissão/ocupação(ões)/ofício(s) aquando da entrada na JOC/JOCF?

Tempo inteiro ou tempo parcial?

16- Tinha responsabilidades profissionais em Amarante (ou noutro lugar) decorrentes de ser proprietário/a (rural, industrial ou outra atividade)?

17- Ocupou algum(ns) cargo(s) na Administração Local?

Qual/Quais?

Quando?

18- Participou na Imprensa Periódica de Amarante ou na Imprensa Católica?

Como? (escrita, direção, distribuição)

19- Na sua formação religiosa, em que medida os livros faziam parte da sua formação?

Que livros lia? Autores? Temáticas? Géneros?

20- Foi tutor/a de algum/a jovem? Quantos(as)?

Como se processava essa tutoria?

Qual era o contexto socioeconómico dele(a)?

21- Motivou alguém a integrar a JOC/JOCF? Em média, quantas pessoas?

22- Quais os principais problemas dos jovens que na época levavam à necessidade de ação da JOC/JOCF?

23- Qual a ação mais importante para si levada a cabo pela JOC/JOCF na vila de Amarante?

24- Tiveram algum problema/conflito com alguma instituição, associação, empresa, entidade devido à vossa ação?

25- O que considera que levou à diminuição da ação da JOC/JOCF em Amarante e ao seu desaparecimento na vila? Em que ano ou momento?

26- Para além da JOC/JOCF, integrou alguma Associação, Instituição ou Grupo nas áreas religiosa, social e/ou recreativa?

27- Que objetos/documentos ainda guarda dos tempos de ação da JOC/JOCF em Amarante?

28- Integrou a LOC/LOCF? Com que idade iniciou e terminou?

29- Teve algum contacto com outros Organismos Especializados da Juventude Católica?

Quais? (JAC, JEC, JIC, JUC)

Em que contexto(s)?

30- O que gostaria que ficasse na Memória da comunidade amarantina em relação à JOC/JOCF?

31- Para si, qual a maior herança da JOC/JOCF?